



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA AMÉRICA
LATINA (PPGICAL)**

**A POLÍTICA EXTERNA DA CHINA PARA O BRASIL: RISCOS E
POTENCIALIDADES (1990-2017)**

MARCIA ANGELA DAHMER QUINZANI

Foz do Iguaçu

2019



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA
AMÉRICA LATINA (PPGICAL)**

A POLÍTICA EXTERNA DA CHINA PARA O BRASIL: RISCOS E POTENCIALIDADES (1990-2017)

MARCIA ANGELA DAHMER QUINZANI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Integração Latino-Americana.

Orientador: Prof. Fábio Borges (Pós-doutorando)

Foz do Iguaçu
2019

Catálogo elaborado pela Biblioteca Latino-Americana
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA – BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA

Q7p

Quinzani, Marcia Angela Dahmer.

A política externa da China para o Brasil: riscos e potencialidades (1990-2017) / Marcia Angela Dahmer Quinzani. - Foz do Iguaçu, 2019.

183 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política. Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina.

Orientador: Fábio Borges.

1. Política externa – China – História. 2. Diplomacia – Brasil – China. 3. Relações Bilaterais de Comércio Brasil – China (1990-2017). 4. Desenvolvimento Econômico. I. Borges, Fábio, Orient. II. Título.

CDU 327"1990-2017"(81+510)

A POLÍTICA EXTERNA DA CHINA PARA O BRASIL: RISCOS E POTENCIALIDADES (1990-2017)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Integração Latino-Americana.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. (Pós-doutorando) (Fábio Borges)
UNILA

Prof. (Dr.) (Marina Machado de Magalhães Gouvêa)
(UFRJ)

Prof. (Dr) (Mamadou Alpha Diallo)
(UNILA)

Prof. (Dr) (Luciano Wexell Severo)
(UNILA)

Foz do Iguaçu, 10 de maio de 2019.

AGRADECIMENTOS

Os meus mais sinceros agradecimentos ao meu professor orientador Dr. Fábio Borges, por conseguir dar um caminho para o desenvolvimento da minha dissertação.

A todos os professores do ICAL, os quais possuem um conhecimento apreciável em relação ao tema que conduzem. Buscando sempre uma nova perspectiva do conhecimento, sem que isso se acomode em apenas argumentos teóricos.

Aos meus familiares, pai, mãe (*in memoriam*), irmãos, e Hugo, que me fazem lembrar sempre, a sorte de tê-los em algum ponto da vida, que transforma, que desafia, que realiza. O nome disso tudo é gratidão.

No processo de mundialização que se acelera nesse início de século e de milênio, melhor compreendido, de extensão da civilização industrial e urbana gerada pelas revoluções do século XVII e XVIII a todos os rincões do planeta, passamos a viver o momento em que a China, o “País do Meio”, está a reunir e a reintegrar o Extremo Oriente – enquanto o Brasil, o “Colosso do Sul”, se posiciona como o estado âncora do processo de criação (ou recriação) do Extremo Ocidente. Por isso deve-se pensar que a parceria estratégica sino-brasileira deve atuar no campo cultural e civilizacional buscando meios e modos de aproximar e aumentar o conhecimento recíproco dos dois grandes atores da cena internacional (CABRAL, 2006, p. 147).

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a política externa chinesa através de suas bases de influências e processos históricos, e sua inserção nas relações bilaterais Brasil-China. Dessa forma, se observa o seu ordenamento diplomático nas relações bilaterais com o Brasil a partir do período de 1974. Para tanto, foram utilizados os dados do comércio internacional a partir de 1990, a fim de investigar a evolução das relações bilaterais de comércio, de investimentos e acordos de cooperação entre os dois países. Os dados para mensurar as capacidades produtivas de ambas as economias são do Índice de Complexidade Econômico (ICE). O fortalecimento comercial entre o Brasil e a China a partir dos anos 2000, contribuiu de maneira significativa na agenda econômica nacional, entretanto, os mecanismos de cooperação entre os dois países fazem parte de uma relação econômica desigual. Os fluxos comerciais alcançaram superávits, no entanto, nossas exportações para o mercado chinês estão concentradas em matérias-primas e recursos energéticos e nossas importações em manufaturas. Por um lado, as necessidades chinesas de abastecimento interno e pretensão de abranger cada vez mais um mercado um tanto consumidor de seus produtos tecnológicos fundamentam estratégias aplicáveis a seus principais interesses pelo Brasil. Por outro lado, o mercado brasileiro necessita de escoamento de seu principal motor econômico, as *commodities*, onde reembolsa parte das receitas perdidas pelas aquisições de manufaturas.

Palavras-Chave: Política Externa Chinesa, Brasil, China, Relações Bilaterais Brasil-China.

ABSTRACT

This work aims to analyze chinese foreign policy through its bases of historical influences and processes, and its insertion in Brazil-China bilateral relations. Thus, its diplomatic order in bilateral relations with Brazil since 1974 is observed. To this end, international trade data was used from 1990 onwards in order to investigate the evolution of bilateral trade, investment and cooperation agreements between the two countries. The data to measure the productive capacities of both economies are from the Economic Complexity Index (ECI). The strengthening of trade between Brazil and China since the 2000 has contributed significantly to the national economic agenda, however, the mechanisms of cooperation between the two countries are part of an unequal economic relationship. Trade flows have reached surpluses, however, our exports to the chinese market are concentrated in raw materials and energy resources and our imports in manufacturing. On the one hand, the chinese needs for domestic supply and the pretension to cover more and more a market that is somewhat consuming of its technological products substantiate strategies applicable to its main interests by Brazil. On the other hand, the brazilian market needs to drain its main economic engine, commodities, where it reimburses part of the revenues lost by manufacturing acquisitions.

Key words: Foreign Policy Chinese, Brazil, China, Brazil-China Bilateral Relations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fluxograma: complexo da soja.....	142
Figura 2 – Linha da complexidade da soja (ubiquidade do produto).....	152
Figura 3 – Linha da complexidade de Equipamentos de transmissão (diversidade da pauta).....	155

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – América Latina (6 países) pauta principal das exportações de bens à China (2000, 2007, 2017).....	120
Quadro 2 – América Latina (6 países) pauta principal das importações de bens à China (2000, 2007, 2017).....	121

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – América Latina (9 países) exportações de bens à China (2015-2017).....	118
Tabela 2 – Pauta de Exportação brasileira para a China – 2017 em comparação com 2016.....	132
Tabela 3 – Pauta de Importação brasileira para a China – 2017 em comparação com 2016.....	135
Tabela 4 – Produção e consumo de soja em grão em 2016-2017.....	140
Tabela 5 – Produção e Comércio global de oleaginosas em 2015-2016.....	141

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – PIB da América Latina e Caribe e Ásia Pacífico (1990-2017).....	78
Gráfico 2 – PIB <i>per capita</i> da América Latina e da Ásia-Pacífico (1990-2017).....	79
Gráfico 3 – PIB - Brasil e China - a preços constantes (1980-2017).....	82
Gráfico 4 – PIB <i>per capita</i> – Brasil e China – Valores constantes (1980-2017).....	83
Gráfico 5 – Evolução dos investimentos chineses com o mundo (2005-2017).....	101
Gráfico 6 – Investimentos chineses no Brasil (2005-2017).....	102
Gráfico 7 – Principais setores de investimentos chineses no Brasil (2005-2017)...	102
Gráfico 8 – Histórico dos investimentos no Brasil (2007-2017) - Valor dos projetos.....	104
Gráfico 9 – Histórico dos investimentos no Brasil (2007-2017) - Número de projetos.....	105
Gráfico 10 – Distribuição setorial de projetos confirmados em 2017 (número de projetos).....	107
Gráfico 11 – Distribuição setorial de projetos confirmados em 2017 (valores dos projetos).....	108
Gráfico 12 – Ingresso das empresas chinesas no Brasil entre 2007 e 2017 (investimentos anunciados e confirmados).....	110
Gráfico 13 – Balança Comercial dos Países Integrantes da Aladi com a China (2002-2017).....	118
Gráfico 14 – Destino das exportações brasileiras I (2002-2017).....	123
Gráfico 15 – Destinos das exportações brasileiras II (2002-2017).....	124
Gráfico 16 – Balança Comercial do Brasil com a China (2000-2017)	126
Gráfico 17 – Saldo Comercial entre Brasil e China (2000-2017)	127
Gráfico 18 – Exportações brasileiras com o mundo, por intensidade tecnológica do produto (2000-2017)	128
Gráfico 19 – Exportações para a China, por intensidade tecnológica do produto (2000-2017).....	129
Gráfico 20 – Importações para a China, por intensidade tecnológica do produto (2000-2017)	130

Gráfico 21 – Evolução da exportação da soja e do minério de ferro para a China (2002-2017).....	133
Gráfico 22 – Índice de preços de <i>Commodities</i> por produto (2008-2017).....	137
Gráfico 23 – Índice de preços de <i>Commodities</i> por segmento (2008-2017).....	138
Gráfico 24 – Comparativo de Área, Produção e Produtividade de soja em grãos..	144
Gráfico 25 – Exportações: total Brasil x Complexo de soja.....	145
Gráfico 26 – Exportações do complexo de soja para a China.....	146
Gráfico 27 – Principais países da exportação brasileira do complexo da soja (2016-2017).....	147
Gráfico 28 – Pauta de exportações de soja para a China (2013-2017).....	148
Gráfico 29 – Participação de países que exportam soja (ubiquidade do produto para a exportação).....	151
Gráfico 30 – Participação de países que exportam equipamentos de transmissão (ubiquidade).....	154

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIOVE	Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais
AEB “a”	Associação de Comércio Exterior do Brasil
AEB “b”	Agência Espacial Brasileira
AEI	The American Enterprise Institute
ALADI	Associação Latino-americana de Integração
ALALC	Associação Latino-americana de Livre Comércio
ANP “a”	Assembleia Nacional da China
ANP “b”	Agência Nacional do Petróleo
APEC	Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico
ARF	ASEAN Regional Fórum
ASEAN	Association of Southeast Asian Nations
BASIC	Brasil, África do Sul, Índia, China
BCB	Banco Central do Brasil
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDS	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BM&F	Bolsa de Mercadorias e Futuros
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAST	Academia Chinesa de Tecnologia Espacial
CBERS	China-Brazil Earth Resources Satellite
CEBC	Conselho Empresarial Brasil-China
CELAC	Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CNP	Congresso Nacional do Povo
CNPEM	Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COSBAN	Comissão Sino-brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação
CSCAP	Council for Security Cooperation in Asia Pacific
CTG	China Three Gorges Corporation
DEG	Diálogo Estratégico Global

DOD	Departamento de defesa dos EUA
EBC	Empresa Brasil de Comunicação
ELP	Exército Popular de Libertação
FMI	Fundo Monetário Internacional
FOCAC	Forum on China-Africa Cooperation
IBAS	Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICBC	Industrial and Commercial Bank of China
ICE	Índice de Complexidade Econômico
IED	Investimento Estrangeiro Direto
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INPEN	Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITAMARATY	Ministério das Relações Exteriores
LNNANO	Laboratório Nacional de Nanotecnologia
MCTIC	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
MDIC	Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
NERCN	National Engineering Research Center for Nanotechnology
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OCX	Organização para Cooperação de Xangai
OEC	The Observatory of Economic Complexity
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Plano de Ação Conjunta
PCC	Partido Comunista Chinês
PIB	Produto Interno Bruto
RI	Relações Internacionais
RPC	República Popular da China
SAG	Sistema Agroindustrial

SCO	Shanghai Cooperation Organization
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
UNESP	Universidade Estadual Paulista
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USDA	United States Department of Agriculture
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
CAPÍTULO 01 – POLÍTICA EXTERNA DA CHINA – DA FUNDAÇÃO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA EM 1949 À ATUALIDADE.....	21
1.1 UM RETROSPECTO DA POLÍTICA EXTERNA DA RPC.....	21
1.2 Aspectos históricos.....	23
1.2.1 A era Mao Zedong (1949-1976).....	25
1.2.2 A era Deng Xiaoping (1976-1997) e o desenvolvimento.....	29
1.3 METODOLOGIA.....	31
1.4 POLÍTICA EXTERNA: UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS INTERNOS E EXTERNOS DA POLÍTICA CHINESA E SEUS PRINCÍPIOS.....	34
1.4.1 Uma análise de política externa.....	34
1.4.1.1 <i>Realismo e a Política Externa</i>	34
1.4.1.2 <i>Behaviorismo e Racionalismo</i>	36
1.4.1.3 <i>Estruturas Domésticas e Política Externa</i>	38
1.4.1.4 <i>Pluralismo e Política Externa</i>	40
1.4.1.5 <i>A mudança da Política Externa</i>	42
1.4.2 Política Externa da China: Abordagens domésticas	42
1.4.3 Política Externa da China e seus princípios.....	49
1.4.3.1 <i>Objetivos da Política Externa Chinesa</i>	56
1.5 O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E ASCENSÃO INTERNACIONAL DA CHINA	57
1.6 AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA CHINA.....	64
1.6.1 Relações Multilaterais.....	64
1.6.2 Relações Sino-latinoamericanas.....	65
CAPÍTULO 02 – RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE BRASIL E CHINA A PARTIR DE 1974 – DESAFIOS E OPORTUNIDADES.....	69
2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS: PARCERIAS E DESENVOLVIMENTO.....	69

2.2 CONTEXTO GERAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA AMÉRICA LATINA E ÁSIA PACÍFICO.....	71
2.2.1 Contexto geral do desenvolvimento econômico.....	71
2.2.1.1 <i>Teoria do Desenvolvimento Econômico na visão de J. A. Schumpeter.....</i>	72
2.2.1.2 <i>Teoria do desenvolvimento econômico na visão de Celso Furtado.....</i>	75
2.2.2 <i>Desenvolvimento econômico da América Latina e Ásia Pacífico.....</i>	77
2.3 HISTÓRICO DIPLOMÁTICO BRASIL – CHINA	80
2.3.1 Desenvolvimento econômico Brasil – China.....	80
2.3.2 Relações políticas.....	84
2.3.3 XII Plano Quinquenal da China.....	86
2.3.4 Parcerias Estratégicas.....	89
2.3.5 Foros Multilaterais.....	90
2.3.5.1 <i>O Brasil, a China e os Brics – cooperação internacional com os emergentes.....</i>	91
2.3.6 O Brasil na China.....	93
2.4 ACORDOS DE COOPERAÇÃO BRASIL E CHINA.....	94
2.4.1 Acordos de Cooperação em ciência e tecnologia.....	96
2.4.1.1 <i>Cooperação aeroespacial</i>	96
2.4.1.2 <i>Cooperação em Nanotecnologia</i>	98
2.5 INVESTIMENTOS CHINESES NO BRASIL.....	99
2.5.1 A entrada dos investimentos no Brasil através de empresas chinesas (2007-2017).....	103
2.5.2 <i>Distribuição setorial: por número e valor de projetos</i>	105
2.5.3 <i>Modo de ingresso (Greenfield x Brownfield).....</i>	109
2.5.4 Projetos de investimentos chineses no Brasil efetivados (2016-2017).....	111
2.5.4.1 <i>Projetos de investimentos chineses no Brasil 2016.....</i>	111
2.5.4.2 <i>Projetos de investimentos chineses no Brasil 2017.....</i>	112
2.5.5 Fases recentes de investimentos Chineses.....	113
CAPÍTULO 03 – AMÉRICA LATINA: RELAÇÕES BILATERAIS DE COMÉRCIO BRASIL-CHINA (1990-2017).....	116

3.1 AS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA E A AMÉRICA LATINA.....	116
3.2 AS RELAÇÕES COMERCIAIS BRASILEIRAS COM O MUNDO (2000-2017)	122
3.2.1 Balança comercial Brasil-China.....	125
3.2.2 Comércio por intensidade tecnológica.....	127
3.2.3 Principais pautas de comércio entre Brasil e China.....	131
3.2.3.1 <i>Estrutura das exportações brasileiras para a China</i>	131
3.2.3.2 <i>Estrutura das importações brasileiras para a China</i>	133
3.3 A INFLUÊNCIA DOS PREÇOS DAS <i>COMMODITIES</i>	135
3.4 ANÁLISE DA SOJA.....	139
3.4.1 A economia da soja no Brasil.....	142
3.5 COMPLEXIDADE ECONÔMICA COMPARATIVA BRASIL X CHINA	149
3.5.1 Conceitualização	149
3.5.2 Complexidade Econômica do Brasil - Diversidade x Ubiquidade (soja)	150
3.5.3 Complexidade Econômica da China – Diversidade x Ubiquidade (Equipamentos de transmissão).....	153
3.5.4 Vantagens comparativas e desenvolvimento	156
3.6 OS DESAFIOS PARA A INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA.....	157
3.6.1 Contexto geral.....	157
3.6.2 Integração Latino-americana e a China.....	160
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	164
REFERÊNCIAS.....	168

INTRODUÇÃO

A política externa da China se baseia em conceitos de independência em suas políticas internas, na defesa da paz em conjunto com o desenvolvimento e o fortalecimento de sua soberania estatal. Está fundamentada em cinco princípios da coexistência pacífica no ordenamento com os países do sistema internacional. Além de defender a criação de uma ordem multipolar contraposta a hegemonia unipolar americana conjuntamente com países em desenvolvimento (KOCHER, 2015).

Com o desenvolvimento da economia chinesa, novas estruturas no campo diplomático com o sistema internacional surgiram. A China para suprir suas demandas internas buscou estreitar as relações com os países do Sul Global, assim ampliou as relações com os países latino-americanos, principalmente com o Brasil. A partir dessa problemática, as relações bilaterais China-Brasil tiveram avanços significativos de cooperação em diversos setores como o comercial, econômico, tecnológico, acadêmico, científico e o cultural.

Desse modo, desde que foram estabelecidas as relações diplomáticas entre o Brasil e a China em 1974, não demorou o rápido crescimento no intercâmbio comercial, sendo que as tendências de crescimento tiveram início no final da década de 90 simultâneos ao início do processo chinês de “Reformas e Modernização” (ALTEMANI, 2012). A partir desse momento as relações Brasil-China evoluíram de forma intensa e complexa. Em 1993, seria estabelecida uma parceria estratégica entre os dois países, sendo que a partir de 1995 alcançaria um visível progresso e no ano de 2004, foi criada a Comissão Sino-brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN). No período de 2008, iniciou-se a tentativa de compreensão das estratégias de desenvolvimento para o mercado internacional entre o Brasil e a China no cenário da globalização (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2017).

Em 2009 as relações bilaterais entre os dois países alcançaram o ápice, quando a China passou a ser o principal parceiro comercial do Brasil, ampliando-se de forma marcante entre 2001 e 2015 saltando de US\$ 3,2 bilhões para US\$ 66,3 bilhões. Atualmente, a China é o maior comprador brasileiro e, em, 2012 a China

tornou-se o principal fornecedor de produtos importados do país (ITAMARATY, 2017).

A China é um grande parceiro comercial para o Brasil, mas analisar a inserção da sua política externa contemporânea nas relações bilaterais com o mercado brasileiro é importante para entendermos se sua aplicação condiz com o que ela propõe. Logo, presume-se que a evolução das relações bilaterais entre o Brasil e a China a partir de 2000, tiveram importantes avanços em comparação do Brasil com o resto do mundo, onde constata-se o aumento nas participações de importação e exportação do Brasil para o país asiático. Nesse sentido, a China importa matérias-primas e recursos energéticos para o abastecimento interno, e exporta produtos tecnológicos para o mercado brasileiro. Além disso, a China tem aumentado sua participação em investimentos no Brasil, principalmente, os que possuem concentração para a aquisição de *commodities*.

No primeiro capítulo deste trabalho pretende-se analisar a política externa chinesa, dentro de suas perspectivas de construção de independência, harmonia e de paz, dos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica, de suas transformações domésticas baseadas no ordenamento do Partido Comunista Chinês (PCC), da defesa de uma ordem multipolar, do molde cultural do confucionismo, dentre os quais, norteiam seus interesses nas relações com o sistema internacional.

No segundo capítulo serão analisados como se estabelecem as relações diplomáticas entre o Brasil e a China a partir do período de 1974, com o avanço das parcerias, acordos de cooperação e investimentos chineses em território brasileiro, bem como a consolidação desses processos.

No terceiro capítulo, será investigado o fluxo comercial entre o Brasil e a China a partir dos anos de 1990, onde o relevante crescimento desta relação bilateral contribuiu para efeitos significativos na economia brasileira. Que por sua vez, os processos de cooperação entre os dois países fazem parte de uma globalização econômica com as quais, determinam planos estratégicos que podem aprofundar as assimetrias desta relação.

Capítulo 01 – Política Externa da China – Da fundação da República Popular da China em 1949 à atualidade

Neste primeiro capítulo serão abordados uma perspectiva histórica das transformações que a China vivenciou nos últimos anos culminando na evolução de suas políticas internas e externas para além de suas fronteiras. Neste estudo serão considerados os aspectos de construção da política externa da China a partir da Guerra do Ópio (1840), seguido pela Era Mao Zedong (1949-1976), pela Era Deng Xiaoping (1976-1997), através de suas abordagens domésticas, de suas bases de influências, ascensão chinesa ao sistema internacional, do desenvolvimento econômico, e das Relações Internacionais que se enlaçam por meio da cooperação Sino-latinoamericana.

1.1 UM RETROSPECTO DA POLÍTICA EXTERNA DA RPC

Para entender o comportamento da política externa da China de acordo com alguns estudiosos como Fairbank é necessário conhecer a base do legado de seu passado¹. No entanto, tais abordagens para retratar uma grande potência como a China seriam esgotadas caso tivéssemos que buscar todas as suas importantes dimensões históricas para o cenário mundial. Assim, o objetivo principal é organizar suas singularidades que mostram o caminho percorrido para os processos de inserção e expansão internacional (YU, 1994 et seq.).

O comportamento estrangeiro da República Popular da China foi a continuidade do tradicional centrismo Sino-asiático, e também, a experiência da China com os novos conceitos do mundo exterior, mais precisamente o Ocidente. Dessa forma, o confucionismo compreende o mundo em termos hierárquicos, como tendo três esferas distintas, onde a China se encontra no topo, ao meio estavam os seus vizinhos, dentre os quais eram mais influenciados pelo confucionismo, como

¹ Proponentes da abordagem tradicional como Fairbank argumentaram que lidar com uma grande potência como a China sem levar em conta sua história, e especialmente a tradição na política externa, é estar realmente voando às cegas (YU, 1994).

“estados periféricos” em um sistema tributário centrado na China e logo, ao fundo estava o Oeste que habitavam os bárbaros². A China era vista pelo mundo como uma criatura arruinada que se dirigia lentamente à modernização e com reações violentas ao mundo exterior. Esse entendimento fortalece a ideia de continuidade da atual erudição que exerce sob o sistema comunista. O espírito da política externa chinesa de Chih-Yu Shih, argumenta que o confucionismo, o taoísmo e o budismo continuam sendo as principais fontes de influências de sua política externa³.

Durante a Guerra da Coréia, a abordagem tradicional foi questionada⁴ pela escola de ideologia maoísta/comunista. Por sua vez, alguns estudiosos viram as origens da política externa da RPC no Marxismo-Leninismo, enquanto outros, viam a versão maoísta, do Marxismo leninismo como o princípio operacional da Política Externa da RPC. Consequentemente, algumas das características do comunismo, incluindo a “guerra popular” e “frente única”⁵, desenvolvidas durante o período da revolução do Partido Comunista Chinês (PCC)⁶, influenciaram de forma significativa a política externa da China.

Nessas abordagens anteriores podem ser verificadas as diferenças entre as escolas tradicionais e as maoístas, sendo que ambas tenderam a argumentar que o reflexo principal do comportamento estrangeiro da China era originado da própria China, ora de um comportamento tradicional ou comunista.

2 Semelhantemente, a sociedade internacional está hierarquizada: o império do meio, que se considera a única cultura, está no topo, e engloba as nações vizinhas – Coreia, Vietname, Japão e restantes países asiáticos – que, estando perto, absorvem as ideias chinesas e conseguem ser mais civilizados, ao contrário dos europeus e africanos que são considerados bárbaros (MENDES, 2015).

3 São considerados os dois pilares tradicionais da filosofia chinesa, o Taoísmo e o Confucionismo (FUNDAÇÃO JORGE ÁLVARES, 2018).

4 Abordagem tradicional: Confucionismo. "Confúcio disse: 'Harmonia é algo para ser valorizado'", proferiu o presidente Hu Jintao em fevereiro de 2005. Alguns meses depois, ele instruiu os quadros do partido chinês a construir uma "sociedade harmoniosa". Hu Jintao enfatizou que a China deveria promover valores como honestidade e unidade, bem como forjar uma relação mais próxima entre as pessoas e o governo (BELL, 2010). Nota: Daniel A. Bell é autor do livro *China's New Confucianism* (2010), e observador dos movimentos políticos da China moderna. Para ele a China tem passado por um processo transitório do Marxismo para um Novo Confucionismo, o qual tem ocupado um lugar na cultura e na moral da ética comunista.

5 Guerra Popular: Estratégia político-militar criada por Mao Tse-tung (ou Mao Zedong). / Frente Única: Objetivo do Partido Comunista Chinês é alcançar a revolução proletária.

6 O Partido Comunista da China surgiu na década de 1920 em Shangai como resultado da evolução da sociedade chinesa moderna e do desenvolvimento da luta revolucionária do povo chinês. As três gerações de liderança coletiva central como Mao Zedong, Deng Xiaoping e Jiang Zemin, foram fundamentais para o crescimento nacional do partido nesses diferentes períodos históricos (RONGCHEN, 2012).

1.2 Aspectos históricos

Numa análise histórica, os aspectos de influências para a tomada de decisão na política externa chinesa, começa através das primeiras evidências com a vitória da Grã-Bretanha na Guerra do Ópio de 1840 e a assinatura do Tratado de Nanquim, o que atribuiu a colônia de Hong Kong à ocupação da China por potências estrangeiras e ocidentais, principalmente o Japão, além do imperativo de aplicação de direitos extraterritoriais vindos dos países ocupantes sobre os crimes cometidos pelos nacionais chineses. Esse foi um período considerado pelo povo chinês “o século das humilhações”,⁷ onde todos os tratados estabelecidos pela ocupação podem ser entendidos como desiguais, inválidos perante o direito internacional, que por sua vez, decorreram da imposição da ocupação de grandes potências (MENDES, 2015; MEDEIROS, 2009).

No ano de 1912 foi fundada a República Popular da China por Sun Yat-sen, que era dirigente do Partido Nacionalista (Kuomintang), o que levou que o último imperador Pu Yi abdicasse, e em 1937, foi sacudida pela então invasão japonesa. A partir da rendição do Japão em 1945, comunistas e nacionalistas impulsionaram a guerra civil cessando com a vitória de Mao Zedong sobre Chiang Kai-Shek que era sucessor de Sun Yat-sen na condução do partido de Kuomintang no ano de 1949⁸. Após um período de enfrentamento de uma China dividida e enfraquecida por potências externas desde a Guerra do Ópio, em 1 de Outubro de 1949, Mao proclamou a República Popular da China⁹ e Chiang fugiu com o Partido Nacionalista criando o governo da República da China, em Taiwan (FAIRBANK et al., 2008). Quando Mao proclamou a República Popular da China, Deng esteve presente na Praça Tiananmen, em Pequim, em seguida na sua Província natal de Sichuan,

⁷ O século das humilhações pode ser entendido como a perda territorial para as potências ocidentais na Guerra do Ópio (1840-1842) “e sua subsequente subjugação política e fragmentação nacional” que pelos olhos da China precisam ser corrigidos (HASS, 2017).

⁸ Em agosto de 1945 foi realizada uma reunião em Chongqing, entre o Partido Comunista e o Kuomintang (Partido Nacionalista), contando com a participação de Mao Zedong (Mao Tse Tung) e Jiang Jieshi (Chiang Kai-shek) e também do embaixador americano Patrick Hurley, no qual se firmou a Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, constituída por ambos os partidos majoritários e outras minorias democráticas partidárias e setores sociais que foram significativas para a vitória de 1949 (MARTINS, 2008).

⁹ Em 1949 não se proclamou uma República Socialista, mas uma República Popular, uma revolução burguesa que não estava mais sob o respaldo da burguesia, e sim, com o apoio da população operária, de camponeses, soldados e ideais da burguesia nacional (MARTINS, 2008).

assumiu o cargo de Secretário-Geral do Partido. Nesse mesmo ano, Deng liderou as forças comunistas que ocuparam Nankim e Xangai (ABI-SADI, 2013).

Essa foi a herança que deixou uma profunda impressão nas percepções e na identidade nacional de muitos países. Assim, o Partido Comunista instituiu essa narrativa desde a sua criação, como parte de sua identidade e como processo de se tornar legítimo. Sua atribuição e compromisso se mantiveram em proteger a China de *xihua* e *fenhua* e para não ser dividido e ocidentalizado por Estados estrangeiros. Esses fatores históricos de vitimização criou uma forte sensibilidade a possíveis transgressões à soberania e integridade territorial da China destacando também, para a ênfase chinesa em sua diplomacia sobre os princípios de igualdade, respeito mútuo e a não interferência nas questões internas de outros Estados. A República da China foi reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) como governo legítimo em Taiwan no início da Guerra Fria, contudo, as nações independentes africanas apoiadas por Pequim em conjunto com o avanço dos interesses do Ocidente garantiram em contrapartida um assento da China em Pequim. Os EUA mantiveram o apoio sólido a Taipé, ocasionando influências nas relações bilaterais entre Washington e Pequim¹⁰ (FAIRBANK et al., 2008; MEDEIROS, 2009).

A China Comunista tinha sido considerada pelos EUA como um inimigo declarado e que deveria ser imposta contenções para evitar o risco de propagação revolucionário no resto do continente asiático. A política de *containment*¹¹ praticada à RPC a partir do período da guerra da Coreia, e que em 1950 fora formalizada no momento que a administração americana moveu a 7ª Frota com destino ao Estreito de Formosa, inibindo o ataque entre comunistas e nacionalistas, durou até o

¹⁰ Logo após o período de preocupação missionária americana com relação aos chineses e a transição conturbada da China para o comunismo na década de 1940, a corroboração com a República da China em contraposição a República Popular da China tornou-se o ponto principal na América durante a Guerra Fria. Dessa forma, o apoio americano contribuiu para o desenvolvimento de Taiwan. “Embora banida do continente, a República Nacionalista da China em Taiwan ocupou o assento da China no Conselho de Segurança das Nações Unidas até 1971 e foi reconhecida pela maioria dos membros da ONU como sendo a *China*” (FAIRBANK et al., 2008, p. 314).

¹¹ Por parte da fonte de Washington não há confirmação da implementação de uma estratégia de *Containment* na ascensão ou na expansão naval chinesa. Por sua vez, baseado nos relatórios e documentação do respectivo DoD, e observando o ordenamento geográfico de países como os Estados Unidos têm demonstrado a afirmação destes tipos de acordos, não obstante que a contenção da marinha e do poder militar chinês se encontram no propósito geoestratégico das lideranças de alto escalão das forças Norte-Americanas (PINTO, 2017).

momento que Nixon e Kissinger estavam à frente da diplomacia de Washington¹² (ABI-SADI, 2011 et seq.).

Assim, a era Nixon poderia estar definida como o sentido de *Realpolitik*¹³, em observação as tendências globais no fundamento de uma multipolarização de poder. O sistema bipolar seria estabelecido em condições estratégicas e armamentistas no âmbito de duas superpotências da época, mas, o revigoramento europeu, o momento emergencial japonês como um centro econômico-financeiro forte e a presença da China na Ásia com autonomia nuclear instituíam uma nova definição rebuscada nos pesos de equilíbrio internacional. Na visão de Kissinger nos estudos de política externa o mundo girava para o lado da multipolaridade e a China precisava se entropor numa conjuntura externa mais abundante e diversificada.

1.2.1 A era Mao Zedong (1949-1976)

A era governada por Mao pode ser correspondida a uma imperativa necessidade histórica iniciada com o fim da monarquia e a luta pela soberania nacional. O sistema político mantinha um controle quase que totalitário da sociedade para garantir a reforma agrária, a exploração dos meios de produção industrial e a proteção do território nacional, com restrição a Hong Kong, Macau e da Ilha de Formosa. Por conseguinte, Mao agiu com prudência em não utilizar o seu poderio militar para uma invasão, com o propósito de não criar atritos com as potências que protegiam Chiang Kai-shek, o que não deixou de mantê-la sob pressão. Todavia, com Hong Kong e Macau era mais interessante respeitar os tratados internacionais

¹² Os contatos diplomáticos entre EUA e a China foram retomados na cidade de Varsóvia, em 1969. No início de 1972 foi assinado o Comunicado de Xangai, que instruiu a relação Sino-americana da próxima década. Dessa forma, os EUA alcançaram a implementação de um novo triângulo estratégico, facilitando o equilíbrio da relação entre as superpotências, ao trazer a China para o campo diplomático. Assim, a URSS intimidada com a força da interação da China com os EUA, começou a ser mais receptiva à *détente*, atendendo os interesses diplomáticos da política externa de Nixon e Kissinger (KENNEDY, 1989 apud MOTA, 2011).

¹³*Realpolitik*- Henry Kissinger analisa a *Realpolitik* como a noção de que as relações entre os estados determinam-se pelo poder bruto e de que os poderosos prevalecerão. Onde a política externa está baseada em cálculos de poder e nos interesses nacionais (KISSINGER, 2012). Henry Kissinger introduz a *Realpolitik* no governo de Nixon. Nesse caso, a política se caracteriza pela forma prática de se lidar com nações poderosas através de políticas doutrinárias, como por exemplo, as ações diplomáticas de Nixon com a República Popular da China. Quando se trata de política externa o *Realpolitik* se fundamenta pelo realismo político ou política externa realista.

que mantinham sobre uso dos territórios para os ingleses e portugueses (SANTAYANA, 2008).

Durante o período de oito anos da República Popular da China – de 1949 ao fim de 1957 – na perspectiva do PCC, houve reconstrução e desenvolvimento¹⁴. No início seguiram-se dois períodos adversos, sendo o primeiro, “o Grande Salto para Frente de 1958 a 1960”,¹⁵ subsequente aos anos de “recuperação econômica entre 1961 e 1965”, e segundo “a Revolução Cultural de 1966 até a morte de Mao Zedong em 1976”¹⁶. Nesse estágio, durante a primeira e a terceira fase tiveram progresso econômico sob o controle do PCC. Todavia, a segunda e a quarta fase estiveram comandadas por Mao Zedong (FAIRBANK et al., 2008, p. 317). As reprovações a Mao ganharam força com o Grande Salto o levando a fazer uma autocrítica em fevereiro de 1962, sendo que Deng Xiaoping atentava para ameaças de conspiração no Partido. Mesmo com o êxito da apresentação de propostas de reformas econômicas, o produto interno bruto chinês atingiu em 1962 o nível registrado em

¹⁴ Pouco depois de chegar ao poder em 1949, o Partido Comunista Chinês moveu-se para a completa centralização da economia, numa tentativa de alcançar uma distribuição mais equitativa dos recursos, aumentar os produtos e melhorar a gestão da produção. A criação central para esse esforço, na década de 1950, de um monopólio estatal de grãos, a institucionalização de um sistema abrangente de racionamento de grãos e a formação de comunidades agrícolas populares (OI, 1985).

¹⁵ O grande Salto para a frente (grande salto adiante), foi uma campanha anticapitalista que se desdobrou na imposição de políticas econômicas pelo partido comunista chinês, coordenado pelo então presidente Mao Zedong, e representado pelo entusiasmo de milhões de pessoas oriundas das zonas rurais com o interesse direcionado a transformação econômica e desenvolvimento da agricultura e da indústria chinesa num tempo recorde. A sociedade foi dividida entre controladores e controlados de maneira que a liderança do PCC pudesse estabelecer o domínio sobre camponeses locais através de meios persuasivos e da aplicação de um modelo econômico industrial stalinista, ao qual não estava adequado as condições chinesas. O resultado foi um gravíssimo período de fome e desnutrição que desencadeou a morte de vinte a trinta milhões de pessoas na china (FAIRBANK, 2008).

¹⁶ Confronto político interno (iniciado em 1966) designado por uma Campanha Antidireitista dirigida pelo Grande Líder Mao Zedong e pelo partido ditatorial (PCC) cuja principal preocupação era com a criação das instituições do Governo Central e seus espaços serem tomados pelas elites, e também, o temor na retomada da dominação das classes pelos dirigentes dos povoados chineses. Dessa forma, a revolução popular trilhou caminhos sob uma população politicamente passiva nos ensinamentos confucionistas e sem direitos humanos com severas punições às reivindicações. No decorrer do processo da Revolução Cultural foi marcado por extrema violência, onde a Guarda Vermelha, representada pelo movimento das massas de Mao, jovens partidários, levaria ao conflito armado aberto entre grupos organizados nas cidades. As atividades da Guarda Vermelha voltaram-se para atividades destrutivas instituindo um regime de desordem social doutrinando e atacando em favor de seus princípios de justiça moral a todos que tivessem uma mancha burguesa, estrangeira ou intelectual. Em janeiro de 1967, a Guarda Vermelha e outros grupos tomaram o poder ocupando os postos do governo, logo se dividiram em facções que se tornariam opositores entre si. O ápice da Revolução Cultural ocorreu no IX Congresso do Partido em abril de 1969 e oficialmente acabou em abril de 1969, no entanto, diversas formas de terrorismo usadas pela Revolução Cultural continuaram a ser aplicadas até a morte de Mao Zedong em 1976 (FAIRBANK, 2008).

1954 logo após a queda de 15% durante o período do Grande Salto para Frente (ABI-SAD, 2013).

O direcionamento do PCC desde 1950 enfraqueceu o papel das instituições do Estado. A supremacia de seus líderes partidários na formulação e implementação de políticas deixaram em evidência a discordância do partido, que em consequência, arruinaram a coesão social necessária para a tarefa de reconstrução do Estado. “Depois do caos político da Revolução Cultural, Deng Xiaoping tentou redefinir o papel do partido e do Estado através de reformas legais e econômicas, mas fracassou (XIAOPING, 1984, p. 178 apud BHALLA, 2005, p. 208). A democracia não havia sido institucionalizada e legalizada no partido e no governo, estando com a concentração do poder em apenas um indivíduo. Assim, o foco principal do partido foi desviado atingindo nos dez anos de Revolução Cultural (1966-1976) em uma política e linha organizacional com reveses e prejuízos ao Partido, ao Estado e ao povo desde a fundamentação da República Popular (RONGCHEN, 2012).

Com a Revolução Cultural a disputa pelo poder se tornaria substancial e intensa, que se desenvolveria numa política pragmática com a tendência antimaoísta alinhada a coalizão entre Chou En Lai e Liu Shaoqi e por uma fase representada pela postura de Deng a favor de desmaoízação da China refletida em certas limitações. No entanto, Mao continuou seu contra-ataque a seus adversários publicando em 1962 um estudo dirigido sobre “as contradições e a persistência da luta de classes no âmbito de uma sociedade socialista” (ABI-SAD, 2013, p. 47).

Sob o governo de Mao (1949-1976), a política externa da China começou organizada em torno de sua ideologia¹⁷. Onde conduzia as questões de política externa guiado pela mesma certeza da natureza singular da China¹⁸, ou seja, estava num ambiente de incertezas. Mesmo que o país estivesse sendo considerado fraco em comparação com a força de outras nações do mundo, Mao permanecia no seu

¹⁷ Maoísmo – corrente do comunismo baseada nos ensinamentos de Mao Zedong (pensamento de Mao Tse-tung).

¹⁸ Estamos acostumados na história das nações a encontrar algum ponto de partida bem definido, e os documentos, as tradições e os monumentos históricos que chegam até nós em geral nos permitem seguir, quase que passo a passo, o progresso da civilização, estar presentes a seu nascimento e assistir ao seu desenvolvimento, sua marcha adiante e, em muitos casos, suas subseqüentes decadência e ruína. Mas não é assim com os chineses. Eles parecem ter vivido sempre no mesmo estágio de progresso dos dias atuais; e os dados da antiguidade tendem a confirmar essa opinião (KISSINGER, 2012, p. 24).

papel central, levando em conta a sua superioridade ideológica e psicológica, a ser evidenciada numa forma de desafio do que de conciliação com um mundo que reforçava a superioridade da força física. Primeiramente, esse direcionamento fez com que Pequim desse maior importância nas relações com Moscou e se afastasse dos países africanos e asiáticos. Em segundo lugar, esse foi um dos fatores que contribuíram para a decisão da China entrar na Guerra da Coreia (HASS et al., 2017; KISSINGER, 2015).

Ao longo do tempo, durante a passagem da Revolução, a posição estrangeira política da China foi desordenada por uma reviravolta doméstica e insatisfação com Moscou¹⁹, criando uma abertura para o Presidente Nixon com o Presidente Mao no ano de 1972 (LIAO, 1976). A viagem histórica do presidente Nixon à República Popular da China reconstruiu a imagem da América como um líder global e estabeleceu um novo marco internacional, apagando uma década de discórdia, derrota e humilhação que veio com o conflito do Vietnã. Ambas as partes concordaram em articular suas diferenças substanciais, progredir em direção a relações normalizadas e abster-se de buscar a hegemonia na região da Ásia-Pacífico. Assim, os Estados Unidos reconheceram que havia apenas uma China e que Taiwan era parte da China, declarando uma redução nas forças dos EUA e que qualquer solução política seria iniciada e forjada por partidos de ambos os lados (NIXON FOUNDATION, 2017)²⁰.

¹⁹ Em 1958, a URSS, propôs a instalação de uma estação de rádio na China para conseguir se comunicar com os submarinos soviéticos e utilizar os portos da China pela marinha soviética. Mao considerou essa proposta um insulto, onde lembrou a tomada do território pelos britânicos. Mao considerou a proposta da URSS, uma traição da causa ideológica, preferindo a ruptura sino-soviética (KISSINGER, 2012).

²⁰ No início dos anos 1970, a China e os Estados Unidos reaproximaram-se, em uma aliança antissoviética, a qual permitiu a Pequim ocupar o assento permanente da China no Conselho de Segurança da ONU e normalizar suas relações com a maioria das nações. Era o fim de um longo isolamento diplomático e marginalização imposta. Ao mesmo tempo, encerrava-se o longo ciclo de conflitos internos. Com o término da Revolução Cultural e a aliança com os EUA, o maoísmo com ênfase na luta de classes foi deixado de lado (VISENTINI, 2011, p. 132).

1.2.2 A era Deng Xiaoping (1976-1997) e o desenvolvimento

Com a morte de Mao, Deng Xiaoping em 1978,²¹ instaurou uma política externa chinesa reorientada ao estímulo e apoio para o crescimento econômico interno. Suas crenças se baseavam que a China precisava se concentrar em seu próprio desenvolvimento estando afastada de envolturas externas (HASS et al., 2017). Consequentemente, houve desenvolvimento da produção rural facilitando a liberação dos trabalhadores do campo para as cidades, aumento substancial em investimentos para a educação básica e superior, a criação de um sistema econômico de capitalismo de Estado com participação privada, em conformidade com o controle firme do governo (SANTAYANA, 2008, p. 55)²².

Apesar da economia chinesa desde 1976, apresentar melhoras significativas e índices de recuperação proeminentes após o turbulento período da Revolução Cultural, o país até aquele momento carecia de produção de base, acima de tudo agrícola. A colheita de grãos não tinha alcançado o marco de 400 milhões de toneladas, um valor indispensável para o suprimento da população. Similarmente, o ambiente industrial encontrava-se obsoleto com o aparato pouco operacional e ultrapassado em comparação com as novas técnicas utilizadas nos países desenvolvidos. Assim, Deng Xiaoping em visitas a outros centros urbanos mais dinâmicos e desenvolvidos tivera ideias de transformação precisas do atraso que a nação chinesa se encontrava. A política de reformas demonstrou quase que um único meio de escape para que a China conseguisse manter seu sistema nacional, sem chocar, no médio prazo, grandes perturbações originados de crises de escassez (ABI-SADI, 2011)²³.

²¹ Após a morte de Mao Zedong (1976), do fim da Revolução Cultural (1966-76), da derrota do “Bando de 4” (1977), do rápido comando de Hua Guofeng (1976-77) e da regeneração de Deng Xiaoping (1977), a orientação da política econômica chinesa passou de um planejamento burocrático centralizado para uma economia de mercado socialista descentralizada e sem burocracias, por meio do processo de Reforma e Abertura para o mercado internacional, a datar de 1978.

²² “Parte da razão pela qual a China foi capaz de crescer tão drasticamente na década de 1980 é que Mao limitara o crescimento de forma extremamente dramática até aquele momento. Quando ele morreu e foi, por fim, substituído por Deng Xiaoping, a mera mudança de ideologia liberou a China para um aumento extraordinário de crescimento baseado numa demanda reprimida combinada aos talentos e recursos nativos da população” (FRIEDMAN, 2007, p. 210).

²³ Em 1978 o país aderiu a política das Quatro Modernizações, que promove reformas internas como a descoletivização gradual da agricultura, a abertura de uma economia mercantil dentro de uma estrutura socialista, a criação de áreas específicas para a captação de capital e tecnologia estrangeiras e a instalação de empresas transnacionais, destinadas principalmente à exportação. Nas

Deng Xiaoping conduziu a reforma e a abertura para o caminho do socialismo com características chinesas com o propósito de fazer uma nova realidade com o renascimento da nação chinesa²⁴ (JUNRU, 2011). Essas reformas foram lançadas no período de 1978 a 2008, alcançando uma taxa anual de 9,5% ao ano, equivalente a três vezes a média dos EUA. Porém, não se pode negligenciar que em períodos anteriores, de 1948 a 1978, esteve evidente a forte instabilidade política e econômica pelas quais o país passava, destas podemos frisar a Revolução de 1949, a perda da ajuda econômica e técnica da União Soviética, Revolução Cultural, e que mesmo assim, o produto chinês alcançou uma média de 6% ao ano. A ascensão do PCC em 1949 manteve uma unidade política ao país em oposição à guerra civil que presenciou meio século antes, isso não deixou de promover seu crescimento mesmo às pressões do Maoísmo ou a estabilidade política ocasionada logo após a Revolução Cultural que necessariamente abriram caminhos para um crescimento com um ritmo muito mais acelerado (LYRIO, 2010). Em 1992, a China alcançou índices mundiais expressivos originados de três grandes setores: crescimento econômico, exportações e captação de investimentos estrangeiros (SILVA, 2016).

As reformas de Deng Xiaoping cresceram em parte por problemas de governança que a China enfrentou em decorrência da Revolução Cultural e do autoritarismo comunista. Contudo, as políticas de reforma não foram somente equivalentes a um ajuste estrutural na economia doméstica, mas também, uma redefinição do poder político, à identidade nacional e o propósito na esfera política, no que lhe concerne trouxeram problemas de governança e turbulência em extrema escala. A rebelião dos estudantes na Praça Tiananmen, em 1989, foi um componente das manifestações dessa enorme transformação. Um crescente consenso desenvolveu-se entre as lideranças, todas com o incidente de Tiananmen de 1989 na memória, que com a falta da estabilidade política, a estrutura do Estado e o PCC poderiam entrar em colapso, sendo possível a perda de poder e estar

Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), geralmente províncias costeiras, introduziu-se legislações próprias para permitir o estabelecimento de determinados mecanismos capitalistas e o assentamento de capitais e empresas estrangeiras (VISENTINI, 2011. p. 132).

²⁴ *El socialismo con características chinas es el producto de la combinación del principio fundamental del socialismo científico con las realidades de la China contemporánea y las características de la época actual, así como el último fruto de la adaptación del marxismo a las condiciones chinas.* (JUNRU, 2011, p. 16).

vulnerável a responder por seus crimes. Desse modo, enquanto as taxas de crescimento e o bom desempenho da autoconfiança nacional tornaram-se por um lado, um modelo de influência para a economia dos anos 90, por outro lado, um sentimento de fragilidade começou a se instaurar entre líderes chineses sobre conseguir manter a estabilidade econômica e social²⁵ (AUSTIN, 2013).

1.3 METODOLOGIA

A metodologia aplicada neste trabalho está fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental com a utilização de fontes primárias e secundárias, de caráter descritivo e exploratório através da abordagem quali-quantitativa.

As fontes primárias se fundamentaram principalmente em organismos governamentais como, o Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e o Ministério das Relações Exteriores (ITAMARATY) entre outros; as fontes secundárias se basearam em livros e artigos científicos com importantes autores mundiais que tratam do tema de política externa chinesa, desenvolvimento latino-americano, cooperação Brasil-China, investimentos chineses no Brasil e relações comerciais Brasil-China.

O estudo possui caráter descritivo, uma vez que se sustenta em recursos teóricos de outros trabalhos referentes ao tema, assim como realiza a interpretação de gráficos, tabelas e índices econômicos; e, exploratório, com coleta de dados subtraídas de órgãos do governo nacional e internacional como, Banco Central do Brasil (BCB), Fundo Monetário Internacional (FMI), Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), *The American Enterprise Institute and the Heritage Foundation (AEI)*, e etc.

A análise das informações foram elaboradas pela abordagem quali-quantitativa, onde uma parte do trabalho não procura fazer medição dos eventos

²⁵ Na sessão de 1997 do Congresso Nacional do Povo (CNP), o governo introduziu uma lei de defesa que destacava a prioridade do Exército Popular de Libertação (ELP), na prevenção de rebeliões armadas domésticas ou tumultos armados destinados a subverter o poder estatal e destituir o Sistema Socialista (AUSTIN, 2013).

estudados e a outra parte manuseia dados que demonstram o crescimento do comércio Brasil-China a partir dos anos de 1990, a composição e distinção da pauta de exportação e importação entre os dois países, bem como a evolução dos investimentos chineses no Brasil e suas características.

Para calcular a taxa de crescimento das relações comerciais Brasil-China e investimentos foi utilizado a média comparativa de um período para outro. Assim, a taxa de crescimento de um setor k do país i no período t, pode ser representada pela fórmula:

$$TX_{ik}^t = \frac{[X_{ik}^t - X_{ik}^{t-1}] * 100}{X_{ik}^{t-1}} \quad (1)$$

Sendo que X_{ik}^t representa a exportação e importação de um setor k do país i no ano t, ou seja, o valor final que se pretende calcular; e, X_{ik}^{t-1} a exportação e importação do setor k do país i no ano t-1, que representa o valor inicial. No caso dos investimentos, a fórmula pode ser representada de acordo com as características dos investimentos e setores que estão direcionados.

Para analisar o crescimento das variáveis macroeconômicas brasileira e chinesa foram calculados o Produto Interno Bruto (PIB) real e *per capita*, onde a taxa de crescimento (g) de uma variável de um determinado período e o PIB (Q) pode ser representado pela seguinte expressão:

$$g = \frac{Q_t - Q_{t-1}}{Q_{t-1}} \quad (2)$$

Para calcular a taxa de crescimento composta podemos usar a fórmula:

$$\text{Valor Futuro} = (\text{Valor Atual}) * (1 + g)^n \quad (3)$$

Em que (g) é a taxa de crescimento composta anual e (n) é o número de anos que se pretende calcular.

Para investigar em termos do desenvolvimento econômico da China e do Brasil, utilizamos o Índice de Complexidade Econômico (ICE). Deste modo, para compararmos as duas economias usamos um subconjunto dos dados de 1985 a 2017 e selecionamos o principal produto de exportação para a demonstração dos links que são gerados na rede que o produto ocupa. O índice mensura o grau da estrutura produtiva de uma determinada economia, ou seja, a sofisticação tecnológica de seu tecido produtivo (HAUSMANN e HIDALGO et al., 2014). Para conseguir identificar as capacidades produtivas de cada bem, os autores utilizaram o Índice das Vantagens Comparativas Reveladas (BALASSA, 1965), que se segue:

$$VCR_{ept} = \frac{x_{ept} / \sum x_{ept}}{\sum x_{ept} / \sum \sum x_{ept}} \quad (4)$$

A complexidade econômica de um país poderá ser observada através da diversidade e da ubiquidade de produtos que se encontram na pauta de exportação (HAUSMANN e HIDALGO et al., 2014). A diversidade ($k_{c,0}$) está relacionada ao número de produtos aos quais um país está conectado, ou seja, o número de links que este país tem em sua rede produtiva. A ubiquidade ($k_{p,0}$) está relacionada ao número de países aos quais um produto está conectado, isto é, ao número de links que este produto possui na rede. Podemos definir (M_{cp}) como uma matriz de valor 1 se o país (c) produzir o produto (p) e (0) ou podemos medir a diversidade e a ubiquidade (onipresença) somando as linhas ou colunas da matriz. Formalmente definimos:

$$Diversidade = k_{c,0} = \sum_p M_{cp} \quad (5)$$

$$Ubiquidade = k_{c,0} = \sum_c M_{cp} \quad (6)$$

Para alcançarmos uma medida mais precisa da quantidade de recursos disponíveis em um país ou do exigido por um produto, precisamos calcular a onipresença média dos produtos de exportação, e a diversidade média dos países que os fabricam. Isso pode ser demonstrado pela seguinte fórmula:

$$ECI = k_{c,N} = \frac{1}{k_{c,0}} \sum_p M_{cp} \cdot k_{p,N}^{-1} \quad (7)$$

$$PCI = K_{p,N} = \frac{1}{k_{p,0}} \sum_c M_{cp} \cdot k_{c,N}^{-1} \quad (8)$$

Sendo que N demonstra a quantidade de conexões que há entre os indicadores iniciais de diversificação e ubiquidade, que são o indicador ECI *Economic Complexity Index* (em tradução para ICE *Índice de Complexidade Econômico*) e o PCI *Product Complexity Index* (em tradução para ICP *Índice de Complexidade do Produto*).

1.4 POLÍTICA EXTERNA: UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS INTERNOS E EXTERNOS DA POLÍTICA CHINESA E SEUS PRINCÍPIOS

1.4.1 Uma análise de Política Externa

1.4.1.1 Realismo e a Política Externa

O estudo da política externa é uma história em constante mudança sobre como estados, instituições e povos se envolvem uns com os outros dentro de um sistema internacional dinâmico. Moldada pela história e práticas institucionais, a política externa se caracteriza pelos processos domésticos de cada país refletidos nas decisões governamentais e levados ao plano internacional. A política externa se baseia em instrumentos variados como a diplomacia, as sanções e as novas mídias para produzir políticas que ampliem os interesses do Estado.

Na abordagem tradicional, a política externa está associada aos Estados e a outros atores do sistema internacional, que projetam seus interesses e propósitos internos para o exterior. Sendo assim, a política externa tem sido descrita como a interação entre vários agentes políticos com necessidades e desejos específicos, bem como, pelas estruturas formadas através de relacionamentos dos Estados, organizações, entre outros (LANTEIGNE, 2016).

As raízes da política externa estão em sua reação ao domínio do realismo e sua representação do estado e suas interações com outros estados, seja através de relações bilaterais diretas ou através de instituições multilaterais como a ONU, e uma insatisfação geral com a capacidade do realismo de fornecer explicações

credíveis dos resultados da política externa. De acordo com o paradigma realista, o Estado é visto como um ator unitário e racional, é desnecessário analisar o papel dos componentes discretos do governo (o executivo ou o legislativo) para avaliar a política externa do Estado. Neste contexto, o interesse nacional é um conceito chave da corrente realista tradicional sendo uma preocupação central dos decisores políticos estrangeiros, e é o ponto de referência para estudiosos realistas que buscam interpretar a ação do Estado (ALDEN; ARAN, 2017). Hans Morgenthau foi um dos principais pensadores da corrente realista com a publicação da primeira edição de seu livro *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace (A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz, 1948)*, que define o interesse nacional como sinônimo de poder e, portanto, tanto é o objeto adequado da política externa de um Estado quanto é a melhor medida da sua capacidade para atingir os seus objetivos. O poder é o objeto central em sua teoria, onde, sejam quais forem os fins da política internacional, o poder constitui sempre o objetivo imediato (MORGENTHAU, 1973).

O que constitui o interesse nacional, como é determinado e, por fim, implementadas são cruciais para entender as escolhas e respostas buscadas pelos estados nos assuntos internacionais. Os realistas afirmam que o personagem do sistema internacional, isto é, sua natureza fundamentalmente anárquica, é o guia mais importante para interpretar a política externa. A busca de segurança e os esforços para aumentar os estados de riqueza material em concorrência com outros estados, limitando o escopo de cooperação a uma série de estratégias seletivas e de interesse próprio. Nesse cenário, a centralidade do poder que pode ser manifestado como poder militar é visto como o determinante da capacidade de um estado de sustentar uma política externa bem-sucedida (ALDEN; ARAN, 2017).

Hans Morgenthau representa o realismo clássico, tanto tratou das escolhas políticas do governante, quanto dos fatores sistêmicos da política internacional. Isso foi um dos grandes fatores de preocupação dos realistas com a política externa. Contudo, Kenneth Waltz, com a publicação de seu trabalho *Theory of International* (1979), o realismo estrutural ou o neorealismo se tornou a principal corrente do realismo. Com esse trabalho a premissa de Waltz era construir uma teoria da política internacional que demonstrasse os processos recorrentes, em específico a guerra

no sistema político internacional. O autor tinha interesse nos fatores internos e sistêmicos que são os principais formadores das teorias de políticas externas deixando de lado os processos individuais para a explicação de política externa (WALTZ 1979).

1.4.1.2 Behaviorismo e Racionalismo

Desde os anos de 1950 o Estado Unitário é questionado por cientistas políticos, e estudiosos como Richard Snyder e James Rosenau frustrados pela fácil prestação de eventos internacionais em círculos de RI estabelecidos, foram além da orientação sistêmica e “abriram a caixa preta” da tomada de decisão em política externa. Em vez de produzir uma normativa crítica do realismo, Snyder e Rosenau e outros estudiosos tiveram a intenção de encontrar uma abordagem metodológica melhorada para avaliar as interações entre estados (SNYDER et al., 1962; ROSENAU, 1966).

Ao criar o campo da política externa, esses pesquisadores aceitaram os princípios do realismo, como a centralidade do estado em RI, foram abordadas uma série de vertentes investigativas que finalmente contribuiriam para uma expansão do conhecimento e compreensão sobre o relacionamento entre política externa e RI. De um lado, Snyder dirigiu os estudos dedicados à decisão de política externa, com enfoque nos processos de decisão e nas estruturas dos grupos responsáveis por essas mesmas decisões. Por outro lado, Rosenau estabeleceu o arcabouço para os trabalhos de política externa comparada, com a sua ênfase na análise dos ‘eventos’ de política externa (FREIRE et al., 2011; ALDEN; ARAN, 2017).

Os estudos originais de política externa nos anos 1950 e 1960 apresentavam desafios explícitos aos pressupostos realistas em ascendência no campo das RI naquele momento. Em vez de examinar os resultados da política externa, no decorrer das decisões, os behavioristas procuraram compreender o processo de tomada de decisões de política externa. Em particular, estudiosos como Robert Jervis, Harold Sprout e Margaret Sprout investigaram o papel do decisor individual e as influências que o acompanham na escolha da política externa (ALDEN; ARAN, 2017).

Os estudos dos processos de decisão, descrevem a racionalidade em uma sequência de atividades, como por exemplo, o reconhecimento e a definição do problema, a seleção de objetivos, a identificação de alternativas, a seleção de uma alternativa num campo de diversidades e a escolha racional da alternativa que melhor conseguir alcançar o objetivo pretendido. O modelo da racionalidade aplicado à política externa implica que o Estado proceda intencionalmente, com motivações definidas, demonstrando a capacidade para ordenar as suas opções e interesses em ampliar a utilidade da sua escolha (MINTZ e DEROUEN JR., 2010).

Essa abordagem “comportamentalista”, com seu foco nas “mentes dos homens”, surgiu num momento em que aqueles que trabalham na tomada de decisão nas ciências políticas estavam cada vez mais enamorados com a noção de aplicar um conjunto de regras para entender o processo e os resultados da tomada de decisão. A metodologia, que passou a ser conhecida como teoria da escolha racional, entre outras coisas postulavam um corpo decisório unificado na forma do estado, bem como a crença de que a busca do interesse próprio guiou todas as decisões fabricantes. Desde que a escolha racional aderiu fortemente a algumas das ideias-chave do realismo, foi relativamente fácil para o racionalismo e o realismo encontrar causa em sua avaliação do mundo da política internacional (ALDEN; ARAN, 2017).

Em 1971 Graham T. Allison analisou a crise dos mísseis de Cuba de 1962 com um estudo de caso intitulado de *Essence of Decision: Explaining the Cuban Missile Crisis*, onde demonstra como as tomadas de decisões dos EUA se basearam a um processo racional. Durante o governo do presidente americano John F. Kennedy, em 1962, foi definido um modelo analítico em que o Estado em conjunto com outros atores burocráticos, atuavam como jogadores estratégicos dentro do governo com o interesse de defender os objetivos próprios. Dessa forma, a política externa estaria envolvida pelo jogo político, que se estenderia através de disputas com diversos atores estatais de maneira que prevalecessem as suas motivações principais. Inicialmente, o plano estratégico se estabeleceu em opções como, nada a fazer; exercer pressão diplomática; aproximação secreta ao líder cubano Fidel Castro; invadir Cuba, lançar um ataque aéreo; e por fim, impor um bloqueio à ilha. Os objetivos foram ordenados por ordem de preferência, e a escolha foi a última

alternativa, a imposição de um bloqueio a ilha, sendo esta considerada a mais vantajosa, o que permitia aos EUA uma demonstração de firmeza (ALLISON, 1999).

Apesar da aplicação do molde racional a crise dos mísseis, a decisão racional está voltada para o padrão idealizado nas preferências, do que de um comportamento preciso da realidade. E, mesmo que a escolha racional tenha suas diversas virtudes, os impedimentos para a sua realização são substanciais. Podem ser humanos, onde derivam de problemas de serviços de informações e outras capacidades; organizacionais, onde a maior parte das decisões são pelo coletivo; e também, as necessidades psicológicas dos tomadores de decisões de política externa em ambientes de incertezas. Por sua vez, as decisões requerem concordância do grupo de acordo com os interesses nacionais e o curso das ações (FREIRE et al., 2011).

1.4.1.3 Estruturas domésticas e política externa

Com o distanciamento do enfoque do tomador de decisão individual e da burocracia estatal, os estudiosos de política externa começaram a mostrar interesse nas fontes societais de política externa. Esse interesse produziu uma rica literatura que descrevemos como a abordagem da estrutura doméstica. Um de seus aspectos lida com os efeitos dos atributos materiais de um país, como tamanho, localização, demografia, potencial agrícola, industrial, entre outros, que influenciam a política externa. Uma segunda categoria desenvolve uma noção mais sofisticada da estrutura doméstica (ALDEN; ARAN, 2017). Thomas Risse-Kappen em seu livro *Bringing Transnational Relations Back In: Non-state Actors, Domestic Structures and International Institutions* (1995), analisa que o estado deve ser distinguido de governos e atores governamentais, tomando decisões, negociando tratados e interagindo com a sociedade e outros governos, dessa forma, discorda da abordagem realista da racionalidade das instituições (RISSE-KAPPEN, 2009 et seq.).

Risse-Kappen vai conceituar as estruturas domésticas para poder diferenciar a força e a autonomia de cada Estado diante da sociedade. O conceito central para o autor não está apenas nas capacidades de cada país, para conseguir explicar a

influência de agentes transnacionais sobre os sistemas políticos dos Estados. Assim, observa que apenas a organização e a legislação não são suficientes para o entendimento das relações estruturais estatais e da sociedade. O autor também, enfatiza no conceito de estruturas domésticas, a abertura de um Estado e a forte influência da sociedade perante o governo.

Risse-Kappen sugere que a abordagem de estruturas domésticas das relações internacionais permitem diferenciar os diversos tipos de autonomia e de poder do Estado frente à sociedade. As abordagens de estruturas domésticas facilitam diferenciar os tipos de autonomia e poder que emanam do Estado através da forma como a política é organizada em seu ambiente estatal. Essas estruturas domésticas abrangem, as regras e valores da sociedade que se vinculam às instituições políticas do Estado, os organismos sociais e às redes políticas que fazem a conexão entre elas. Dessa maneira, o autor menciona que a noção de estruturas domésticas referem-se às instituições políticas do estado, às estruturas sociais e às redes de políticas que ligam os dois. Estruturas domésticas englobam o aparato organizacional da política e da sociedade, instituições, suas rotinas, as regras e procedimentos de tomada de decisão incorporados na lei e no costume, bem como os valores e normas incorporados na política e na cultura.

Em outra perspectiva, o trabalho de Haral Müller vai lidar com a natureza das instituições políticas (o estado), com as características básicas da sociedade, e com os arranjos institucionais e organizacionais que ligam o Estado e a sociedade bem como canalizar as demandas da sociedade para o sistema político. O debate sobre o surgimento da teoria da paz democrática é uma ilustração interessante de como a política externa usou a abordagem da estrutura doméstica para explicar a política externa (ALDEN; ARAN, 2017 et seq.).

Defensores da teoria da paz democrática argumentam que as democracias inerentemente produzem uma política externa mais pacífica, pelo menos no que diz respeito a outros estados democráticos. Um debate intrigante seguiu esta afirmação, sondando o grau em que a natureza da política pode contar com a condução da política externa.

1.4.1.4 Pluralismo e Política Externa

Os pluralistas não acreditam que os estados são os únicos atores significativos na política internacional. Eles sustentam que por volta dos anos de 1970, talvez antes ou talvez depois, houve um aumento das ligações entre uma variedade de atores estatais, subestatais e não estatais que corroeram a primazia tradicional do Estado na política externa. De fato, uma das características centrais do mundo globalizado é a possibilidade de que as multinacionais poderiam exercer a política externa com base em seus recursos, ou que as ONGs exercem poder através de sua capacidade de mobilizar votos. Para os pluralistas, a compreensão dos resultados da política externa vem da análise das influências derivadas de fontes domésticas e transnacionais que não necessariamente precisam estar vinculadas ao Estado. A abordagem pluralista retrata o ambiente transnacional como um ator misto não estruturado neste cenário. É desestruturado na medida em que é "inteiramente gerado por atores", e é difícil distinguir o intencional do incidental. Esse ambiente pluralista de interdependência complexa efetivamente diminui o escopo da ação do estado em formulação de políticas, a de gestão de uma diversidade de forças dentro da esfera doméstica, incluindo o governo, e fora dos limites do Estado (ALDEN; ARAN, 2017).

A obra de Robert Keohane e Joseph Nye, *"Power and Interdependence"* (Poder e Interdependência, 1977), pode ser considerada um marco para a discussão da interdependência nas relações internacionais. Observando o avanço significativo do mundo globalizado, com o surgimento de transnacionais, o crescimento do comércio e a integração internacional, defendem que as decisões dos entes estatais e outros agentes não-estatais, tendem a trazer consequências refletidas para o sistema internacional. Para os teóricos, os efeitos desse processo de integração, retrai a força nas relações entre os países envolvidos. Os conflitos gerados pela interdependência podem ser solucionados através das criações de instâncias supranacionais.

De acordo com Robert Putnam em seu trabalho *"Diplomacy and Domestic Politics: The logic of Two-Level Games"* (Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis, 1988) tenta capturar os desafios impostos pela

interdependência complexa em tomadores de decisão de política externa. Escrevendo na tradição racionalista, ele sugere que a tomada de decisão dos processos envolvem tanto uma arena doméstica, onde há um conjunto de regras e interesses governamentais, e uma arena internacional, onde um conjunto diferente de regras e interesses prevalecem. Equilibrando a lógica e as demandas das duas arenas, que muitas vezes estão em conflito, forma o dilema central da política externa fazendo como visto pelos pluralistas (PUTNAM, 1988).

Para Putnam, a luta política das negociações do sistema internacional pode ser gerada como um jogo de dois níveis. No nível nacional, os grupos domésticos em nome de seus interesses pressionam o governo a adotar políticas que sejam compatíveis com os seus interesses bem como são formadas as coalizões entre esses grupos mantendo uma posição de poder político. No nível internacional, os governos nacionais demandam habilidades de satisfazer as pressões internas, enquanto reduzem as adversidades que evoluem no ambiente externo. Esses dois jogos precisam ser tratados de forma igualitária pelos tomadores de decisão para que os seus países não percam a soberania e a interdependência (PUTNAM, 2010 et seq.).

As lideranças políticas nacional de cada país estão presentes em ambos os tabuleiros, sendo que do lado do tabuleiro internacional estão as contrapartes estrangeiras. O jogo de dois níveis se torna mais claro quando as ações racionais para um determinado jogador em um determinado tabuleiro podem ser inadequadas para esse mesmo jogador em outro tabuleiro. Nesse jogo poderão ser toleradas pelas partes, pequenas diferenças entre elas. Mas, qualquer jogador com certa relevância do tabuleiro internacional que se sentir descontente com o resultado pode desorganizar o jogo, sendo que a liderança do tabuleiro doméstico que não conseguir satisfazer os outros componentes de seu grupo, também, pode ser retirado da posição que se encontra. Porém, jogadores com maior capacidades identificam movimentações em algum determinado tabuleiro, que podem ser refletidos em novos realinhamentos em outro tabuleiro, o que por sua vez, abre a possibilidade de atingir objetivos que seriam difíceis de outro modo.

1.4.1.5 A mudança da Política Externa

A dificuldade em teorizar de forma adequada o Estado e descrever as forças da globalização, demonstram que as mudanças da política externa têm sido pouco estudadas pelos acadêmicos clássicos. Da mesma forma, que as RI não conseguiram contabilizar as séries de eventos que precipitaram o fim da Guerra Fria em 1989, os estudos de política externa dizem pouco sobre as fontes e condições que deram origem a alterações significativas na política externa de um Estado. Apesar dos momentos importantes de política externa, como a dramática virada diplomática de Nixon com a República Popular da China em 1972 e a reorientação sistemática dos estados pós-soviéticos em relação ao Ocidente, quando a mudança da política externa era a importante característica do tecido da política internacional (ALDEN; ARAN, 2017 et seq.).

Entendendo e integrando "mudança" em se tratando de análises de política externa requer a contagem do seu impacto em relação aos decisores individuais, instituições e estruturas de tomada de decisão, bem como o contexto sociopolítico e externo em que essa mudança ocorre.

1.4.2 Política externa da China: Abordagens domésticas

O pensamento e a aceitação da democracia Ocidental pelos intelectuais chineses seguiam duas linhas de entendimento, por um lado, tinham interesse em como salvar a nação chinesa, e por outro lado, em como renová-la. Esse embate foi o mesmo quando eles aceitaram o Marxismo e a democracia socialista. Conseqüentemente, a fuga da Primeira Guerra mundial e a vitória da Revolução Russa²⁶ de outubro fizeram com que desistissem de seu pensamento original sobre a democracia e adotassem a mesma abordagem democrática marxista que a classe operária Russa. Assim, o Movimento 4 de maio da China designado como um evento patriótico, democrático e antiimperialista, teve contribuição para essa

²⁶ Revolução de outubro de 1917 - Vladimir Lenin liderou os Bolcheviques, contra o governo provisório, em 25 de outubro de 1917. Foi a primeira revolução comunista marxista do século XX, influenciado por Karl Marx (1818-1883). Também é conhecida como Revolução Bolchevique e Revolução Vermelha, sendo a segunda fase da Revolução Russa de 1917 – a primeira foi em fevereiro do mesmo ano (REED, 2002; COURTOIS, 2007).

mudança. A Guerra do Ópio, em 1840, e a assinatura do tratado de Nanquim, em 1842, prejudicaram os sentimentos chineses. Mas, tiveram um papel central para fazer a nação chinesa perceber a imensa diferença entre a política, economia e cultura chinesas em comparativo com as potências estrangeiras (ZHIMING, 2007 et seq.).

Desde o Movimento de Ocidentalização no final da Dinastia Qing, o Movimento de Reforma em 1898 (Reforma dos Cem dias), até a Revolução de 1911 para um sistema de república democrática na observação de Mao Zedong, a nação chinesa trabalhou duro com base na influência do ocidente, contudo, na conjuntura chinesa esse aprendizado fracassou. O Movimento 4 de maio na China em 1919, despertou a nação chinesa e disseminou o pensamento socialista na China. Logo após, um grupo de intelectuais Marxistas apareceu, com força ativa na promoção de conceitos materialistas da história e do pensamento científico socialista. Esses intelectuais exploraram de uma forma afetiva mudanças estruturais na posição da China política e social²⁷.

No período após a Primeira Guerra Mundial, os intelectuais da escola democrática começaram a rever a democracia burguesa do Ocidente. Na visão de Sun Yat-sen, o precursor da revolução democrática da China, o poder nas mãos de um pequeno grupo de elites era ditadura para poucos. Dessa forma, o argumento era como impedir os problemas da democracia ocidental enquanto realizava a própria democracia política. A preocupação principal era como conduzir uma revolução democrática na China, assim Chen Duxiu, um dos fundadores do PCC, concluiu que o Marxismo recuperaria os impasses chineses em 1920, em decorrência disso, buscou soluções para questões práticas revolucionárias chinesas. Após o Movimento 4 de maio, Mao Zedong defendeu uma revolução pacífica, mas que logo seria tomado por uma nova crença moldado na Revolução Russa. Para

²⁷ Em 1840, foi o ano que marcou o início da China para a modernização. Houve três grandes desafios enfrentados pela civilização chinesa, a invasão de Pequim pelas forças da aliança anglo-francesa em 1860, a guerra sino-japonesa em 1894 e a guerra russo-japonesa em 1906. A partir desses desafios, a China respondeu com o Movimento de Ocidentalização, que tinha como características principais, a importação de bens e armamentos modernos, as reformas institucionais por meio da Reforma dos Cem Dias em 1898 e da tentativa de implementação, ao final da Dinastia Qing, de uma monarquia constitucional, bem como em alguns anos depois, a Revolução Xinhai (ou Revolução Hsinhai) em 1911 (EPOCHTIMES, 2004).

Mao Zedong, defender o comunismo, fazer oposição a ditadura da classe trabalhadora, realizar a reforma através de meios pacíficos devido ao temor de perder a liberdade, ou até mesmo causar a guerra, pode ser teoricamente correto, mas na realidade era improvável.

O socialismo com características chinesas é o efeito da combinação do princípio fundamental do socialismo científico com as novas realidades da China moderna e dos seus elementos atuais. Durante o processo histórico podemos descobrir que a construção do socialismo na China foi planejada por uma visão marxista voltado às condições próprias chinesas por Mao Zedong, porém, não houve concretização. Deng Xiaoping, percebeu que o entendimento de Mao Zedong sobre o marxismo estava vinculado a uma base teórica velha. Assim sendo, durante o período da revolução, o marxismo demonstrou a luta entre diferentes camadas sociais, mas isso não trouxe resultados de adaptação na fase da construção (JUNRU, 2011 et seq.).

Quando Deng Xiaoping, tentou combinar os princípios básicos do socialismo científico com as características próprias da China, exigiu primeiramente o reconhecimento do socialismo. Desse modo, surgiram convicções de que o socialismo poderia ser aplicado a economia de mercado, e que a essência substancial do socialismo poderia consistir no desenvolvimento produtivo, além de conseguir acabar com a exploração e acumulação, a fim de colaborar pelo bem comum. Essa contradição da referente etapa vem das necessidades materiais e culturais da população e do atraso produtivo da sociedade. A situação básica da China contemporânea inerente a contraditória condição exige a tomada da construção econômica como fator central do desenvolvimento de forma constante as forças produtivas, criar inovação aos atrasos produtivos, promover reformas e conhecer tendências do desenvolvimento vinculados a forças produtivas e culturas do mundo como forma de referência.

A partir da fundação da RPC em 1949, à desordem social foi se decompondo e sendo estabelecido um governo forte e eficiente com salvaguardas ao desenvolvimento econômico. Nessa época, a produção média chinesa de grãos era de apenas 71 quilos por pessoa, estando 4 quilos abaixo da média mundial. O nível da produção industrial estava atrás de outras nações, o ferro e o aço atingiam um

grau produtivo de apenas 410.000 toneladas e a produção do petróleo bruto alcançava o nível de 120.000 toneladas apenas. A diretriz econômica do governo era considerar os interesses públicos e privados com a finalidade de beneficiar o trabalho e o capital, as parcerias do meio urbano e rural e as transações internas e externas (LI et al., 2010 et seq.).

Por conseguinte, expandiu os poderes de alocação de recursos do governo e dividiu as relações entre o governo central e local. Logo após a implantação de políticas e medidas para a reforma econômica, o governo inicia a restauração da produção industrial que tinha sido arruinada pela guerra, consegue aumentar o nível de emprego e alcançar a estabilidade social. A reforma agrária trouxe mudanças significativas na estrutura de propriedade da terra em substituição por uma economia de pequeno agricultor atuante com a unidade operacional familiar. Nos centros urbanos, o governo banuiu os privilégios econômicos das elites imperiais da China, confiscou o capital burocrático, determinou através da regulamentação e gestão uma economia estatal, e ainda, inseriu a economia privada a um sistema econômico “neo-democrático”²⁸.

O cenário externo da China passou por transformações no período de 1950 com a Guerra da Coreia. Com a finalidade de defender a segurança da nação e proteger a Base Industrial do Nordeste da China de ameaças externas, a China ordenou um exército voluntário para enfrentar a guerra. A guerra durou por três anos, e em 1953, foi assinado o acordo de armistício em Panmunjom, na Coreia do Norte. A China lutou, por um lado, para a restauração de sua economia, e por outro, precisava guardar mantimentos para a guerra. Além disso, os resultados políticos deixados pela Guerra Fria impactaram significativamente os projetos de desenvolvimento chineses. Mas, no cenário da Guerra Fria, a nação chinesa não teve escolha a não ser ficar ao lado do socialismo da União Soviética. O que não apenas forneceu à China, aliados e parceiros no ambiente internacional, mas também promoveu experiências e trouxe apoio material para o desenvolvimento econômico. De alguma forma, desde os líderes do alto escalão chineses aos cidadãos comuns, desejavam alcançar a industrialização e o posicionamento

²⁸ Uma neo-democracia configura um sistema político-institucional marcado por bloqueios intransponíveis a caminho da institucionalização da soberania popular e à implementação da democracia direta na administração de governos (SAFATLE, 2015).

internacional rapidamente. Esperavam acelerar o desenvolvimento econômico dentro de um ambiente doméstico e internacional pacífico, objetivando melhorar o condicionamento retrógrado que existia na China naquele período.

Para a continuidade da industrialização socialista, a China incorporou um modelo econômico que agregava a propriedade pública e o planejamento central, estimulou a indústria pesada a fim de proteger a nação chinesa de ataques e humilhações, os quais já tinham enfrentado naquele século. Com as prioridades na construção industrial no interior de uma economia planejada, o governo disponibiliza recursos para alcançar o desenvolvimento da indústria pesada como foco principal. A partir de 1953, a China iniciou sua transição socialista para uma administração pública singular e para uma economia planejada, destinadas a construção econômica de escala²⁹.

Desse modo, acreditava que o sistema econômico planejado adotado evitaria a crise econômica capitalista e garantiria o desenvolvimento equilibrado de sua economia através do planejamento. A China instaurou a combinação de uma economia planificada com a propriedade pública e a distribuição das posses baseadas no trabalho como objetivo principal de igualdade e eficiência perante o modelo clássico do socialismo. Assim, ficou em evidência a insatisfação dos resultados da economia planejada, demonstradas com defeitos inerentes, direitos de propriedade frágeis, assimetrias das informações e incentivos incompatíveis. Esse modelo não contribuiu para atingir as metas do desenvolvimento econômico, além de enfraquecer a motivação dos produtores e consumidores, ao mesmo tempo que deturpava a estrutura da economia nacional³⁰ (ZUOJUN, 2012 et seq.).

²⁹ No primeiro período do Plano Quinquenal (1953-1957), a China iniciou uma construção econômica de larga escala com a utilização de tecnologias avançadas oriundas da União Soviética. O lançamento e a conclusão de alguns projetos mudaram perspectivas do desolamento no panorama industrial da China, sendo construídos mais de 156 projetos com a ajuda da União Soviética. Os departamentos industriais e a capacidade produtiva desenvolvidas por esses projetos estruturam falhas na economia, e por sua vez, melhoraram a capacidade de produção de setores fragilizados e garantiu o aperfeiçoamento de técnicas para o desenvolvimento industrial, abrindo espaço a China de estabelecer sua própria base industrial (LI et al., 2010).

³⁰ O sistema econômico socialista básico da China antes da reforma e da abertura seguiu de perto as ideias apresentadas pelos expositores clássicos do pensamento marxista. A China tinha uma economia planejada e a riqueza era distribuída de acordo com o trabalho baseado na propriedade pública. A distribuição de acordo com o trabalho é a realização da propriedade pública e o único princípio de distribuição do socialismo (YINING, 2012, p. 118).

A China através de suas orientações ideológicas, realizou aos poucos uma reforma no sistema econômico planejado desde o momento da reforma e abertura. Em consequência, uma economia de mercado foi se desenvolvendo em conjunto com avanços ideológicos e institucionais. À exceção de alguns bens públicos, os preços dos produtos e serviços em sua maioria foi totalmente liberalizado. O mercado privado e as empresas de médio e pequeno porte são responsáveis por mais de 60% do PIB da China e fornecedoras de mais de 80% dos empregos gerados. Algumas reformas foram realizadas conjuntas a empresas estatais e estabeleceram sistemas inovadores de gestão de negócios. O antigo sistema de alocação de receita de acordo com o trabalho foi combinado a uma multiplicidade de métodos de alocação. Sendo assim, a economia planejada que durou por mais de 30 anos completou o seu ciclo dando lugar a uma economia de mercado³¹.

O dinamismo da sociedade chinesa é compensado pela atuação de alguns líderes e de suas políticas de enfrentamento aos problemas que o país tem passado nos últimos anos. A partir de 1978 um modelo de uma radical mudança do governo trouxe a essência das novas políticas para tornar uma China rica, forte, democrática e civilizada. Os líderes do país decretaram um deslocamento histórico do interesse do governo central na China, e da economia controlada pela supervisão do governo. A liderança econômica forte iniciava a apagar os últimos vestígios do socialismo, incluindo apoios sociais universais, reforma das forças armadas e da indústria de defesa, liderança sólida para a construção de uma sociedade de livre mercado, e a abertura da democracia participativa. Esse novo espírito seria o modo da China de enterrar as lembranças da repressão da Praça Tiananmen em meados dos anos 80. Essa questão identificada em fontes oficiais chinesas como uma crise de ordem pública deveria ser observada por outras vertentes como uma crise de legitimidade política (AUSTIN, 2013 et seq.).

Nos anos 1980 e 1990 o Partido Comunista ganhou legitimidade com os ganhos impressionantes, mas desperdiçou a maior parte do seu apoio popular antes

³¹ A ideia de suplementar a economia planejada com a regulação do mercado foi apresentada no 12º Congresso Nacional do PCC em 1982. Uma planejada economia de *commodities* com base na propriedade pública foi apresentada na Terceira Sessão Plenária do 12º Comitê Central do PCC em 1984. Uma economia de *commodities* planejada socialista foi proposta no 13º Congresso Nacional do PCC em 1987. E o "sistema econômico socialista de mercado" foi finalmente apresentado no 14º Congresso Nacional do PCC em 1992 (ZUOJUN, 2012).

de 1978 com campanhas políticas repetidas e medidas de repressão, e também, através de inúmeras reversões econômicas que permaneceram em tristes recordações apesar dos impressionantes ganhos econômicos e sociais. Em mais alguns anos, outra crise de legitimidade surge da incapacidade do governo de solucionar mais rapidamente problemas políticos enraizados nas pressões demográficas e fundações de recursos da China com soluções de curto prazo sobre os quais Pequim tem controle, entre outros de caráter sistêmico ou político com soluções de curto prazo e reajustes enérgicos, mas que são de modo igual difíceis de mudar.

Voltando um pouco para trás, nas décadas de 1960 e 1970, a China se encontrava relativamente em uma economia fechada, sendo que o processo de internacionalização em 1998 tomou um percurso acelerado para garantir a entrada da China na economia global. Esse processo encontraria uma variedade de conflitos com parceiros comerciais, investidores estrangeiros e organizações do sistema internacional. A resolução desses conflitos econômicos pelo governo chinês nos vinte anos posteriores a 1978 foi muito prejudicada pelo andamento irregular de desenvolvimento de suas instituições domésticas e de sua burocracia. Essas adversidades tanto foram prejudicadas pelo caos político gerados pela Revolução Cultural, quanto depois de 1978, por seguidas divisões na liderança do Partido Comunista Chinês sobre a ideia de abertura para o mercado exterior o que seria antagônico a doutrina comunista. Mesmo após o colapso das moedas na Coreia do Sul, Indonésia e Tailândia, em 1997, houve críticas por algumas lideranças do Partido Comunista com a exposição da China à economia global. De acordo com a retórica dos líderes chineses a política correta para a China era autoafirmação, e que em momentos de crise a nação não teria nenhuma ajuda de lideranças externas.

Apesar da ideologia comunista ter quase desaparecido do ambiente prático da China, resquícios da governança totalitária do regime permanecem em atividade. Pela visão da maioria da população o sistema político precisa ter uma ideologia coerente para dar legitimidade ao governo. A busca para encontrar uma ideologia e estabelecer uma relação contratual com sua população são condições definidoras da atual política chinesa. Assim, a luta se conclui nos termos das instituições

políticas que determinam as diretrizes da política externa chinesa e por último, o poder internacional que a China exerce. A sua força política continua sendo disseminada pelas redes informais que cercam os órgãos formais do Partido Comunista, e não há atos públicos para a substituição de suas lideranças principais. As forças armadas e os serviços de segurança permanecem como instrumentos coercivos do Estado e são indispensáveis nas principais estruturas de poder. No arcabouço desse sistema, mudanças de suas lideranças podem afetar a sua instabilidade política em comparativo de um sistema com disputas de lideranças por vários grupos partidários³².

1.4.3 Política Externa da China e seus princípios

O projeto de política externa Contemporânea da RPC teve influência em seus fatores históricos e culturais voltados para a paz e o desenvolvimento com o sistema global. Perante esse molde, a China se baseia, no seu passado de glórias imperiais, no domínio pelas potências do ocidente no século XIX e meados do século XX, e ainda, no desenvolvimento econômico comandado pelo Partido Comunista Chinês (PCC) instaurado na recuperação nacional³³. Como consequência, fortalece sua autonomia nacional e recupera sua posição no cenário internacional de acordo com a sua força e disposição de recursos. Porém, a RPC não adquiriu reconhecimento pelos países desenvolvidos, a qual mantinha o *status quo* de ameaça política em referência ao seu radicalismo e, além disso, alcançou um importante nível de competidor econômico, com um sistema político que não satisfaz os ideais democráticos do ocidente (ALTEMANI, 2012; GLASER et al., 2014).

³² A estrutura governamental da China existe em nome e prática sob uma constituição estadual promulgada em 1982 (a quarta em 33 anos), mas a liderança de nível mais alto dessa estrutura formal é subordinada ao controle pelos líderes seniores do PCC. Assim, um Ministro, ou o Conselho de Estado (de Ministros), realiza as ordens de um pequeno grupo de membros seniores do PCC que podem ou não ocupar os cargos de liderança (AUSTIN, 2013).

³³ *Tanto en dirección de la revolución, como en la dirección de la construcción, siempre pusieron sus mayores energías en solución de las contradicciones y los problemas nacionales. En la actualidad se centran en el progreso de la nación, concentrándose en la construcción y el desarrollo. Por este motivo, los miembros del PCCh son un grupo de personas que abogan por la paz, aplican una política exterior independiente y pacífica, y persisten en continuar el camino del desarrollo pacífico* (JUNRU, 2011, p. 12).

No contexto dos elementos básicos, a política externa da China se volta aos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica da Conferência de Bandung (1955)³⁴, reafirmando que o seu sistema social e político, o qual podemos visualizar como socialismo com características chinesas possui em sua síntese a alternativa para o desenvolvimento que fora escolhido por sua população³⁵. A Soberania, a paz mundial, independência dos Estados, igualdade entre os parceiros e o desenvolvimento mútuo nos remete o espírito de Bandung (1955), que reordena a Política Externa Chinesa Contemporânea (KOCHER, 2015). Na visão de Paulino (2012), o desenvolvimento pacífico da China tem como objetivo estratégico a modernização, ser próspera e conseguir contribuir com a paz mundial, bem como promover o avanço da humanidade³⁶.

Dessa maneira podemos entender as suas primeiras experiências socialistas com uma engajada determinação nacional e não internacional da criação da estrutura do socialismo chinês (JABBOUR, 2010, p. 366). E, de suas raízes históricas que são o alicerce da tradição e culturas chinesas, assim como, compreender a importância do PCC e do Confucionismo³⁷ como base ideológica nessa estrutura³⁸ (JUNIOR, 2013).

O confucionismo é a forma inicial para a convivência da sociedade, onde se mantém relutante a utilização da força, que por sua vez, é relevante aos meios diplomáticos de negociação. Estabelece as relações de membros internos e do sistema internacional, refletindo aos objetivos propostos da Política Externa Chinesa. (JUNIOR, 2013). De acordo com as referências de Fairbank (2008) nos seus escritos do confucionismo, o pensamento “jun jun chen chen fu fu zi zi”, que é “deixe

³⁴ A Conferência de Bandung aconteceu de 18 a 24 de abril de 1955 em Bandung (Indonésia), onde participaram 29 países asiáticos e africanos, com o objetivo de estabelecer uma força política do Terceiro Mundo e manter oposição ao colonialismo. As exigências eram:

- A descolonização e emancipação dos povos da África e da Ásia;
- Coexistência pacífica e desenvolvimento econômico;
- Não interferências em assuntos internos (CVCE, 2017).

³⁵ Cinco princípios da coexistência pacífica: Respeito mútuo pela integridade territorial e soberania; não agressão mútua; não interferência mútua nos assuntos internos; igualdade e benefício mútuo; coexistência pacífica. Conferência de Bandung (1955).

³⁶ Livro Branco sobre o Desenvolvimento da China (PAULINO, 2012).

³⁷ Confucionismo: pensamento e filosofia chineses. Confúcio (551-479 a.c) (JUNIOR, 2013).

³⁸ O futuro político da China está em aberto. De acordo com o Partido Comunista Chinês (PCC), o sistema atual é o “estágio primário do socialismo”, significando que é uma fase de transição para uma forma superior de socialismo (BELL, 2010).

o governante governar como deve e o ministro ministrar como deve” designam sucintamente os ensinamentos de Confúcio que se cada sociedade cumprir com o seu papel, a ordem social seria mantida em equilíbrio.

A China esteve isolada do sistema de comércio internacional e da comunidade global antes da reforma e abertura, devido ter sido evitada pelos países imperialistas, o que acabou por seguir uma política fechada e aderindo a uma política externa independente, focada na autossuficiência, mas complementada pela ajuda externa. Buscava a compensação do *déficit* no comércio de alguns bens pelos *superávits* no comércio de outros bens, submetendo o comércio exterior a um controle unificado por meio de vários mecanismos econômicos (ZUOJUN, 2012). No entanto, após a adoção pela China da política de reforma e abertura essas condições foram se estruturando.

Consequentemente, a política externa chinesa esteve ligada a seu processo de reforma econômica voltada para o mercado, e posteriormente para a defesa de sua soberania e da unidade nacional, e logo em seguida, sua transformação hegemônica tanto regional quanto internacional. Portanto, as dificuldades econômicas foram uma combinação paralela aos elementos da segurança nacional como a soberania, independência e estabilidade (GALVÊAS, 2007 apud SILVA, 2016).

Dessa forma, a política externa chinesa pode ser retratada em três ciclos; o primeiro ciclo pode ser representando no ano da Proclamação da República Popular da China, em 1949 até a metade dos anos 50, no momento em que Mao Zedong liderava a vitória comunista no país. Nesse período, marcado pelos anos da Guerra Fria, o país estava atrelado a União Soviética e, após a ruptura com a URSS, estreitou as relações com os Estados Unidos somente na década de 70, o que foi importante para a inserção internacional da China (SHU, 2005). Porém, os primeiros anos da República Popular da China não foram propícios para estabelecer as relações externas, ainda que Mao Zedong começava a dar os primeiros passos em direção ao multilateralismo, consequentemente, foi sendo fomentado as relações políticas com os países em desenvolvimento (MENDES, 2015).

O segundo ciclo, inicia-se em meados dos anos 1950 indo até o final de 1960, sendo marcado por diversos acontecimentos domésticos e internacionais que

contribuíram de alguma maneira para a inserção chinesa ao sistema global. Esse período foi marcado pelo Movimento das Cem Flores, em 1957, o Grande Salto Adiante, entre 1958 e 1960, e a Revolução Cultural, de 1966 à 1976. Em decorrência dessas questões, foi redesenhada a política externa chinesa “*learn to one side*” (apenas de um lado) com a URSS, deixando em evidência a degradação das relações sino-soviéticas e a crescente aproximação chinesa com os países ocidentais. Na esfera das Relações Internacionais, o processo de descolonização dos anos 60 e o surgimento de novos atores nas conferências internacionais favoreceu a nação chinesa no momento em que assumia o papel de porta-voz com os países da América Latina, Ásia e África no combate ao imperialismo³⁹ (SHU, 2005 et seq.).

O terceiro ciclo, compreende variáveis internas chinesas e as transformações globais no período de 1970, marcado pela intensa atuação da China no sistema internacional e a combinação de consonância com a URSS, além do estímulo da entrada de novos atores na balança de equilíbrio bipolar. Não obstante, as dificuldades encontradas pelos EUA na Guerra do Vietnã, nos anos 60, e a tentativa de resolver esses conflitos contribuíram para uma aproximação americana com os chineses. Dessa forma, um novo contexto histórico das relações diplomáticas entre Estados Unidos e a China se iniciou, colocando fim ao isolamento entre as duas nações que permaneceu mais de 20 anos. Como garantia de manter o equilíbrio nas suas relações foram registrados o comprometimento para conter riscos de ameaça militar e impedir qualquer tipo de dominação regional sobre os países da Ásia-Pacífico.

Com a “aceitação da globalização e o posicionamento chinês como uma nação win-win”, é que vem dar o grande salto: no momento em que a sua

³⁹ Em 1902, John A. Hobson, apresentou um estudo sistemático intitulado de “imperialismo”, onde retratou o fenômeno como consequência da acumulação de capital, o que impulsionava a busca de novos mercados e oportunidades de investimentos. Para John A. Hobson, a questão central do novo imperialismo era o excedente econômico e não, o impulso comercial. Assim, via nas conquistas coloniais, ou seja, na expansão capitalista, a oportunidade de monopolizar mercados para a exportação de capitais. Nesse trabalho, o autor oferece uma explicação vinculada a expansão colonial e capitalista, em particular, a Inglaterra (HOBSON, 2005).

Numa contextualização mais atual, Arrighi analisa que o significado de imperialismo é uma extensão ou imposição do poder, autoridade ou influência de um estado sobre outros estados ou comunidades apátridas. Assim entendido, o imperialismo existe há muito tempo sob uma grande variedade de formas (ARRIGHI, 2007).

comodidade interna passou a depender do exterior, devido à aplicação de um modelo econômico com dependência nas exportações, a diplomacia chinesa ganhou visibilidade tanto no plano bilateral, quanto no plano multilateral. Numa análise histórica, o multilateralismo não seria a principal forma das relações chinesas caso não estivesse confortável com a globalização e se continuasse a ter a mesma posição hegemônica do seu passado (MENDES, 2015, p. 450, et seq.).

A ideia de apenas uma única potência no cenário mundial influencia para a definição e aceitação da política externa chinesa. Assim como não fazem oposição ao poder hegemônico dos Estados Unidos, a liderança chinesa optou por tentar equilibrar essa hegemonia argumentando a multipolaridade como garantia da paz mundial. Assim, a forma mais eficaz de alcançar a multipolaridade é fortalecendo o papel dos foros multilaterais, nos quais os diversos atores internacionais são ouvidos podendo inibir posicionamentos unilaterais. Por conseguinte, o multilateralismo não pode estar fundamentado em apenas interesses chineses de agir de acordo com as normas, no entanto, deve estar motivado pelo interesse da nação em conter uma potência hegemônica mais forte.

Em outra perspectiva, a política externa Chinesa comporta características domésticas e outros fatores que determinam a sua conjuntura externa. A China articulou sua diplomacia, ao mesmo tempo que ocorreram muitas transformações globais (MA, 1999). Deste modo, tem como plano principal alcançar o desenvolvimento pacífico em proposta para um mundo harmonioso e sem intervenções em negócios internos de cada país. Entretanto, as questões internacionais devem ser decididas com igualdade e com espaço para a participação de todos os países. Na economia, a cooperação entre os envolvidos deve ser mútua, apoiando suas forças um com o outro de maneira que consigam equilibrar a globalização econômica em seus próprios benefícios. Através do seu reconhecimento como país em ascensão, “insiste em tomar como o ponto de partida básico das suas relações externas a intensificação e o desenvolvimento da unidade e da cooperação com os países do terceiro mundo” ⁴⁰ (DUQING, 1990, p. 4).

⁴⁰ Chen Duqing foi cônsul geral adjunto da República Popular da China em São Paulo e chefe da Divisão da América do Sul do Departamento das Américas e Oceania do Ministério dos Negócios Estrangeiros da China.

A partir dessa ideia, mantém uma firme oposição ao imperialismo, ao colonialismo e ao racismo com apoio aos países do terceiro mundo na construção de sua independência nacional. A China mantém relações com países do terceiro mundo como uma forma de apoio para o desenvolvimento de suas economias nacionais e melhoramento das relações Norte-Sul, e para a expansão da cooperação Sul-Sul. Além de ter um profundo desejo de que os países do terceiro mundo reforcem a cooperação entre si e solucionem através de meios pacíficos suas hostilidades com negociações amistosas, impossibilitando as intervenções externas (DUQING, 1990).

Na perspectiva de Hu Jintao um mundo harmonioso é aquele em que os Estados atuam respeitando a soberania nacional de cada um, com tolerância as diferenças nos sistemas e nos valores políticos nacionais; e que promova o desenvolvimento nacional, distribuindo de modo igual os benefícios econômicos. Apesar desses princípios estarem a muito tempo na diplomacia chinesa, elas refletem o esforço de Hu Jintao para a definição de uma abordagem distinta da política externa. A concepção de um mundo harmonioso tem duas dimensões e o tempo mostrará como elas se manifestam na política real. A princípio, sugere que os líderes da China estão se afastando de sua visão tradicional de combate e de reação a questões estrangeiras como uma luta contra qualquer força externa, tal como hegemonia ou política de poder⁴¹. Posteriormente, uma segunda dimensão de um mundo harmonioso é a ênfase em quão diretamente a China fechada se tornou com a comunidade internacional. Dessa maneira, Hu Jintao busca promover uma conscientização em todo o sistema chinês sobre o uso das relações entre os assuntos domésticos e internacionais, como forma de articular uma melhor coordenação de políticas em toda a burocracia chinesa⁴² (MEDEIROS, 2009 et seq.).

⁴¹ Essa mudança foi um tema da Conferência de Trabalho dos Países Estrangeiros de 2006. O relatório de trabalho de Hu Jintao ao 17º Congresso do Partido, não solicita o estabelecimento de uma nova ordem política e econômica internacional. Dessa maneira, o relatório de Hu Jintao utilizou termos que emanam menos um desafio ao sistema internacional, o qual a China terá o compromisso com uma ordem internacional mais justa, colaborando com a paz mundial e promovendo o desenvolvimento comum (MEDEIROS, 2009, p. 49).

⁴² De acordo com a Conferência de Trabalho de Relações Exteriores da Federação de 2006, a China só pode promover um mundo harmonioso se os atores domésticos na China (por exemplo, empresas com atividades no exterior) estão cientes das ações da política externa da China e se, inversamente, a política externa da China ajuda direta e substancialmente o desenvolvimento econômico interno (MEDEIROS, 2009, p. 50).

O desenvolvimento econômico é fator impulsionador da política externa da China, tornando-se uma ideologia de duas dimensões, uma tradicional e a outra mais atual. A dimensão tradicional é que nos últimos 30 anos, os líderes chineses afirmaram com frequência sobre a China procurar manter um ambiente internacional benéfico, conveniente para a continuação da reforma interna, desenvolvimento e modernização. Esse propósito foi estabelecido por Deng Xiaoping durante o período da reforma e contém um real significado por trás disso. A diplomacia chinesa busca diminuir os riscos de ameaças em suas periferias, como por exemplo, a Rússia, o Sudeste Asiático, a Ásia Oriental e Central, que induziriam a nação chinesa a desviar bens nacionais da reforma econômica e dos órgãos de gestão para o desenvolvimento da China.

Ao passo que a manutenção do rápido crescimento e a estabilidade do desenvolvimento são indispensáveis para o poder legítimo do PCC, as políticas externas chinesas buscam manter o equilíbrio no ambiente de segurança regional da China e conter as ameaças de disputas territoriais e reverses transnacionais com a finalidade de garantir que as lideranças estejam concentradas no desenvolvimento nacional e na hegemonia chinesa. Na dimensão mais atual, está cada vez mais evidente para a utilização da lógica econômica doméstica à diplomacia chinesa, e também, a política externa voltada para o aumento do acesso ao comércio, investimentos, recursos, tecnologias e nutrir relações políticas bilaterais que garantirão a afluência aos insumos necessários para o avanço econômico.

Os líderes chineses definiram a diplomacia econômica numa ordem de prioridade significativa para a política externa chinesa. Conforme a economia cresce e a globalização se intensifica, a diplomacia dispensa limitações de apenas proteger a soberania chinesa, a segurança regional e o prestígio internacional, contudo demonstra uma ênfase nos apoios específicos de diplomacia chinesas para o desenvolvimento doméstico. Na metade dos anos de 1990, analistas e líderes chineses iniciaram o reconhecimento de políticas chinesas específicas, a busca de reivindicações de disputas territoriais do Mar da China e testes de mísseis em Taiwan nos anos de 1995 a 1996, que causou o surgimento de preocupações pelos seus vizinhos asiáticos a respeito das verdadeiras intenções de Pequim. No início dos anos 2000, as autoridades chinesas perceberam que a economia em acelerado

crescimento e a expansão das capacidades militares chinesas passaram a ser um motivo de preocupação de potências asiáticas e do resto do mundo. Por esse motivo, o país adotou estratégias regionais que buscavam tranquilizar os Estados asiáticos de que além de não prejudicar os seus interesses econômicos ou de segurança nacional, também contribuiria com eles. Por sua vez, a China tenta promover uma imagem como um ator benigno regional e com grandes responsabilidades, o que reflete os benefícios econômicos e culturais de seu engajamento. Devido ao esforço do ativismo chinês nas organizações econômicas e de segurança multilaterais da Ásia definiu sua estratégia de reafirmação em sua linha de política regional intitulada como a grande diplomacia periférica (MEDEIROS, 2009, p. 51).

1.4.3.1 *Objetivos da Política Externa Chinesa*

A partir de 1949, a política externa chinesa tinha como objetivos principais ser aceita pelas grandes potências mundiais, estruturar seu território, afirmar-se com a Ásia-Pacífico, e também, ser generosa com os países do “Sul” (BECARD, 2008 et seq.).

Além do objetivo preliminar de conseguir aceitação pelas grandes potências mundiais tinha o interesse de obter, no centro do ambiente socialista, uma certa simetria política frente a URSS. Caso fosse rejeitada pelos EUA, que na verdade foi o que ocorreu em 1979, e perante a incapacidade de alcançar os padrões já conquistados pelos soviéticos, essas motivações se alongaram para muito mais longe dos anos que surgiram.

O segundo objetivo da política externa chinesa compreendeu em restabelecer o seu domínio imperial, através da redefinição de zonas fronteiriças como redefinição territorial. Assim, o retorno de Hong Kong e Macau, os anos de 1997 e 1999, respectivamente, a questão taiwanesa são demonstrativos dos problemas que a China enfrentou para a sua reconstrução territorial.

O terceiro objetivo de política externa chinesa está relacionado à afirmação na Ásia-pacífico, quer dizer à necessidade de ganhar espaço dentro do seu contexto regional. A RPC foi reconhecida lentamente por parte de certos países asiáticos

como a Malásia, Tailândia e Philipinas no período de 1974-1975 e o difícil convívio com o Vietnã são demonstrativos a longo prazo do também objetivo de sua política externa.

O quarto objetivo de política externa chinesa é manter-se solidária com os países do Terceiro Mundo o que foi sendo revelado nos anos de 1950 e 1960, quando a China ainda não havia enfrentado a URSS. Dessa forma, reconheceu a importância conquistadas pelas nações afro-asiáticas no cenário internacional, estabeleceu relações diplomáticas através de seus governos e manteve apoio ao desenvolvimento nos foros internacionais. Por sua vez, após os anos de 1970, a modernização econômica tornou-se prioridade, deixando os traços terceiro-mundistas da política externa chinesa um pouco de lado.

1.5 O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E ASCENSÃO INTERNACIONAL DA CHINA

A República Popular da China tem passado por inúmeras oscilações desde sua fundação em 1949. Ainda assim, o rápido desenvolvimento que passou durante esses anos designou o chamado “o milagre da china” ou o renascimento chinês. No decorrer deste período, a economia chinesa atravessou por quatro fases. Em primeiro lugar, a economia transferiu a política como a força motriz da sociedade chinesa. Em segundo lugar, a economia planificada foi substituída pela economia de mercado. Em terceiro lugar, foi a abertura da economia chinesa que antes era fechada para o comércio exterior. E, em quarto lugar, foi a transição da China de uma sociedade industrial e agrária para uma sociedade urbana industrial (ZUOJUN, 2012).

Os desafios econômicos da China são abordados como um teste de medição da sobrevivência e do poder de se transformar no sistema internacional e, com a salvaguarda de manter a estabilidade política interna. Desse modo, o atraso em relação aos países desenvolvidos deveria ser diminuído, alcançar os Tigres Asiáticos⁴³ e ultrapassar os Estados do Leste Europeu, para que o seu povo não

⁴³ República da China (Taiwan), Coreia do Sul, Singapura e Hong Kong são considerados os quatro Tigres da Ásia. Academicamente são conhecidos como os “Asia New Industrializing Countries” (Asia NICs) e também, “Asia New Industrializing Economies” (Asia NIEs). Na década de 1960 esses países

duvidasse do socialismo chinês e os fatores políticos mantivessem o equilíbrio (ALTEMANI, 2012).

Após o processo de industrialização do Japão nos anos 50 e 60, a logística e a distribuição da produção industrial na região se transformaria a partir da fragmentação entre polos industriais. Conseqüentemente, as tecnologias intensivas em mão de obra e com menor valor agregado do Japão foram repassadas para os Tigres, ao mesmo tempo que a nação nipônica se especializaria no desenvolvimento da alta tecnologia. Porém, na próxima década, os Tigres transfeririam essas tecnologias para os países da ASEAN⁴⁴ e à China, motivados pela busca de mecanismos mais avançados de manufatura, assim como nos setores de serviços e setores financeiros (ARRIGHI, 1997).

Todavia, para Arrighi (1997), os Tigres Asiáticos, na continuidade do processo dos “gansos voadores”⁴⁵ desde os anos 80 fortaleceram o desenvolvimento da RPC, ainda que todos eles tenham presença robusta de uma “diáspora chinesa”⁴⁶ participante na indústria. Com esse entendimento, pode-se afirmar que os Tigres impulsionaram nos anos 90 o surgimento de uma grande potência, abrindo caminho a reincorporação de Hong Kong ao território chinês em 1997, em conjunto com a reintegração de Macau em 1999, sendo o fim do colonialismo no Leste Asiático. Hong Kong, mesmo com suas próprias deliberações, a partir da reintegração a nação chinesa passou a ser um instrumento importante para a inserção chinesa no mercado global, da mesma forma que assegurou o status do país como potência mundial.

Nesse processo de inserção internacional, o desenvolvimento chinês iniciados em 1978 demonstra que não havia um projeto definido pelo país, mas sim, foi sendo

adotaram primeiramente um processo de substituição de importação para bens de consumo não duráveis, e em seguida, se iniciou a exportação desses produtos (MIYAZAKI, 1993).

⁴⁴ Asean - Associação das Nações do Sudeste Asiático (Association of Southeast Asian Nations), onde seu princípio básico é o de amparar nações mais diretamente envolvidas com as questões que estão sendo abordadas. Os países da ASEAN são Singapura, Tailândia, Malásia, Brunei, Indonésia e Filipinas (KISSINGER, 2014; MIYAZAKI, 1993, p. 114).

⁴⁵ “Gansos voadores”, é a designação para o processo econômico do Leste Asiático, onde países com economias avançadas trocam padrões de desenvolvimento com países menos avançados com a finalidade de desenvolvimento e fortalecimento industrial (AKAMATSU, 1962).

⁴⁶ “Diáspora chinesa” é um termo genérico para designar “chineses de ultramar” (huaqiao), que quer dizer todos os chineses de nascimento que moram fora do território chinês. A diáspora pode ser considerada um processo de política externa chinesa que está fora da abordagem da academia brasileira (TEIXEIRA et al., 2017).

construído gradualmente focado a solucionar problemas internos como, a estagnação da agricultura, e a volta de recursos financeiros e tecnológicos externos (ALTEMANI, 2012).

Altemani (2012) argumenta que, esse modelo pode ser considerado com uma forte presença do Estado, tanto nas instituições privadas quanto no exercício das normas regulatórias, e direcionado para a produção voltada à exportação. De qualquer maneira, a China teve grandes benefícios, primeiramente soube desempenhar um papel dinâmico com os investimentos externos diretos, estar localizada numa região com processos econômicos fortes e ter sido reconhecida como uma grande potência pelos Estados Unidos.

O retorno da República Popular da China à comunidade internacional, no início dos anos de 1970 foi marcado pelo avanço soviético na Ásia e pelo intervencionismo praticado pelos soviéticos em Estados que não aceitassem às suas orientações. Por esse motivo, a RPC aproximou-se dos EUA levando em consideração o contrapeso do imperialismo americano e o imperialismo soviético. Dessa maneira, obteve o consentimento americano para garantir mais uma vez um lugar no Conselho de Segurança da ONU, que até aquele momento era da República da China (Taiwan), bem como estabelecer as relações diplomáticas com as nações ocidentais. De modo igual, quando houve o processo de modernização e reformas, após 1978, também esteve com o estímulo, quer na concepção americana, de desmontar definitivamente o império soviético, quer a posteriori, o enfraquecimento econômico nipônico. Nessa perspectiva, o processo de desenvolvimento chinês está marcado pela aceitação do sistema capitalista, que por sua vez, demonstra sua flexibilidade com o retorno de Hong Kong e Macau sendo mantidas nesse sistema (ALTEMANI, 2012).

Para Hung (2017), o avanço chinês é a culminação da conclusão encontrada pelos Estados Unidos e por outras nações desenvolvidas durante a crise econômica da década de 1970. No entanto, ainda no final da década de 60, os setores manufatureiros dos países centrais enfrentaram a queda na taxa de lucro enquanto o capital precisou abrir espaço às demandas trabalhistas. Nos anos 70 a terceirização da produção manufatureira dos países centrais para economias com custo salarial reduzidos no leste asiático como a Coreia do Sul, Cingapura, Taiwan e

Hong Kong, e posteriormente pela Tailândia e Malásia foi a resposta para alavancar o lucro das grandes corporações das nações centrais.

A intensa terceirização da produção direcionada ao mercado chinês e a corrida pelas economias em desenvolvimento para trazer capital do Norte o qual a China ajudou a fomentar, deram permissão das empresas de acumular altos lucros, que se voltaram para o mercado financeiro do Norte Global, do qual a expansão estimula a procura por produtos manufaturados chineses. A partir disso, ocorreu uma rápida expansão da capacidade industrial da China e também para o surgimento da bolha financeira⁴⁷ e de consumo por meio de crédito nos Estados Unidos e em outras potências. Devido a superprodução na China e o crescente consumo nos EUA facilitaram o desequilíbrio econômico mundial que, inicialmente representava uma aparente prosperidade durante algum tempo dos anos 2000.

No decorrer de mais de três décadas, antes da bolha financeira, o acesso da China na economia mundial coincidiu com o avanço econômico motivado pela difusão da integração econômica mundial e gastos expressivos de consumo no mercado europeu e norte-americano. O crescimento da China foi motivado pelo aumento das exportações e demandas que impulsionaram a produção industrial e incentivaram o investimento empresarial. Com o posto de ser a maior fábrica do mundo, a produção chinesa levou a um aumento do emprego e da renda, criando um círculo vicioso de efeitos multiplicadores e aceleradores. Contudo, após o colapso financeiro em 2008⁴⁸, o comércio internacional e a integração econômica

⁴⁷ Crise financeira de 2008 (Crise *Subprime*) - Entre o período de 2002 e 2007, a economia americana teve uma aceleração decorrente da valorização do mercado imobiliário. As instituições financeiras expandiram empréstimos hipotecários de forma agressiva, para famílias de baixa renda através de hipotecas *subprime*. Assim, muitas famílias tomavam empréstimos diante da valorização de suas casas, sendo esta uma forma de financiar o aumento do consumo. Por esse motivo, a economia cresceu por alguns anos, mas em 2007, a bolha de preços estourou. Em fevereiro de 2007, a fragilidade das estruturas financeiras se revelaram, inadimplência das famílias subprime, com hipotecas com taxas de juros ajustadas ou flutuantes, “execução de devedores inadimplentes, quedas nos preços dos imóveis, movimentos de saques em *hedge funds*, rebaixamento das notas de alguns produtos estruturados”. Logo, a crise se aprofundaria em setembro de 2008, marcada pelos problemas da Fannie Mae e a Freddie Mac, as duas mais importantes agências de empréstimos hipotecários semipúblicas dos Estados Unidos, que pediram apoio financeiro para o governo, e também, o colapso do Lehman Brother, banco de investimento de Nova York, gerando daí em diante uma cadeia de falências de outras grandes instituições financeiras. No começo de outubro, já havia atingido os mercados internacionais de ações, nos Estados Unidos, na Europa e até mesmo na Ásia, que, até aquele momento, havia sofrido pouco com os seus reflexos (FREITAS e CINTRA, 2008; p. 421; EVANS, 2011).

⁴⁸ De alguma forma, para Friedman (2012, p. 73), “o efeito mais significativo da crise de 2008 na próxima década será geopolítico e político, não econômico. Essa crise financeira trouxe para casa a

mundial desaceleraram consideravelmente. O nível das exportações de quase todos os países entrou em declínio, o que gerou a queda no PIB, principalmente das economias dependentes do mercado asiático e europeu (KUTASOVIC et al., 2012 et seq.).

Dessa forma, entre o período de 1978 a 2008, a China esteve ligada a uma rápida industrialização impulsionada pela liberalização do comércio e pela desregulamentação do governo que transformou a economia mundial em um mercado global. Nos anos de 1970 até a metade dos anos de 1990, as exportações mundiais de mercadorias tiveram um aumento de 11% para 18% do PIB e as exportações de serviços subiram de 15% para 22%, ao mesmo tempo que as vendas de afiliadas estrangeiras superaram as exportações globais. Os investimentos estrangeiros diretos cresceram 28,3% no período de 1986 a 1990 e 5,6% no período de 1991 a 1993.

Em meados de 1990, a globalização foi impulsionada à medida que a disseminação da tecnologia da informação, o avanço da internet e a criação da OMC e do Acordo de Livre Comércio da América do Norte reduziram as barreiras comerciais e expandiram o comércio mundial. Desde a reforma de 1978, o crescimento da China esteve em uma liga própria, ultrapassando de forma significativa a rápida ascensão da economia japonesa no decurso de 1950 e 1960. No decorrer desse processo, o crescimento anual do PIB alcançaria a média superior a 9,5%. Assim, o crescimento da China estava voltado pelas altas taxas de investimento do excedente da capacidade industrial e das baixas taxas de retorno sobre os investimentos. Conforme o Japão e os países da Ásia recentemente industrializados, a China assumiu uma política de industrialização firme e agressiva baseada na exportação de produtos de imitação, que estão condicionados ao baixo custo, sendo essa uma estratégia apoiada por uma sequência de reformas que suavizaram o controle do planejamento central sobre a economia.

Em outra observação, o desenvolvimento chinês tem o objetivo de solucionar questões nacionais periféricas dentre elas problemáticas derivadas da economia e

importância da soberania nacional. Um país que não controla seu próprio sistema financeiro ou sua moeda está profundamente vulnerável às ações de outros países. Essa consciência fez entidades como a União Europeia não mais serem vistas como benignas como eram anteriormente. Na próxima década, a tendência partirá em direção a um aumento do nacionalismo econômico.”

fatores sociais, como forma de força e expansão de sua influência internacional contando com suas inúmeras experiências latino-americanas e africanas (ALTEMANI, 2012).

Os anos 90 foram marcados por diversos fatores positivos e negativos para os processos de desenvolvimento e de inserção internacional da China, nessa mesma época em 1997 houve o falecimento de Deng Xiaoping, a volta de Hong Kong, a crise financeira asiática, políticas de restrição americanas com a China e o acesso a OMC. Com a morte de Deng Xiaoping se constatou que a RPC não tinha um aparato jurídico e institucional como o Ocidente, mas, nessa fase, suas condições internas eram regidas pela paz e com recursos que priorizavam o desenvolvimento econômico, ao contrário do que parecia naquela época que a China poderia sofrer bruscas oscilações nos sistemas políticos, econômicos e externos.

De qualquer maneira, a China não fora atingida pela crise asiática, mas o que não deixou de se desestabilizar com as suas ameaças eminentes. Até porque o conjunto de problemas vivenciados pela RPC eram os mesmos fatores desencadeadores da crise asiática. Por um lado, estavam os investimentos massivos em empresas estatais que não tinham grande desempenho e instituições financeiras inaptas com serviços um tanto obscuros. Após uma década da crise asiática, são percebidos seus resultados, principalmente o desenvolvimento do regionalismo asiático, o necessário ressurgimento das instituições multilaterais, e os acordos bilaterais do livre mercado, de maneira que o FMI e instituições econômicas internacionais deixem de ser necessárias para o seu funcionamento.

No atual contexto internacional são refletidos o papel que a China representa para o mundo, assim, o seu acelerado desenvolvimento econômico a transforma em uma grande potência no cenário internacional. Porém, após a crise de 2008, a RPC sabendo do cenário incerto político e econômico, teve que se moldar às novas estruturas que surgiram. Essa ordem afeta os países emergentes, que são seus principais aliados políticos com importante interesse econômico enquanto que os seus principais parceiros econômicos como EUA e Japão não apetezem de um companheirismo tão sensato (ALTEMANI, 2012).

Por esse lado, a China mantém os planos de segurança na ordem interna e externa como o principal mecanismo para a continuação do seu desenvolvimento, e mesmo que com isso, institui o desenvolvimento pacífico, cooperativo e da paz, enxerga como intimidação à sua segurança qualquer que possa aplicar problemáticas a esse processo desenvolvimentista.

O desenvolvimento pacífico é a estratégia da China para se modernizar, alcançar a prosperidade e força, e ser a colaboradora para a paz mundial e garantir que o progresso da humanidade se torne real. De acordo com isso, a China propõe uma condição básica para que seja contínuo o desenvolvimento com uma social estabilidade interna e um cenário internacional pacífico (PAULINO, 2012).

Mas de qualquer maneira é reconhecível que a China tenha se tornado um grande ator global, mas é questionável se a mesma pode estar pronta para isso. Entretanto, a RPC almeja o status de potência em conjunto com a capacidade de influência do seu ativismo global, mas não quer arcar com o preço dessa hegemonia. Pode-se levar em conta que sua política externa tem como objetivos principais sustentar seus fatores domésticos, reformas e desenvolvimento, o que para assumir encargos internacionais acarretaria num desequilíbrio interno. Em outras palavras, a RPC tem como prioridade o suporte da estabilidade do ambiente internacional como forma de garantir os processos do desenvolvimento econômico. Nessa perspectiva, a preocupação com a segurança está completamente ligada ao acesso, de recursos naturais, capitais, tecnologias e mercados, o que não deixam uma China refém do sistema internacional, mas com interesses harmônicos internos e externos.

Por esse motivo, de acordo com Cunha (2011), a China tem visto o cenário internacional como um ambiente de interdependência, de aprofundamento da globalização e de condições favoráveis ao desenvolvimento do país. Dessa forma, a China expressa suas estratégias, as quais estão descritas no Plano Quinquenal⁴⁹

⁴⁹ Os objetivos dos planos têm sido reformulados com o passar dos anos. Até o período dos anos 70, o Plano Quinquenal era o mecanismo do governo para ditar preços e níveis de produção. Com a abertura econômica que iniciou nos anos 70 sendo intensificado nos anos 80 e 90, Deng Xiaoping utilizou como uma forma de planejamento e divulgação. Apesar disso, com as diretrizes do processo de planejamento do socialismo de mercado (ou socialismo com características chinesas), o plano foi alterado de nome e passa a ser chamado de "diretriz". Assim, desde a era de Deng, os planos quinquenais foram um instrumento para mapear a passagem para o capitalismo. Na atualidade, os planos orientam a política econômica da nação chinesa e determinam metas quantitativas e

como, reestruturação das relações com potências no período pós-Guerra Fria, oferta de oportunidades de crescimento para outras nações por meio de seu desenvolvimento pacífico, cooperação com os países em desenvolvimento e a rejeição às posturas unilaterais de países desenvolvidos mantendo a prioridade com a multipolaridade.

1.6 AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA CHINA

1.6.1 Relações multilaterais

Nas relações internacionais, Pequim busca reforçar as instâncias multilaterais a nível mundial, como a Organização das Nações Unidas e a Organização Mundial do Comércio, bem como contribui para a criação de organismos de pequenas dimensões em áreas que considera de relevância estratégica. É nesta esfera que se agrega a dinamização chinesa em fóruns trans-regionais com países do continente africano: o Fórum China-África (*Forum on China-Africa Cooperation* – FOCAC), criado nos anos 2000, e o Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, criado no período de 2003 com a finalidade de facilitar a relação regional de países africanos (Fórum Macau 2003) (MENDES, 2015 et seq.).

A China é participante de todas as organizações da Ásia Oriental – *Asia-Pacific Economic Cooperation* (APEC), *Association of Southeast Asian Nations* (ASEAN) *Plus Three* (Coreia, Japão e China), *ASEAN Regional Fórum* (ARF), *Council for Security Cooperation in Asia Pacific* (CSCAP) (GODEMENT, 2006 apud MENDES, 2015) – e na Ásia Central iniciou conjuntamente com a Rússia, em 2001, a Organização de Cooperação de Xangai (*Shanghai Cooperation Organization* – SCO), que possui como membros o Cazaquistão, Quirgistão, Tadjiquistão e Uzbequistão e o Irã, a Mongólia, a Índia e o Paquistão como observadores (SCO,

qualitativas, de forma prioritária ao desenvolvimento. Portanto, o plano é significativo para se entender as novas estruturas comportamentais do governo chinês e, conseqüentemente, a sua política externa. O XI plano, elaborado para o período 2006-2011, definiu o crescimento da desigualdade social como prioridade, além de estabelecer uma estratégia de equilíbrio que seria combinada ao apoio de grupos desfavorecidos através de uma política de fomento ao desenvolvimento da parte ocidental do país (ABDENUR, 2011).

2010 apud MENDES, 2015), e, membros recentes como o Afeganistão e a Bielorrússia.

Todavia, o Brasil, a Rússia, a Índia, a África do Sul e a China são atores que reivindicam maior protagonismo nas instituições internacionais centrais, predominantemente no ocidente. Tais países fazem parte do bloco dos BRICS e pertencem a distintas áreas geográficas, contudo, tem significativa relevância econômica e política, e almejam a multipolaridade. O novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS, fundado em 2014, mantém direcionamento para a criação de infraestruturas e desenvolvimento sustentável (BRICS, 2013 apud MEDEIROS, 2014), além de sustentar um posicionamento firme em oposição ao Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, as quais são instituições do sistema Bretton Woods.

1.6.2 Relações Sino-latinoamericanas

As transformações na conjuntura internacional e as reformas de Deng Xiaoping, a contar da década de 70, deram abertura para a China de protagonismo nas relações internacionais. Devido ao seu desenvolvimento econômico no decorrer das últimas décadas, o país ganhou força nas importantes decisões que orientam o campo internacional e obteve um status de grande potência mundial pelo sistema internacional. Nessa perspectiva, intensificou as relações chinesas com o Hemisfério Sul, na qual corresponde uma maior inserção do país que procura por meio da diversificação de parcerias, assegurar seu desenvolvimento interno e seu lugar no sistema internacional. O fortalecimento de parcerias com a América Latina e a África é essencial para a nação chinesa e seu molde de desenvolvimento vigente (PEREIRA, CARVALHO, 2015 et seq.).

As relações Sul-Sul da China com a América Latina e o continente africano se desenrola na retórica de que a China é um dos maiores países dentre os subdesenvolvidos, e se mantém como parceiro dos países latino-americanos e africanos com o objetivo de abrir caminho para o desenvolvimento. Através do fracasso das políticas de desenvolvimento organizadas pelos países centrais do ocidente, a China se mostra o caminho de desenvolvimento econômico com maior

possibilidade de cooperação com seus parceiros do hemisfério sul. Esses são os elementos para justificar a pragmática presença chinesa nestas regiões, sendo que para muitos destes países, o aprofundamento da relação com a China é importante para ampliar suas parcerias correspondentes aos interesses europeus e norte-americanos.

Dessa forma, as transformações que a China estabeleceu nas últimas décadas e o seu desenvolvimento econômico foram importantes para a sua aprovação nestas regiões, se tornando o primeiro parceiro comercial de países latino-americanos e africanos. As suas principais prioridades com o decorrer dos anos são a busca por matérias-primas e recursos energéticos, de maneira que possa estabelecer um avanço econômico sólido. Nessa direção, a América Latina e a África são estratégicos no entendimento de política externa chinesa, quer por seus fartos recursos naturais, quer por suas enormes populações, assim como as possibilidades de alianças políticas e outras questões no contexto multilateral.

A intensificação das relações da China com uma grande parte do sistema internacional é decorrente de suas necessidades por recursos naturais⁵⁰. Inicialmente com o Oriente Médio, onde estes recursos, principalmente, o petróleo é abundante. Apesar disso, a instabilidade e os conflitos políticos na região, em conjunto com os Estados Unidos após o fim da Guerra Fria, desencadearam a busca por parcerias estratégicas pela China em outras regiões, priorizando os países periféricos para investir e explorar recursos naturais como petróleo e gás. Outro motivo da intensificação das relações chinesas com os países latino-americanos e africanos foi com mão de obra chinesa, que logo após a crise que abalou o país, fechando fábricas, provocou a diminuição de postos de trabalho. Esse é um detalhe de possível embate nas interações da China com esses países, referindo-se que as crises do sistema internacional são frequentes a todos os países e a abertura para imigrantes chineses pode ser visto como conturbada para estas nações.

Em consideração a propensão de crescimento do setor de exportação de matérias-primas e do alargamento da competitividade sobre as indústrias domésticas, pode-se observar que a ascensão da China implementou condições que

⁵⁰ A nação chinesa para conseguir manter um crescimento sustentado tem como prioridade a busca por matérias-primas e recursos energéticos, e por esse motivo, tem buscado o estreitamento das relações com a América Latina, Oriente Médio e a África (VISENTINI, 2013).

podem favorecer à desindustrialização e a dependência da exportação de recursos naturais nas nações em desenvolvimento. No entanto, se essa mudança influenciaria tanto positivamente quanto negativamente o desenvolvimento a longo prazo de cada país dependeria exclusivamente da dinâmica de cada política econômica (HUNG, 2017).

O impacto gerado pela exportação chinesa de bens industriais para economias asiáticas e latino-americanas fizeram com que seus vizinhos asiáticos ajustassem suas estruturas industriais como forma de melhoramento de integração com a nação chinesa. Assim, quando estas economias conseguiram mudar sua produção de maior ou menor valor nas cadeias globais em comparação do produzido pela China alcançaram outros níveis de competição. Além disso, o setor de exportação chinês está concentrado na montagem, o que faz com que a China importe componentes de seus vizinhos asiáticos e exporte para mercados consumidores finais. Com isso, uma rede regional de produção foi se desenvolvendo na Ásia, onde os fabricantes que abastecem a China se beneficiam de sua ascensão como potência industrial. Em contraste com as economias asiáticas estão as economias latino-americanas, “que entram nesta rede de produção global sinocêntrica como fornecedoras de recursos naturais em vez de ofertantes de componentes industriais” (HUNG, 2017, p. 13).

As relações da República Popular da China com os países da América Latina foram retomadas a partir dos anos de 1970, no mesmo período que se restabelecia as relações chinesas com os Estados Unidos. Todavia, as relações diplomáticas chinesas se tornaram mais fortes após as reformas de Deng Xiaoping. A primeira visita oficial foi no México, em 1981, seguido pela Colômbia, Brasil, Argentina e Venezuela. Nos anos de 1990 é que foram realizadas visitas pelo então presidente Yang Shangkun, no México, no Brasil, no Uruguai, na Argentina e no Chile (ZHANG et al., 2003, p. 238).

Logo após os anos de 1990 as relações entre as duas regiões começaram a se intensificar. Na Rio-92, teve a participação do primeiro-ministro Li Peng, onde houve conversações de alto nível com o Brasil, Cuba, México, Peru, Argentina, e o Suriname. Nos anos de 1993, foram firmadas a primeira parceria estratégica da China, mais precisamente com o Brasil. E, no decorrer de 1995, as visitas do

primeiro-ministro Li Peng foram regulares a diversos países da América Latina. Em 1997, a China firmou a parceria de cooperação com o país do México, sendo evoluída em 2003, para parceria estratégica. No período de 2001, foram estabelecidas a Parceria Estratégica de Desenvolvimento Comum com a Bolívia. Em 2004, se estabeleceram a Parceria estratégica e de Cooperação com a Argentina e o Chile, nessa ordem. Em 2006, foi assinado o Tratado de Livre Comércio entre a China e o Chile, e também, nesse mesmo ano, foram firmados a parceria de cooperação entre a China e o Peru. Somente em 2010, o Peru assinou o Tratado de Livre Comércio com a China (ZHANG et al., 2003; MITCHELL, 2007).

Nesse capítulo, demonstrou-se um breve contexto da política externa chinesa, bem como a ascensão da China ao sistema internacional impulsionada pelo avanço econômico acelerado. Assim, a República Popular da China para conseguir sustentar o seu mercado doméstico, ampliou suas relações diplomáticas com os países latino-americanos, mais precisamente neste estudo, o Brasil. No próximo capítulo pretende-se compreender as relações diplomáticas entre a China e o Brasil a partir de 1974, através da evolução das parcerias estratégicas, acordos de cooperação e investimentos.

CAPÍTULO 02 – RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE BRASIL E CHINA A PARTIR DE 1974 – DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Neste segundo capítulo serão abordados, o avanço das relações bilaterais Brasil-China iniciados no período de 1974, onde o desenvolvimento econômico da Ásia e da América Latina são marcos importantes que explicam a evolução das parcerias estratégicas do Brasil e da China até os dias atuais. Neste contexto, são demonstrados, as relações políticas vinculadas a agenda econômica Brasil-China, a relação dentro de organismos multilaterais, como por exemplo, o BRICS, assim como os investimentos brasileiros em território chinês, os principais acordos de cooperação e os investimentos chineses que tem impulsionado a economia brasileira nos últimos anos.

2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS: PARCERIAS E DESENVOLVIMENTO

Em uma entrevista Rajiv Ghandi, em 1988, retrata que o verdadeiro século da Ásia-Pacífico, ou mesmo da Ásia, só existirá quando a China, a Índia e os seus vizinhos tiverem alcançado o desenvolvimento. Da mesma maneira, não acontecerá nenhum século latino-americano sem o desenvolvimento do Brasil. Por essa razão, devemos colocar o problema do desenvolvimento a mesma altura de toda a humanidade, e solucionarmos a partir disso. Assim, adquirir-se-á entendimento de que o problema do desenvolvimento é de responsabilidade tanto dos países menos desenvolvidos quanto dos países mais desenvolvidos (DENG XIAOPING apud CABRAL, 2006).

Desde que se formalizaram a relação político e estratégica Sino-Brasileira, uma característica importante se apresentou no sistema internacional: a circunstância desta relação conciliar e unir duas maiores potências em desenvolvimento do mundo (CABRAL, 2006, pp. 91-92 et seq.).

A importância desse fato evolui a partir da compreensão pela liderança de ambos os países pelas convergências do mais alto nível da política internacional em que devem orientar a política externa brasileira e chinesa através da preservação da paz e segurança mundial, do respeito mútuo à soberania e da não interferência em

assuntos internos de cada país, além de aceitar as diferenças entre a comunidade internacional.

O motivo que possibilitou a ampliação das relações internacionais entre o Brasil e a RPC e a consonância de interesses sob a forma de relações diplomáticas – motivadas tanto por transformações ideológicas, quanto por razões políticas e econômicas, associadas à busca de notoriedade no sistema internacional e ampliação de trocas comerciais, tanto do lado brasileiro como do lado chinês (BECARD, 2008).

No discurso do Chanceler brasileiro, Antonio Azeredo da Silveira, no âmbito das Relações Diplomáticas entre o Brasil e a China, em 15 de agosto de 1974, foi definido a agenda comum entre os dois Estados, independente da configuração de governos ou de regimes políticos que surgissem. Assim, pelo entendimento do Vice-Ministro do Comércio Exterior da China, Chen Chieh, o comércio é um importante veículo para a relação entre as nações. E que a China e o Brasil, em suas vias de desenvolvimento, teriam que proteger a sua independência e a sua soberania para desenvolver a economia nacional e lutar contra a supremacia das grandes potências (CABRAL, 2006 et seq.).

Nos últimos anos, a China tem como prioridades a busca por matérias-primas e recursos energéticos, de maneira que possa manter o crescimento econômico. Dessa forma, a China tem estreitado as suas relações com a América Latina, do Oriente Médio e, principalmente, da África.

Nessa perspectiva geopolítica, a busca por sustentação da economia doméstica chinesa, abre o caminho para o avanço estratégico, que cria relações diplomáticas com diversas nações sem observar as questões ideológicas, o que promove vantagens em relação aos Estados Unidos. Dessa forma, Pequim está preocupada principalmente com a estabilidade, e não, com o regime que se envolve (KAPLAN, 2013).

2.2 CONTEXTO GERAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA AMÉRICA LATINA E ÁSIA PACÍFICO

2.2.1 Contexto geral do desenvolvimento econômico

A teoria do crescimento esteve, desde sua criação, em Smith, Marx e Schumpeter, voltada primordialmente para os países capitalistas avançados. No entanto, como ficaria a análise dos países da periferia atrasada, com as suas significativas carências de crescimento econômico? Sendo assim, alguns pensadores europeus e norte-americanos elaboraram, após a Segunda Guerra Mundial, uma “teoria do desenvolvimento”. Logo, nesta continuidade, Celso Furtado vai abordar ideias do desenvolvimento e do subdesenvolvimento que ressaltavam o papel do Estado na economia, com a adoção de um modelo de desenvolvimento econômico baseado no pré-keynesiano.

A teoria do crescimento e a teoria do desenvolvimento não se distinguiam em abordagens conceituais. Ambas, possuíam objetivos similares, como, conseguir entender o dinamismo capitalista e reconhecer os principais condicionantes do crescimento econômico, bem como, surgiam da matriz teórica neoclássica, schumpeteriana e keynesiana do século XX. A Teoria do Desenvolvimento possuía uma singularidade pragmática, posto que se ocupava dos países subdesenvolvidos e periféricos, os quais possuíam muito mais necessidades político-econômica que os países capitalistas centrais. Por esse ângulo, a Teoria do Desenvolvimento não se preocupou em trabalhar modelos teóricos ou manter um crescimento contínuo das funções de produção. Mas, se voltou rapidamente para a elaboração de mecanismos de intervenção de uma forma que elevasse a produção e a produtividade dos países atrasados (MANTEGA, 1998 et seq.).

Essa disciplina elaborou importantes conceitos e modelos de crescimento para países em estágio de desenvolvimento. Teve uma importante influência em diversos países do Terceiro Mundo e foi decisiva para o direcionamento de políticas públicas especialmente na intervenção do Estado na economia. Para o Brasil, a Teoria do Desenvolvimento foi tão importante quanto as teorias cepalinas, entre outros instrumentos ideológicos do desenvolvimentismo.

A partir disso, vou dar continuidade em dois autores como Schumpeter e Furtado, os quais vão demonstrar através de suas observações as bases centrais da teoria do desenvolvimento. De um lado, Schumpeter fornecera os alicerces da teoria do desenvolvimento, onde o capitalismo não pode ser tratado como um sistema estático e equilibrado de acordo com o pensamento de Walras. Mas, uma economia dinâmica, que se modifica e se transforma com as inovações tecnológicas, aumento da produtividade de modo que alcance fases de expansão e de contração das atividades. Por outro lado, Furtado, aponta elementos que dificultam a análise da estrutura periférica, assim, vai dar ênfase em fatores socioculturais que contribuem para a dependência de países subdesenvolvidos no comércio internacional.

2.2.1.1 Teoria do Desenvolvimento Econômico na visão de J. A. Schumpeter

Na Teoria do Desenvolvimento econômico, Joseph A. Schumpeter, foi considerado um dos maiores pensadores do século XX. Em 1911, publicou pela primeira vez a obra, “Theorie der wirtschaftlichen Entwicklung” (Teoria do Desenvolvimento Econômico), na qual estão inseridas as ideias básicas do pensamento econômico (SCHUMPETER, 1982). As ideias de Schumpeter foram influenciadas por Karl Marx, e também, pelas descobertas que surgiam naquela época como, a máquina a vapor, o automóvel, a estrada de ferro, entre outros. Do marxismo herdou a forma dinâmica de ver os processos de desenvolvimento, mesmo que, no campo ideológico poucos foram os que se mantiveram em oposição com tanta firmeza ao marxismo como Schumpeter. Pois, suas análises do processo econômico, eram baseadas através do uso de instrumentos de economistas neoclássicos, mas precisamente, Walras com a sua teoria do equilíbrio geral.

A teoria do desenvolvimento Schumpeteriana impõe duas considerações primordiais para situar a análise. Primeiramente, Schumpeter vai fundamentar que o aspecto do desenvolvimento econômico está relacionado ao processo de inovação e nas consequências originadas na organização dos sistemas produtivos (SOUZA, 2012). Com novos produtos e processos sendo gerados, haverá o crescimento econômico. A partir disso, os investimentos em inovação serão fundamentais para

dinamizar o crescimento, produzindo efeitos contínuos sobre a produção, a renda, os salários e o emprego.

Na segunda consideração, Schumpeter vai distinguir o crescimento do desenvolvimento, embora isso tenha um efeito mais instrutivo do que teórico. O autor vai definir o crescimento como resultado de incrementos cumulativos e quantitativos que transcorrem de um determinado sistema econômico, mantendo a ideia de que o desenvolvimento é um processo de mudança qualitativa na forma de organização desse sistema, criada a partir da inovação de uma maneira que quebre o seu fluxo habitual e ordenado (SCHUMPETER, 1982).

A partir do modelo Schumpeteriano de “economia estacionária”, ou seja, economia sem desenvolvimento, mas com crescimento, vai destacar os impactos das inovações, demonstrando que estas podem ser impulsionadoras do desenvolvimento. Esse modelo está organizado em fluxo circular, fazendo parte da constituição do sistema de equilíbrio geral, assim como o pensamento de Walras, que aborda que as relações das variáveis produtivas se mantêm em condições de crescimento equilibrado, sendo decorrentes do andamento do crescimento demográfico, ou até mesmo de mudanças políticas. Essas condições, refletem no equilíbrio entre a oferta e a demanda, entre a poupança e o investimento, assim como, o crescimento da economia se mantêm no ritmo da acumulação de capital, mesmo que não crie diferenças significativas no patamar da distribuição, ocorrendo um aumento na renda originada das variações da força de trabalho envolvidas no processo produtivo. Desse modo, as receitas do processo de produção fazem parte de um ordenamento sistêmico, onde são reinseridas no financiamento de novas etapas de produção, enfatizando que o crédito nesse meio não tem nenhum papel. Conseqüentemente, essas mudanças são marginais, mas suas variações não modificam o equilíbrio geral do sistema (SOUZA, 2012).

Nessa abordagem, Schumpeter entende por desenvolvimento, as transformações da vida econômica que surjam de dentro, através de sua própria iniciativa, e não as variações impostas de fora. Com base na conclusão de que não há mudanças surgindo na esfera econômica, e que o desenvolvimento econômico está alicerçado na ideia de que os dados se modificam na prática e que continuamente a economia consegue se adaptar a isso, pela visão de Schumpeter,

não há desenvolvimento econômico algum. O desenvolvimento econômico não é um fenômeno a ser explicado economicamente, e que de fato, a economia sem desenvolvimento pode ser estruturada pelas relações a sua volta, onde a explicação para o desenvolvimento devem ser buscados fora de circunstâncias representadas pela teoria econômica (SCHUMPETER, 1982, p. 74 et seq.).

Schumpeter favorece, em seu modelo de desenvolvimento, a oferta. Dessa forma não mantém preocupação fundamental com o trabalho produtivo de Adam Smith, com a acumulação capitalista de Karl Marx, ou mesmo, a demanda efetiva, o salário e a renda de John M. Keynes. O ponto principal dessa análise é a fundamental importância que tem a inovação, sendo esta a responsável pelas condições de desequilíbrios no sistema.

Por outro lado, a demanda para Schumpeter pode ser compreendida na perspectiva da criação de novos mercados, ou seja, inovações que deem impulso para os produtores a modificar os seus aparatos de produção e que consigam gerar lucros com isso. Para o autor, há uma certa indução para o consumo de novos produtos através de publicidades. De acordo com esse pensamento, Schumpeter reconhece que novos produtos acabam provocando sua própria demanda, assim como na chamada Lei de Say, onde toda “a oferta cria a sua demanda”.

Com relação ao crédito, os preços dos fatores de produção seriam elevados em consequência do aumento do crédito, isso levando em consideração que Schumpeter tinha uma concepção de pleno emprego. Dessa forma, o processo inflacionário exigiria das empresas inovações para se manterem competitivas, visto que, as empresas com menores capacidades sofreriam implicações de extinção ou teriam um ritmo de crescimento mais lento. Consequentemente, as empresas com maiores capacidades de inovação acabam formando conglomerados competitivos, sendo estas, oligopólios que oferecem novos produtos com capacidades competitivas de custos.

Com relação a produção de lucros, Schumpeter analisa que se estas fossem decorrentes das inovações, e que conseguiriam elevar a capacidade de autofinanciamentos das empresas, o que reduziria a demanda por crédito bancário. Como resultado, se observa a deflação de crédito assim que os empréstimos começam a serem pagos. Em decorrência disso, se verifica uma contração da oferta

monetária, sendo refletida na economia em um certo período, caso não haja novamente um pico de inovação.

2.2.1.2 Teoria do desenvolvimento econômico na visão de Celso Furtado

Outra contribuição no corpo teórico do desenvolvimento econômico, é Celso Furtado, onde seu trabalho poderia ser definido através do processo da “economia política do desenvolvimento da América Latina”, sendo que esta se distingue das teorias constituídas no pós-guerra, na ocasião em que, o desenvolvimento começa ganhar importância fazendo parte do debate político-institucional. Por conseguinte, Celso Furtado e outros estudiosos ligados a CEPAL fundamentaram a necessidade para a construção de um corpo teórico que fosse distinto para a interpretação e a análise dos processos econômicos de países que fazem parte da periferia, posto que não deixasse de levar em consideração a formação histórica e social dessas economias (FURTADO, 1981 et seq.).

Para Celso Furtado, as formulações teóricas com relação ao subdesenvolvimento são inseparáveis da importância dada para a superação do próprio fenômeno, de onde surgem concepções da industrialização como paradigma do desenvolvimento, e a ação dos governos como uma forma concreta de conseguir levar em frente esse processo. Segundo Bielschowsky (2000), quando a ação estatal mantém suporte ao desenvolvimento, é visto no pensamento cepalino como um resultado natural de diversos problemas estruturais, como por exemplo, emprego e distribuição de renda e produção, o que tange no ambiente da periferia. Neste quesito, o Estado é central, estando fundamentado em razões históricas e sociais que estão fortemente ligadas a teoria do desenvolvimento.

Contudo, as ideias cepalinas foram influenciadas pelo keynesianismo, que não presumia a estatização da mesma forma que a matriz soviética, mas uma participação firme do Estado não somente voltado para o aumento da demanda, assim como no investimento direto nos mais importantes segmentos para o desenvolvimento, bem como outros bens que não fossem do interesse da iniciativa privada. O capital privado, dessa forma, estaria voltado para atividades em termos de progresso técnico, especialmente na fabricação de produtos de consumo

duráveis, conseguindo assim monitorar esse setor e concentrar o capital dentro do país (FURTADO, 1981).

Em oposição a teoria tradicional da economia do desenvolvimento, que defendia a existência de benefícios mútuos para países que mantinham relações comerciais, a conjuntura econômico-política da CEPAL da década de 1940 com a direção de Raúl Prebisch, no quesito das relações centro-periferia marcam o início de uma nova teoria para o entendimento do subdesenvolvimento latino-americano.

Assim, Raúl Prebisch, demonstra a inconsistência dos preceitos mais importantes da economia clássica, atacando alguns dos preceitos da “lei das vantagens comparativas”, de David Ricardo, na qual buscava dar apoio teórico ao fato da liberalização comercial. Nessa abordagem, seria desconsiderado a deterioração dos termos de intercâmbio provenientes da pauta de importações e exportações, que fortaleciam a desigualdade entre as relações dos países centrais com os da periferia (PREBISCH, 1982).

Por um lado, os países subdesenvolvidos haviam se tornado produtores de bens primários, os quais possuem pouco dinamismo na demanda internacional, e, por outro lado, grandes importadores de manufaturas, com as novas demandas domésticas. Essas condições fomentavam um desequilíbrio na balança de pagamentos, que estavam atreladas a capacidade de industrialização dos países periféricos, tendo uma desordem entre a pauta de importações e exportações (BIELSCHOWSKY, 2008). Essa é uma formulação coerente com o argumento cepalino, onde a industrialização é o fator fundamental para o desenvolvimento de um país.

A partir desse levantamento, Raúl Prebisch, formulou a primeira reflexão da experiência latino-americana, a qual carecia de sua própria teorização. Porém, o avanço mais promissor inicia com a “teoria do subdesenvolvimento”, a partir das contribuições de Celso Furtado. Por sua vez, Celso Furtado, apontou elementos que dificultam a observação da estrutura periférica, manteve destaque nos fatores socioculturais internos que alicerçam a dependência no comércio internacional. Além disso, adiciona ao estruturalismo uma visão histórica de longo prazo e uma perspectiva mais indutiva quanto aos preceitos metodológicos. Em outra abordagem, Celso Furtado, acrescenta em seus argumentos a dimensão do poder enquanto

elemento central, de forma que represente os fundamentos estruturais do subdesenvolvimento (PREBISCH, 1982).

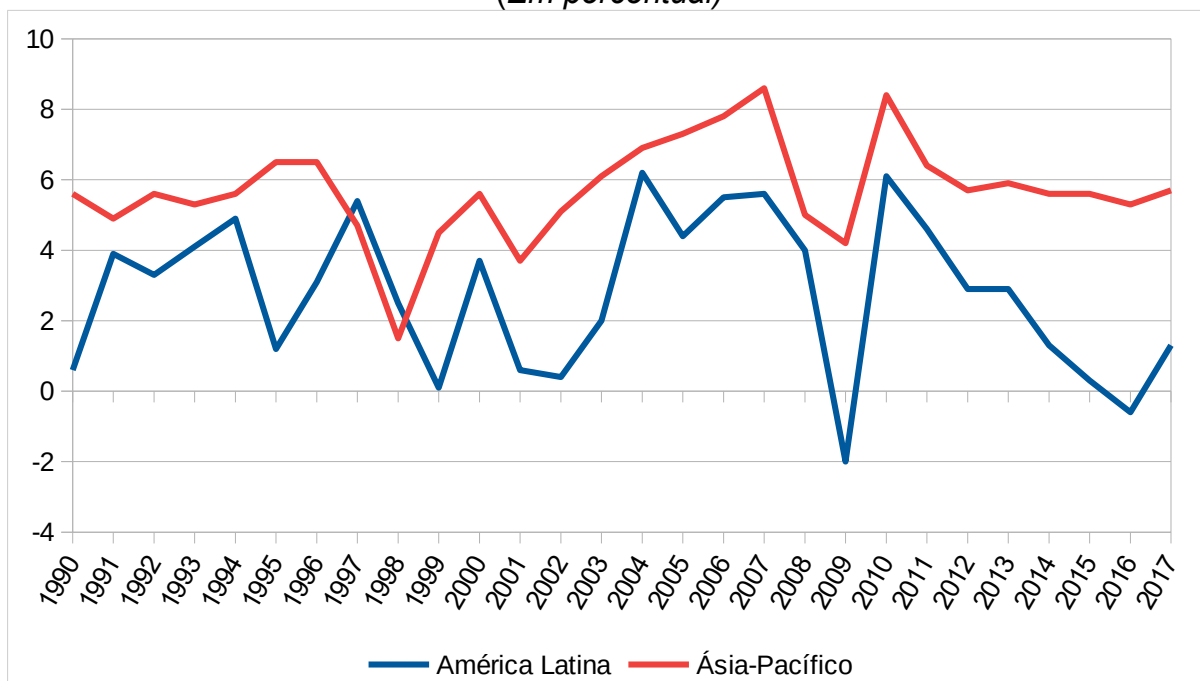
2.2.2 Desenvolvimento econômico da América Latina e Ásia Pacífico

As relações entre a América Latina e Ásia Pacífico têm avançado nos últimos anos, decorrente das transformações registradas nos países asiáticos, e também, do desenvolvimento econômico dos países Latino-americanos. Nesta relação emergem múltiplos canais que apresentam as inúmeras diferenças entre as regiões. Contudo, o comércio exterior de bens, tem sido um importante veículo impulsionador desta relação, juntamente com o dinamismo dos investimentos e a cooperação, que por sua vez, estão em total peso, principalmente com a participação de algumas potências asiáticas (ALADI, 2018 et seq.).

Conseqüentemente, as relações entre as duas regiões são o reflexo do desenvolvimento interno de ambas as economias. Nos últimos anos, a Ásia-Pacífico e a América Latina têm apresentado um desempenho econômico promissor. A América Latina teve um impulso principalmente em 2004, por sua vez, o crescimento do PIB dos países da Ásia Pacífico tem sido três vezes maior que o da América Latina. Essa assimetria é outra das características que explica a relação entre as duas regiões.

De acordo com o Gráfico 1, em 1990, o PIB da América Latina cresceu a uma taxa de 0,6%, enquanto que a Ásia Pacífico havia chegado a uma margem de 5,6%. Porém, em 2017, a América Latina atingiu apenas 1,3% e a Ásia Pacífico 5,7% (FMI, 2018; ALADI, 2018).

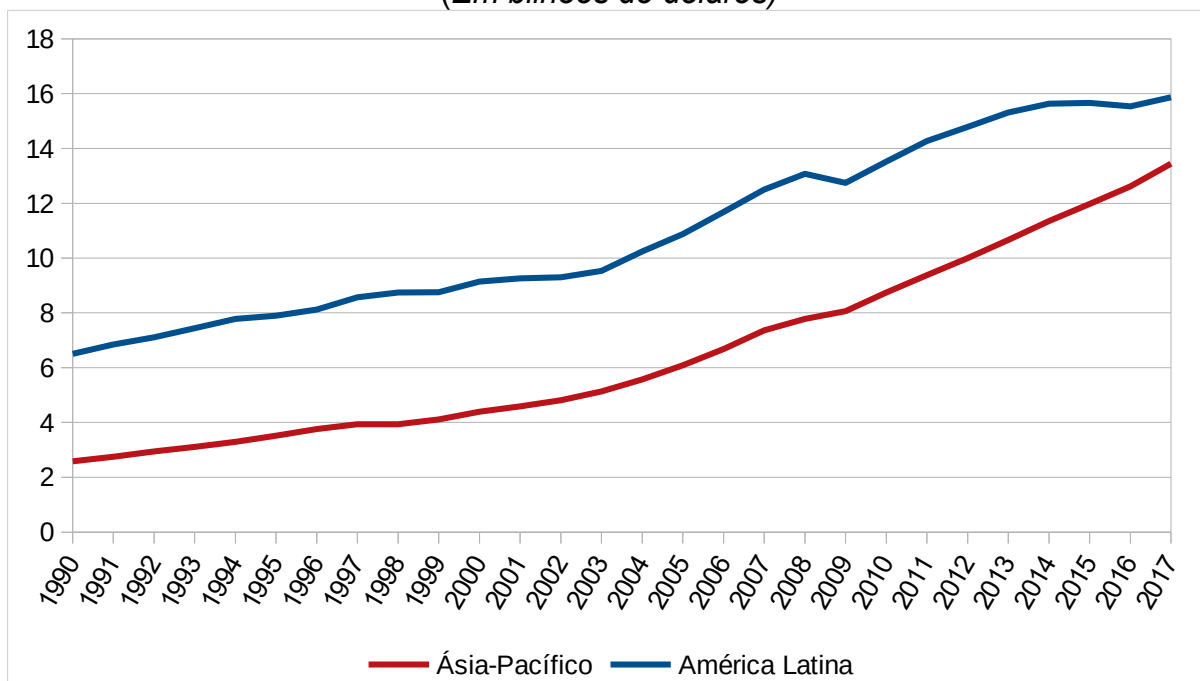
Gráfico 1 - PIB da América Latina e Caribe e Ásia Pacífico (1990-2017)
(Em percentual)



Fonte: FMI (2018) – elaboração própria. Nota: PIB real

O desempenho das economias foi vantajoso para o crescimento do PIB *per capita*, que embora os países da América Latina continuam com uma margem superior ao dos países da Ásia Pacífico, a brecha se tornou menor. Em 1990, a renda per capita da região da Ásia Pacífico atingia US\$ 2.580,00 anuais, enquanto que a região Latino-americana atingia US\$ 6.510,00 ao ano. Em 2017, os valores aumentaram para US\$ 13.450,00 na Ásia Pacífico e para US\$ 15.870,00 na América Latina. A diminuição do espaço entre essas duas margens é oriundo das taxas de crescimento do produto das regiões. Dessa forma, se considerarmos a percentagem média entre os anos analisados 1990-2017, a América Latina cresceu 1,43% e a Ásia-Pacífico cresceu 4,21%, de acordo com o Gráfico 2.

Gráfico 2 - PIB per capita da América Latina e da Ásia-Pacífico (1990-2017)
(Em bilhões de dólares)



Fonte: FMI (2018) – elaboração própria. Nota: preços correntes

Dessa forma, os fluxos comerciais entre a América Latina e a Ásia tiveram um aumento significativo a partir do século XXI. Em 2010, as transações com os cinco principais países asiáticos ultrapassaram o intercâmbio com a União Europeia, chegando próximo de 50% do total comercializado com os Estados Unidos. No entanto, a impulsão pelo livre comércio com outras regiões do globo é recente tanto na América Latina como na Ásia, tendo seu início nos anos 90. Conseqüentemente, a ascensão da China cria novas oportunidades para a América Latina. A potência asiática é um dos principais fornecedores das importações Latino-americanas. E, é também, o grande responsável pelo crescimento das exportações, mesmo que sejam de *commodities*, da América Latina nos últimos anos (ABDENUR, 2014 et seq.).

2.3 HISTÓRICO DIPLOMÁTICO BRASIL – CHINA

2.3.1 Desenvolvimento econômico Brasil – China

Desde que foram estabelecidas as Relações Diplomáticas entre o Brasil e a China em 1974, não redundou em um rápido incremento no intercâmbio comercial, sendo que as tendências de crescimento tiveram início no final da década simultâneos ao início do processo chinês de “Reformas e Modernização”. Todavia, o interesse comum de desenvolvimento na agenda internacional, demonstrava as similaridades em alguns fundamentos de política externa, com maior relevância em garantir a autonomia internacional, êxito na soberania nacional e proteção territorial, de maneira a se manter isento de qualquer interferência externa em seu ambiente doméstico⁵¹.

Neste período, as Relações diplomáticas entre os dois países tiveram avanços significativos e evoluíram de forma intensa e com um certo grau de complexidades. De forma que a recente relação demonstrasse ao passar do tempo à importância do diálogo bilateral. Para comprovar essa evolução, a corrente de comércio em 1974 chegou a apenas US\$ 19,44 milhões e, em 1979, ultrapassou os US\$ 200 milhões (BECARD, 2004; ITAMARATY, 2017). Ainda que nesta mesma época o Brasil estivesse sobre uma ditadura militar e a China vivenciava os reflexos do radicalismo da Revolução Cultural, ambos os governos salientavam as imensas diferenças entre os dois, entretanto, realçavam a possibilidade de uma ação em conjunto no sistema internacional que conseguisse atingir objetivos comuns (ALTEMANI, 2012, p. 72).

O Brasil se achava num momento de desenvolvimento econômico sólido por volta dos anos de 1974, com o PIB em crescimento de dois dígitos ao ano, ao passo que a China, iniciando os processos de presença internacional, enfrentava um período de turbulências econômicas. Na década de 1980 foi um período de grande instabilidade econômica para o Brasil, onde o país enfrentava taxas elevadas de inflação, dívida externa descontrolada, e etc. Diante da crise econômica mundial, o esfriamento gradativo do crescimento econômico foi atingido no final de 2011 com

⁵¹ Após o estabelecimento de relações diplomáticas de 1974, foi assinado o Acordo Comercial prevendo a cláusula da nação mais favorecida. As visitas presidenciais começaram com a ida do Presidente Sarney à China em 1988 (PRETO, 2011, p. 25).

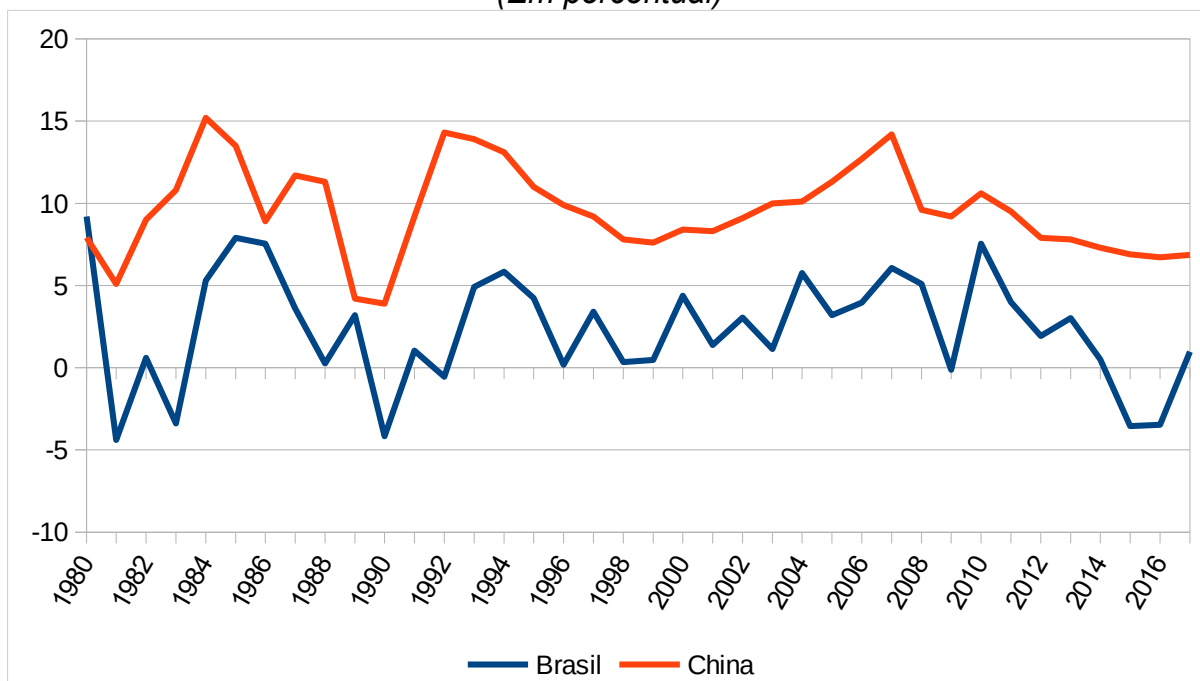
as rígidas políticas de crédito. Assim, o PIB chinês fechou 2011 com um crescimento de 9,2% e o brasileiro em 3,9%, sendo o principal setor a agropecuária segundo o Departamento Nacional de Estatísticas (VISENTINI, 2013; IBGE, 2012; GALA, 2019).

De acordo com os dados do FMI (2018), em 2016, o PIB brasileiro teve retração de 3,6%, caindo pelo segundo ano consecutivo em relação ao ano de 2015, originado pela recessão do país⁵². Em 2017, o PIB brasileiro cresceu em torno de 0,98% em relação ao período de 2016. O Brasil alcançou a oitava colocação de economia mundial em 2017. Por outro lado, o PIB chinês, em 2016, teve um crescimento de 6,7%, e, 2,61% de retração com relação ao ano de 2015. Em 2017, o crescimento do PIB Chinês chegou a 6,8%. Desde 2010, o PIB chinês tem sido marcado por desacelerações, no entanto, tem alcançado um crescimento moderado e sólido, de acordo com o Gráfico 3.

⁵² Em meados de 2014, o Brasil entrou numa forte crise econômica, o que levou a recessão do país, marcada pelo recuo do PIB por dois anos consecutivos e das altas taxas de desemprego. O PIB teve uma retração de 3,8% em 2015 e 3,6% em 2016, acompanhado da queda no consumo das famílias, em 3,9% e 4,5%, nessa respectiva ordem. A taxa de desocupação chegou a 12,7% até o final de 2017, onde o desemprego atingiu o maior nível da série histórica, equivalente a 13,2 milhões de desempregados. Segundo Barbosa Filho (2017), a crise é o resultado de um conjunto de choques de oferta e demanda, em consequência de erros na política macroeconômica que restringiram a capacidade produtiva da economia brasileira. De acordo com o estudo, houve um esgotamento no final de 2014, da Nova Matriz Econômica (NME) adotadas entre o período de 2011 e 2012. Com a perda da capacidade financeira do governo reduziu-se os investimentos (a partir de 2015), em particular, os da Petrobras; A crise de sustentabilidade da dívida pública doméstica de 2015, elevou o risco do país, retrocedendo ainda mais os investimentos e o consumo em 2015 e 2016; E também, a correção tarifária para a recomposição de preços seguidas pela perda de credibilidade do Banco Central (BARBOSA FILHO, 2017; EBC, 2014; IBGE, 2018). Outro fator que prejudicou o desempenho da economia brasileira foi a crise política iniciada em 2014. Que esteve marcada por um processo de impeachment (2016) da então presidente Dilma Rousseff, motivado pela alegação das “pedaladas fiscais”, além de protestos esparramados pelo país afora com os escândalos de corrupção revelados pela Operação Lava jato, sob a qual envolvia políticos, servidores públicos e empresas ligados a diversos escalões do governo.

Obs.: NME – Nova Matriz Econômica: Intervenção governamental na economia através de políticas monetária e fiscal, redução na taxa de juros, concessões de subsídios, entre outros.

Gráfico 3 - PIB Brasil e China - a preços constantes⁵³ (1980-2017)
(Em percentual)



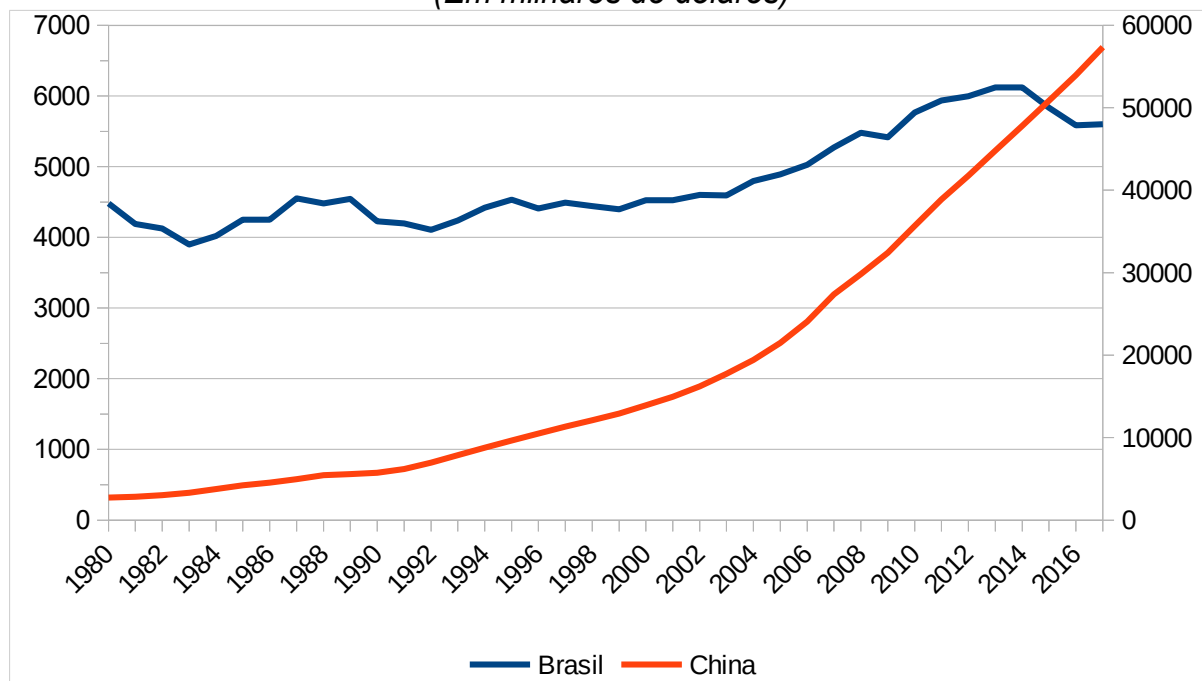
Fonte: FMI (2018) – elaboração própria.

Em 1980 o PIB *per capita*⁵⁴ brasileiro era 15 vezes maior que o da China, chegando os US\$ 4.810,00 para US\$ 310,00 do PIB *per capita* chinês. Contudo, em 2016 o PIB *per capita* chinês ultrapassa o do Brasil, deixando-o para trás com um PIB de US\$ 15.242,00 e alcançando o valor de US\$ 15.399,00, conforme demonstra o Gráfico 4. Apesar disso, o bem-estar brasileiro é superior ao da China levando em consideração que o Brasil consome 84% do seu PIB e a China 54%. Dado que, o bem-estar não está associado ao PIB *per capita*, mais ao seu consumo.

⁵³ PIB a preços constantes ou PIB real são uma medida, onde bens e serviços produzidos em diferentes anos são valorizados a preços de um mesmo ano de referência. É avaliado pelas quantidades produzidas independente da variação de preço (GOMES, 2012, p. 18).

⁵⁴ PIB *per capita* – É o quociente entre o PIB e a população, ou seja, um valor médio agregado por indivíduo (GOMES, 2012, p. 18).

Gráfico 4 - PIB per capita Brasil e China – Valores constantes (1980-2017)
(Em milhares de dólares)



Fonte: FMI (2018) – elaboração própria.

Na década de 90, as exportações para a China chegaram a alcançar US\$1,2 bilhão, mas entre a pauta exportadora contava majoritariamente com produtos primários e semimanufaturados. Desde essa época, os produtos básicos passaram a se consolidar como a fonte principal das exportações brasileiras para a China. Em 1993, os laços do plano político-diplomático se estreitaram onde seriam estabelecidos uma nova categoria denominada de “Parceria estratégica” entre os dois países. Nessa época, o Brasil iniciava os processos de abertura ao mercado internacional, e a China passava pelo aprofundamento das reformas econômicas, o que possibilitou uma maior inclusão da China na economia internacional e, também, o crescimento das trocas entre as duas nações (LIMA, 2016; VILLELA, 2004). De acordo com Altemani (apud VILLELA, 2004), “Somente, na década de 90, com a abertura econômica brasileira e com a maior inserção chinesa, processa-se uma maior aproximação comercial entre os dois países (...)”.

Mas essas conjunturas alcançaram o ápice ainda em 2009, quando a China passou a ser o nosso principal parceiro comercial, ampliando-se de forma marcante entre 2001 e 2015, saltando de US\$ 3,2 bilhões para US\$ 66,3 bilhões. Atualmente,

a China é nosso maior comprador e, em 2012, a China tornou-se nosso principal fornecedor de produtos importados (ITAMARATY, 2017).

Logo após o período da crise financeira mundial lá por volta de 2010, a China e o Brasil demonstraram suas diferenças através do processo rápido de recuperação de suas economias. Em 2009, o PIB da China cresceu 10,3%, enquanto o do Brasil cresceu 7,5%, somando US\$ 2,1 bilhões e uma renda *per capita* de US\$ 10.866. O Brasil, correspondente ao crescimento econômico, ficou em quinto lugar entre os países integrantes do G20, seguindo atrás de países como a China, Índia, Argentina e Turquia (MARTINS, 2011).

A China está no ranking dos maiores investidores no Brasil, destacando-se para os setores de energia e mineração, siderurgia e agronegócio. Tem se interessado em alguns setores como telecomunicações, automóveis, máquinas, serviços bancários e infraestrutura.

A China e o Brasil apresentaram semelhanças em seus posicionamentos em relação a outras questões internacionais, tendo como a oposição à diplomacia de direitos humanos dos Estados Unidos e a responsabilidade comum à cooperação multilateral Sul-Sul, em especial a objeção ao protecionismo comercial das grandes potências (SHANG, 2003 apud ALTEMANI, 2012).

Portanto, o relacionamento da China com o Brasil sempre se apresentou como fortemente favorável pela certificação de “inúmeras complementaridades no plano econômico e pela contínua presença em ambos os países de uma real vontade política de estabelecimento de uma cooperação tanto no plano bilateral quanto no multilateral” (ALTEMANI, 2012, p. 03).

2.3.2 Relações políticas

Nos anos 70, o Brasil se intitulava como membro do Terceiro Mundo, além de exercer um papel de uma certa liderança no sistema internacional e de defesa dos interesses dos países em desenvolvimento. Sem embargo, a China busca um lugar específico no contexto da política mundial. Dessa forma, Deng Xiaoping, em 1972, comunicava a extinção do Campo Socialista e mantinha a aceitação de pertencer ao

Terceiro Mundo, logo em seguida, Mao Zedong criava a Teoria dos Três Mundos (ALTEMANI, 2012; LYRIO, 2010)⁵⁵.

Em 1993, apesar do reconhecimento de Parceria Estratégica, a agenda sino-brasileira era limitada e pouco expressiva na esfera do comércio bilateral. Com exceção ao projeto CBERS, de 1989 – que se considerava o símbolo da relação entre os dois países em desenvolvimento no campo da alta tecnologia (HOLANDA, 2011).

No ano de 2004, foi criada a Comissão Sino-brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN). E, em 2008, iniciou-se a tentativa de compreensão das estratégias de desenvolvimento para o mercado internacional entre o Brasil e a China no cenário da globalização (ITAMARATY, 2017).

Foi a crise de 2008 que gerou condições para que as relações entre ambos os países demonstrassem a força e revelassem as habilidades que se distinguem no contexto atual. Isso pode ser evidenciado através do alcance temporal das decisões, que ultrapassa o campo do curto prazo e direciona para um horizonte temporal com maior amplitude; pela maior diversificação da agenda bilateral que se alterou de tópicos tradicionais para fronteiras de intercâmbio comercial e ações conjuntas, que estão associadas a segmentos de alta tecnologia, aeronáutico, indústria química, economia verde e cooperação acadêmica; pela ampliação dos planos plurimultilaterais, demonstrados pela presença dos dois países no Brics e também, pelo posicionamento próximo na coordenação de novos mecanismos de governança global, como o G20 e o BASIC (HOLANDA, 2011).

O Plano de Ação Conjunta 2010-2014 (PAC), o qual define objetivos, metas para as relações bilaterais foi assinado em 2010, e em maio de 2015 foi atualizado para 2015 a 2021, pela então presidente Dilma Rousseff e o Primeiro-Ministro Li Keqiang. Mas, em 2012 com a visita do Primeiro-Ministro Wen Jiabao ao Brasil, as

⁵⁵ A Teoria dos Três Mundos contrapunha-se ao conceito de Zonas Intermediárias. No conceito de Zonas Intermediárias, o mundo estaria dividido em três zonas, sendo a primeira composta pelos países capitalistas, a segunda pelos países socialistas e a terceira pelos países em desenvolvimento e pelos pequenos países capitalistas. Já a Teoria dos Três Mundos contrapunha-se à divisão do mundo na perspectiva ideológica Leste-Oeste, considerando a divisão em termos de níveis de desenvolvimento. Assim, o primeiro mundo seria composto pelos Estados Unidos e pela União Soviética, o segundo pelos países desenvolvidos da Europa, mais o Japão, Austrália e Canadá, sendo que o terceiro mundo seria composto pelos países em desenvolvimento (ALTEMANI, 2012, p. 72 e 73; LYRIO, 2010, p. 218).

relações mudaram de nível, tornando-se “Parceria Estratégica Global”, definiu-se o diálogo entre Ministros das Relações Exteriores, originando assim, o Plano Decenal de Cooperação (2012-2021) que visa ações de longo prazo em áreas importantes como, ciência, tecnologia, energia, infraestrutura etc., além de instituir metas e interesses estratégicos que direcionam o relacionamento bilateral (ITAMARATY, 2017; LIMA, 2016).

2.3.3 XII Plano Quinquenal da China

Logo após a visita da presidente Dilma, o XII Plano Quinquenal referente ao período de 2011-2015 foi aprovado pela Assembleia Nacional Popular da China (ANP “a”), no dia 14 de março de 2011, o qual tinha um maior foco no desenvolvimento social do que no desenvolvimento econômico. O plano foi divulgado pelo então premier Wen Jiabao em seu discurso anual em Pequim que maximizaria o crescimento do PIB, diante do aumento do consumo e a elevação do nível de vida de milhares de trabalhadores dos meios urbanos e rurais (MARTINS, 2011; ABDENUR, 2011).

As metas qualitativas descritas pelo documento estavam dispostas em questões como inclusão social; aumento dos gastos em educação, pesquisa e desenvolvimento; universalização previdenciária; inovação na indústria tradicional e desenvolvimento de indústrias estratégicas emergentes do ramo da biotecnologia e nanotecnologia, dentre outras; e a adesão de padrões tecnológicos da economia verde, através da diminuição da intensidade energética e do aumento da participação das energias renováveis no processo produtivo (HOLANDA, 2011 et seq.).

Nos planos econômico e tecnológico, salientaram a consolidação macroeconômica alcançada pelos dois países; os meios comuns de abertura ao intercâmbio internacional de comércio e investimentos; a busca de moldes de competitividade de inserção na economia externa; o foco na produção de conhecimento; a significância do multilateralismo no campo econômico e comercial; bem como o processo de internacionalização que tem passado ambas as economias. No quesito regional, se observa um aumento no uso do Real e do

Renminbi em operações de comércio exterior, podendo influenciar o restante dos países integrantes do BRICS. Em perspectiva futura, poderá ter um novo padrão monetário de comércio internacional, desestimulando a força relativa do dólar norte-americano, do Euro e do Yen através da moeda de países emergentes. O principal foro econômico mundial corrobora com a substituição do G-8 pelo G-20, da mesma forma que aprova as modificações nos sistemas deliberativos do Banco Mundial e do FMI.

O intenso crescimento econômico vivido pelos países mais populosos do mundo, como a China e a Índia, além do percurso percorrido da Indonésia, considerado o quarto país mais populoso, motivou novos contingentes populacionais que se inseriram aos seus mercados domésticos, devido a uma conseqüente pressão de demanda por matérias-primas e recursos naturais (HOLANDA, 2011 et seq.).

O Brasil dispõe de uma fronteira agrícola de aproximadamente de 133 milhões de hectares, compatível a quatro vezes a superfície da Alemanha. Por outro lado, a área agrária chinesa se encontra em completa ocupação e o país possui insuficiência de recursos hídricos. A partir do momento que aumentar o fluxo de migração do meio rural para o urbano, e com as mudanças de padrões alimentares, se estenderá ainda mais a escassez alimentar da nação chinesa.

A matriz energética brasileira possui 46% de recursos renováveis, sendo que 80% são fontes hidráulicas da geração elétrica. Dessa forma, o XII Plano Quinquenal chinês estipula a meta de 11% de recursos renováveis na matriz energética no ano de 2012, mesmo com a dependência de recursos fósseis. A determinação do crescimento sustentável torna decisivo o desenvolvimento de uma forma inovadora de produção pelo globo, onde a incorporação da alta tecnologia à utilização de recursos naturais é a sua marca. Nessa análise, há uma consonância entre a liderança brasileira no uso de seus recursos renováveis da sua matriz energética e a significância dada pelo XII Plano Quinquenal ao desenvolvimento de energias verdes. Todavia, este poderá ser o principal desafio e a oportunidade, gerados pelas relações do Brasil com o país asiático nos anos que virão.

Através dessas premissas, não tem como ter certeza se as metas propostas pelo plano serão concretizadas, mas é possível perceber novas estruturas

relacionadas a oportunidades e desafios que definem as interações Sino-brasileiras. Primeiramente, a China passa a incentivar o consumo interno como principal fonte de crescimento, e conseqüentemente, a pauta de importações poderá ter uma modificação acentuada. Quando o poder de compra das famílias chinesas aumentar, a demanda por produtos de consumo com um maior valor agregado crescerá ainda mais. Pelo panorama brasileiro, isso abriria portas para oportunidades de investimento e exportação em novos nichos de mercado, como por exemplo, o setor de serviços (ABDENUR, 2011 et seq.).

Em abril de 2011, durante a visita da Presidente Dilma Roussef à China, o governo brasileiro instituiu acordos de comércio para a exportação de carne suína, sendo um importante produto na culinária chinesa, cuja demanda deverá ter aumento a partir do momento que o poder de compra das famílias chinesas forem sendo adquiridos. Por sua vez, a concentração de exportação em matérias-primas, faz com que o Brasil deixe oportunidades passarem se não diversificar a pauta de exportação.

Dessa forma, o Brasil ficará de frente com a concorrência de países industrializados, até mesmo de países europeus, que possuem especialização em bens de médio e alto valor agregado. Além de outros países emergentes que estão aproveitando as novas oportunidades no mercado chinês, um exemplo disso, é a Índia na área do software. A empresa de TI criada em Bangalore, a Infosys, que mantém escritório em Pequim, Shanghai, Hangzhou e Hong Kong, é outro exemplo. E gigantes indianos de terceirização, como os grupos Tata e Wipro, que desenvolvem aplicações e promovem a manutenção de software na China (ABDENUR, 2011 et seq.).

Ainda temos o fomento a inovação pelo Partido Comunista chinês que pode provocar inquietações com outras nações, já que é improvável as empresas chinesas conseguirem inovar em escalas maiores sem importar a tecnologia de outros países. Um setor que o Brasil tem tecnologia de ponta é na área de biotecnologia, e é preciso se preparar para enfrentar a concorrência chinesa.

Dessa forma, o Brasil precisa encarar os desafios da cooperação e da concorrência chinesa. E, além dos planos quinquenais, deve acompanhar a formulação e a implementação de suas políticas internas ao ponto que consiga

identificar e se preparar para novas oportunidades. Isso requer uma visão estratégica a longo prazo articulada em diversos segmentos do governo que lidam com assuntos da China, como o setor privado e o mundo acadêmico, além de uma base mais profunda em política econômica chinesa⁵⁶.

2.3.4 Parcerias Estratégicas

No âmbito de Parceria Estratégica, associação que foi estabelecida em 1993, ocorreram diversas visitas por governantes brasileiros a nação chinesa. Antes da visita da presidente Dilma, o então vice-presidente brasileiro José Alencar e os ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso, Lula da Silva e Jiang Zemin, além do presidente Hu Jintao haviam trocado alguns encontros diplomáticos. A partir dessa ocasião, foram concluídos quatro princípios que deveriam ser seguidos nas relações bilaterais dos dois países, como por exemplo, reforçar a igualdade e a confiança mútua; perseverar em benefícios e vantagens recíprocas e ampliar o intercâmbio econômico e comercial; assegurar o intercâmbio não governamental e desenvolver a compreensão mútua (MARTINS, 2011 et seq.).

Em 2008, os presidentes Lula da Silva e Hu Jintao se encontraram em três ocasiões, sendo na cúpula do G8+5, na cerimônia de inauguração dos Jogos Olímpicos de Pequim e na Cúpula do G20. Em visita ao Brasil, no início de 2009, o vice-presidente chinês Xi Jinping, estabeleceu um novo marco na cooperação energética e, no mesmo ano, na visita do presidente Lula da Silva à China, foram concluídos treze convênios de cooperação. Em 2010, o então presidente Hu Jintao firmou o Protocolo de Ação Conjunta Brasil-China entre 2010-2014⁵⁷. Depois disso, firmaram as bases de cooperação bilateral para os anos seguintes.

Os ministérios das Relações Exteriores de ambos os países estabeleceram um regime de consultas periódicas no período de 1985, e, no ano de 2007, adotaram o diálogo de problemas regionais e mundiais; Nos três anos anteriores foi

⁵⁶ A autora Adriana Erthal Abdenur, destaca os problemas que o Brasil poderá enfrentar na concorrência no ramo da biotecnologia, já que a China tem tido fomento através do Partido Comunista Chinês nessa área.

⁵⁷ "Em 2010, foi assinado o Plano de Ação Conjunta 2010-2014 (PAC), que define objetivos, metas e orientações para as relações bilaterais. Versão atualizada do Plano, com vigência de 2015 a 2021, foi firmada pela Presidenta Dilma Rousseff e pelo Primeiro-Ministro Li Keqiang em maio de 2015" (ITAMARATY, 2018).

criada a Comissão Sino-brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN) (...); E, Dilma Rousseff, no Fórum de Boao, anunciou que o século XXI precisaria de uma maior criatividade para ser compreendido e estar a serviço do desenvolvimento dos países que fazem parte da comunidade das nações, sendo assim, estabeleceu através de uma base conceitual, que o enfoque pragmático oriente a exploração de todas as potencialidades de cooperação Sino-brasileira (MARTINS, 2011; CABRAL et al., 2011).

O Plano de Ação Conjunta, elaborado pela COSBAN, aponta para direções estratégicas, onde os interesses comuns são importantes tanto para a nação chinesa quanto para a brasileira. Dessa forma, a salvaguarda da segurança e o desenvolvimento dos dois países, a manutenção da paz e do desenvolvimento regional, a construção de blocos na Ásia Oriental e na América do Sul, se sustentam na cooperação Sul-Sul e no plano global de uma criação de uma nova ordem multipolar.

No entanto, em 2012, na visita do então Primeiro-Ministro Wen Jiabao, as relações China-Brasil foram elevadas ao nível de “Parceria Estratégica Global”, onde foram estabelecidas o Diálogo Estratégico Global entre Ministros das Relações Exteriores, vindo a firmar o Plano Decenal de Cooperação (2012-2021). O Plano Decenal de Cooperação, combinado ao Plano de Ação Conjunta são um dos principais documentos de orientação das relações bilaterais que preveem ações de longo prazo em áreas como, ciência, tecnologia e cooperação espacial; energia, mineração, transporte e infraestrutura; investimentos e cooperação industrial e financeira; cooperação econômico-comercial; e ainda, cooperação cultural e processos de intercâmbio entre ambas as nações. Por fim, o PAC, define os objetivos e a direção para a cooperação bilateral, plurilateral e multilateral, com finalidades específicas e estruturas de monitoramento para as Subcomissões da COSBAN, bem como o Diálogo Estratégico Global (DEG) (ITAMARATY, 2018).

2.3.5 Foros Multilaterais

Com relação aos organismos multilaterais, o Brasil e a China são membros do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), do G5 e do G20. Em 2010, o

presidente Hu Jintao esteve no segundo encontro da cúpula dos BRIC (até esse momento, a África não era componente), que foi realizado em Brasília. Nesse mesmo ano, foi realizado no Rio de Janeiro, o foro das relações bilaterais e multilaterais, como o “Brasil-China: Estratégias de Cooperação e Integração”, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e também, pelo Instituto Brasileiro de Estudos da China, Ásia e Pacífico (MARTINS, 2011).

Ambos os países desempenham cada vez mais, grande relevância no cenário internacional, ao passo que assumem ações de influência no desenvolvimento de suas regiões e em dilemas de nível mundial. Em diversas ocasiões Brasil e China têm se posicionado de maneira similar em assuntos atuais, e os mesmos, mantêm-se influentes em temas como a reforma da Organização das Nações Unidas (ONU), a nova estruturação do sistema financeiro mundial e impactos na mudança climática.

2.3.5.1 O Brasil, a China e os Brics – cooperação internacional com os emergentes

A partir do século XXI, as principais potências emergentes têm buscado estabelecer coalizões para atuar no plano internacional. A mais influente que atua no campo da política internacional, é o Brics. O Brics, através de seus integrantes, comporta duas organizações de importância mundial sendo, a Organização para a Cooperação de Xangai (OCX) e o Ibas, Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul. A primeira, foi criada em 1996, é composta por China, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão e, em 2001, o Uzbequistão, e é referente a geopolítica eurásiana. A segunda, foi instituída em 2003, e está centrada na Cooperação Sul-Sul (VISENTINI, 2013).

O conceito de BRIC, começou com o relatório elaborado em 2001, intitulado de *Bulding Better Global Economic BRIC*, pelo então economista-chefe do banco Goldman Sachs, Jim O’Neill. O estudo analisava as perspectivas de crescimento econômico do Brasil, Rússia, Índia e China, através do ritmo de crescimento de cada país e o tamanho de sua população. Com base nessa observação, o documento sinalizava que os países do BRIC (sem a África do Sul), se consolidariam ainda num prazo próximo, entre as maiores economias do mundo. Nesse período foram

levantadas diversas indagações por especialistas tanto na área de economia quanto na área de política, sobre a heterogeneidade desses países (OLIVEIRA, 2012).

Em 2006, foi criado o grupo do Bric para reunir os mais importantes países emergentes do globo. Em 2011, durante a terceira cúpula, a África do Sul foi anexada ao bloco, sendo denominado de Brics. O grupo tem o propósito de aprofundar as relações entre os seus componentes e conduzir posicionamentos em foros multilaterais. Os membros do Brics têm como objetivo principal utilizar o Brics como um simbolismo do “Sul Global” em oposição ao “Norte Global”. Portanto, esse foi um dos motivos da entrada da África do Sul para desempenhar este papel (RIBEIRO et al., 2015).

Na visão brasileira, o Brics representa a realização de uma estratégia que, ainda antes da conjuntura da crise econômica e financeira internacional, tinha objetivos implícitos de sua política externa. Que era contribuir para um sistema internacional multipolar controlado por organizações multilaterais tendo como principal prioridade o desenvolvimento social e econômico. No início, o Brics era um conceito que serviu como uma forma de notoriedade internacional para o Brasil. A partir do Governo Lula, em 2003, este conceito se tornou uma perspectiva estratégica da nação. Com a diplomacia afirmativa nas relações multilaterais e bilaterais, aos países da OCDE⁵⁸, compõe os eixos da integração sul-americana, a Cooperação Sul-Sul e as parcerias estratégicas com as potências emergentes (VISENTINI, 2013).

Contudo, foi na crise financeira global de 2008, que a discussão do papel do BRICs ganhou relevância. O teor da crise acabou despertando a ideia de que os países centrais perderiam espaço para a China e outras economias emergentes, as quais, estariam desafiando a posição hegemônica dos Estados Unidos e da Europa. Conseqüentemente, a crise solidifica o novo papel do G20, com a cúpula de 2008 incluindo os chefes de Estado do BRICS para negociar prováveis saídas. Em 2009, ocorreu a primeira cúpula do BRICS na Rússia, vindo em seguida diversas cúpulas anuais que foram dando molde e conteúdo ao agrupamento com uma finalidade, além de uma identificação de mercados. Todavia, com os países centrais em crise, o

⁵⁸ OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, criada em 1961 e possui 36 membros, que aceitam a democracia representativa ou economia de mercado. Alguns países participantes são: Áustria, Alemanha, Espanha, Canadá, Estados Unidos, México, e outros.

BRICS despertou a discussão sobre hegemonia, no início do século XXI, e por esse motivo, ganhou grande significância. (GARCIA, 2017, p. 375).

Em se tratando de áreas da comunidade internacional, o tema conceitual do BRICS é questionado pelo Brasil. As características econômicas dos componentes do grupo são diversas entre si, e assim também, os seus interesses comerciais. Por exemplo, a Índia exporta serviços como software, a China manufaturas, a Rússia vende como principal pauta petróleo, a África do Sul exporta ouro e diamantes, além de ser um ator estratégico na produção de *commodities*, e o Brasil é exportador em grande nível de produtos agrícolas e, também, é um ator fundamental nas negociações sobre desenvolvimento sustentável (HURRELL, 2011; PRETO, 2011)

A China considera os países do BRICS como parceiros estratégicos direcionados ao desenvolvimento, e também, das trocas de informações de assuntos mundiais em prol da reforma do ambiente internacional. Porém, tem consciência das diferenças e atenções para com os seus membros. A China, compreende o BRICS como uma força no sistema internacional de cooperação e de crescimento, e não como um poder de impedimento coletivo (NIU, 2013).

As políticas monetárias são diferentes. No entanto, esses países representam a massa crítica, e são considerados países emergentes em um processo rápido de desenvolvimento, bem como representam países com capacidade de concentrar um certo poder, num sistema multipolar. (...) Os BRICS não constituem uma aliança, e sim, um foro significativo de contatos de importantes países emergentes que dividem interesses face a países ricos e que abrangem de maneira positiva, o fenômeno do multilateralismo. (...) (PRETO, 2011).

2.3.6 O Brasil na China

O Brasil tem feito investimentos em território chinês, onde já empreendeu 384 projetos, no valor de US\$ 280 milhões, em específico na produção de aviões, como por exemplo, a Embraer mantém a Harbin, uma fábrica no nordeste da China. E outros investimentos, focados na indústria de carvão, imóveis, indústria têxtil e autopeças, como Embraco, Vale, Petrobras, Schulz, Marcopolo, Maxion, Veg e escritórios jurídicos (advocacia). Se encontram também, algumas entidades

financeiras do Brasil, como o Banco do Brasil, Bradesco, BM&F e o BNDS (MARTINS, 2011).

Outro fator de investimentos brasileiros na China são as multinacionais, que operam por meio de *Joint Ventures*⁵⁹, sendo contribuintes para a condução de mercadorias e fluxos de comércio de serviços, mesmo que em pequenas dimensões. Algumas empresas abriram o caminho, como, a Embraco (compressores), a Embraer (aviões), a Weg (motores elétricos), a Sabo (autopeças) e a Marcopolo (ônibus). Não é uma questão de opção, mas esta é a única maneira de se inserir nos setores de média e alta tecnologia do mercado chinês (SENNES, BARBOSA, 2011).

2.4 Acordos de Cooperação Brasil e China

A relação bilateral em ciência, tecnologia, inovação e comunicações vem acompanhando a evolução das relações diplomáticas desde sua organização, em 1971, onde foi intensificada a partir de 2004, com a criação da Comissão Sino-Brasileira de Alto nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), que desempenha o mecanismo institucional de direcionamento das relações bilaterais, determinando metas para os próximos anos (MCTIC, 2018 et seq.).

Principais mecanismos bilaterais de cooperação:

⁵⁹ A expressão joint-venture, refere-se a um tipo de associação em que duas entidades se juntam para explorar alguma atividade, por um determinado tempo, e sem perder a identidade própria. Através dessa definição, qualquer sociedade, mesmo envolvendo pessoas físicas, poderia ser classificada como joint-venture. Todavia, a expressão se tornou mais conhecida para definir a associação entre duas empresas. O exemplo mais comum é aquele em que um fabricante forma uma joint-venture com uma firma comerciante de outro país para explorar o mercado estrangeiro. Mas não necessariamente precisa ser assim. “A China facilita a entrada no país para companhias que formem joint-ventures com empresas chinesas do mesmo setor, de modo a facilitar a transferência de tecnologia. Caso algum empreendedor queira se estabelecer na China sem se associar a nenhuma companhia local, enfrentará barreiras quase intransponíveis. No Brasil, em 1987, foi feita uma clássica joint-venture: a união entre a Volkswagen e a Ford, dando origem à Autolatina. Ambas mantiveram suas identidades e marcas, e a sociedade tinha um prazo determinado para se dissolver. Existem muitas joint-ventures conhecidas. Uma delas é a prestadora de telefonia móvel Vivo, fruto de uma joint-venture entre a Portugal Telecom e a espanhola Telefonica Móviles.” (WOLFFENBUTTEL, 2006).

- Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, assinado em 1982, em atividade a partir de 1984;
- Criação da Comissão Sino-Brasileira de Alto nível de Concertação e Cooperação (COSBAN);
- Plano Decenal de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China (2012-2021), assinado em 2012;
- Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China (2015-2021), assinado em 2015;

Principais projetos bilaterais de cooperação:

- Centro Brasil China de Biotecnologia;
- Centro Brasil-China de Mudança Climática e Tecnologias Inovadoras para Energia;
- Centro Brasil-China de Pesquisa e Inovação em Nanotecnologia;
- Laboratórios Conjuntos Brasil-China de Ciências Agrárias;
- Programa CBERS (China-Brazil Earth Resources Satellite).

As principais áreas de cooperação bilateral entre o Brasil e a China são a aeroespacial; biotecnologia; energias renováveis e biocombustíveis, cidades inteligentes, ciências florestais e agrícolas, desastres naturais, transformações climáticas, nanotecnologia, parques científicos e tecnológicos, políticas de inovação, tecnologia da informação e Comunicação (TICs), tecnologia do bambu⁶⁰ e do ratã⁶¹, dentre outras.

⁶⁰ A China é o maior produtor de bambu do mundo ((MCTIC, 2018).

⁶¹ Ratã (Botânica) - Denominação comum às plantas trepadeiras do gênero *Calamus*, da família das arecáceas, nativas da Índia, cujos estipes, semelhantes aos colmos dos bambus, são empregadas em artesanato trançado, além da grande utilidade na arquitetura e móveis (MICHAELIS, 2018).

2.4.1 Acordos de Cooperação em ciência e tecnologia

A troca e a cooperação científica e tecnológica internacional são componentes relevantes da política de abertura da China, que além de representar medidas de promoção ao desenvolvimento econômico e científico chinês, constituem partes importantes do país para o desenvolvimento de suas relações amistosas com os povos de outros cantos do mundo, bem como impulsiona o desenvolvimento das interações com outras nações (CHINA-EMBASSY, 2018 et seq.).

Desde o início da reforma e abertura para o sistema internacional, em conformidade com a orientação da política externa, de acordo com as exigências do desenvolvimento científico, tecnológico e econômico do país, tal como os princípios de igualdade, de benefício mútuo, de respeitar as normas internacionais, e outras questões, a China tem desempenhado pelo globo, através das relações bilaterais e multilaterais, a cooperação e o intercâmbio científico e tecnológico, tanto no âmbito governamental como no não-governamental.

2.4.1.1 Cooperação aeroespacial Brasil-China

No período de 1988, os satélites de sensoriamento remoto, tinham um alto custo para as nações em desenvolvimento. Onde acabavam dependentes das imagens fornecidas por equipamentos de países desenvolvidos. Assim, Brasil e China, em 1988, firmaram a cooperação espacial, através de um acordo de constituição do Programa CBERS (Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres). Por ser uma cooperação de caráter horizontal e por aceitar o desenvolvimento tanto de tecnologias como de capacitação de recursos humanos, direcionou-se diretamente aos objetivos estratégicos do Programa Espacial Brasileiro (AEB “b”, 2018; INPE, 2018).

Para o desenvolvimento de um programa de construção de dois satélites de sensoriamento remoto avançado, intitulado de Programa CBERS (China-Brazil Earth Resources Satellite), foi firmada parceria com o INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) e a CAST (Academia Chinesa de Tecnologia Espacial). Os

recursos financeiros e tecnológicos entre o Brasil e a China ultrapassaram a US\$ 300 milhões, onde as responsabilidades foram divididas em 30% para o Brasil e 70% para a China, tendo como proposta a implantação de um sistema de sensoriamento remoto a nível internacional (INPE, 2018; ZHAO apud CEPIK, 2011).

No decorrer de mais de 30 anos de cooperação, o Programa CBERS deu origem a cinco satélites, como:

- CBERS – 1, lançado em 1999;
- CBERS – 2, lançado em 2003, e, tem as mesmas características do CBERS –
- CBERS – 2B, lançado em 2007, com a substituição da câmera (IRS), a qual compunha o CBERS – 1 e CBERS – 2 por uma de alta resolução (HR);
- CBERS – 3, lançado em 2013, mais evoluído que o CBERS – 1 e o CBERS – 2. Não alcançou êxito para chegar a órbita de destino, devido a uma falha no veículo lançador.
- CBERS – 4, lançado em 2014, com a mesma qualidade do CBERS – 3 (AEB “b”, 2018).

Os CBERS – 1 e 2 possuem a mesma constituição técnica, missão no espaço e em seus materiais que vão a bordo, como, câmeras, sensores, computadores e outros equipamentos de experimentos científicos. Em 2004, o CBERS – 2 deixou de funcionar, Brasil e a China decidiram construir o CBERS – 2B. O CBERS – 3 e 4 tiveram uma nova divisão de recursos entre o Brasil e a China, onde cada um ficou com 50% de responsabilidades. Esses dois satélites representam uma evolução em comparação aos CBERS-1, 2 e 2B. Algumas de suas características são: Câmera Pancromática e Multiespectral – PAN, Câmera Multiespectral Regular – MUX, Imageador Multiespectral e Termal – IRS, e câmera de campo largo – WFI, que têm um bom desempenho geométrico (INPE, 2018).

O satélite CBERS- 4 é exemplo da evolução da tecnologia brasileira proporcionada pelo programa espacial. As imagens da câmara MUX, foi projetada e construída no Brasil pelo INPE, através de um método que monitora, culturas agrícolas anuais, algumas aplicações específicas que não são possíveis com satélites de alta resolução, devido as faixas de imageamento serem mais estreitas. As câmeras ópticas (MUX E WFI) são brasileiras e a (PAN e IRS) são chinesas, a

resolução espacial que apresentam tem destino a monitorar desmatamentos, queimadas, nível de reservatórios, desastres naturais, expansão agrícola, entre outras coisas.

2.4.1.2 Cooperação em Nanotecnologia Brasil-China

O centro de Pesquisa e Inovação em Nanotecnologia Brasil-China foi criado em 13 de fevereiro de 2012, pela Portaria 117, e tem como foco principal, coordenar atividades que envolvem a cooperação Brasil-China em áreas de nanotecnologia; promover o desenvolvimento científico e tecnológico das análises e implementações de materiais nanoestruturados; avançar a pesquisa em nanotecnologia, melhorando a capacitação científica, com vista em explorar resultados do desenvolvimento relacionados as implicações tecnológicas; e, criar programas para empresas no Brasil que desenvolvem em áreas de nanomateriais (MCTIC, 2018 et seq.).

A Coordenação Geral de Desenvolvimento e Inovação em Tecnologias Habilitadoras é órgão de coordenação central do Centro de Pesquisa e Inovação em Nanotecnologia Brasil-China. A sede para pesquisas desta cooperação é o Laboratório Nacional de Nanotecnologia – LNNano do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais – CNPEM.

Os projetos que estão sendo desenvolvidos nesta parceria Brasil-China pelo laboratório (LNNano) são:

- Projeto Biosafety - Verificação da Toxicidade do Carvão Ativo Nanoestruturado: Caracterização da Nano-Bio Interface e Impactos da Interação com Poluentes Ambientais. Alguns parceiros são: Universidade Federal do Ceará e Peking University;
- Computational Design of Nanostructured Materials for Environmental Applications at Extreme and Harsh Conditions. Alguns parceiros são: Universidade de São Paulo (USP) e Institute of Solid State Physics, Chinese Academy of Sciences;

- Nanomateriais e Nanocompósitos para a Descontaminação Ambiental. Alguns parceiros são: Universidade Federal de Santa Catarina /LINDEN e National Engineering Research Center for Nanotechnology (NERCN), Embrapa e National Center for Nanoscience and Nanotechnology (Beijing);
- Nanodispositivos para detecção ambiental e bioprospecção de Leveduras Negras de interesse clínico e biotecnológico. Alguns parceiros envolvidos: Universidade Federal do Paraná (UFPR/LCNANO) e Peking University/Sun Yat-Sen University;
- Obtenção de nanofibras de carbono ativado a partir de híbridos de lignina e nanopartículas. Alguns parceiros são: Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN) e Dunghua University (Shanghai);
- Biomedical Applications of Nanomaterials. Alguns parceiros são: UFPE/ UNESP e Shenzhen University (Shenzhen).

2.5 INVESTIMENTOS CHINESES NO BRASIL

A partir de sua entrada na OMC, o governo chinês iniciou a implementação de uma política de promoção de IED⁶² no exterior. O ano de 2009 demonstra um ponto de inflexão nos fluxos de investimentos para o resto do mundo por meio de um importante papel dos conglomerados estatais. A coincidência com uma baixa nos fluxos mundiais de inversões levou a China, em 2009, a ocupar o quinto lugar entre os principais países investidores – seu estoque de IED no mundo aumentou de US\$ 27,8 bilhões, em 2000, para US\$ 229,6 bilhões, em 2009 (BARBOSA, 2011 apud BEKERMAN, 2013).

O grande avanço internacional das empresas chinesas vem tendo vantagens pelo financiamento público promovido pelo Banco de Desenvolvimento e o Banco de Exportação e Importação. Nisso, os projetos estão focalizados à aquisição de recursos naturais, à exploração de eficácia tecnológica ou marcas, às obtenções que facilitem a competitividade das empresas chinesas e, por sua vez, os investimentos em infraestrutura que impulsionem suas exportações. “Além disso, as empresas têm

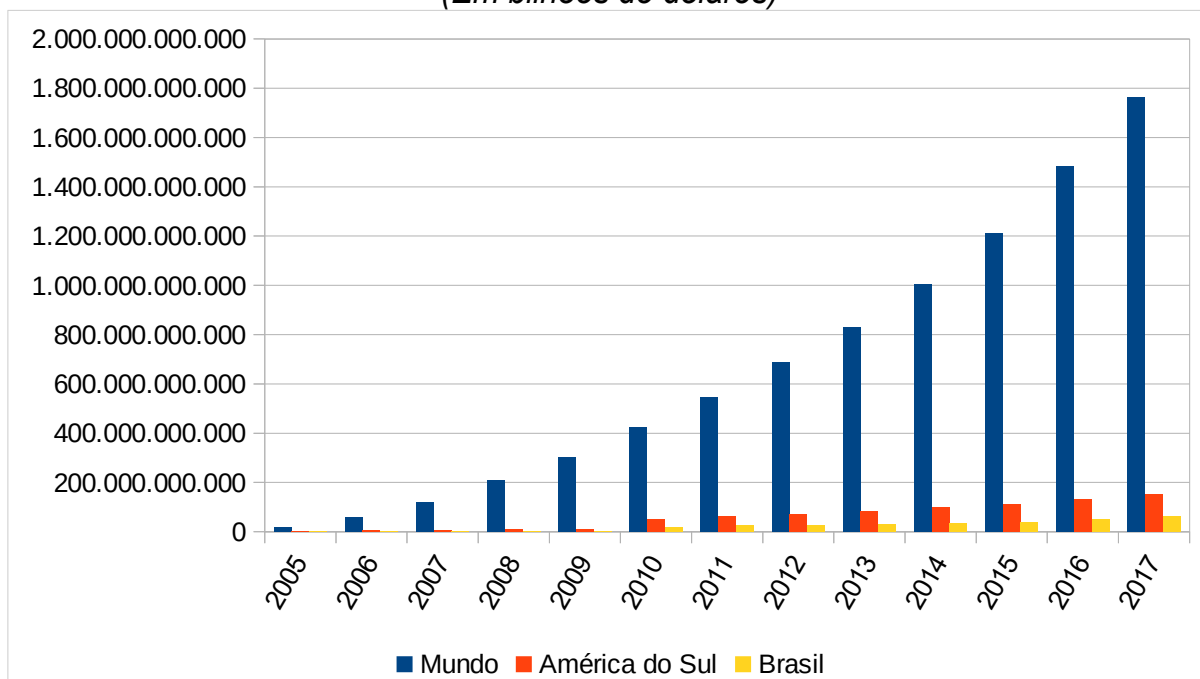
⁶² IED – Investimento Estrangeiro Direto.

sido orientadas a contra embargar barreiras comerciais em certos países, como no caso do Brasil (BEKERMAN, 2013, p. 14).

A primeira década dos anos 2000 iniciou uma nova fase nas relações entre Brasil e China, sendo reordenado uma nova agenda bilateral com uma amostra da complexa evolução que seria visto nos anos seguintes. O aumento do volume do comércio bilateral, a interação crescente entre os dois países em fóruns internacionais e a complexificação das relações políticas já demonstravam o começo de um cenário de trocas muito mais sofisticado entre os dois países. Em conjunto, surgiu também um novo fenômeno: a entrada de volumosos investimentos chineses no Brasil (CEBC, 2017).

De acordo com os dados do *American Enterprise Institute e da Heritage Foundation*, o montante de investimentos chineses no Brasil de 2005 a 2017 somaram US\$ 62 bilhões no decorrer desse período, somente no ano de 2017 a China investiu US\$ 20,9 bilhões de dólares. Na América do Sul, entre o período de 2005 a 2017, os investimentos chineses, chegaram ao montante de US\$ 151,1 bilhões, isso equivale a 8,6% da cota de investimentos mundiais durante esse período. Por sua vez, os investimentos chineses no Brasil de 2005 a 2017 ainda correspondem a 3,54% dos investimentos totais do país asiático com o mundo (AEI, 2018), do modo como está demonstrado no Gráfico 5.

Gráfico 5 - Evolução dos investimentos chineses com o mundo (2005-2017)
(Em bilhões de dólares)

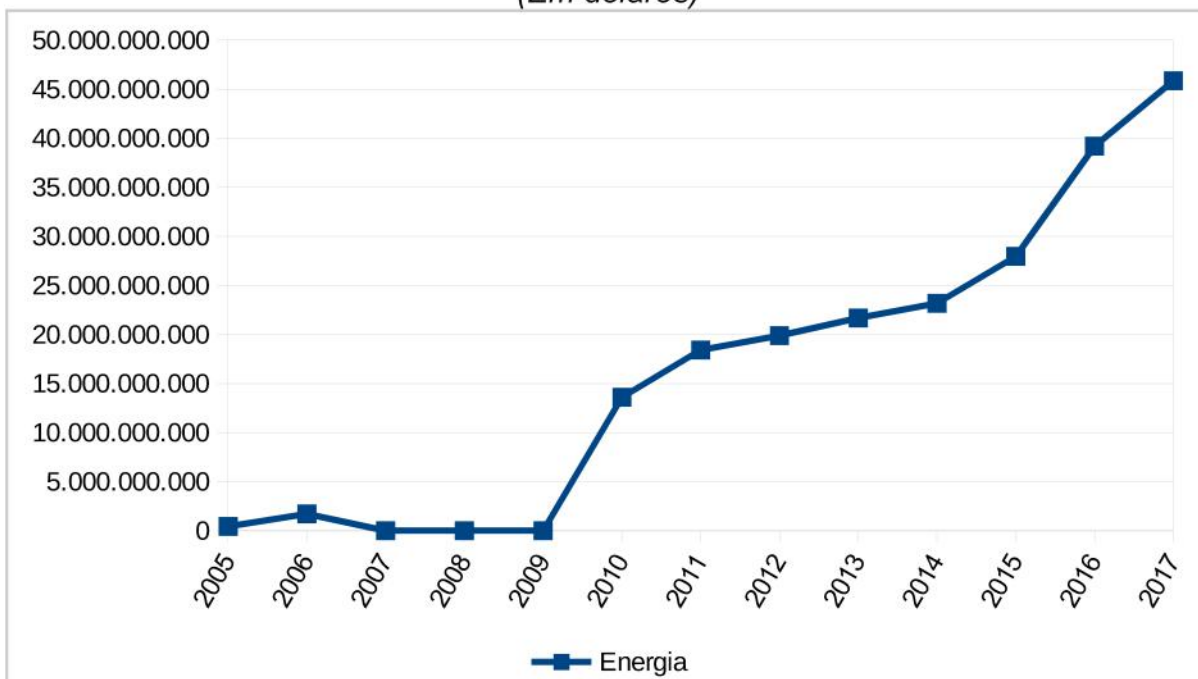


Fonte: AEI (2018) – elaboração própria.

Segundo dados da AEI (2018), podemos observar que entre 2005 e 2009, o fluxo comercial de investimentos entre o Brasil e a China não tiveram grande importância e evidências de crescimento. Mas, em 2010, os investimentos chineses no Brasil começaram a atingir grandes proporções que se perpetuariam nos anos seguintes (Ver Gráfico 6).

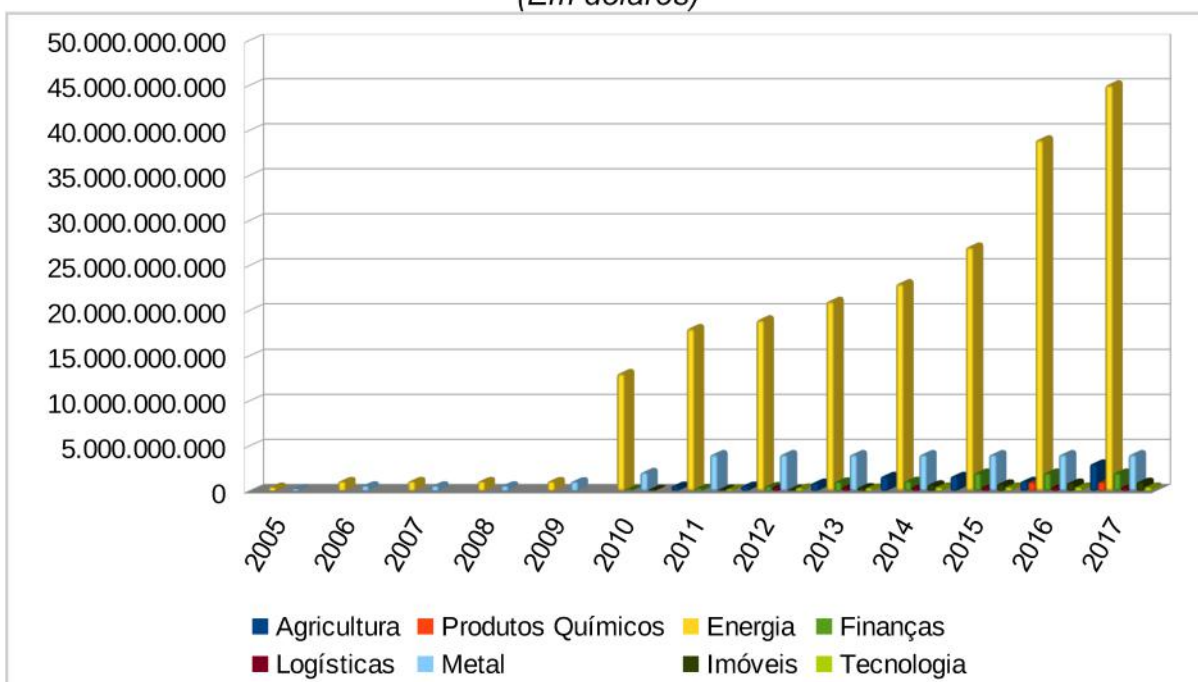
Esses investimentos estão vinculados aos setores de imóveis, energia, agricultura, químicos, tecnologia, metais, transporte, financeiro e infraestrutura, entre outros. Onde de 2010 a 2017 o montante contabilizado chegou a US\$ 62,41 bilhões de investimentos, dos quais US\$ 45,85 foram para o setor de energia. Em 2017, os investimentos atingiram a casa dos US\$ 45,85 bilhões onde só perdeu para o ano anterior que havia chegado a cifra de US\$ 39,2 bilhões, assim como demonstrado no Gráfico 7.

Gráfico 6 - Investimentos chineses no Brasil (2005-2017)
(Em dólares)



Fonte: AEI (2018) - elaboração própria.

Gráfico 7 - Principais setores de investimentos chineses no Brasil (2005-2017)
(Em dólares)



Fonte: AEI (2018) - elaboração própria.

O perfil dos investimentos chineses no Brasil tem evoluído em grau significativo com relação a termos quantitativos e qualitativos. Até metade de 2010, os investimentos chineses no país eram direcionados principalmente ao setor de *commodities*, decorrentes da crescente demanda por produtos primários e minerais. Passado o ano de 2010, o foco dos aportes começou a se dar em setores industriais, com o objetivo de explorar o mercado consumidor brasileiro. A partir de 2013, o setor de serviços passou a ganhar espaço nos inúmeros investimentos chineses, principalmente na área financeira, com a entrada de bancos chineses no Brasil. A última fase, se firmou a partir de 2014, com investimentos voltados para o setor de energia e infraestrutura, através de empresas chinesas que buscam a se consolidar no mapa energético brasileiro (CEBC, 2017).

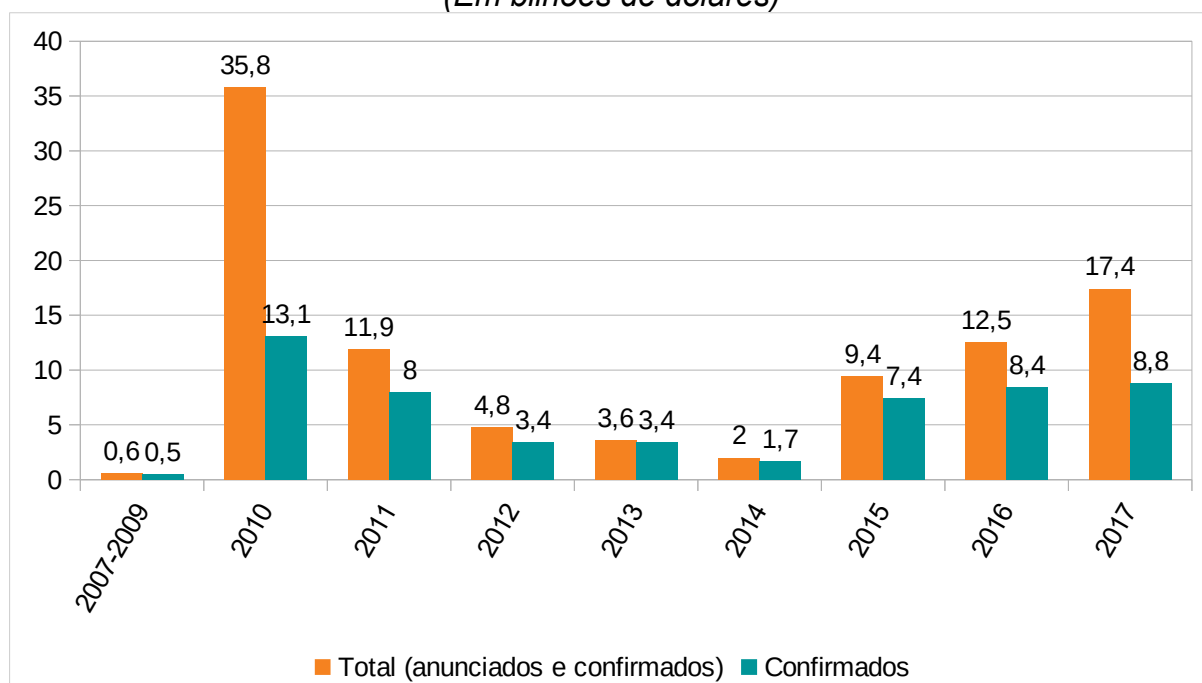
2.5.1 A entrada dos investimentos no Brasil através de empresas chinesas (2007-2017)

Conforme o levantamento de dados pelo Conselho Empresarial Brasil-China, entre 2007 e 2017, 100 empresas chinesas, mediante a 157 projetos, anunciaram investimentos no Brasil. Desses, dentre intenções e confirmações somaram US\$ 98 bilhões. Contudo, os empreendimentos confirmados, chegaram ao valor de US\$ 55 bilhões, sendo que, 115 empreendimentos foram realizados ou estão em andamento (CEBC, 2017 et seq.)

No período de 2017 foram anunciados 35 novos projetos no valor de US\$ 17,4 bilhões, dos quais, 27 projetos de aproximadamente US\$ 8,8 bilhões estão confirmados. Analisando os investimentos registrados em 2017 em comparação aos anos anteriores se nota o progressivo aumento no volume dos investimentos a partir de 2014. A quantidade de projetos em 2017 ultrapassou os valores registrados no ano anterior, considerando tanto investimentos confirmados como os anunciados. Em 2016, o número total de projetos teve um crescimento significativo, passando de 16 empreendimentos em 2016, para 35 em 2017, marcando uma variação de 119%. Se considerar apenas os investimentos confirmados, o aumento é maior, sendo 12 projetos em 2016 e 27 em 2017 com uma variação de 125%. Esse foi o período com

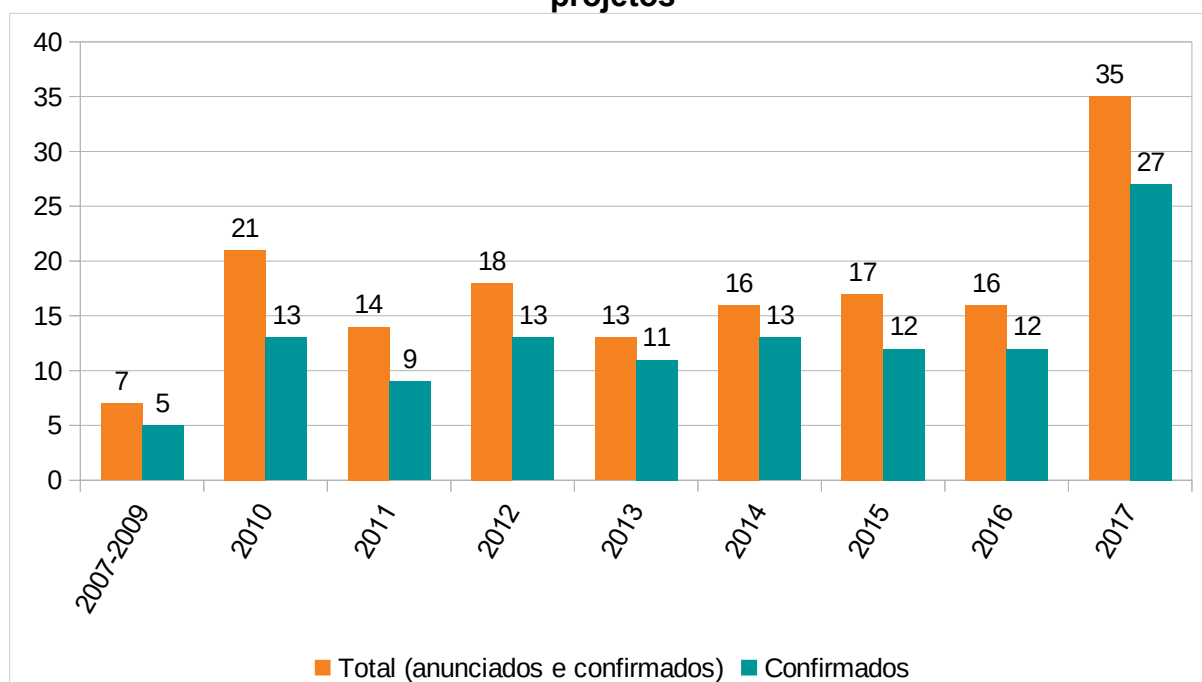
maior número de investimentos chineses registrados no Brasil em apenas um ano.
(Ver Gráfico 8 e 9)

Gráfico 8 – Histórico dos investimentos no Brasil (2007-2017) - Valor dos projetos
(Em bilhões de dólares)



Fonte: CEBC (2017) – elaboração própria.

Gráfico 9 - Histórico dos investimentos no Brasil (2007-2017) - Número de projetos



Fonte: CEBC (2017) – elaboração própria.

Da mesma forma, a taxa de concretização dos investimentos chineses no Brasil em 2017, em comparação com a quantidade de projetos, atingiu 77%, o qual representa uma parcela relativamente alta, superada apenas pela taxa do período entre 2013 e 2014.

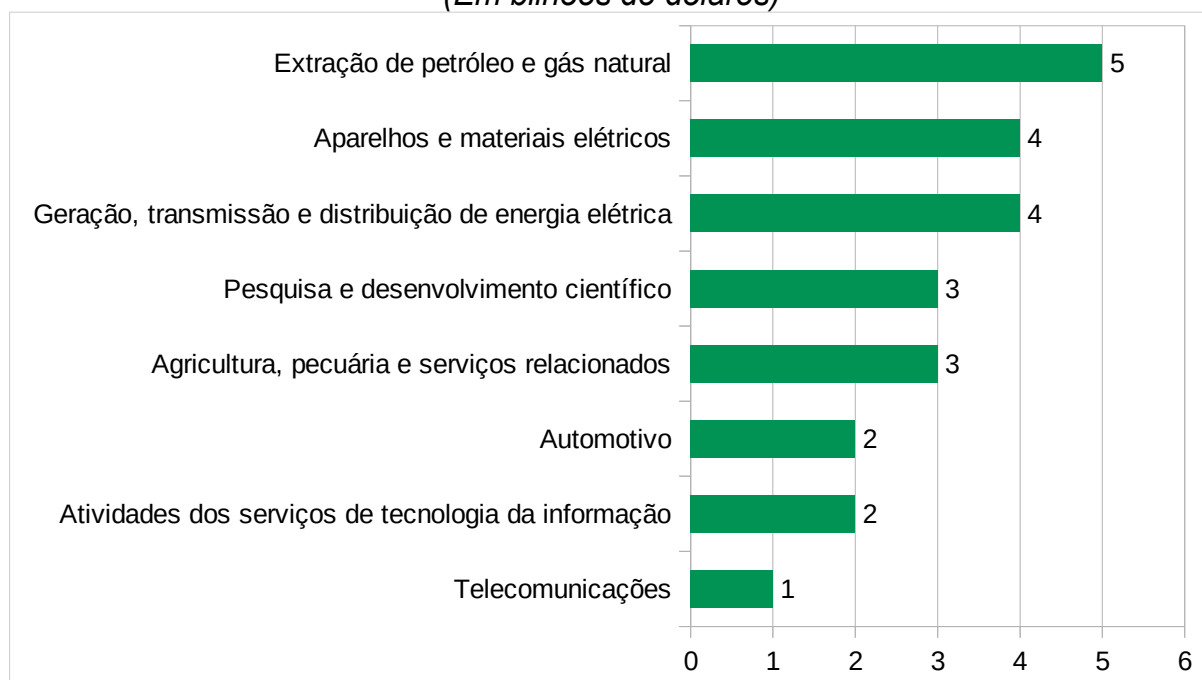
2.5.2 Distribuição setorial: por número e valor de projetos

Em 2017, os investimentos chineses no Brasil, dentre anunciados e confirmados, totalizaram 35 projetos em 13 setores: extração de petróleo e gás natural; geração, transmissão e distribuição de energia elétrica; aparelhos e materiais elétricos; agricultura, pecuária e serviços relacionados; pesquisa e desenvolvimento científico; armazenamento e atividades auxiliares dos transportes; automotivo; atividades dos serviços de tecnologia da informação; atividades de serviços financeiros; telecomunicações; farmoquímicos e farmacêuticos; captação, tratamento e distribuição de água; e atividades imobiliárias (CEBC, 2017 et seq.).

Em consideração somente aos investimentos confirmados, foram feitos 27 colaborações por parte de empresas chinesas em todas as áreas mencionadas, com exceção dos setores de farmoquímicos e farmacêuticos e captação, tratamento e distribuição de água, que os projetos apresentados não foram confirmados até a conclusão de 2017.

O setor de extração de petróleo e gás foi o que apresentou o maior número de projetos e investimentos confirmados. Durante o ano de 2017, foram realizados leilões pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP “b”) ao que permitiram a entrada de empresas chinesas como CNOOC e CNODC, e também, adquiriram lotes na Bacia do Espírito Santo e na Bacia de Santos. Por sua vez, a área de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica apresentou projetos de empresas já fixadas no Brasil, como a China Three Gorges e State Grid, que depois de continuadas aquisições de usinas e concessões em períodos anteriores começaram a dar prioridades a integração e consolidação de seus ativos no país. Outro exemplo, a SPIC Pacific Energy, adquiriu por meio de leilão, a Usina Hidrelétrica de São Simão, localizada no Rio Paranaíba, entre os Estados de Minas Gerais e Goiás, conforme o Gráfico 10.

Gráfico 10 - Distribuição setorial de projetos confirmados em 2017 (número de projetos)
(Em bilhões de dólares)



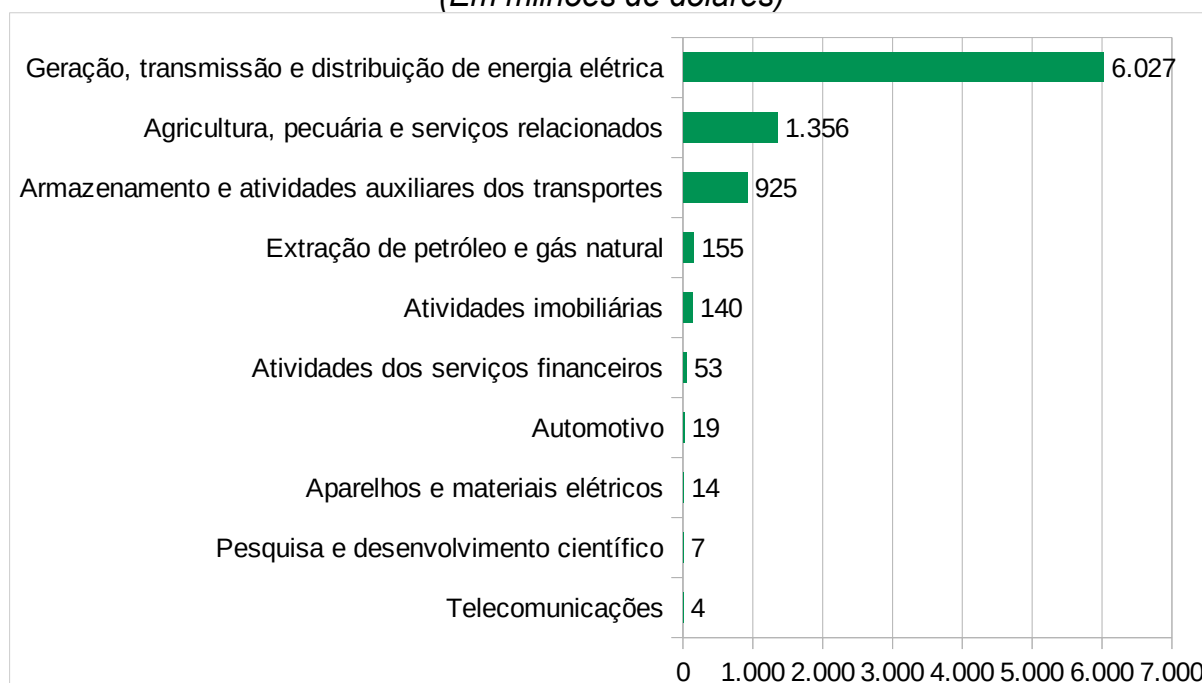
Fonte: CEBC (2017) – elaboração própria.

A análise dos investimentos chineses no Brasil em 2017, com relação ao valor dos projetos, demonstra que a área de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica foi a que mais recebeu recursos. Foram destinados para o setor cerca de 68% do total dos investimentos do ano de 2017, visto que os gastos com projetos nessa área tendem a ser volumosos.

A segunda maior participação foi destinada para o setor de agricultura, pecuária e serviços, sendo o responsável por 15% do total investido, logo em seguida, vem o segmento de armazenamento e atividades auxiliares dos transportes, com participação de 10%. O restante dos setores tiveram um percentual baixo ou com pouca relevância. Dessa forma, a área de extração de petróleo e gás natural respondeu por 1,8% dos investimentos, em sequência pelos setores de atividades imobiliárias e serviços de tecnologia da informação, ambos por volta de 1,6%. Outros setores ficaram com menos de 1% conforme segue: atividades de serviços financeiros (0,6%), automotivo (0,2%), aparelhos e materiais elétricos

(0,2%), pesquisa e desenvolvimento científico (0,1%) e por último, telecomunicações (0,04%). (Ver Gráfico 11)

Gráfico 11 - Distribuição setorial de projetos confirmados em 2017 (valores dos projetos)
(Em milhões de dólares)



Fonte: CEBC (2017) – elaboração própria.

Um exemplo de investimentos na área de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, são as empresas State Grid e China Three Gorges, que através da continuidade de seus projetos no Brasil, foram responsáveis por investimentos que alcançaram os US\$ 3,8 bilhões. Em paralelo, a SPIC Pacific Energy manteve importância nessa configuração distributiva, considerando o investimento de US\$ 2,2 bilhões com a compra da Usina Hidrelétrica de São Simão.

2.5.3 Modo de ingresso (*Greenfield* x *Brownfield*)⁶³

Em 2017, em consideração aos projetos anunciados e confirmados, foi possível verificar que a maioria das empresas decidiram pela realização de projetos *greenfield*, que foram os responsáveis por 49% do total dos investimentos no Brasil. Posteriormente, os projetos realizados por meio de fusões e aquisições responderam por 32%, ao passo que os empreendimentos efetuados via *joint venture*⁶⁴ ficaram com a menor parcela, tendo 19% de participação. Em termos de valor, levando em conta projetos anunciados e confirmados, foi semelhante. No entanto, os projetos *greenfield* somaram o maior volume, com parcela de 46%, vindo logo após investimentos via fusões e aquisições (37%) e *joint ventures* (17%).

Numa análise em termos de valor, os projetos confirmados, tem uma predominância de aportes realizados por meio de fusões e aquisições, chegando a um total de 69% do total das operações. Consequentemente, nesse tipo de observação, as iniciativas executadas via *greenfield* e *joint venture* são responsáveis, nesta ordem, por 16% e 15% do resultado geral. Essa circunstância pode ter como explicação o fato de que os projetos *greenfield* costumam ter sequentes ondas de investimento após os custeios iniciais, levando um tempo maior para o amadurecimento do projeto. Em contrapartida, as inversões via fusões e aquisições são propensas a receber aportes financeiros de forma imediata, fortalecendo o caixa das empresas compradas no curto prazo.

Analisando o histórico do modo de ingresso das empresas chinesas no Brasil, o ano de 2017 foi relevante em relação ao retorno dos investimentos *greenfield*,

⁶³

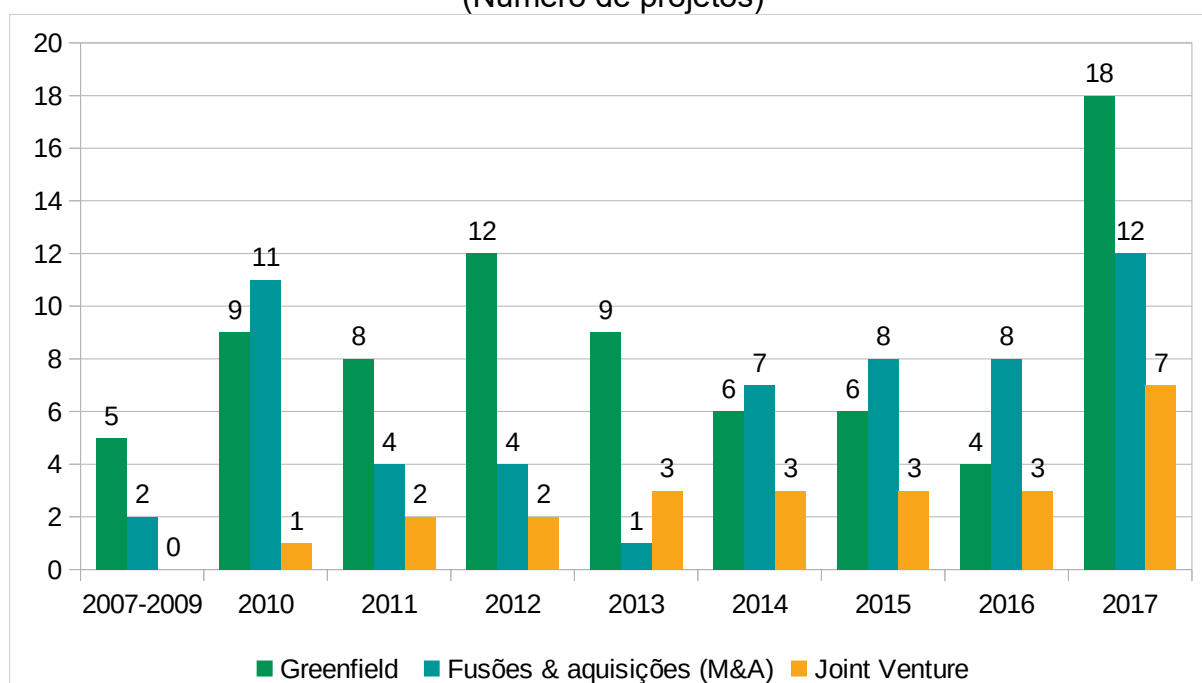
- Investimentos *greenfield* – (novo projeto) envolve o estabelecimento de uma nova empresa (ou filial) em um país anfitrião. Basicamente, *greenfield* é um modo atrativo de IED para uma empresa no mercado externo porque pode escolher o local que melhor atende às suas necessidades. A entrada por meio de aquisição em um mercado externo é definida como a compra de participação de uma empresa estabelecida no país hospedeiro por outra empresa sediada fora do país. Dessa forma, a aquisição é tipicamente apresentada como alternativa ao *greenfield*. Em geral, a aquisição tem sido uma das principais forças de crescimento de IDE. (Obs.: muitos pesquisadores tratam *greenfield* e aquisição como dois modos alternativos de IDE, ou seja, a aquisição é um negócio já existente e o *greenfield* um negócio novo);

- Investimentos *brownfield* – (aquisição de um projeto já existente) é uma nova operação que envolve a compra de uma empresa existente por um adquirente sediado fora do país. A empresa adquirida no país anfitrião é então reestruturada em todos os seus recursos (CHENG, 2006).

⁶⁴ As *Joint Venture* podem ser caracterizadas como uma parceria (uma local e outra estrangeira), onde duas empresas resolvem criar uma terceira (LACEY, 2016).

onde apresentavam encolhimento desde 2012. Isso é decorrente de fatores como, a abertura determinada pelo governo do Brasil que, a partir de 2016, estabeleceu uma série de concessões à participação de empresas estrangeiras, principalmente mediante leilões de áreas de exploração de petróleo e gás, conforme demonstra o Gráfico 12.

**Gráfico 12 - Ingresso das empresas chinesas no Brasil entre 2007 e 2017
(investimentos anunciados e confirmados)
(Número de projetos)**



Fonte: CEBC (2017) – elaboração própria.

Os projetos *greenfield* costumam ter seguidas ondas de investimento após os aportes iniciais, o que leva maior tempo até que o projeto esteja totalmente consolidado. De outra maneira, as inversões via fusões e aquisições tendem a receber recursos financeiros de forma imediata, fortalecendo o caixa das empresas adquiridas no curto prazo (CEBC, 2017, p. 18).

2.5.4 Projetos de investimentos chineses no Brasil efetivados (2016-2017)

2.5.4.1 *Projetos de investimentos chineses no Brasil 2016*

1. Agronegócio

Empresa: HUNAN DAKANG PASTURE FARMING

A empresa Hunan Dakang Pasture Farming, unidade do grupo chinês Shanghai Pengxin Group, aportou cerca de US\$ 200 milhões para a aquisição de 57% das ações da trading e processadora de grãos brasileira Fiagril Ltda. O foco principal do investimento foi na área de soja e milho e está localizado em Lucas do Rio Verde – MT (CEBC, 2016).

2. Energia

Empresa: CHINA THREE GORGES

A empresa China Three Gorges Corporation (CTG), através da CTG International, da CTG Brasil e de outras subsidiárias, concluiu em dezembro de 2016 a aquisição dos ativos da Duke Energy no Brasil. Com a negociação, de US\$ 1,2 bilhão, a CTG Brasil ampliou sua capacidade instalada para 8,27 GW sob sua gestão e em participações. Os ativos compreendem oito usinas hidrelétricas (capacidade 2.242 MW) e duas pequenas centrais hidrelétricas (capacidade 32 MW) (CEBC, 2016)

Empresa: STATE GRID

A empresa State Grid finalizou a aquisição de 54,64% de participação acionária da CPFL Energia através da compra das ações que pertenciam à Camargo Corrêa e aos fundos de pensão Previ, Fundação Cesp, Sabesprev, Sistel e Petros. Por meio dessa aquisição a empresa ampliou sua participação nos setores de transmissão e distribuição, e ainda, na geração de eletricidade a partir de

energias renováveis. No total a State Grid adquiriu 556.164.817 ações ON da CPFL Energia, que constitui uma transação no valor de R\$ 14,19 bilhões, e também, adquiriu ações da CPFL Renováveis, que pertenciam a Camargo Correa no valor de R\$ 3,17 bilhões (CEBC, 2016)

3. Mineração

Empresa: CHINA MOLYBDENUM

O Grupo Anglo American realizou um acordo com a Cmoc International, jurisdição internacional da China Molybdenum (Cmoc) e vendeu seus negócios de Nióbio e Fosfatos para a chinesa no valor de US\$ 1,7 bilhão, o qual US\$ 1,5 bilhão era o montante acordado para a aquisição, e os outros US\$ 187 milhões se referem a ajustes necessários para finalizar a transação.

2.5.4.2 Projetos de investimentos chineses no Brasil 2017

1. Agricultura, Pecuária e Serviços relacionados

Empresa: CITIC AGRI FUND/ YUAN LONGPING HIGH-TECH AGRICULTURE

O fundo de investimentos chinês Citic Agri Fund, ramo para negócios agrícolas do conglomerado CITIC Group, em parceria com a LongPing High-tech Agriculture, comprou, por US\$ 1,1 bilhão, a unidade de sementes de milho da Dow Chemical no Brasil. A negociação engloba a produção de sementes de milho, centro de pesquisa, e um banco de material genético (CEBC, 2017).

2. Extração de Petróleo e Gás natural

Empresa: CNOOC

A empresa CNOOC, durante a 3ª Rodada de Partilha de Produção do Pré-Sal, realizada em 2017 pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP “b”), adquiriu, em consórcio com Shell e QPI Brasil, o setor SS-AP1 no bloco de Alto de Cabo Frio Oeste, na Bacia de Santos. O valor da transação chegou em R\$ 350 milhões, sendo que a empresa chinesa ficou com 20% da fatia do consórcio. Em 2017, houve a 14ª Rodada de Licitações de blocos para exploração de petróleo e gás natural da ANP “b”, onde a CNOOC arrematou o Bloco ES-M-592 na bacia do Espírito Santo por R\$ 23,5 milhões (CEBC, 2017).

Empresa: CNODC

Na 3ª Rodada do leilão do pré-sal da ANP “b” a empresa CNODC arrematou, através de sistema de partilha, a área de Peroba, localizada na Bacia de Santos. A Petrobras será a operadora com 40% de participação, seguida pela BP com 40% e a empresa chinesa com os 20% restantes. A vantagem de assinatura da área foi estipulada em R\$ 2 bilhões (CEBC, 2017).

2.5.5 Fases recentes de investimentos Chineses

Em um primeiro momento, a China teve como prioridades investimentos em atividades voltadas para as *commodities*, que constituem um maior peso na pauta de exportação pelo Brasil para a nação chinesa. Um exemplo disso, é o caso da compra de 40% das operações brasileiras da espanhola Repsol pela estatal chinesa Sinopec. Essa aquisição está ligada diretamente com o volume de óleo bruto de petróleo brasileiro importado pela China, e também, com o processo global de internacionalização das empresas chinesas, as quais têm realizado diversas compras de companhias ligadas à exploração de recursos naturais (CEBC, 2016 et seq.).

Em um segundo momento, durante o período de 2011 e 2013, as empresas chinesas se voltaram para a busca de novas oportunidades na área industrial, principalmente nos setores de máquinas e equipamentos, automotivos e aparelhos eletrônicos, tendo em vista o mercado interno brasileiro. Como exemplo, se observa, a chegada de montadoras de máquinas e equipamentos como (Sany), e de automotivos (Chery). Além da ampliação dos empreendimentos já estão estabelecidos no País, de empresas do setor de eletrônicos e comunicação (Huawei e Lenovo). Essa fase está correlacionada às condições favoráveis que o Brasil desfrutava ao receber esses tais investimentos. Dentre elas, o bom ritmo de crescimento econômico e a expansão do mercado consumidor doméstico.

Em um terceiro momento, a relação bilateral começa aproximadamente em 2013, direcionada principalmente para o setor financeiro, quando bancos chineses se estabeleceram no Brasil ou adquiriram participação acionária em bancos brasileiros ou internacionais já em operação no país. Com o intuito de dar suporte à gradativa internacionalização do yuan, e também, apoiar o comércio e os investimentos bilaterais. Um exemplo desse tipo de movimentação foi a entrada no Brasil do Industrial and Commercial Bank of China (ICBC) através de um investimento inicial de US\$ 100 milhões.

Em um quarto momento, entre 2014 e 2015, houve um crescimento nos investimentos por empresas chinesas no Brasil e os empreendimentos passaram por novas mudanças tanto quantitativa quanto administrativa e estratégica. Esse período pode ser definido por uma série de atributos específicos que seguem o compasso ditado pelos investimentos chineses no mundo, as transformações dos critérios de atratividade de certos setores da economia brasileira, a forma de entrada dessas empresas no País e o quadro conjuntural da economia nacional.

Desde 2014, empresas chinesas investiram montantes significativos na área de produção e transmissão de energia elétrica. Como exemplo, empresas como a State Grid e China Three Gorges que venceram as licitações para a construção de usinas hidrelétricas e linhas de transmissão. Bem como, adquiriram ativos de empresas nacionais e estrangeiras do setor energético no Brasil. Nesse período também foi marcado pelos investimentos no setor do agronegócio por meio de aquisição de tradings.

Nesta última fase, se caracteriza pela participação de empresas chinesas em licitações no setor de infraestrutura. Os déficits do setor abriram oportunidades para os investimentos chineses, já que os mesmos possuem experiências para a execução de projetos de infraestrutura. Conseqüentemente, a China dispõe do capital necessário para iniciativas nessa área que se ordenam com os seus próprios interesses na região, facilitando o escoamento dos principais produtos da pauta exportadora do Brasil, como soja e minérios.

Conforme vimos nesse capítulo, as parcerias entre o Brasil e a China tem avançado e construído bases históricas nas relações bilaterais entre os dois países ao longo do tempo. Os acordos de cooperação Brasil-China proporcionaram ao Brasil o acesso a tecnologias de ponta, como por exemplo, a Cooperação Aeroespacial, que mantém o Brasil num programa espacial capaz de monitorar o seu território geográfico de acordo com as suas necessidades; a Cooperação em Nanotecnologia que tem desenvolvido diversos projetos para a implementação de programas de impactos ambientais, em conjunto com as universidades brasileiras e chinesas; os investimentos chineses que tem evoluído de forma complexa, impulsionando novos fluxos de comércio em diferentes áreas e setores do Brasil. No próximo capítulo serão analisados o crescimento comercial tanto das importações, quanto das exportações desses dois países, através de resultados das diferenças comerciais, numa perspectiva das vantagens comparativas.

CAPÍTULO 03 – AMÉRICA LATINA: RELAÇÕES BILATERAIS DE COMÉRCIO BRASIL-CHINA (1990-2017)

Neste terceiro capítulo serão analisados através de dados de organismos governamentais nacionais e internacionais, a evolução das relações de comércio entre o Brasil e a China, demonstrados pela balança comercial e na intensidade tecnológica, marcado pela influência dos preços das *commodities*, dos resultados econômicos auferidos com a soja, onde se faz necessário um comparativo da complexidade econômica da principal pauta de exportação brasileira e do país asiático, além de trazer uma discussão das vantagens comparativas contraposta a quem defende a industrialização, e por fim, os desafios encontrados nesse caminho para a integração Latino-americana.

3.1 AS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA E A AMÉRICA LATINA

Na década de 90, as relações comerciais entre a China e a América Latina tiveram um relevante crescimento, mas somente se intensificaram a partir da metade dos anos 2000, quando a China entrou oficialmente na OMC e durante o período de 2004 com as visitas de Hu Jintao que realizou diversos acordos comerciais, investimentos e cooperação com os países da região (ROCHA, 2014).

Entre 2005 e 2011 “a América Latina foi o parceiro comercial mais dinâmico da China, na medida em que as exportações e importações chinesas para essa região cresceram mais que a média das outras regiões e do resto do mundo. Embora as relações comerciais entre a China e a América Latina tenham alcançado um crescimento de peso na década anterior, inicialmente compunham uma pequena base ou quase nenhuma (BARBOSA, 2011 apud ROCHA, 2014).

Em 2011, foram exportados pela China mais de US\$ 155 bilhões para a América Latina. E, no entanto, o comércio de bens entre a América Latina e o Caribe e a China alcançaram o ápice em 2013, onde no decorrer dos anos passados vinham sofrendo com algumas perdas. Em 2015, o intercâmbio bilateral chegou ao valor estimado de 247 bilhões de dólares, o que equivale a 11% menos do

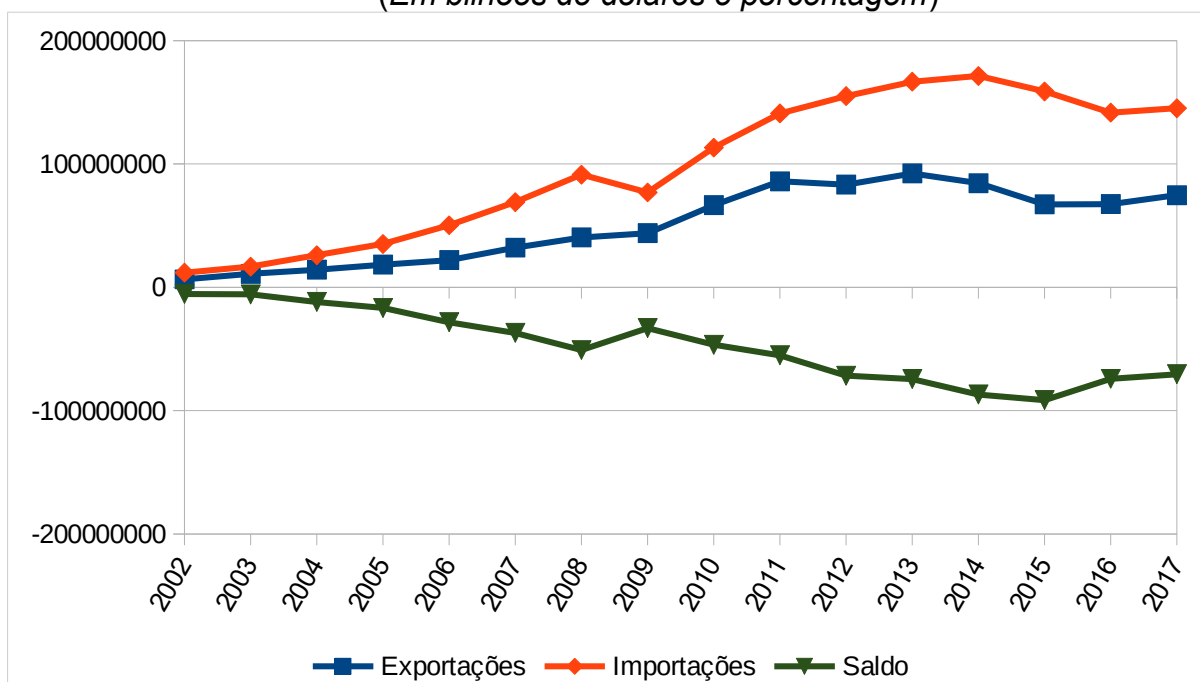
registrado em 2013. Isso influenciou para a queda nas exportações da região entre 2013 e 2015. Dessa forma, a diminuição das exportações podem ser entendidas pela desaceleração do crescimento do mercado chinês, acarretando uma queda nas demandas e nos preços das principais pautas de exportação da América Latina. Por outro lado, as importações chinesas tiveram uma baixa de 3% durante esse mesmo período. De acordo com esses fatores, a América Latina e o Caribe mantiveram um déficit em crescimento chegando a 84 bilhões de dólares (CEPAL, 2016).

Com relação aos países integrantes da ALADI⁶⁵ em 2015 foram exportados para a China um valor de U\$S 67 bilhões contra U\$S 159 bilhões de importações, o que gerou um déficit de U\$S 92 bilhões na balança comercial. No período de 2017 o valor exportado teve um crescimento de 11% em comparação com o período de 2015 chegando ao valor de U\$S 75 bilhões. Por outro lado, as importações de 2017 bateram a cifra de U\$S 145 bilhões tendo uma queda de 9% em comparação com o período de 2015, o que deixou um déficit um pouco menor no valor de 70 bilhões de dólares. Segundo o BID (2017; 2018) esse avanço nas exportações se deram devido a evolução do comércio mundial, do aumento de preços dos produtos primários, do crescimento da demanda de petróleo do México e pela ampliação do crédito habitacional na China, o qual impulsionou a necessidade de cobre e ferro no final de 2016 e início de 2017. Por outro lado, segundo a OMC, a desaceleração econômica do Brasil no período de 2016 contribuiu significativamente para a retração das importações latino-americanas. (Ver Gráfico 13)

⁶⁵ ALADI - Associação Latino-Americana de Integração foi instituída pelo Tratado de Montevideu, em 12.08.80, incorporado ao ordenamento jurídico nacional pelo Decreto-Legislativo nº 66, de 16/11/1981, para dar continuidade ao processo de integração econômica iniciado em 1960 pela Associação Latino-Americana de Livre Comércio – ALALC. Este processo visa à implantação, de forma gradual e progressiva, de um mercado comum latino-americano, caracterizado principalmente pela adoção de preferências tarifárias e pela eliminação de restrições não-tarifárias. A ALADI é composta por treze países como a Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Cuba, Chile, Ecuador, México, Panamá, Paraguai, Perú, Uruguay e Venezuela (MDIC, 2018).

Gráfico 13 - Balança Comercial dos Países Integrantes da ALADI com a China (2002-2017)

(Em bilhões de dólares e porcentagem)



Fonte: ALADI (2018) - elaboração própria.

Os principais exportadores para a China entre 2015 e 2017 em ordem quantitativa decrescente foram o Brasil, Chile e o México, que juntos, são responsáveis por cerca de 85% do total das exportações (9 países analisados) da região no ano de 2017 para a China. (Ver Tabela 1)

Tabela 1 – América Latina (9 países) exportações de bens à China (2015-2017)

(Em bilhões de dólares e porcentagem)

País	2015	2016	2017	Variação 2015-2017 (%)
Argentina	5.174	4.425	4.324	-16,43%
Bolívia	466	479	401	-13,95%
Brasil	35.608	35.133	47.488	33,36%
Chile	16.671	10.693	19.200	15,17%
Colômbia	2.264	1.373	2.211	-2,34%
Equador	723	656	771	6,64%
México	4.873	5.411	6.713	37,76%
Paraguay	30	20	27	-10,00%
Uruguay	1.068	890	1.479	38,48%

Fonte: ALADI (2018) – elaboração própria.

A importância da China como parceiro comercial para a América Latina tomou espaços das importações da região com a União Europeia, ao passo que, conforme ao que fora previsto pela Cepal em 2016 superaria também nas exportações do continente europeu. Entretanto, é primordial relatar que o crescimento das relações comerciais nesses últimos anos, demonstram que a América Latina pode ser considerada o mercado substancial para as exportações chinesas, principalmente no quesito de valor agregado, onde este posto, ainda são ocupados pelos EUA e a União Europeia. Por outro lado, a importância da região mantém-se com fatores estratégicos para a economia chinesa, no lugar que as importações estão vinculadas as necessidades internas de matérias-primas e, recursos energéticos pelo gigante asiático (ROCHA, 2014).

Os processos de expansão dos componentes da produção chinesa complementam os fatores de disputas comerciais com os EUA, Japão e a Coreia, sendo os principais fornecedores de bens e serviços com maior intensidade tecnológica. De acordo com isso, o comércio faz parte da interdependência das tarefas da China com os EUA e demais abastecedores, ocupa a base da rivalidade das exportações chinesas com outros concorrentes mundiais em diversos setores de bens com alto valor agregado nos países em desenvolvimento mais diversificados (CEPAL, 2015).

Por sua vez, a expansão da China desencadeou efeitos diferentes em cada economia do globo, primeiramente o “efeito demanda” determinado em fatores macroeconômicos que estão diretamente vinculados ao impacto nas exportações, balança comercial e investimentos e, de outra maneira, o “efeito estrutura” que influi em desigual impacto sobre os setores ou atividades que desempenham numa margem de complementaridade e concorrência. Conforme as características de cada país, da composição de recursos naturais, extensão territorial, grau tecnológico e das políticas de estrutura econômicas internas, pode suprir efeitos diferentes na agenda do desenvolvimento (MEDEIROS et al., 2015).

No aspecto da estrutura do produto, de um lado, a China importa principalmente da América Latina matérias-primas e seus derivados como metais, produtos vegetais, e etc. E, por outro lado as exportações chinesas para a América

Latina estão concentradas em manufaturas como máquinas e aparelhos mecânicos, equipamentos elétricos, artigos têxteis, dentre outros (GUOPING, 2009).

Dessa forma, nos períodos entre 2000, 2007 e 2017 se pode verificar um aumento crescente nas exportações da América Latina de recursos primários direcionados ao mercado chinês, e ao mesmo tempo, um grande crescimento nas importações de manufaturas pela América Latina advindos da nação chinesa. Nesses três períodos a Argentina tinha como principal pauta de exportação para a China, a soja, que respectivamente correspondiam a 62%, 51% e 55%, nesta ordem (Ver quadro 1). Em contrapartida, nesse mesmo período a Argentina importava da nação chinesa 40%, 51% e 53% de máquinas e equipamentos como aquecedores elétricos, telefones, unidades de disco digital, e outros. No caso do Brasil, no período de 2000, a soja era a principal pauta de exportação correspondendo o valor de 29% do total enviado para a China, em 2007, o principal produto era o minério de ferro chegando aos 36%, e em 2017, a soja volta para o ranking principal alcançando os 42% das exportações brasileiras para o mercado chinês. Por outro lado, as importações brasileiras nesse mesmo período correspondem a 44%, 45% e 48% de recursos voltados a circuitos telefônicos, transformadores elétricos e peças de escritório, entre outras coisas. (Ver quadro 2)

Quadro 1 – América Latina (6 países) pauta principal das exportações de bens à China (2000, 2007, 2017)
(Em porcentagem)

Ano	Argentina	Brasil	Chile	Colômbia	Paraguai	Peru
2000	Soja (62%)	Soja (29%)	Cobre (42%)	Bananas (39%)	Equinos/bovinos (62%)	Farinha (74%)
2007	Soja (51%)	Soja (36%)	Cobre (49%)	Ferroligas (39%)	Óleo de soja (66%)	Minério de Ferro (50%)
2017	Soja (55%)	Soja (42%)	Cobre (33%)	Crude Petroleum (79%)	Equinos/bovinos (29%)	Minério de Cobre (62%)

Fonte: OEC (2018) - elaboração própria.

Quadro 2 – América Latina (6 países) pauta principal das importações de bens à China (2000, 2007, 2017)
(Em porcentagem)

Ano	Argentina	Brasil	Chile	Colômbia	Paraguai	Peru
2000	Disco digital, receptores, aquecedores elétricos, etc. (40%)	Peças escritório, circuitos, telefones, etc. (44%)	Calçados (de couro, borracha, têxtil), e etc. (10%)	Disco digital, receptores de rádio, etc. (30%)	Disco digital, etc.. (36%)	Receptores de rádio, disco digital, peças escritório, etc. (50%)
2007	Disco digital, telefones, bombas de ar, etc. (51%)	Disco digital, peças escritório, transformadores elétricos, etc. (45%)	Disco digital, receptores de rádio, equip. de transferência, etc. (32%)	Ferroligas (39%)	Disco digital, peças e acessórios escritório, etc. (71%)	Disco digital, equip. De transmissão, etc. (40%)
2017	Telefones, disco digital, equip. de transmissão, e etc. (53%)	Telefones, broadcasting, peças escritório. (48%)	Equip. de transmissão, monitores, projetores, etc. (34%)	Disco digital, equip. de transferência, telefones, etc. (43%)	Equip. de transmissão, monitores e, etc. (57%)	Equip. de transmissão, disco digital, monitores e projetores, etc. (41%)

Fonte: OEC (2018) - elaboração própria.

Com relação ao aumento das exportações é necessário considerar uma linha direta e outra indireta. Esta última transcorre no sentido de que, quando “as exportações para terceiros mercados aumentam em decorrência do efeito expansivo sobre a capacidade de importar destes países”. Com isso, os impactos podem ser elevados de acordo com o crescimento das importações que estão agregadas a expansão e, por conseguinte, o posicionamento do balanço de pagamentos (KOPLINSKY et al., 2009, apud MEDEIROS et al., 2015).

De outro ponto, a relação ao “efeito estrutura” mantém-se na interdependência entre demanda chinesa por *commodities* e a sua exportação de manufaturas, e de outro modo, a competitividade da produção e exportação industrial. Nesse argumento, a disputa entre produtos *made in china* e países produtores de manufaturas onde o crescimento chinês move ou provoca, se passa sobre as economias domésticas e de alguma maneira causa efeitos nos mercados externos. Portanto, quando os mercados latino-americanos sofrem quedas nas parcelas de suas exportações para os EUA, e logo, um aumento da parcela da China neste mercado considera-se como uma “ameaça direta”. E, de outro modo,

quando as parcelas aumentam derivando o crescimento chinês a uma taxa mais alta considera-se como uma “ameaça parcial”. Nessa lógica, quando há perda nos mercados internos e externos em conjunto com exportações de bens primários estão abertamente configurados ao grande risco da ascensão chinesa (KOPLINSKY et al., 2008, apud MEDEIROS et al., 2015).

3.2 AS RELAÇÕES COMERCIAIS BRASILEIRAS COM O MUNDO (2000-2017)

Os principais parceiros comerciais do Brasil sempre foram a União Europeia e os Estados Unidos. Contudo, as transformações ocorridas no cenário internacional, especialmente no decurso dos anos 2000, com o avanço da participação chinesa na compra de exportações brasileiras e o surgimento da crise econômica de 2008, resultaram no encolhimento da atuação destes parceiros tradicionais nas exportações brasileiras, no tempo que a participação da região do Leste e Sudeste Asiático aumentou. O Japão era o maior parceiro comercial brasileiro na região nos anos 2000, onde perdeu espaço pra China no ano posterior (CHANG, 2011).

Dessa forma, a evolução das relações comerciais entre Brasil e a China, a partir de 2000 tiveram avanços significativos em comparação do Brasil com o mundo, dado o aumento nas participações de importação e exportação do Brasil com o mercado chinês (ACIOLY; PINTO; CINTRA, 2010).

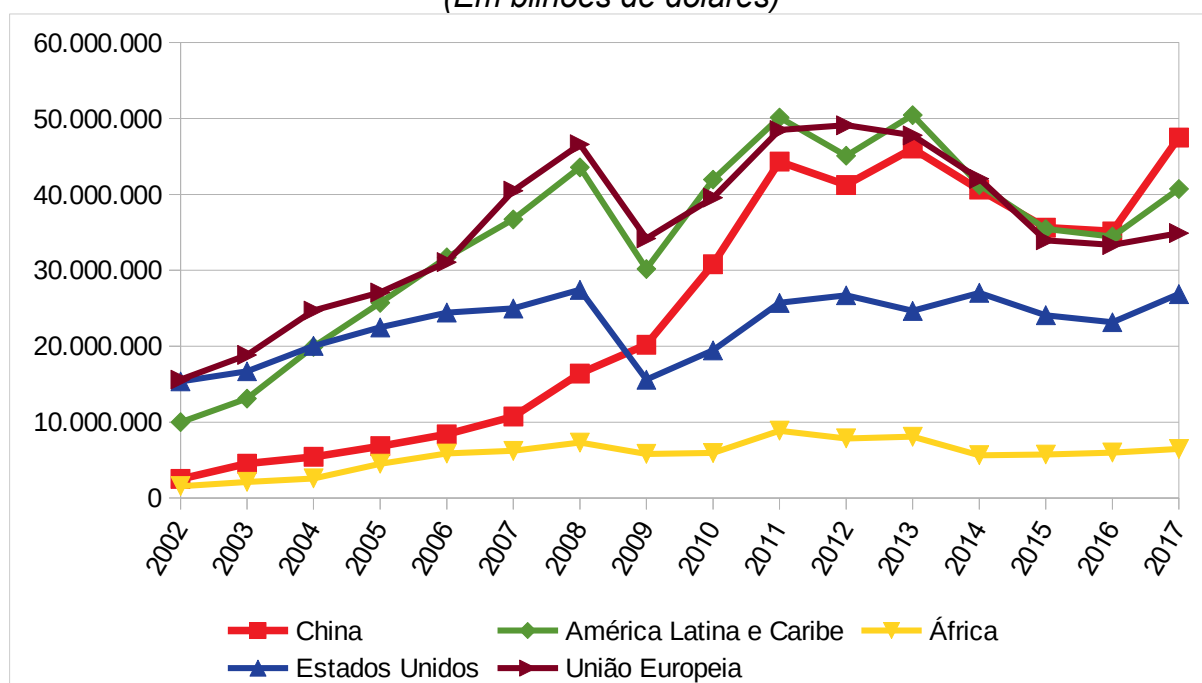
“No ano 2000, o comércio bilateral com a China, somava US\$ 2 bilhões e equivalia a apenas 8% do intercâmbio com os EUA e a 1,8% do comércio exterior total do Brasil” (HOLANDA, 2011, p. 69).

Em 2005, as exportações chegaram a um valor de US\$ 6, 8 bilhões. Em 2009, a China tornou-se o principal parceiro comercial do Brasil, lugar que antes era ocupado pelos EUA. No ano de 2013, as cifras alcançaram os US\$ 46 bilhões, mas, após 2013 se iniciou a crise econômica, quando as exportações brasileiras já haviam atingido os US\$ 49 bilhões, despencando três anos consecutivos para US\$ 37 bilhões. Em 2017, as exportações brasileiras totais para o mundo, contabilizaram os US\$ 219 bilhões, o que tornou o Brasil a 22º maior economia exportadora do mundo, desse valor US\$ 48 bilhões foram para o mercado chinês, de acordo com o Gráfico 14. Portanto, desde essa data, a China compreende o principal país para as

exportações brasileiras, competindo com a União Europeia, América Latina e Caribe (MDIC, 2018; HIRATUKA; SARTI, 2016; ALADI, 2018; OEC, 2018;).

Gráfico 14 - Destino das exportações brasileiras (2002-2017)

(Em bilhões de dólares)



ALADI (2018) – elaboração própria.

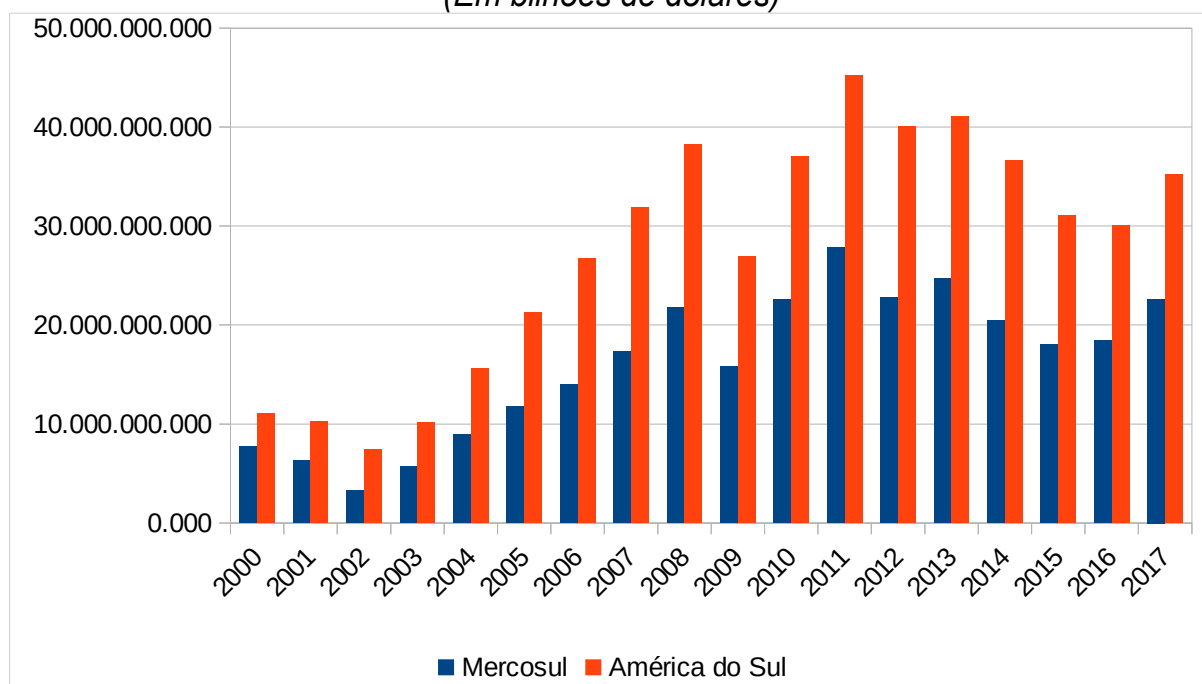
Para que se possa compreender a linha das exportações brasileiras com a América Latina, é necessário lembrar que a partir de 1998, de acordo com os estudos do Ipea, houve uma nova inflexão na participação das relações comerciais do Mercosul com o Brasil. O que por sua vez, diminuiu a participação relativa das exportações do Brasil para o Bloco de 18% nos anos de 1998 para 6% no período de 2002. Essa queda relativa refletiu nas exportações da América Latina, sendo motivada pela fuga de capitais de economias subdesenvolvidas, que vem de consequências anteriores como a crise financeira asiática de 1997-1998 (NARDO, 2011 et seq.).

Os choques externos que ocorreram nesse período, em primeiro lugar, comprometeram o funcionamento econômico do Brasil, acarretando em baixo crescimento em 1998 e 1999. Em segundo lugar, ocasionou a crise da Argentina de 2001-2002; Como um agravante, houve a crise energética brasileira denominada de “apagão” nos anos de 2001. Assim, salienta-se que o crescimento retardatário do

comércio mundial em 2001 no qual houve um crescimento de 10,8% em 2000, chegando em 2001 negativo, não influenciou no aumento relativo da presença das exportações brasileiras para o Mercosul a partir de 2003.

Nos anos mais recentes, como em 2016, de acordo com os dados do MDIC (2018), em 2016, as exportações para a América do Sul alcançaram os US\$ 30,3 bilhões, e em 2017, atingiram os US\$ 35, 25 bilhões, acarretando em uma variação de 17,4% em relação ao período anterior. Para o Mercosul foram exportados em 2016 US\$ 18,38 bilhões, e em 2017, US\$ 22,61 bilhões com 23,0% de variação em relação ao ano anterior. Em 2017, o principal destino das exportações brasileiras representaram 17% para a América do Sul e 10% para o Mercosul, segundo o Gráfico 15. As principais pautas de exportação para os países integrantes do Mercosul foram Automóveis de Passageiros (17%), Produtos Manufaturados (5,4%), Peças de Veículos para Automóveis e Tratores, entre outros.

Gráfico 15 - Destinos das exportações brasileiras (2002-2017)
(Em bilhões de dólares)



Fonte: MDIC (2018) – elaboração própria.

A partir dos anos 2000, as relações bilaterais tiveram um expressivo crescimento, em contrapartida com o comércio exterior do Brasil. Nesse contexto, “a

economia brasileira experimentou nos últimos anos um período de extraordinário crescimento de suas exportações, impulsionado pelo cenário internacional extremamente favorável entre 2003 e 2008”. Por conseguinte, foi beneficiado com o aumento da demanda por *commodities* e recursos energéticos, estimulado pelo crescimento chinês, com a alta dos preços internacionais dos produtos da pauta exportadora brasileira, influenciando diretamente no crescimento dos superávits, com restrição aos anos de 2007 e 2008 (HIRATUKA; SARTI, 2016, p. 3; CUNHA, 2011).

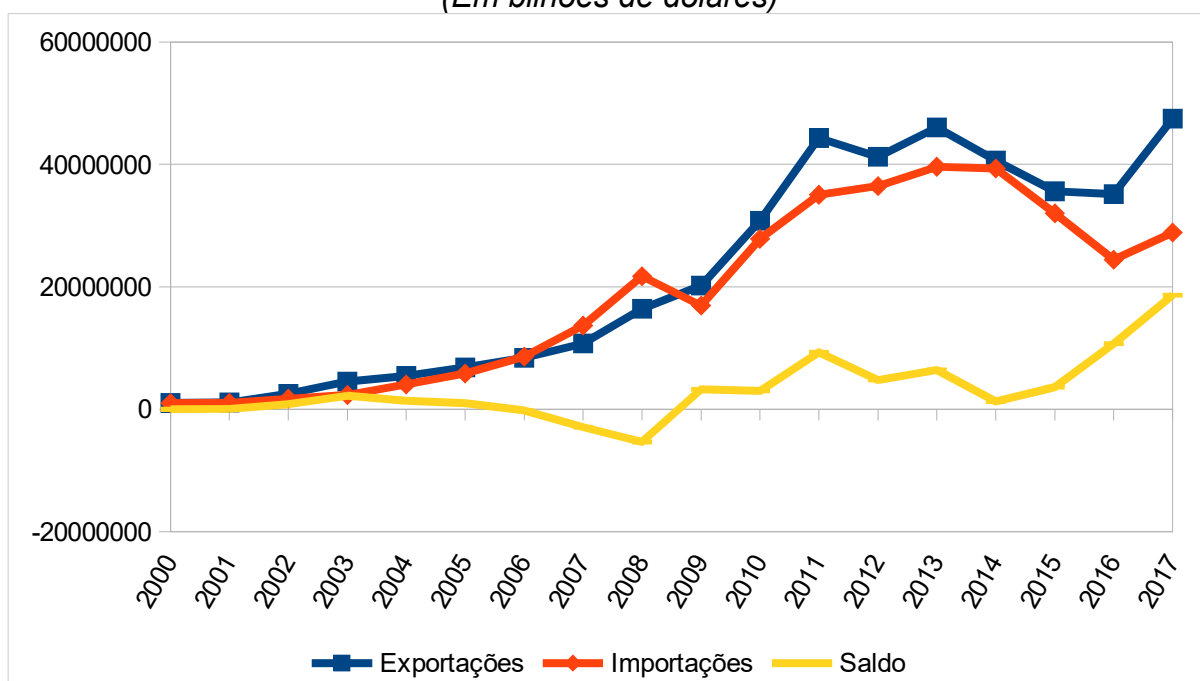
3.2.1 Balança comercial Brasil-China

A balança comercial Brasil-China desde 2000 esteve a maior parte do período caracterizada por resultados favoráveis ao Brasil. No decorrer desse período, se verifica picos com tendências crescentes e decrescentes na corrente de comércio para ambos os países. Logo, pode ser observado que no ano de 2014 as exportações para a China somaram US\$ 40,6 bilhões, demonstrando uma queda estimada em 12% em comparação a 2013. Por outro lado, as importações atingiram o valor de US\$ 37,3 bilhões, com um aumento relativo de 0,1%. O Brasil exportou para a China em 2015 um total de US\$ 35,6 bilhões e importou a quantia de US\$ 30,7 bilhões em contraposição a 2014 com os valores respectivos de US\$ 40,6 bilhões e US\$ 37,3 bilhões. Nisso, obteve como resultado, um superávit no comércio bilateral de US\$ 4,9 bilhões. O Brasil desde 2009 acumula um superávit com a China de quase US\$ 46 bilhões (ITAMARATY, 2017).

De acordo com os dados do MDIC (2018), em 2017, as exportações do Brasil para a China chegaram a US\$ 47,49 bilhões (var. 35% com relação ao período anterior), enquanto as importações dos produtos chineses atingiram US\$ 28,85 bilhões (var. 18,0% com relação ao período anterior). Com isso, o ano passado, o

intercâmbio com o país asiático gerou um saldo positivo de US\$ 18,64 bilhões⁶⁶ para o Brasil, conforme demonstrado no Gráfico 16.

Gráfico 16 – Balança Comercial do Brasil com a China (2000-2017)
(Em bilhões de dólares)



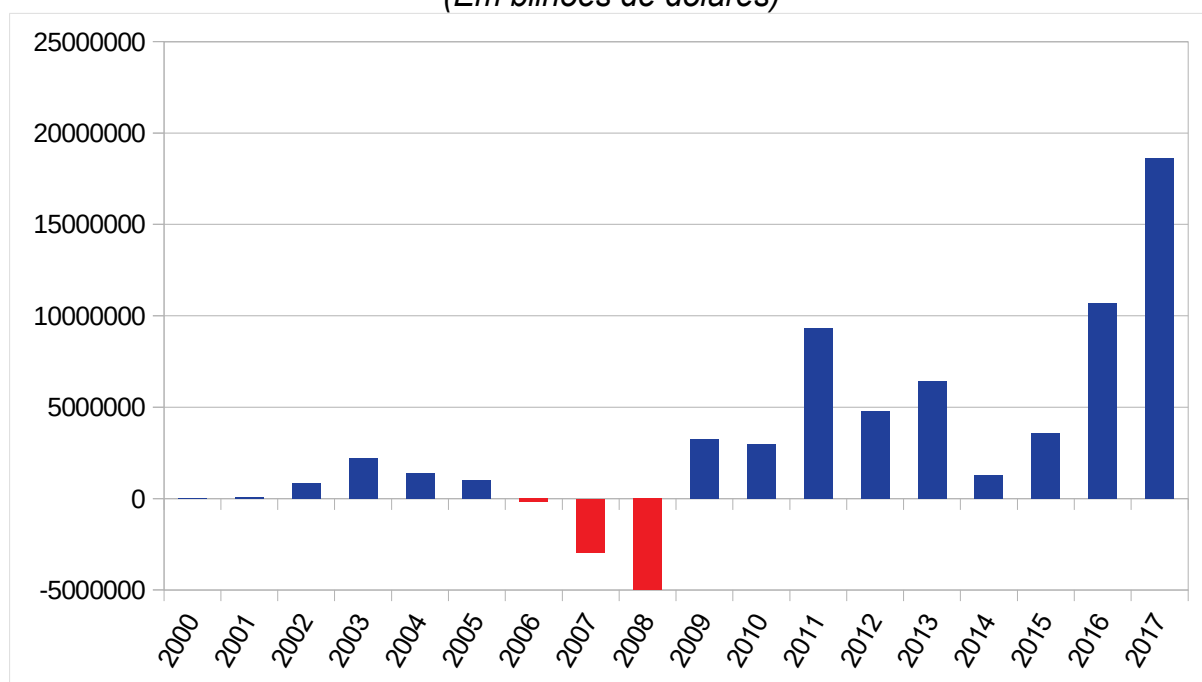
Fonte: MDIC (2018); OEC (2017) – elaboração própria.

Como podemos analisar nos anos de 2000 a 2017 o saldo da balança comercial apresentou déficit para o Brasil apenas em 2006, 2007 e 2008, sendo próximo dos anos da crise mundial. No restante do período histórico alcançamos superávit com o país asiático, de acordo com o Gráfico 17.

⁶⁶ De acordo com dados do MDIC (2018), o acumulado da corrente comercial sino-brasileira em 2017 (referente ao período de janeiro a novembro) totalizou aproximadamente US\$ 69 bilhões em comparação ao período de 2016 com US\$ 54 bilhões, isso se refere a uma variação de 28%. As exportações brasileiras em 2017 atingiram o patamar de US\$ 44,1 bilhões, apresentando alta de 35%, enquanto as importações oriundas da China tiveram variação de 18%, somando US\$ 25 bilhões (CEBC, 2017)

Nota: Série de dados da CEBC retirados do período de janeiro a novembro de 2017.

Gráfico 17 - Saldo Comercial entre Brasil e China (2000-2017)
(Em bilhões de dólares)



Fonte: MDIC (2018); OEC (2017) – elaboração própria.

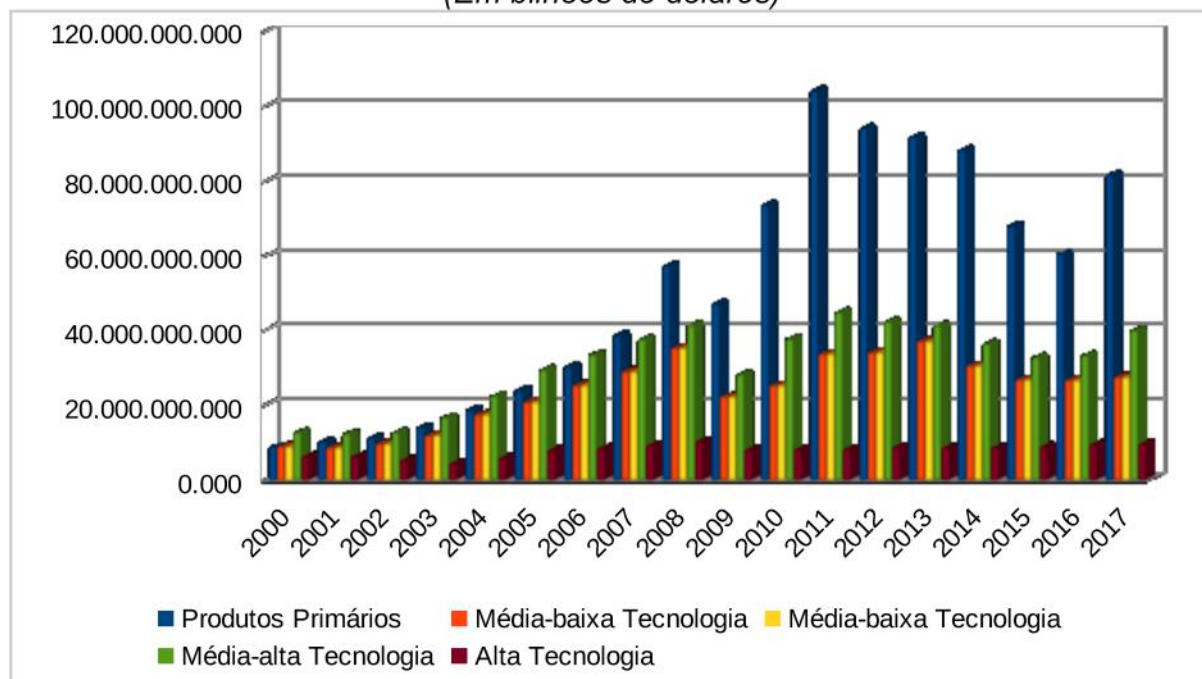
Como pode ser observado, a evolução do comércio Brasil-China foi impulsionada pelo avanço nas exportações e importações. Assim, o comércio entre os dois países têm tido uma maior significância em relação ao comércio do Brasil com o resto do mundo ao longo do período analisado, demonstrando a importância da China para o Comércio exterior brasileiro.

3.2.2 Comércio por intensidade tecnológica

Através dos dados do MDIC (2018), em 2000, o Brasil exportava para o mundo US\$ 55 bilhões, sendo US\$ 26 bilhões de produtos primários e de baixa tecnologia correspondente a 47% da pauta exportadora brasileira. Contudo, nesse mesmo ano, os produtos de alta tecnologia representavam US\$ 6,5 bilhões e 12% da pauta. Em 2017, as exportações chegaram ao valor de US\$ 217,7 bilhões, onde US\$ 139,7 bilhões fazem parte de produtos primários e de baixa tecnologia, o que representa 64% das exportações. Nesse período, os produtos de alta tecnologia chegaram a US\$ 9,9 bilhões e 4,57% da pauta de exportação. Em comparação a

esses dois períodos, os produtos de baixa tecnologia tiveram crescimento e os produtos de alta tecnologia foram decrescendo, segundo o Gráfico 18.

Gráfico 18 - Exportações brasileiras com o mundo, por intensidade tecnológica do produto⁶⁷ (2000-2017)
(Em bilhões de dólares)



Quando se analisa o desempenho geral do comércio exterior brasileiro, é possível perceber a influência direta e indireta do crescimento chinês, assim como nos fluxos de exportação quanto nos fluxos de importação. No que se refere das exportações, a consequência do crescimento chinês provocou tanto um aumento das demandas exportadas “quanto nos preços das exportações de um grande conjunto de *commodities* exportadas, não apenas pelo Brasil, mas para vários países da América Latina” (JENKINS, 2011 apud HIRATUKA, SARTI, 2016, p. 4).

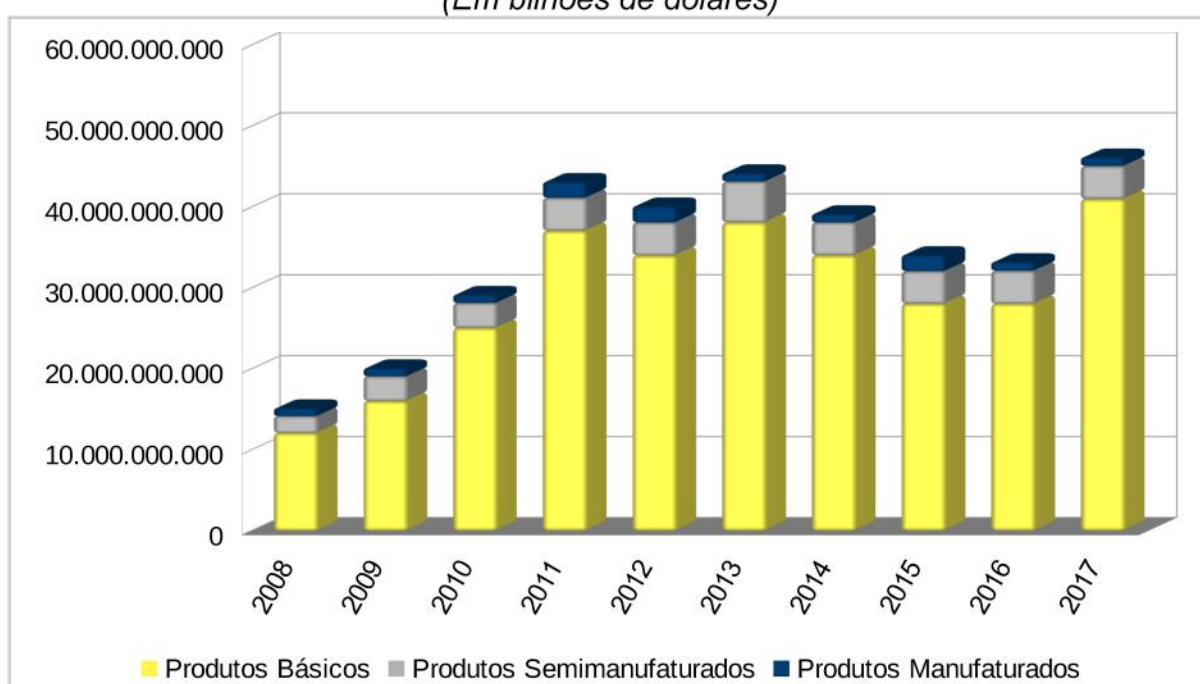
⁶⁷

- Produtos Primários – Produtos N.C.I: agricultura e pecuária, produtos alimentícios, e outros;
- Produtos da ind. de transformação baixa tecnologia: artigos de vestuário, bebidas, e outros;
- Produtos da ind. de transformação média-baixa tecnologia: derivados do petróleo, produtos de borracha, e outros;
- Produtos da ind. de transformação média-alta tecnologia: veículos automotores, aparelhos e materiais elétricos;
- Produtos da ind. de transformação de alta tecnologia: produtos eletrônicos, aeronaves, e outros (MDIC, 2018).

Conforme o MDIC (2018), as exportações de produtos primários para o mercado chinês em 2017 representaram 89%, o que equivalente a US\$ 41,06 bilhões do total da pauta, tendo uma variação crescente de 46% com relação ao período de 2016. Os produtos semimanufaturados alcançaram 8,8% e US\$ 4,54 bilhões do total da pauta de exportação, isso se refere a uma variação negativa de 0,6% em relação ao ano anterior. Já os produtos manufaturados tiveram 2,36% de participação nas exportações e US\$ 1,88 bilhão com uma retração referente ao período anterior de 0,27%, conforme apresentado pelo Gráfico 19.

Gráfico 19 - Exportações para a China, por intensidade tecnológica do produto (2000-2017)

(Em bilhões de dólares)

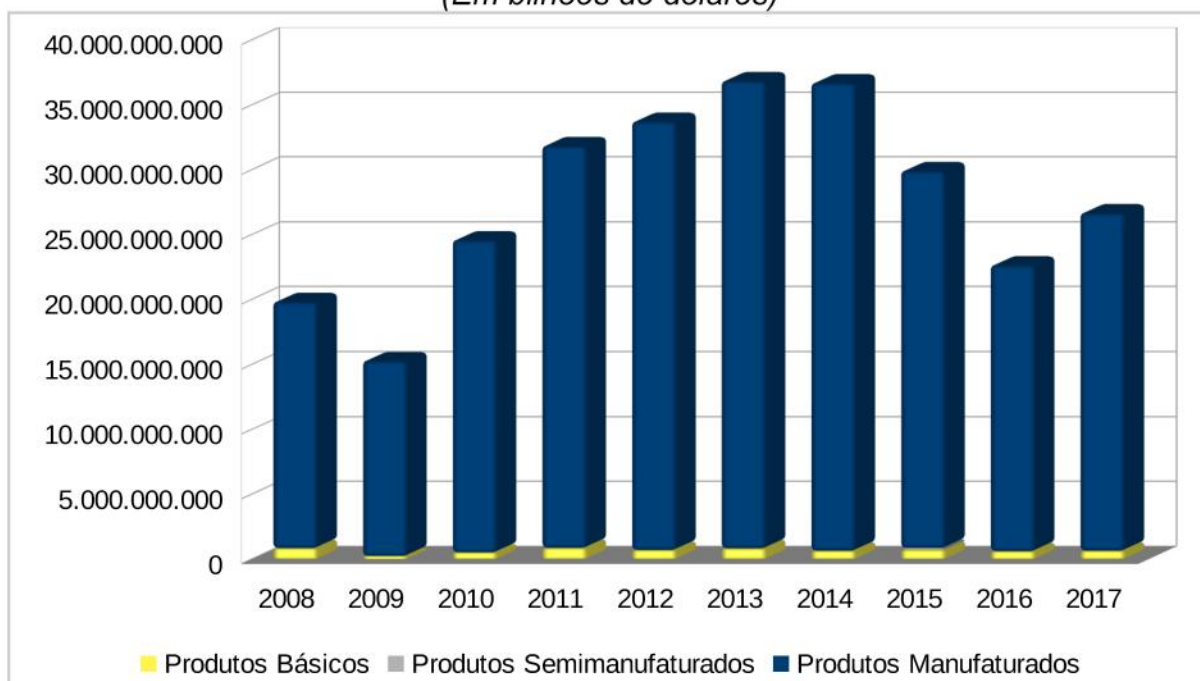


Fonte: MDIC (2018) – elaboração própria.

De acordo com as fontes de MDIC (2018), as importações brasileiras advindas do país asiático, ainda assim, representam um efeito contrário. Em 2017, os produtos primários representaram 2% e US\$ 663,07 milhões com 4,2% de variação do total da pauta de exportação. Os produtos semimanufaturados não tiveram valores de importação nesse período. Mas, por outro lado, os produtos manufaturados ocuparam 97,5% e 26,59 bilhões da pauta importadora, chegando a

uma variação de 18,1% em relação ao período anterior, (MDIC, 2018). (Ver Gráfico 20)

Gráfico 20 - Importações para a China, por intensidade tecnológica do produto (2000-2017)
(Em bilhões de dólares)



Fonte: MDIC (2018) – elaboração própria.

As relações bilaterais de comércio do Brasil com a China devem ser, portanto, analisadas dentro de circunstâncias, das quais, no ponto de vista das exportações, prevalece o efeito benéfico das quantidades e do intercâmbio direcionado para as *commodities*. Assim sendo, observa-se a demanda crescente das importações de manufaturas chinesas, onde estas acabam por competir no mercado interno brasileiro, “tanto com produtos originários de outros países quanto com as manufaturas produzidas localmente” (HIRATUKA; SARTI, 2016, p. 4).

Dessa forma, a ideia é reforçada por Eichengreen e Tong (2006; apud MEIRELLES et al., 2008), a China gera dois tipos de estímulos positivos na direção das *commodities* com menor valor agregado e na direção de bens de capital com maiores complexidades provenientes da industrialização. O primeiro tipo de demanda tem beneficiado os países latino-americanos, enquanto que o segundo

beneficia países de industrialização avançada, como Estados Unidos, Coreia e Japão.

3.2.3 Principais pautas de comércio entre Brasil e China

3.2.3.1 *Estrutura das exportações brasileiras para a China*

Em 2014, a diminuição das exportações brasileiras para a China, emplacaram como causa principal a tendência de queda dos preços internacionais das principais *commodities* exportadas pelo País. Dessa forma, a soja e o minério de ferro, são responsáveis por 71,2% do total da pauta, tiveram crescimento, em quantidade, de 1% e 5%, respectivamente. Por sua vez, apesar do aumento da quantidade exportada, os dois produtos encerraram o ano com quedas de 3,1% e 22,8% no valor total (CEBC, 2017). Por sua vez, no período de 2015, os principais produtos de nossa pauta exportadora mantêm total relevância, onde a soja representou (44%), o minério de ferro (19%) e o Petróleo (12%) das exportações brasileiras para o mercado chinês (OEC, 2017).

As exportações brasileiras destinadas ao país asiático em 2017 (entre janeiro e novembro) se mantiveram concentradas em soja, minério de ferro e petróleo, que representaram 81% dos produtos enviados à China. Quando se fala em valor, os embarques de soja subiram 38%, em comparação ao ano de 2016 (entre janeiro e novembro), resultando em US\$ 19,5 bilhões, quando a variação em análise quantitativa se mostrou com um aumento de 36%. No caso do minério de ferro, as vendas alcançaram aproximadamente US\$ 9,6 bilhões, representando um crescimento de 52% referente ao mesmo período de 2016. No entanto, a variação em termos quantitativos atingiu um avanço de 3%. As vendas de óleos brutos de petróleo alcançaram a marca de US\$ 6,7 bilhões, tendo uma variabilidade de 83%. A variação do produto no período entre 2016 e 2017, representou um impulso de 40%, conforme demonstra a Tabela 2 (CEBC, 2017).

Tabela 2: Pauta de Exportação brasileira para a China– 2017 em comparação com 2016

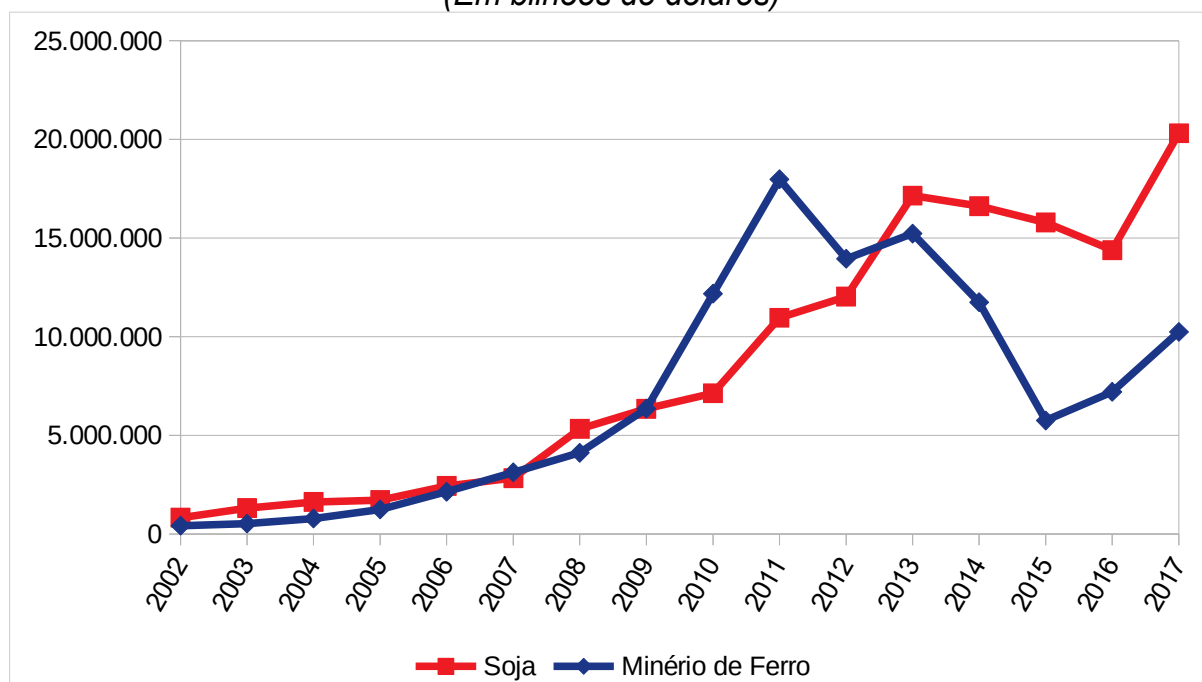
Exportações	2016	2017	Var. (%) US\$	Participação na pauta em 2017 (US\$)
	US\$ (Milhões)	US\$ (Milhões)		
Soja, mesmo triturada	14.188	19.515	38	44
Minérios de ferro e seus concentrados	6.317	9.587	52	22
Óleos brutos de petróleo	3.658	6.680	83	15
Pastas químicas de madeira	1.609	1.865	16	4
Carne bovina, congelada	640	824	29	2
Carne de aves	798	707	-11	2
Ferros-ligas	417	525	26	1
Pasta química de madeira	296	378	28	1
Couros e peles curtidos ou em crosta	353	364	3	1
Veículos aéreos	312	304	-3	1
Óleo de soja	173	247	43	1
Minérios de manganês e seus concentrados	87	218	150	0
Outros	3849	2925	-24	7

Fonte: MDIC (2018) – elaboração própria.

No Brasil, mais de 60% das exportações destinadas à China diz respeito à soja, minérios de ferro e aço no período dos anos 2000. Os anos sucessores, as exportações de *commodities* conseguiram através do estímulo do real chegar a reduzir a competição dos setores manufatureiros. Dessa maneira, a conjuntura sugere a necessidade de desenvolver uma política exportadora com foco na diversificação da pauta do comércio com a Ásia (MEIRELLES et al., 2008).

De acordo com a ALADI (2018), em 2002, as exportações de soja correspondiam o dobro do que se exportava de minério de ferro para a China, sendo correspondente a 32,75% e 16,52% de variação da pauta exportadora, respectivamente. Por sua vez, o minério de ferro alcançou o seu principal pico em 2011 com US\$ 17,98 bilhões tendo uma variação de 40,57%, em contraposição a soja ficou para trás, marcando os US\$ 10,96 bilhões e 24,73% da composição da pauta de exportação. Além disso, vemos um cenário um tanto promissor com relação a soja, a qual atingiu um salto em 2017 de US\$ 20,31 bilhões e 42,77% de variação, entretanto, o minério de ferro que sofreu oscilações de demanda desde 2012, chegou a US\$ 10,24 bilhões e 21,56% de variação da participação da pauta de exportação, crescente ao ano de 2016, de acordo com o Gráfico 21.

Gráfico 21 - Evolução da exportação da soja e do minério de ferro para a China (2002-2017)
(Em bilhões de dólares)



Fonte: ALADI (2018) – elaboração própria.

De acordo com os dados analisados, o Brasil tem mantido como principais produtos de exportação, a soja e o minério de ferro. No decorrer desse período, estes dois principais produtos têm oscilado para continuar no posto de principal produto de exportação. Conquanto, a soja tem garantido maior espaço nas exportações brasileiras com as altas demandas chinesas.

3.2.3.2 Estrutura das importações brasileiras para a China

As importações brasileiras originárias da China em 2014 mantiveram-se concentradas nos setores de máquinas e aparelhos elétricos e mecânicos, que, somados, corresponderam a 48,4% do montante de tais operações. Contudo, pode-se detectar que as compras de máquinas e aparelhos elétricos finalizaram o ano com um módico acréscimo, de 0,3%, ao mesmo tempo em que se verificou uma queda de 12,1%, no setor de máquinas e aparelhos mecânicos (CEBC, 2017 et seq.).

Do mesmo modo, o setor de veículos automóveis, tratores, ciclos e suas partes, apresentou um declínio de 3,1%. No meio dos produtos desta categoria, cabe ressaltar a forte contração nas importações de automóveis de passageiros e veículos automóveis para usos especiais, que encerraram o ano com quedas, de 35,7% e 37,1%, nessa ordem. Todavia, o aumento de 7% no montante das importações de partes e acessórios para tratores e veículos pode ser decorrente da instalação e inauguração de unidades fabris de montadoras chinesas no Brasil. Alguns itens da pauta importadora apresentaram aumentos consideráveis, como no caso do ferro fundido, ferro e aço, que mantiveram crescimento, em valor, de 41,9%, e adubos e fertilizantes, com aumento de 33%.

De acordo com os dados do MDIC (2017), as importações de produtos chineses em 2017, apresentaram um acréscimo em principais pautas, em comparação com igual período de 2016. O valor das aquisições de aparelhos elétricos e suas partes chegou próximo de US\$ 8,2 bilhões, tendo evoluído de 30% em relação ao período de 2016. Logo, as importações de instrumentos mecânicos aumentaram em 5%, somando US\$ 3,8 bilhões. Por assim dizer, os dois setores, se somados, responderam por 48% de todas as importações brasileiras vindas do país asiático, conforme mostra a Tabela 3.

Tabela 3: Pauta de Importação brasileira da China – 2017 em comparação com 2016

Importações	2016	2017	Var. (%) US\$	Participação na pauta em 2017 (US\$)
	US\$ (Milhões)	US\$ (Milhões)		
Máquinas e materiais elétricos	6.273	8.172	30	33
Máquinas e instrumentos mecânicos	3.623	3.816	5	15
Produtos químicos orgânicos	1.854	2.008	8	8
Veículos automóveis, tratores e etc.	532	811	52	3,2
Plásticos	671	761	13	3
Aparelhos de controle e precisão	524	630	20	2,5
Ferro fundido, ferro e aço	381	607	59	2,4
Filamentos sintéticos ou artificiais	493	570	16	2,3
Adubos (fertilizantes)	341	487	43	1,9
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	397	482	21	1,9
Acessórios referentes a vestuário	375	451	20	1,8
Borracha	300	440	47	1,8
Outros	5515	5868	6	23

Fonte: MDIC (2018) - elaboração própria.

De acordo com a análise, a China tem conseguido ampliar as suas exportações em produtos manufaturados com um alto valor agregado para o Brasil, devido o nosso mercado nacional ser um tanto consumidor de manufaturas. Segundo Giomo et al. (2015 apud LALL, 2000), uma estrutura de exportações mais intensiva em tecnologia é benéfica ao desenvolvimento industrial da mesma forma que é importante para o crescimento das exportações, pois setores intensivos em tecnologias possuem demandas mais dinâmicas e tem maior capacidade de responder as transformações do mercado internacional.

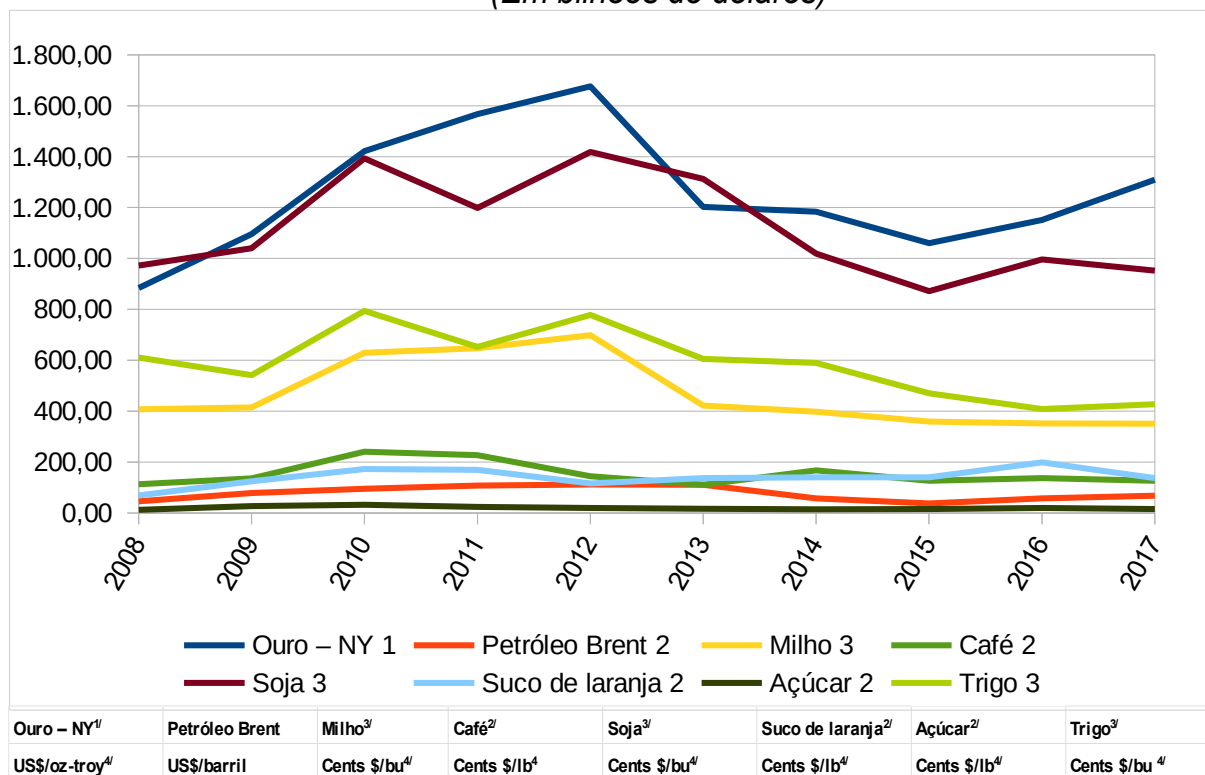
3.3 A INFLUÊNCIA DOS PREÇOS DAS *COMMODITIES*

O compasso da economia global tem influência significativa sobre os preços das *commodities*. Os períodos de crescimento são, na maioria das vezes, acompanhados por alta dos preços relativos desses bens, ao passo que os períodos de retração acarretam na declinação desses preços. Dado que os produtos primários agrícolas e os metais são insumos da produção industrial e de oferta relativamente consistente no curto prazo. Por sua vez, demonstram um comportamento pró-cíclico bem como constituem indicadores da recuperação industrial (PRATES, 2007).

Por sua vez, os estudos da AEB “a” (2012; 2018) demonstram que, a valorização nas cotações das *commodities* iniciaram no ano de 2000, tendo perdido força nos dois anos posteriores devido aos impactos gerados pela crise internacional que refletiu em diferentes países. O processo de alta reiniciou em 2003 e no ano de 2011 alcançou recordes notáveis. A redução no valor das exportações brasileiras para a China, em 2014 de 11,7%, foram geradas em decorrência da queda de preços internacionais das *commodities* mais exportadas pelo país. Dessa maneira, os principais produtos da pauta de exportação, soja e minério de ferro, obtiveram aumento na quantidade exportada. Com a queda dos preços internacionais, a margem de exportação encerrou o ano com encolhimento em comparação ao ano anterior. Esse cenário no ano de 2015 apresenta uma queda das exportações totais para a China de 12,3%.

De acordo com os dados do FMI (2018), o preço internacional das *commodities* tiveram queda em 2017 com relação ao período de 2016, sendo a soja em 4,49%, o milho em 0,35%, o café em 7,92, suco de laranja em 31,35, açúcar em 22,30%. Contudo, o petróleo, o ouro e o trigo atingiram crescimento, de 17,69%, 13,68% e 4,66%, de acordo com o Gráfico 22.

Gráfico 22 – Índice preços de *Commodities* por produto (2008-2017)⁶⁸
(Em bilhões de dólares)



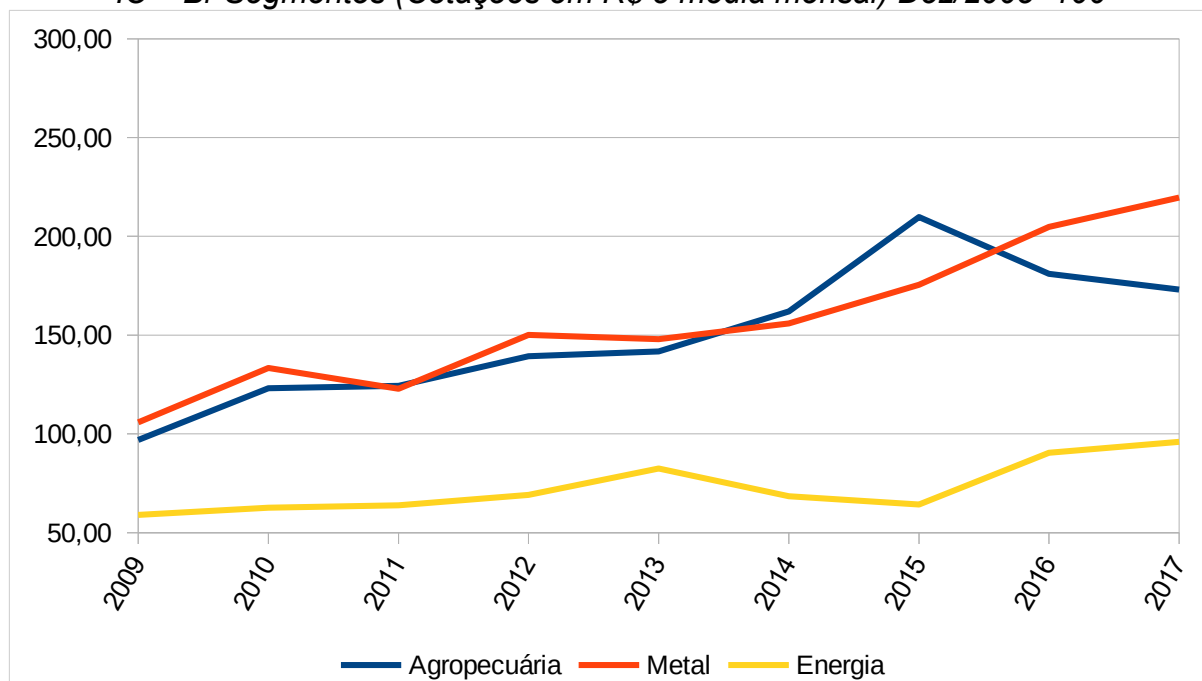
Fonte: BCB (2018); BLOOMBERG (2018) - elaboração própria.

Levando em conta o índice do *Commodity Research Bureau*, as *commodities* com maior volatilidade são os setores agropecuários, de metais e energia. Sendo os quais, em 2017 o setor de agropecuária teve um recuo de 4,45% em comparação com o mesmo período de 2016. Alguns fatores como o aumento da safra de soja nos EUA e o encolhimento da demanda por açúcar refletiram na queda. O setor de metal subiu 7,29% em comparação ao mesmo período. E o de energia fechou o ano em 6,13%, como está representado no Gráfico 23.

68

- I. Cotação de contrato futuro de primeira posição de entrega negociado na New York Mercantile Exchange (NYMEX).
- II. Cotação de contrato futuro de primeira posição de entrega negociado na ICE Futures US.
- III. Cotação de contrato futuro de primeira posição de entrega negociado na Chicago Board of Trade (CBOT).
- IV. US\$=dólar dos Estados Unidos; oz-troy=unidade equivale a 31,1 g Cents \$=centavos de dólar lb=libra ou *pound* bu= bushel = 27,2155 quilos.

Gráfico 23 – Índice de preços de *Commodities* por segmento (2008-2017)⁶⁹
IC – Br Segmentos (Cotações em R\$ e média mensal) Dez/2005=100



Fonte: BCB (2018) e (Índice CRB - Commodity Research Bureau)– elaboração própria.

Nota: Séries atualizadas, de acordo com metodologia apresentada no Relatório de Inflação de dezembro de 2017.

O aumento de preço e de volume das exportações de *commodities* faz com que a defasagem cambial gerada pela valorização do real seja eliminada e influencia apenas sobre sua rentabilidade, sem que isso afete a sua competitividade externa. Porém, nas exportações de produtos manufaturados, os preços não apresentam elevação nos padrões das *commodities* de forma significativa e o avanço do volume exportado, não é muito expressivo. Além de que, com os custos de produção em crescimento na moeda nacional e a valorização da taxa de câmbio do real face ao dólar, os produtos industrializados acabam sendo penalizados, sendo natural, a

⁶⁹

- I. Composição do Setor de Agropecuária: carne de boi, algodão, óleo de soja, trigo, açúcar, milho, café, arroz, carne de porco, suco de laranja e cacau.
- II. Composição do Setor de Metal: alumínio, minério de ferro, cobre, estanho, zinco, chumbo, níquel, ouro e prata.
- III. Composição do Setor de Energia: petróleo *brent*, gás natural e carvão.
- IV. Índice de preços de *commodities*, baseado no mercado à vista, calculado pelo *Commodity Research Bureau*. O índice é uma medida dos movimentos de preços de produtos básicos mais sensíveis a mudanças nas condições econômicas.

redução da competitividade dos produtos manufaturados na exportação (AEB “a”, 2012).

Como se pode observar, a nação chinesa, diferentemente de alguns países como o Brasil, constatou que países que dominam tecnologias de peso tem avanços e desenvolvimento muito mais acelerado do que os países que necessitam importar produtos tecnológicos ou que apresentam a pauta exportadora predominantemente composta por *commodities*, visto que dominam segmentos cada vez mais expansivos dos mercados mundiais de produtos com um certo nível de complexidades, dinâmicos e, em consequência, uma fatia maior da renda global (COSTA et al., 2017).

Portanto, de um lado o exportador brasileiro de *commodities* não possui influência ou controle das cotações ou volume, que são fixadas pelo mercado internacional. A atuação do exportador é passiva e dependente do cenário econômico internacional, sendo este o motivo do mercado de *commodities* ser considerado instável. E por outro lado, em se tratando das vendas ao comércio exterior de manufaturas, os exportadores exercem papel ativo, já que a iniciativa da venda e a precificação dos produtos estão sob a responsabilidade da empresa exportadora, deixando o mercado com maiores estabilidades, além de assegurar um maior valor agregado e geração de emprego no Brasil (AEB “a”, 2012).

3.4 ANÁLISE DA SOJA

O comércio agrícola global, avaliado em cerca de US \$ 1 trilhão em 2016, tem crescido cerca de 3,6% ao ano desde 1995, em decorrência das mudanças tecnológicas e ganhos de produtividade, bem como pela liberalização do comércio e crescimento da renda. Além do mais, os padrões de comércio global mudaram em favor das economias emergentes. Apesar de os Estados Unidos e a União Europeia continuarem sendo os maiores exportadores e importadores de produtos agrícolas, surgiram cinco países sendo o Brasil, China, Índia, Indonésia e Rússia como importantes *traders* no mercado agrícola global e, em alguns casos, como importantes parceiros comerciais para os EUA (USDA, 2018 et seq.).

Segundo fontes do USDA (2017), os três maiores produtores de soja localizam-se nas Américas e são responsáveis por 82,4% do total produzido no mundo. Os Estados Unidos produzem 34,4% do total, em sequência vem o Brasil, com 31,7%, e a Argentina, com 16,3%. A China, que ocupa o quarto lugar em produção, é considerada o país com maior consumo mundial da oleaginosa, consumindo quase o dobro do segundo colocado, os EUA, de acordo com o que se demonstra na Tabela 4. O fato dos dois maiores produtores de soja estarem em hemisférios diferentes, facilita o período de colheitas das safras e auxilia no equilíbrio da oferta mundial (LEMOS, 2017).

Tabela 4 - Produção e consumo de soja em grão em 2016-2017

Países	Produção (mil ton.)	Participação (%)	Consumo (mil ton.)	Participação (%)
EUA	117.208	34,4	56.287	17,0
Brasil	108.000	31,7	44.600	13,4
Argentina	55.500	16,3	49.750	15,0
China	12.900	3,8	101.100	30,5
Índia	11.500	3,4	10.304	3,1
Paraguai	9.170	2,7	3.844	1,2
Outros	26.510	7,8	65.816	19,8
Total	340.788	100,0	331.701	100,0

Fonte: USDA (2017) – elaboração própria.

Os grandes produtores de soja em grão são também os principais exportadores: os Estados Unidos, Brasil, Argentina e Paraguai (CONTINI, 2018). Segundo dados do Banco Mundial, a Argentina exportou US\$ 3,2 bilhões em soja em 2016, sendo que o Brasil exportou US\$ 19 bilhões de soja nesse mesmo período. Dessa forma, o Brasil foi o maior exportador mundial de soja em grão, sendo o responsável por mais de 43% do total (USDA, 2017). A China comprou 51 milhões de toneladas de soja do Brasil em 2017 e 31 milhões de toneladas de soja dos EUA (NG, 2018).

Dessa forma, a soja, pode ser reconhecida com fonte de valor do mercado agrícola global, ocupando o primeiro lugar no *ranking* das oleaginosas, com tal força na quantidade produzida como no comércio internacional. Pode ser considerada como a principal fonte de proteína para a nutrição animal e também, o segundo óleo

mais consumido do mundo, perdendo apenas para o óleo de palma (HIRAKURI; LAZZAROTTO, 2014). A soja representa 40,3% da produção mundial e 42,2% do que é transacionado no mercado internacional entre as oleaginosas. De acordo com os dados do USDA (2018), no período de 2011 a 2016, a soja teve um crescimento anual de 3,7%, chegando a exportar 132 milhões de toneladas pelo mundo, assim como demonstra a Tabela 5.

Tabela 5 - Produção e Comércio global de oleaginosas – 2015-2016.

Oleaginosas	Produção (mil ton.)	Participação (%)	Cresc. anual 2011-2016 (%)	Exportações (mil ton.)	Export. Prod. (%)
Soja	313.709	40,3	3,7	132	42,2
Fruto da Palma	272.437	35,0	3,9	44	0,0
Colza	69.880	9,0	2,9	14.379	20,6
Amendoim	40.399	5,2	0,2	3.523	8,7
Semente de girassol	40.297	5,2	4,6	2.003	5,0
Semente de algodão	35.784	4,6	3,9	737	2,1
Copra	5.317	0,7	1,3	110	2,1
Total	777.823	100,0	14,8	153.259	19,7

Fonte: USDA (2017) – elaboração própria.

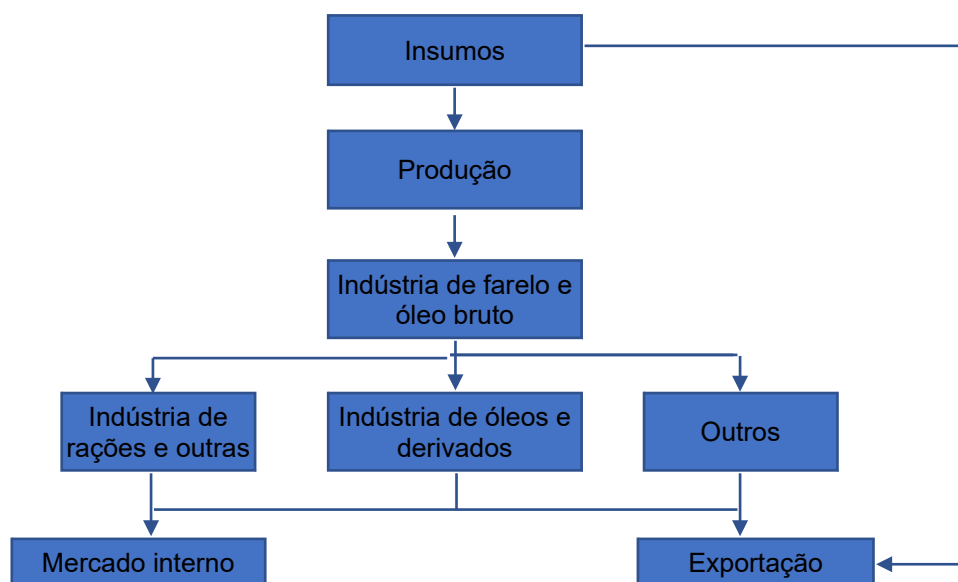
A soja ganha cada vez mais espaço na agricultura mundial, não se restringindo apenas na produção de grãos, mas também, de acordo com informações da CONAB (2018), na produção de um complexo de soja que inclui o processamento dos grãos e seus derivados (óleo bruto e farelo) e outros produtos como, ração animal, óleo comestível e combustível, assim como se pode ver no fluxograma do complexo da soja na Figura 1.

Segundo PINAZZA (2007), através do sistema agroindustrial SAG, o complexo da soja pode ser descrito com os seguintes segmentos e transações:

- Indústrias de insumos agrícolas (fertilizantes, defensivos e outros);
- Produção do grão (corretores, armazenadores, cooperativas);
- Originadores (verticalmente integrado ao de esmagamento);
- Indústria esmagadora, refinadoras e produtores de derivados de óleo (*tradings*);
- Distribuidores (atacadistas e varejistas);

- Consumidores finais (consumidores no mercado interno, compradores industriais, dentre outros).

Figura 01 - Fluxograma: complexo da soja



Fonte: PINAZZA (2007) – elaboração própria.

Nota: Adaptado do Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial da Universidade de São Paulo (Penso – USP);

Como se pode ver, a soja tem se tornado um produto que ocupa espaços significativos no consumo mundial. De acordo com Pinazza (2007), o Brasil ocupa uma posição estratégica em relação as empresas esmagadoras de soja que atuam globalmente, uma vez que o país é o segundo maior produtor de soja em grãos do mundo. O preço da matéria-prima é formado pela Bolsa de Chicago, sendo influenciado pela oferta de soja pelos maiores produtores mundiais, como os Estados Unidos, o Brasil e a Argentina. Devido a safra da América do Norte e América do Sul serem em épocas distintas, garantem assim, um fluxo equilibrado ao longo do período.

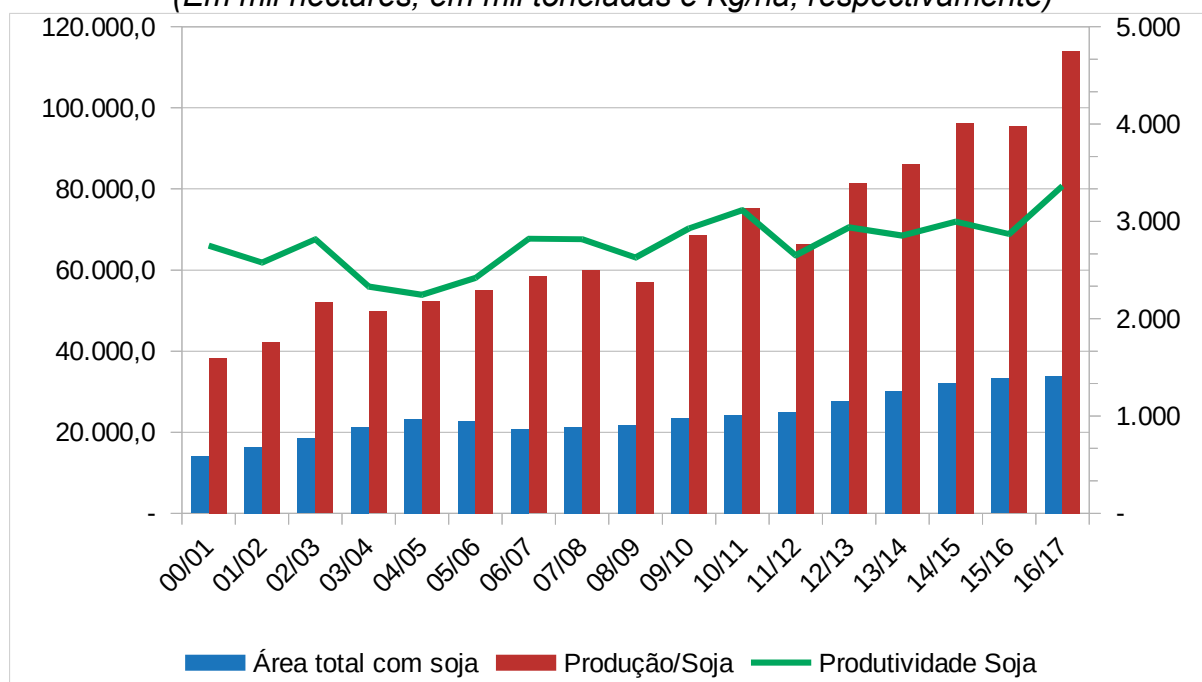
3.4.1 A economia da soja no Brasil

A produção agrícola brasileira cresceu rapidamente nas últimas duas décadas, impulsionada pelo aumento da demanda global, pelos fortes preços e

pelos avanços tecnológicos. Mudanças nas práticas de manejo e expansão da área colhida permitiram que o Brasil se tornasse um dos principais exportadores de soja, milho, açúcar, carne, café e etanol. Com o aumento contínuo da produtividade e a disponibilidade de terras adicionais para a agricultura, prevê-se um crescimento adicional na produção agrícola e nas exportações. Ao mesmo tempo, o crescimento da renda per capita e o crescimento da população continuarão a impulsionar a demanda no Brasil por produtos agrícolas, incluindo *commodities* de maior valor (USDA, 2018).

Conforme os dados da CONAB (2018), a área plantada com soja cresceu a uma taxa de 2% no período de 2016/2017 em comparação ao período de 2015/2016, chegando a 33,9 milhões de hectares. A produção chegou a em 2016/2017 a 114,08 milhões de toneladas, um crescimento de 19,53% com relação ao período anterior, isso representou em torno de 31% da produção total mundial (USDA, 2017; CONAB, 2018). O crescimento da produção foi impulsionado tanto pela demanda doméstica, quanto pela demanda internacional. A produtividade média alcançou os 3.364 kg/ha no período de 2016/2017 representando um crescimento de 17,21% a mais que o período passado, assim como demonstra o Gráfico 24.

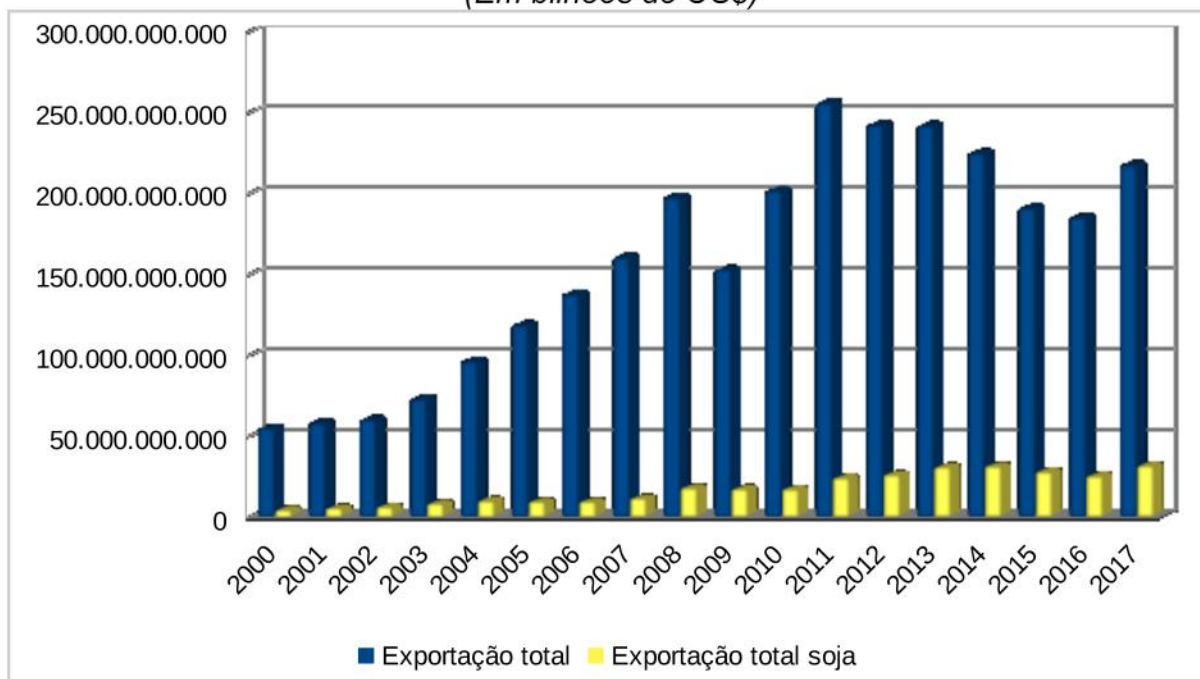
Gráfico 24 - Comparativo de Área, Produção e Produtividade de soja em grãos
(Em mil hectares, em mil toneladas e Kg/ha, respectivamente)



Fonte: Conab (2018) – elaboração própria.

Em 2016, 54% da produção de soja no Brasil foram direcionadas para a exportação, 41% foi destinada para o processamento, e a sobra foi utilizada como semente ou foi estocada (ABIOVE, 2017). Em 2017, segundo dados do MDIC (2018), as exportações da soja chegaram a um ranking de US\$ 31,7 bilhões, o que equivale a 14,56% do total da pauta de exportação para o mundo. Para EBC (2017), as vendas de grãos saltaram em valor (US\$ 25,71 bilhões) e também em quantidade (68,15 milhões de toneladas), de acordo com o Gráfico 25.

Gráfico 25 - Exportações: total Brasil x Complexo de soja
(Em bilhões de US\$)



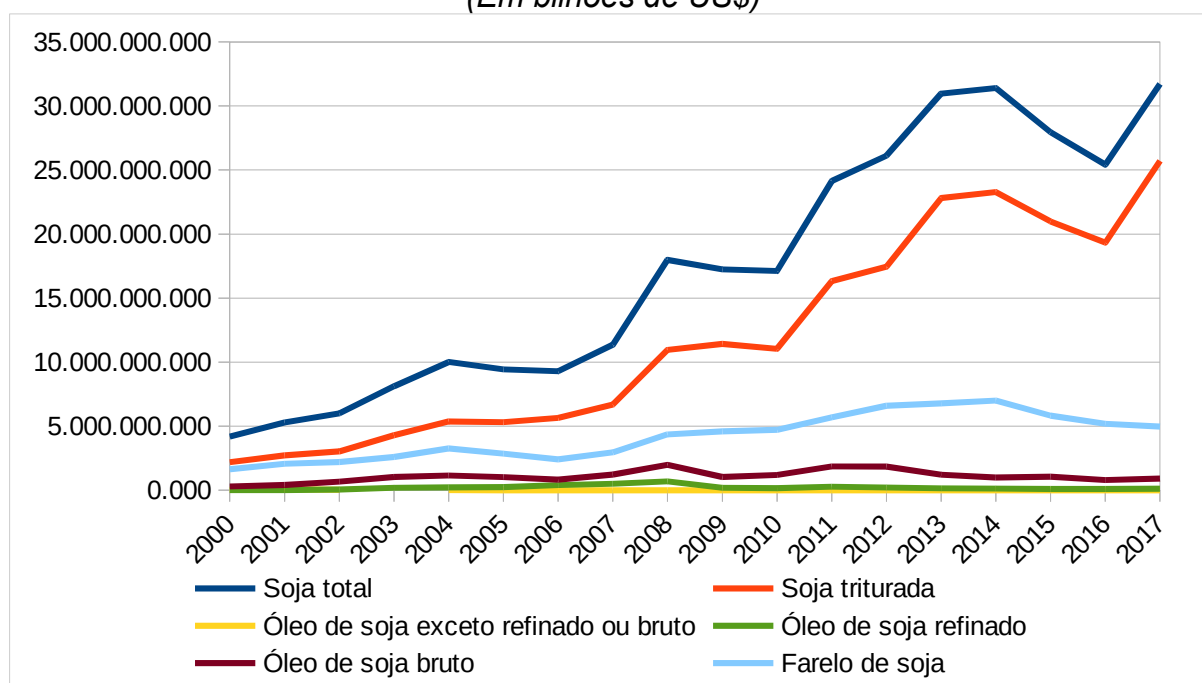
Fonte: MDIC (2018) – elaboração própria.

Se de um modo o Brasil tem mantido liderança na exportação de soja em grãos, de outro modo não se pode avaliar da mesma forma o óleo de soja e o farelo. (PINAZZA, 2007) Assim, o volume exportado de soja em grão cresceu de 45,6 milhões de toneladas em 2000 para 132,5 milhões em 2016, atingindo 190,4%, o de farelo de 34,2 para 65,5 milhões de toneladas com uma variação de 91,6% e de óleo de 6,2 para 11,8 milhões de toneladas e variação de 90,3%. Em termos de valores reais, a exportação atingiu a US\$ 87,7 bilhões em 2016, o que representou 237,7%, no período compreendido de 2000 a 2016 (CONTINI, 2018).

Em 2016, o complexo de soja exportado para o mundo chegou a US\$ 25,4 bilhões, sendo correspondente a 14% do total das exportações brasileiras, 76,0% desse valor é referente às exportações de soja em grão, e 20,5% e 3,5% de farelo e óleo, nessa ordem (ABIOVE, 2017). Sendo assim, as exportações brasileiras para a China do complexo de soja (grão, farelo e óleo) evoluíram 33,02% das exportações totais do agronegócio entre 2016 e 2017 e alcançaram um recorde de 68,15 milhões de toneladas. Segundo dados do MDIC (2018) em 2017, as exportações de soja chegaram a US\$ 31,7 bilhões, por sua vez, a soja representou 43% das exportações

brasileiras dentro da pauta de exportação de produtos básicos direcionadas ao país asiático, assim como demonstra o Gráfico 26.

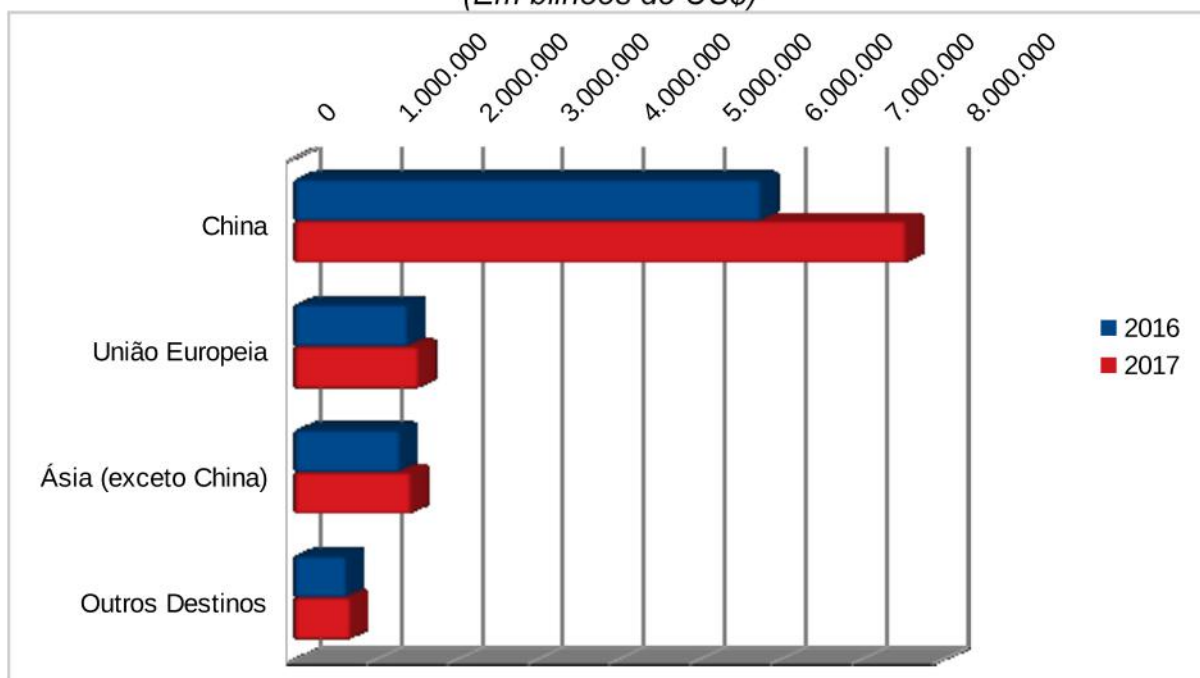
Gráfico 26 - Exportações do complexo de soja para a China
(Em bilhões de US\$)



Fonte: MDIC (2018) – elaboração própria.

A China ficou com quase 75% do volume exportado de soja em grão em 2017, seguido da União Europeia, com 10%. Conseqüentemente, outras partes do mundo ficaram com o restante, chegando em torno de 15%. Pouco mais de 47% da produção brasileira de farelo foi exportada nesse período, tendo sido o segundo maior exportador mundial, com pouco mais de 22% do total. Perto de 55% foram para a União Europeia e mais de 36%, para a Ásia (exceto China) (USDA, 2017; ABIOVE, 2017), conforme demonstrado no Gráfico 27.

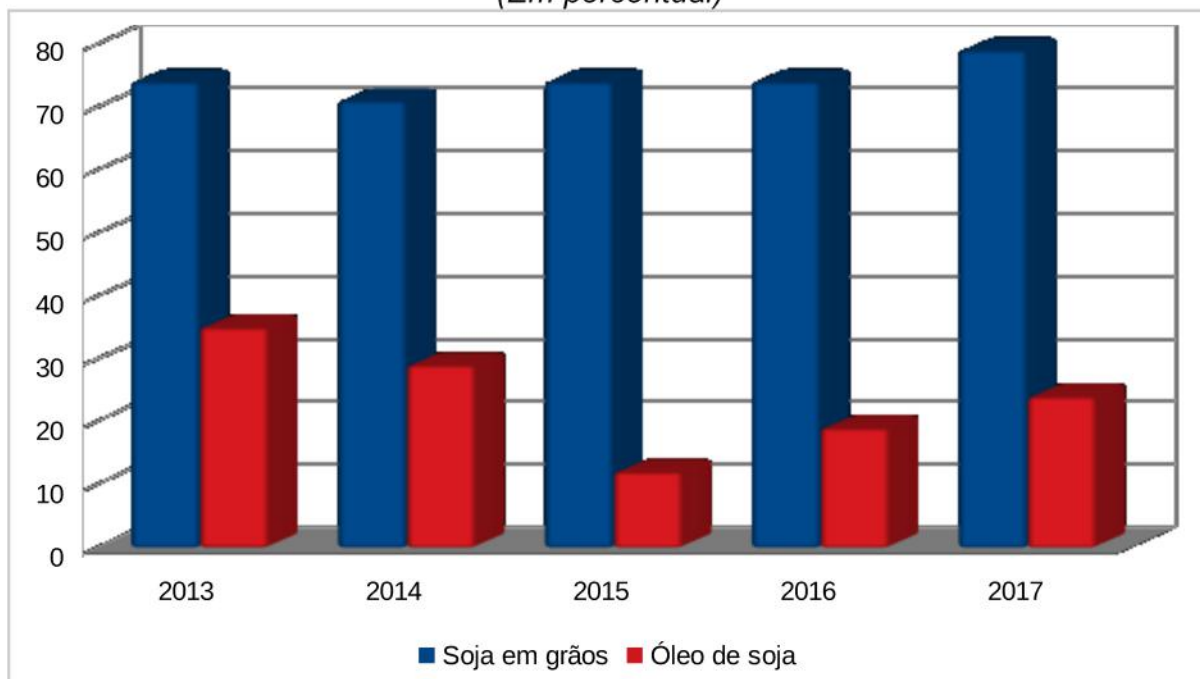
Gráfico 27 - Principais países da exportação brasileira do complexo da soja (2016-2017)
(Em bilhões de US\$)



Fonte: ABIOVE (2017) - elaboração própria.

O percentual de óleo exportado, que já foi de mais de 35% em 2013, em 2017 caiu para menos de 24%, tendo uma redução de 31,42% nesse período, motivado por seu crescente uso na produção de biodiesel. Nesse ano, o óleo de soja foi a origem de 77% do biodiesel produzido no Brasil. Em 2016, o Brasil foi o terceiro maior produtor de biodiesel do mundo, atrás da União Europeia e dos EUA e à frente da Indonésia e da Argentina. Toda a produção foi consumida no mercado doméstico. Por outro lado, a soja em grãos representou em 2017, 79% da pauta de exportação da soja total, tendo um crescimento de 6,8% com relação ao período de 2013. O farelo não é importado pela China, ela esmaga toda a soja e produz localmente até o período de 2017, de acordo com o Gráfico 28.

Gráfico 28 - Pauta de exportações de soja para a China (2013-2017)
(Em percentual)



Fonte: OEC (2018) – elaboração própria.

O farelo de soja tem na China o seu maior produtor, seguido dos EUA, da Argentina e do Brasil. A China, é o país que consome internamente toda a sua produção de farelo de soja atingindo os 97,3% e a produção de farelo de soja, que totaliza 68.508 mil toneladas anuais, é mais de cinco vezes superior à produção do grão na estimativa do período de 2016-2017, onde alcançou 12.900 mil toneladas. Esses números demonstram que a cadeia da soja na China tem por finalidade garantir o abastecimento de suas junções internas (LEMOS, 2017 et seq.).

O segundo maior produtor de soja é o Brasil, e, é o quarto maior produtor de farelo. Nos cinco anos que se passaram, a produção de farelo no país teve um ritmo bem menor de crescimento em comparação com a produção do grão, o que sugere uma vantagem na exportação da soja em grão em detrimento da produção de farelo. O Brasil consome internamente 52,8% de sua produção de farelo. Com relação a produção de óleo, a China é a maior produtora mundial, sendo detentora de 28,5% da produção mundial. Posteriormente, vêm os EUA, com 18,8%, a Argentina, com 16,0%, e o Brasil, com 14,4%. O crescimento da produção chinesa é significativo, correspondendo a uma taxa de 8,4%, da mesma forma como a produção da

Argentina, com um crescimento anual de 5,5%. Ainda assim, o Brasil, que consome quase toda a sua produção de óleo, tem um crescimento de 1,5% ao ano com um ritmo bem abaixo da produção de soja em grão.

De acordo com o USDA (2017), os grandes consumidores de óleo de soja, EUA, Brasil e Argentina também são os maiores produtores mundiais de biodiesel tendo como base a própria soja. Por outro lado, grandes produtores de biodiesel, como a União Europeia considerada líder mundial e a Indonésia com o quarto maior lugar no ranking, extrai esse produto de outras fontes, como a colza/canola, o girassol e a semente de palma.

Em primeiro lugar, o crescimento substancial da produção de soja no Brasil tem sido o reflexo do aumento da demanda chinesa dos últimos anos. Dessa maneira, as exportações brasileiras encontram um impulso cada vez maior para as exportações de soja em grão, e mantendo um encolhimento nas exportações do óleo de soja, um produto com um certo grau de dinamismo. A China tem tido preferência por produzir o óleo de soja localmente, e o Brasil, tem conseguido suprir o seu consumo interno. Em segundo lugar, os efeitos de ser um país que tem dado maior importância na produção agrícola, tem o deixado refém das oscilações dos preços provocados pelo mercado externo.

3.5 COMPLEXIDADE ECONÔMICA COMPARATIVA BRASIL X CHINA⁷⁰

3.5.1 Conceitualização

A complexidade econômica de um país é calculada com base na diversidade de exportações que um país produz e a sua onipresença, ou seja, o número de países capazes de produzi-los. A capacidade tácita de criar um produto ou a capacidade produtiva (know-how) está referindo-se ao conhecimento produtivo que envolve a fabricação de produtos. Dessa forma, uma medida de quantos tipos diferentes de produtos um país é capaz de fazer, está ligada ao know-how para a produção de um bem específico, sendo que, a diversidade total de um país é outra

⁷⁰ Nota: Isso não é um comparativo entre Brasil e China em suas pautas de exportação e importação entre si, mas sim, um comparativo de links ou cadeias gerados pela principal pauta de exportação de ambos os países.

maneira de expressar a quantidade de conhecimento coletivo mantido naquele país⁷¹ (HAUSMANN; HIDALGO et al., 2014).

Quando se observa a pauta de exportação de um determinado país pode-se medir mesmo que de forma indireta a sofisticação tecnológica de seu tecido produtivo. “Os dois conceitos básicos para se mensurar se um país é complexo economicamente ou sofisticado são a ubiquidade e a diversidade de produtos encontrados na sua pauta exportadora”. Para haver indicação se uma economia possui um tecido produtivo sofisticado ela precisa ter a capacidade de produzir bens não ubíquos. Desse modo, é preciso verificar o problema de escassez relativa, como por exemplo, os produtos naturais tais como diamantes e urânio. Assim, os bens não ubíquos devem ser fracionados entre aqueles que apresentam alta escassez na natureza, bem como, o nióbio, onde o mesmo detém uma não ubiquidade natural e também, os que têm conteúdo tecnológico avançado, como, por exemplo, aviões, que podem ser considerados de difícil produção⁷² (GALA, 2018, p. 1).

3.5.2 Complexidade Econômica do Brasil - Diversidade x Ubiquidade (soja)

O Brasil detém o 22º (vigésimo segundo) lugar de maior economia exportadora do mundo e, é a 37ª (trigésima sétima) economia mais complexa com um índice estimado em 0,608 de acordo com o Índice de Complexidade Econômico (ICE). O Brasil exporta 209 produtos com vantagem comparativa revelada, isso indica que o contingente de exportações brasileiras com o mundo é maior do que se esperaria, comparando com o tamanho de sua economia de exportação e a dimensão do mercado mundial de um produto (OEC, 2018).

Dessa forma, a diversidade está relacionada ao número de produtos que um país exporta. Isso é igual ao número de links que esse país tem na rede que vincula o país aos produtos que exporta. Neste caso, o Brasil tem diversidade na pauta de

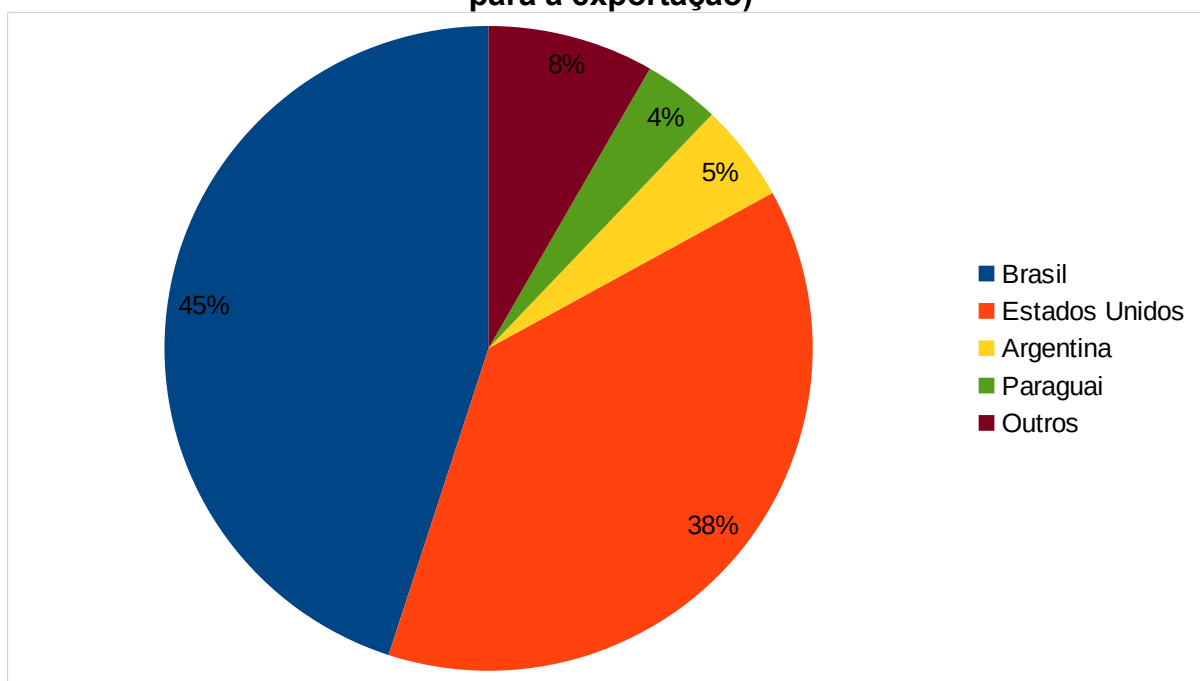
⁷¹ As vantagens da complexidade econômica estão relacionadas ao conhecimento que uma nação predispõe para a produção de bens. Um país pode ser considerado complexo não somente se exportar produtos de alta complexidade (conforme o Índice de Complexidade Econômico – ICE), mas também uma grande quantidade de produtos diversos. Portanto, quanto mais complexa for a economia de um país, a sua infraestrutura será mais robusta e com maior adaptabilidade as transformações exigidas pelo mercado externo (HAUSMANN; HIDALGO et al., 2014).

⁷² Não ubiquidade com diversidade significa “complexidade econômica” (GALA, 2018, p. 1).

exportação com 209 produtos, ainda assim, a maior parte são bens ubíquos como matérias-primas e recursos naturais como (soja, minérios, produtos químicos dentre outros) os quais são produzidos em vários cantos do mundo (GALA, 2018).

De acordo com o Índice de Complexidade Econômico, a soja é o 44º (quadragésimo quarto) produto mais negociado do mundo e o 978º (novecentésimo setuagésimo oitavo) produto mais complexo. Os principais exportadores de soja são o Brasil, ficando com uma fatia de 45% seguido pelos EUA com 38%, Argentina com 5%, Paraguai com 4%, e outros com 8%. Na América do Sul a soja é o principal produto de exportação do Brasil e do Paraguai⁷³, conforme o Gráfico 29.

Gráfico 29 – Participação de países que exportam soja (ubiquidade do produto para a exportação)



Fonte: OEC (2018) – elaboração própria.

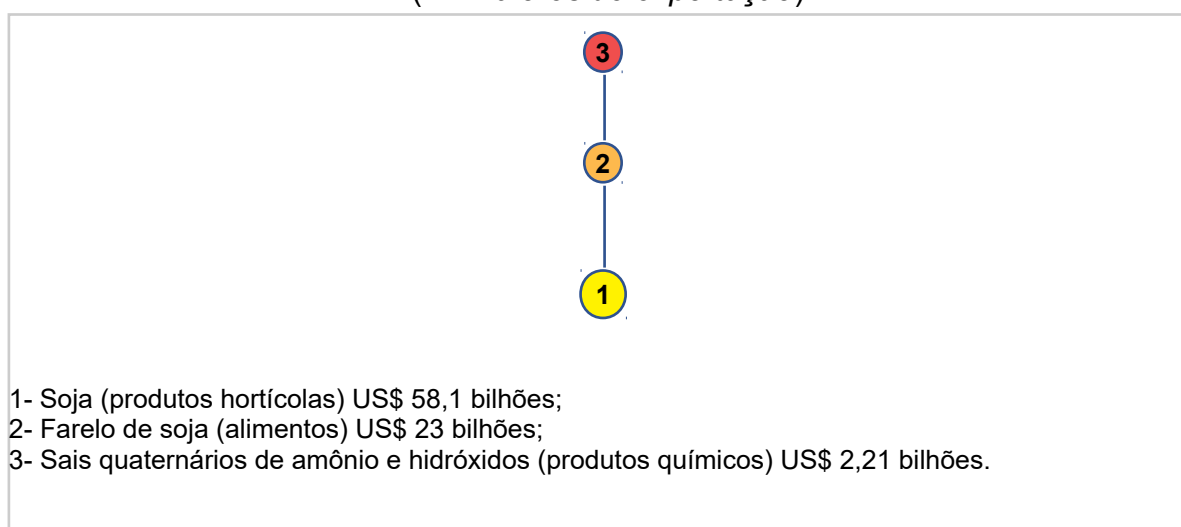
A ubiquidade está relacionada ao número de países que exportam um mesmo produto isso é a mesma coisa que o número de conexões que esse produto é capaz de estabelecer dentro de uma rede (GALA, 2018). Neste exemplo, como mostra a

⁷³ Os principais exportadores de soja, em 2017, são o Brasil (US\$25,9 bilhões), os Estados Unidos (US\$ 22 bilhões), a Argentina (US\$ 2,82 bilhões), o Paraguai (US\$ 2,19 bilhões) e o Canadá (US\$ 1,91 bilhão). Os principais importadores são a China (US\$36,6 bilhões), o México (US\$1,72 bilhão), a Holanda (US\$ 1,6 bilhão), o Japão (US\$1,41 bilhão) e a Espanha (US\$ 1,31 bilhão) (OEC, 2018).

Obs.: Alguns dados possuem pequenas divergências em seus valores, devido cada órgão, instituto, e etc., ter seu próprio formato de averiguação.

Figura 2, a soja (produtos hortícolas) estabelece links com o farelo de soja (alimentos) e sais quaternários de amônio e hidróxidos (produtos químicos). A soja possui uma complexidade de -0,969, seguido pelo farelo de soja com -0,97 e o sais quaternários de amônio e hidróxidos com 0,745. Através dessa demonstração, se pode observar os produtos que são suscetíveis de serem exportados por países que exportam soja (OEC, 2018).

Figura 2 – Linha da complexidade da soja (ubiquidade do produto)
(Em valores de exportação)



Fonte: OEC (2018); “O Atlas da Complexidade Econômica” (2018) – elaboração própria.

No índice da complexidade econômica a soja se encontra numa posição ruim no ranking de 5943 produtos analisados do mercado mundial em 2017. A agricultura no contexto geral, e a soja mais precisamente, não desenvolve *links* ou elos produtivos, nem dentro de seu próprio processo e nem com outros setores. Dessa forma, o agronegócio não pode ser considerado agricultura, sendo que o mesmo pode ser caracterizado de alguma forma, como o processamento de *commodities*, assim, o peito de frango, o suco de laranja e o açúcar, permitem considerar uma certa complexidade produtiva (OEC, 2018; GALA, 2016).

Portanto, a atividade produtiva ser mecanizável ou ter a divisão do trabalho para gerar ganhos de produtividade, não quer dizer que está contribuindo ao desenvolvimento econômico. A atividade produtiva em questão precisa formar uma cadeia de elos, ou seja, ter muitas ligações com outros processos produtivos para

ter potencial na mecanização e na divisão do trabalho, sendo que isso, a agricultura e a mineração simples não comportam (GALA, 2016).

3.5.3 Complexidade Econômica da China – Diversidade x Ubiquidade (Equipamentos de transmissão⁷⁴)

A China é consideravelmente a maior economia de exportação do mundo e a 33ª economia mais complexa com um índice 0,691, de acordo com o Índice de Complexidade Econômico (ICE). A China exporta 540 produtos com vantagem comparativa revelada, sendo assim, a sua quota de exportação é maior do que se esperaria pelo tamanho de sua economia de exportação e da dimensão do mercado global de um produto (OEC, 2018).

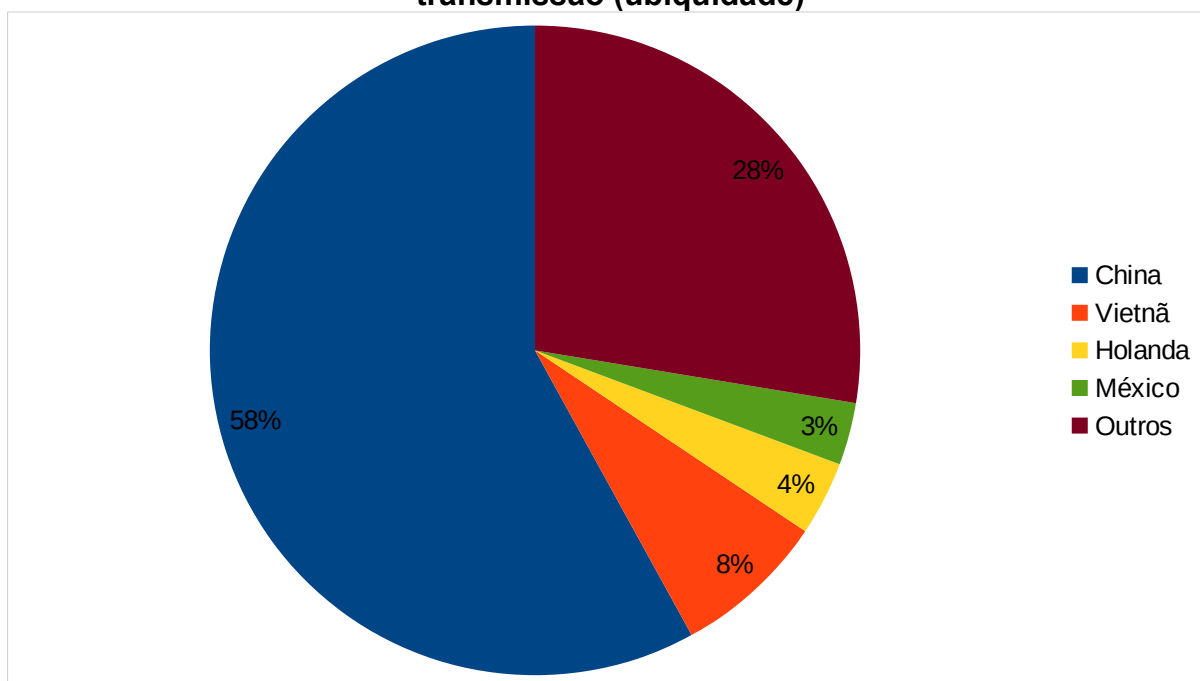
Por sua vez, a diversidade está relacionada a quantidade de bens que um país exporta. Isso é igual ao número de ligações que esse país tem na rede que vincula o país aos produtos que exporta. Neste caso, a China tem diversidade na pauta de exportação com 540 produtos, e ainda produz bens não ubíquos, como produtos da alta tecnologia.

De acordo com o Índice de Complexidade Econômico, os equipamentos de transmissão são o 5º (quinto) produto mais negociado do mundo e o 520º (quingentésimo vigésimo) produto mais complexo. Os principais exportadores de equipamentos de transmissão são a China com 58% seguido pelo Vietnã com 8%, Holanda com 4%, México com 3% e outros com 28%. Os equipamentos de transmissão são o principal produto de exportação da China, onde representam 9,6% das exportações totais, seguido pelas Unidades de Disco Digital, que respondem por 6,08%. Os equipamentos de transmissão também são o principal

⁷⁴ Equipamentos de transmissão também são conhecidos como aparelhos emissores para radiodifusão ou televisão, mesmo incorporando um aparelho receptor ou gravação de som ou reprodução de som; câmeras de televisão, câmeras digitais e câmaras de vídeo (OEC, 2018).

produto de exportação do Vietnã, da Estônia e São Cristóvão e Névis⁷⁵, de acordo com o Gráfico 30.

Gráfico 30 – Participação de países que exportam equipamentos de transmissão (ubiquidade)



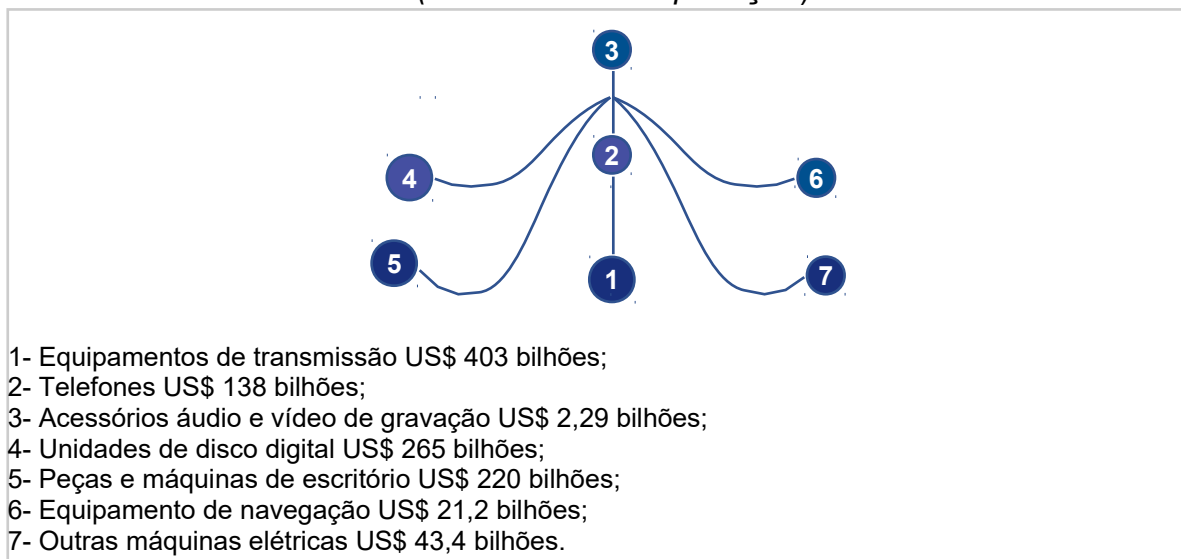
Fonte: OEC (2018) – elaboração própria.

Neste exemplo, como mostra a figura 3, os Equipamentos de transmissão estabelecem links com Telefones, Acessório de áudio e vídeo, Unidades de disco digital, Peças e máquinas de escritório, Equipamentos de navegação, entre outros. Os Equipamentos de transmissão possuem uma complexidade de 0,295, e os Equipamentos de navegação de 0,862. Nessa cadeia, mostra os produtos que são suscetíveis de serem exportados por países que exportam Equipamentos de transmissão (OEC, 2018).

⁷⁵ Os principais exportadores de Equipamentos de transmissão são a China (US\$ 231 bilhões), o Vietnã (US\$ 30,7 bilhões), a Holanda (US\$ 15,1 bilhões), os Estados Unidos (US\$ 12,9 bilhões) e o México (US\$ 12,7 bilhões). Os principais importadores são os Estados Unidos (US\$ 105 bilhões), Hong Kong (US\$ 45,4 bilhões), o Japão (US\$ 22,1 bilhões), a Alemanha (US\$ 20,9 bilhões) e a Holanda (US\$ 17,8 bilhões) (OEC, 2018).

Obs.: Alguns dados possuem pequenas divergências em seus valores, devido cada órgão, instituto, e etc., ter seu próprio formato de averiguação.

**Figura 3 – Linha da complexidade de Equipamentos de transmissão
(diversidade da pauta)
(Em valores de exportação)**



Fonte: OEC (2018); "O Atlas da Complexidade Econômica" (2018) – elaboração própria.

A indústria tem maior capacidade de mecanização e especialização nos produtos complexos do que em outros setores, devido ter maiores possibilidades de divisão do trabalho intra-indústria e entre a indústria e outros setores. Sendo assim, as atividades industriais são as mais favoráveis para a divisão do trabalho, especialização e mecanização e, portanto, são o motor da produtividade de uma economia (GALA, 2016). A indústria de uma forma geral, desenvolve muitos elos produtivos dentro do próprio setor, assim como forma diversas cadeias em outros setores. Portanto, acaba gerando grandes tendências para uma pauta de exportação com diversidades e com produtos com alto valor agregado.

3.5.4 Vantagens comparativas e desenvolvimento

Os trabalhos de Adam Smith (1988) e David Ricardo (1996) sugerem que cada país deve se especializar na produção do que faz de melhor, ou o que possui vantagens comparativas no processo de especialização produtiva e comercial. Os defensores da industrialização latino-americana, tiveram que dialogar com esta teoria, sempre que quisessem demonstrar que seus países necessitavam de industrialização, mesmo que o resultado da produção fosse menos eficiente que o das indústrias de igual elaboração dos países mais desenvolvidos. Assim, para verificar os desacertos do esquema ricardiano de vantagens comparativas, os economistas latino-americanos não acreditavam no funcionamento perfeito nas condições que são feitas as trocas entre os países centrais e periferia, levando em consideração que o livre-cambismo não atuam de maneira exata, e os ganhos de produtividade dos países centrais são transferidos aos preços dos produtos (esses lucros eram retidos sob a forma de pagamentos de salários maiores, grandes lucros e repasses ao Estado de Bem-Estar), e portanto, os ganhos de produtividade na periferia não podiam ser retidos devido a desordem do mercado de trabalho, e pelos setores econômicos serem heterogêneos entre eles (RICARDO, 1996; SMITH, 1988; HOLANDA, 1996).

Produtos manufaturados mais complexos são responsáveis por um potencial de promoção de especialização produtiva e divisão do trabalho nas empresas e na produção em redes, por maiores ganhos em produtividade. Por consequência, os ganhos de produtividade “smithianos” não são um setor indeterminado. Na fábrica de alfinetes de Adam Smith demonstra a divisão do trabalho, onde a mesma assume a divisão do trabalho que transformou a indústria, e também, a divisão do trabalho na invenção das máquinas, cada uma relacionada a uma série de setores. “Um operário desenrola o arame, um outro o endireita, um terceiro o corta, um quarto faz as pontas, (...), sendo que a atividade de fabricar um alfinete está dividida em 18 operações diferentes” (SMITH, 1988, p. 1 e 2). Assim, em observação, vai dizer que “a natureza da agricultura não comporta tantas subdivisões do trabalho, nem uma diferenciação tão grande de uma atividade para outra, quanto ocorre nas manufaturas”. Dessa forma, “é impossível separar com tanta nitidez a atividade do

pastoreador da do cultivador de trigo quanto a atividade do carpinteiro geralmente se diferencia da do ferreiro” (SMITH, 1988, p. 2). “No jargão atual, manufaturas exibem em geral retornos crescentes de escala, agricultura não ” (GALA, 2017, p. 1).

Dessa forma, o processo de desenvolvimento de estados e países não significa a especialização, e sim, a diversificação. No contexto da complexidade da pauta de exportação brasileira, o agronegócio pode conseguir aumento de sua complexidade produtiva se as máquinas, ou seja, tratores, produtos químicos, e afins da produção, forem produzidos no mercado interno de maneira eficaz. No entanto, isso não é garantia de vantagem. Pois, a agricultura pode importar todo o material de que necessita, “e, nesse caso, o país continuará a ser uma grande fazenda ‘high tech’”, com pouca geração de empregos, onde uns poucos manipulam o trator, a plantadeira e a colheitadeira. A direção para o desenvolvimento demonstra que é necessário, produzir tratores, colheitadeiras, plantadeiras, e etc., ou outros produtos com maior complexidade e não apenas soja, milho ou trigo (GALA, 2017, p. 38)

Um exemplo pragmático que pode ser dado, é a situação dos países nórdicos, onde, em vez de continuar extraindo recursos naturais como pesca, madeira e petróleo, eles resolveram iniciar um processo de sofisticação produtiva relacionada a essas *commodities*. Tiveram um grande estímulo a indústria de caminhões na suécia, (...), a produção de navios na Noruega e na Dinamarca, onde atualmente são produtores dos maiores navios do mundo, sendo esse processo, envolvido de um sistema de máquinas conectado à produção de móveis, mecânica e engenharia de navios (GALA, 2017, p. 69).

3.6 OS DESAFIOS PARA A INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

3.6.1 Contexto geral

A integração latino-americana vem de um processo histórico desde os tempos do pan-americanismo⁷⁶. Visto que, as ideias de integração econômica, política e

⁷⁶ O Congresso do Panamá é o marco inicial da história do pan-americanismo. Convocado por iniciativa de Bolívar, realizou-se entre 22 de junho e 15 de julho de 1826, com a presença de delegados de países centro e sul-americanos recém independentes, além de observadores europeus. O objetivo do conclave era a constituição de uma união, liga e confederação perpétua das jovens nações (BUENO, 2003).

social dos países latino-americanos foram defendidas por diversos estudiosos ainda antes da independência desses Estados. Nesse período, o pensamento de integração emergia a partir do fortalecimento bélico para o enfrentamento de suas metrópoles, Espanha, Portugal, França e Inglaterra e, também, das necessidades de interações econômicas e políticas entre os países Sul-americanos de maneira que pudessem avançar no processo de desenvolvimento simultâneos à comunidade europeia.

Segundo Azevedo (1993), o processo de integração é definido como sendo um acordo que parte das vontades entre Estados com o objetivo de obter uma solução uniforme em determinados âmbitos onde as ações estatais tornam-se ineficazes. Para isso, caminhos vão sendo traçados no contexto da integração política, econômica, cultural, entre outras. Para José Antonio Ocampo, que foi Secretário Executivo da Comissão, "a integração foi e continua sendo um sonho Cepalino". Por isso, sugere que a integração econômica na visão da CEPAL pode ser definida como um instrumento de base de superação das implicações que surgem dos mercados nacionais protecionistas (HAFFNER, 2002).

O processo de integração latino-americana pode ser dividido em três períodos. O primeiro começa nos anos 60 e é incorporado no âmbito das estratégias de desenvolvimento da região, que se fundamenta nas análises da CEPAL sobre as necessidades de impulsionar a industrialização no ambiente regional a partir da substituição de importações. O segundo período inicia em meados dos anos 70 e início dos anos 80, onde o processo de integração econômica experimenta um esfriamento, em virtude da crise econômica originada pelos choques do petróleo de 1973 e 1979, que resultou em significativos desequilíbrios macroeconômicos regionais. O terceiro, surge então na metade dos anos 80, marcado pela debilidade do processo de substituição de importações e pela busca de uma nova estratégia de desenvolvimento para os países latino-americanos. Essa é a fase que pode ser chamada de "regionalismo aberto", destacando a integração econômica como um instrumento capaz de combater os desequilíbrios macroeconômicos dos países da região, além de ser uma forma de tornar mais eficiente os mecanismos produtivos instalados ao longo do tempo para a substituição de importações. Ademais, a integração econômica da região mostrou-se como uma forma de favorecimento das

condições para a inserção dos países latino-americanos no sistema internacional, onde passou a ser notado pelo avanço da globalização e pelos novos surgimentos de blocos regionais (PAIVA, 2007)

Conforme é compreendido por Corazza (2005 et seq.), o processo de integração latino-americana esteve ligado a diversas tentativas e formas de integração entre os países da América Latina. A partir disso, serão demonstrados os principais grupos e organismos que fazem parte dessa conjuntura no decorrer de algumas décadas. Em 1960, foi criada a Associação Latino-americana de Livre Comércio (Alalc), através do Tratado de Montevideu. Seus objetivos se baseavam na diminuição progressiva das tarefas aduaneiras entre os países membros, até o momento da liberalização do comércio da região em um período de 12 anos. Logo, em 1969, fora criado o Grupo Andino, sendo formado pela Bolívia, Colômbia, Chile, Equador, Venezuela e Peru. Sua proposta de integração estava vinculada a defesa dos interesses nacionais que enfrentavam a agressividade de multinacionais e as atividades industriais de países que não faziam parte do grupo. Na década de 1980, o Grupo Andino sofreu com a crise do endividamento externo, e nos anos de 1990 recebeu um impulso através do livre comércio entre os países do grupo bem como houve uma maior integração no cenário econômico internacional. O Grupo Andino foi considerado na esfera institucional, aquele que mais atingiu êxitos na integração regional latino-americana em comparação aos demais organismos.

Com o enfraquecimento do sistema de integração proposto pela Alalc, em 1975, os países da região fazem uma nova tentativa de integração com a criação do Sistema Econômico Latino-americano (Sela), onde foi composto por países da América Latina. Nos anos de 1980, com o Tratado de Montevideu, houve então, uma nova tentativa de integração com a criação da Associação Latino-americana de Integração (Aladi), da qual foram membros Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. A Aladi atuou de forma mais realista no processo de integração latino-americana em vista de outros organismos que tinham o mesmo interesse. O seu foco principal foi o estabelecimento de um mercado comum latino-americano. Mas, a flexibilidade de integração adotada, através de iniciativas bilaterais e multilaterais de integração de seus membros, criou impedimentos ao seu próprio desenvolvimento.

Em 1991, com o Tratado de Assunção, foi criado o Mercosul, sendo seus componentes Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Foi nesse contexto de constituição de Mercosul de Sarney e Alfonsín que, foram gradualmente valorizadas e combinadas a suas estratégias ofensivas, como por exemplo, a Alba – Aliança Bolivariana para as Américas. Desde o início, o Tratado de Assunção, definiu um projeto de integração arrojado, pois além do livre comércio de bens e serviços, também, envolveria a livre circulação de fatores de produção, a concordância de normas jurídicas e institucionais, e o comando de políticas setoriais e macroeconômicas. Com o Protocolo de Ouro Preto, o objetivo central do Mercosul esteve vinculado a união aduaneira (1995-2005), o que pode-se argumentar que o projeto de integração do Mercosul experimentou uma positiva flexibilização. Desse modo, a flexibilização do Mercosul e o seu novo ordenamento demonstram a realidade da região, que corresponde a uma instabilidade macroeconômica dos países signatários e pelo dinamismo de reestruturação dos meios produtivos, respectivos a integração (CORAZZA, 2005; OURIQUES, 2012).

Dentre as implicações nos processos de integração encontradas pelos países latino-americanos nesses longos anos que passaram, a América Latina tem enfrentado o avanço global acompanhado de atores que emergiram nesse cenário e modificaram as agendas econômicas nacionais e contribuíram para o distanciamento nos processos de integração da periferia latino-americana. Nesses últimos anos, verificamos através de números da balança comercial de diversos países da América Latina, em questão neste trabalho, o Brasil, a preferência pelo comércio com a China. Sendo assim, vale observar o aprofundamento das relações de comércio com a nação asiática e as inferências ao distanciamento entre os países latino-americanos nesse processo de integração.

3.6.2 Integração Latino-americana e a China

As relações políticas entre a América Latina e o Caribe com a China rebatem a uma interação comercial que vem crescendo substancialmente nos últimos anos. Contudo, é necessário levar em consideração diversos aspectos dessa relação. De um lado, a China exporta produtos com maior intensidade tecnológica, e de outro

lado, os países da América Latina e do Caribe tem se concentrado em exportação baseada em produtos primários. Além disso, a demasiada competitividade dos produtos chineses, por sua moeda desvalorizada e os custos minimizados da produção, atingem as indústrias internas dos países da região (MARINHO, 2016).

No entanto, os investimentos chineses na América Latina vêm crescendo de forma gradual, com restrição aos últimos cinco anos, onde o ritmo foi um pouco mais acelerado. As inversões são positivas para marcar o desenvolvimento da infraestrutura regional, e de alguma forma, propiciam a manutenção e consolidam a inserção marginal da região nas cadeias de comércio internacional, uma vez que, instigam a produtividade alicerçada na matéria-prima para a exportação.

A parceria da China com os países latino-americanos mantém na indagação de até que ponto, essas relações estão sendo benéficas, para a região. A China é considerada um ator com uma competitividade sólida, e compatibiliza com isso, reduções no comércio intrarregional, causando deslocamentos dos atores mais relevantes regionais, como por exemplo, o Brasil. Além disso, os investimentos realizados pela China na América Latina incentivam a primarização da economia na região. Em contrapartida, os investimentos chineses estimulam a competição regional e o desenvolvimento em infraestrutura, e, ainda, abrem o acesso aos mercados mundiais.

Não podemos deixar de lembrar, que a partir dos anos 2000, a América Latina teve vantagens na alta dos preços das *commodities*, embora seus países diferem uns dos outros sob esse aspecto. No período de 2010, a América Latina reproduz as mudanças do “neoliberalismo ao século XXI, que observamos por volta de 2000”. Na primeira década as exportações latino-americanas foram positivas, mas no período de 2010 e 2011, tiveram oscilações, chegando a um crescimento anual superior a 10%; queda para 1,5% em 2012, pelos motivos da diminuição da demanda na Europa e na China (CERVO, 2013).

A partir da crise de 2008, alguns países aderiram ao protecionismo, como forma de manter o equilíbrio da balança comercial, principalmente como forma de segurar a entrada de produtos chineses. Com isso, os impactos regionais causados pelas normas restritivas, agravam “o desempenho do comércio intrazona e ferem as demais variáveis macroeconômicas de cada nação”, de acordo com análises da

Cepal. “Quando esses problemas se alcançam à esfera política, fazem repensar o papel da integração” (CERVO, 2013, p. 253).

A China é um ator novo no cenário internacional, e seu papel na economia global é ainda mais recente, dessa maneira, podemos pensar que o relacionamento Sino-brasileiro, “na dimensão econômica”, se encontra também, num ambiente um tanto jovem, este que de alguma forma durante esses 10 anos, assistiu à entrada da China à OMC. Na primeira colocação temos os produtos “intensivos em trabalho e de baixa qualidade”, e de outro modo, produtos que possuem alta intensidade tecnológica, associado a carência de “investimentos e uma posterior avalanche de IED’s, primeiro para produtos primários e depois para manufaturas” (ALTEMANI, 2012, p. 191).

De acordo com Benavente (2001 apud CORTADA, 2010), apontam que o motivo principal para o crescimento das exportações de manufaturas dos países latino-americanos tem sido o ingresso aos mercados dos próprios sócios regionais de integração, e, por sua vez, este crescimento demonstra a existência de alguns fatores.

Primeiramente, a competitividade internacional seria fraca com relação às manufaturas da região, “uma vez que o crescimento deste comércio ocorre para seus parceiros regionais, principalmente pelas vantagens relativas que um parceiro obtém ao participar de um acordo de integração” (CORTADA, 2010, p. 30).

E logo em seguida, existem inúmeras alternativas de crescimento para serem investigadas dentro do mercado regional, para a expansão do comércio de manufaturas, amparado o mesmo padrão de segurança favorecido pela integração.

Conseqüentemente, o crescimento dos mercados entre países da região teria definido uma dualidade na sua composição exportadora: “aos sócios dos esquemas de integração dirigem-se principalmente produtos manufaturados, enquanto para o resto do mercado mundial exportam-se produtos básicos ou com baixo (ou menor) grau de elaboração (CORTADA, 2010, p. 30).

A presença da China, têm como motivo razões estratégicas, onde de alguma maneira exerce influências nos processos de integração regional em andamento. “A UNASUL e a CELAC necessitam estar atentas às movimentações do país asiático e precisam adotar estratégias presumidas de modo a não sofrerem a substituição de

uma ator hegemônico, antes um posto ocupado pelos EUA e agora, pela China (MARINHO, 2016).

De acordo com o caso brasileiro, houve uma busca autônoma e de liderança regional. A política externa brasileira se deslocou, mudando de um alinhamento com os EUA e países desenvolvidos para um ponto central com os países do sul, em desenvolvimento, diversificando os parceiros brasileiros. Portanto, o Brasil estreitou as relações com os países da região, buscou o reforço das instituições locais e, expandiu as relações com outros atores globais, principalmente o continente Asiático e a África. Assim, aproximou-se de países em desenvolvimento, como por exemplo, a China (SANAHUJA et al., 2012).

Mas, de alguma forma, os governos latino-americanos precisam colocar em pauta quais são as prioridades da região e conter a primarização das exportações por seus países. Para que isso aconteça, é necessário estabelecer condições para as inversões chinesas, realizando as transferências de tecnologia e que, tenha números adequados de utilização de mão de obra local.

Contudo, essas regras podem agregar força nas posições latino-americanas, na esfera negocial, com permissão para tirar o máximo de proveito nas parcerias com o mercado chinês. Além disso, o interesse pelo país asiático oferece artimanhas para as transações com o país americano que se mantém apreensivos com o avanço chinês na região.

Em síntese, a estadia da China na América Latina poderá ser positiva se os países negociarem uma posição coordenada de forma que todas as necessidades da região sejam consideradas. Em contraposição, a esses relevantes fatores, a América Latina poderá manter um padrão de inserção internacional subordinada a hegemonia de um novo ator.

Os desafios do sistema internacional, onde está travada a luta pela multipolaridade, em oposição a globalização financeira, ainda se encontra num espaço com profundas mudanças. Esse seria mais um motivo para a consolidação da unidade dos países latino-americanos, intensificando a cooperação sul-sul, expandindo as relações nos fóruns internacionais e repensar os seus esforços sobre a agenda do desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar a política externa chinesa através de suas bases de influências e processos históricos, bem com a sua inserção nas relações bilaterais Brasil-China. Logo, observou-se que a política externa contemporânea chinesa foi ganhando uma nova retórica a partir do seu desenvolvimento econômico ocorridos com as reformas de Deng Xiaoping, em 1978.

O crescimento acelerado da China nas últimas décadas elevou o seu poder no sistema internacional, reconstruindo através de suas novas demandas, mecanismos comerciais mais robustos para a América Latina, e também, para o Brasil. Por conseguinte, o crescimento chinês não constitui somente, apenas um fenômeno econômico, mas, abrange evidentemente também o plano político.

No entanto, a política externa chinesa está estabelecida em processos históricos e culturais que transmitem valores e ideais muito diferentes do nosso mundo ocidental. Sua política externa vem de influências dos preceitos do Confucionismo, dos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica, assim como do Maoísmo que ordenam conjunturas ligadas à harmonização das relações no sistema mundial e a busca pela paz de todos os envolvidos. Estas abordagens são fundamentais para que se possa compreender os direcionamentos do PCC para a inserção chinesa ao sistema mundial. Todavia, o Desenvolvimento Pacífico em conjunto com as reformas econômicas e as relações políticas moldadas aos ganhos comerciais, deixam em observação as estruturas de negociação nas relações internacionais com atores emergentes.

Nos últimos anos a política externa chinesa, tem sido pautada primeiramente pelos países do Terceiro Mundo de uma forma que consigam manter a cooperação frente aos países desenvolvidos. Logo, a partir de 1974 as relações diplomáticas entre o Brasil e a China evoluíram de forma significativa sendo relevante o estreitamento dessa relação no diálogo bilateral. Desde o início, a parceria entre os dois países demonstrou interesses comuns nas estratégias de desenvolvimento na agenda internacional, onde são configuradas conformidades em alguns parâmetros da política externa chinesa, mantendo a importância de garantir a autonomia e a soberania de cada um e da não interferência externa em seu ambiente interno.

Está bem clara a importância chinesa para o mercado brasileiro. A partir de 2000 as relações com o Brasil tiveram um fortalecimento nos fluxos comerciais, sendo esta, a responsável pelos superávits comerciais brasileiros e, ainda tornou-se um dos maiores investidores em diversas áreas, ocupando uma posição privilegiada dos IED's dirigidos ao Brasil.

Porém, alguns fatos que fazem presença na agenda brasileira vem crescendo de forma intensa e preocupante. Primeiramente, a balança comercial vem acompanhada de assimetrias, onde, de um lado, exportamos matérias-primas e recursos energéticos, de modo que estes são produtos com um menor valor agregado, e do outro lado, importamos manufaturas vinculadas a alta tecnologia. Em segundo lugar, não são apresentadas pela indústria brasileira, condições favoráveis de competição com as importações chinesas, e dessa forma, acabam por estabelecer uma tendência direcionada a primarização e a uma desindustrialização do país.

O que seria pernicioso, pois o Brasil não se distingue somente pela posse de recursos naturais, mas por um setor manufatureiro com níveis relativos de complexidades e potencial. Assim, a capacidade do agronegócio no país acontece de uma ampla cooperação entre insumos, máquinas e equipamentos, visto que, a produção agrícola esteja conectada entre agricultura e indústria.

Por outro lado, a economia brasileira tem recebido investimentos chineses, o que têm estreitado a relação entre os dois países, principalmente no dinamismo da construção de projetos para o desenvolvimento nacional. Mas, a problemática está preferivelmente concentrada nos projetos para aquisição de recursos naturais, à exploração da competência tecnológica, aquisições que facilitem a concorrência das empresas chinesas no mercado mundial e desenvolvimento em infraestrutura que estimulem suas exportações.

Nisso, as necessidades chinesas para o seu abastecimento interno fundamentam estratégias aplicáveis a seus principais interesses pelo Brasil, ter acesso às cadeias produtivas facilitadas como as *commodities*. Com isso, investimentos em infraestrutura, principalmente em ferrovias garantirão a tranquilidade de escoamento da produção de recursos agrícolas e de recursos energéticos para o mercado chinês. Por outras vias, as relações crescentes com o

Brasil têm a pretensão de abranger cada vez mais um mercado um tanto consumidor de seus produtos tecnológicos.

Nessas premissas, a economia, a política e a sociedade estão nos mesmos jogos de interesses, uma talvez mais do que a outra, cada uma com o seu grau de importância nessa cadeia de poder. Dar garantias a acesso a recursos naturais, a continuidade de seu crescimento, e a abertura para a internacionalização das empresas, torna-se um organismo chave para economias tão distintas.

Conseqüentemente, o Brasil perde de ter uma pauta exportadora mais diversificada em relação a produtos manufaturados, na qual há mais perdas de competitividade com o sistema mundial do que um decorrente processo de desindustrialização. Pois, a competitividade é perdida diante da incapacidade de manutenção de atratividade diante dos produtos chineses.

Nesta questão pode-se considerar que o relacionamento com a China tem grau significativo, logo sua busca acentuada por *commodities* reembolsa receitas perdidas brasileiras, com as aquisições de manufaturas do país asiático. Da mesma forma, a concentração das importações brasileiras oriundas do mercado chinês de produtos da indústria transformadora de matéria-prima em produto final, viabiliza parcialmente o suporte da produção industrial brasileiro.

Além disso, no quesito das vantagens comparativas para o mercado brasileiro, em destaque, os obstáculos que as exportações de soja presenciam em relação à China são às barreiras tarifárias, tornando-se assim, um grande desafio de superação pelo Brasil. Assim, órgãos como a OMC, são necessários para a promoção do livre comércio e o desenvolvimento das nações.

O Brasil, pode-se considerar como um país competitivo quando tratamos das exportações de soja, a nossa principal matéria-prima exportada, mas temos muitos obstáculos que precisam ser resolvidos para mantermos competitividade mundial.

A abordagem que a RPC é um ator novo no sistema internacional e ainda mais recente na economia internacional, traduz a possibilidade de analisar a relação Brasil-China como sendo também embrionária, enfatizada neste século, mas com fases distintas, como por exemplo, o acesso da China à OMC em 2001, e ter se tornado em 2009 o nosso principal parceiro comercial.

Em última observação, a China é a segunda maior potência econômica mundial com um crescimento que parece não cessar. Continuará a ser aceita pelas economias mundiais, as quais desempenha um papel relevante. Conseguiu mostrar a sua importância para os países em desenvolvimento, em particular o Brasil, durante a grande crise de 2008. Desse modo, instituir barreiras comerciais numa relação bilateral não seria interessante para nenhum dos envolvidos. Já que, o centro com maior dinamismo da economia mundial se encontra na China e um distanciamento dessa relação não estaria de acordo com nossas expectativas e interesses.

Por fim, as abordagens que desdobram caminhos dessa cooperação bilateral em seus respectivos projetos de desenvolvimento nacionais, visam estratégias para a consolidação no sistema internacional e aproveitamento das oportunidades oferecidas nessa conjuntura de ordem global em transformação.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ABDENUR, Adriana Erthal. **A América Latina e o Comércio com a Ásia: para além do “prato de espagete”**. ICTSD – International Centre for Trade and Sustainable Development. 25 September 2014. Disponível em: <https://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/a-am%C3%A9rica-latina-e-o-com%C3%A9rcio-com-a-%C3%A1sia-para-al%C3%A9m-do-%E2%80%9Cprato-de-espagete%E2%80%9D>. Acesso em: 15 jul 2018 às 21:30 hs.

_____. O XII Plano Quinquenal da China: consequências para o Brasil. *In: Brasil e China no reordenamento das relações internacionais: desafios e oportunidades*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. 536 p.

ABIOVE – Coordenadoria de Economia e Estatística. Brasil – **Exportações do complexo soja**. Abril/2017. Disponível em: http://www.abiove.org.br/site/_FILES/Portugues/10052017-171604-exp_201704.pdf. Acesso em: 20 nov. 2018 às 21:45 hs.

ABI-SADI, Sergio Caldas Mercador. **A muralha e o mito: Deng Xiaoping e as reformas revolucionárias na China**. Curitiba: Juruá, 2013. 170 p.

ACIOLY, Luciana; PINTO, Eduardo Costa; CINTRA, Marcos Antonio Macedo. **As Relações Bilaterais Brasil-China: A ascensão da China no sistema mundial e os desafios para o Brasil**. Brasília: Ipea, 2010. 56 p.

AEB “a” – Associação de Comércio Exterior do Brasil. **Radiografia do Comércio Exterior Brasileiro: passado, presente e futuro**. 2012. Disponível em: <http://www.aeb.org.br/userfiles/file/AEB%20-%20Radiografia%20Com%C3%A9rcio%20Exterior%20Brasil.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2018 às 22:16 hs.

_____. **Análise da Balança Comercial**. 2018. Disponível em: www.aeb.org.br/publicacoes/estatisticas_de_comercio_exterior/analise_da_balanca_comercial. Acesso em: 15 jan. 2018 às 23:05 hs.

AEB “b” – Agência Espacial Brasileira – Ministério da Ciência e Tecnologia. **China**. 2018. Disponível em: <http://www.aeb.gov.br/programa-espacial-brasileiro/cooperacao-internacional/china/>. Acesso em: 18 nov. 2018 às 20:32 hs.

AEI. The American Enterprise Institute and the Heritage Foundation. China Global Investment Tracker, 2018. Disponível em: <http://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>. Acesso em: 05 set. 2018 às 17:05 hs.

AKAMATSU, Kaname. **A Historical Pattern of Economic Growth in Developing Countries**. 1962. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1746-1049.1962.tb01020.x>. Acesso em: 05 dez. 2018 às 19:06 hs.

ALADI – Associação Latinoamericana de Integração. **Comércio Internacional de Mercadorias - Totais de comércio exterior.** 2018. Disponível em: http://consultawebv2.aladi.org/sicoexV2/jsfComercio/totales_comercio_exterior.seam?cid=3601923 . Acesso em: 20 nov. 2018 às 20:35 hs.

_____. **América Latina e Ásia Pacífico. Realidades que definem a agenda.** 2014. Disponível em: http://www.aladi.org/boletin/portugues/2014/MayoJulio/proceso7_01.htm. Acesso em: 15 dez. 2018 às 16:00 hs.

ALDEN, Chris; ARAN, Amnon. **Foreign policy analysis: new approaches. Second Editions.**/ Milton Park, Abingdon, Oxon: New York, NY: Routledge, 2017.

ALLISON, Graham; ZELIKOW, Philip. **Essence of Decision: Explaining the Cuban Missile Crisis. Second Edition, Longman,** 1999 – 416 p.

ALTEMANI, Henrique. **Brasil e China: Cooperação Sul-Sul e parceria estratégica.** Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012.

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento.** Tradução: Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos. - Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. **Adam Smith in Beijing: Lineages of the Twenty-First Century.** Verso. London - New York. 2007. 418 p.

AUSTIN, Greg. *China's power: searching for stable domestic foundations.* In: ZHANG, Yongjin; AUSTIN, Greg. **Power and Responsibility in Chinese Foreign Policy.** Published by: ANU, 2013.

AZEVEDO, Araminta Mercadante de. **Os aspectos institucionais da integração latino-americana.** Revista de informação legislativa. v. 30, 1991.

BALASSA, Bela. **Trade Liberalisation and 'Revealed' Comparative Advantage.** Manchester School of Economics and Social Studies, v.33, n.2, pp.99–123, 1965.

BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda. **A crise econômica de 2014/2017.** Estudo av., vol. 31, nº 89, São Paulo, jan/apr, 2017.

BEKERMAN, Marta; DULCICH, Federico; MONCAULT, Nicolas. **Transformações recentes da economia chinesa: impacto sobre suas relações comerciais com a América Latina.** Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/rtm/140903_rtmv5_n1_port_cap1.pdf. Acesso em: 12 ago. 2017 às 18:45 hs.

BECARD, Danielly Silva Ramos. **O Brasil e a República Popular da China: política externa comparada e relações bilaterais (1974-2004)** – Brasília: FUNAG, 2008.

BELL, Daniel A. ***China's New Confucianism: politics and everyday life in a changing society***. Paperback, 2010. 280 pp.

BHALLA, Madhu. ***Domestic Roots of China's Foreign and Security Policy***. ***INTERNATIONAL STUDIES*** 42, 3&4. New Delhi/Thousand Oaks/London, 2005.

BCB - Banco Central do Brasil. Economia Internacional. **Indicadores Econômicos Consolidados**. 2018. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/indicadoresconsolidados>. Acesso em: 14 nov. 2018 às 19: 20 hs.

BID – Banco Interamericano de Desarrollo. *Estimaciones de las Tendencias Comerciales América Latina y el Caribe*. Edición 2017 e Edición 2018. Actualización 1T. Coordinado por Paolo Giordano. Sector de Integración y Comercio. Disponível em: <https://publications.iadb.org/en/publications?keys=Trade+Trend+Estimates+Latin+America+and+the+Caribbean+-+2017+Edition>. Acesso em: 10 set. 2018 às 21:03 hs.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL: uma resenha. In: _____ (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 13-68.
_____. Celso Furtado, o estruturalismo latino-americano e o desenvolvimento brasileiro. In: Texto apresentado na Apresentação no Ciclo de Conferências “O pensamento de Celso Furtado”. Rio de Janeiro, 2008.

BLOOMBERG. *Markets Commodities*. 2018. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/markets/commodities>. Acesso em: 02 jan 2018 às 19:06 hs.

BUENO, Clodoaldo. **Pan-americanismo e Projetos de Integração: Temas Recorrentes na História das Relações Hemisféricas (1826-2003)**. 2003. Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Assis. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-27-encontro-2/gt-24/gt21-18/4287-cbueno-pan-americanismo/file>. Acesso em: 03 fev. 2018 às 22:06 hs.

CABRAL, Severino. O Brasil e a China – uma visão brasileira da parceria estratégica. In: **Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional** (2.: Rio de Janeiro: 2006: O Brasil no mundo que vem aí. Seminário: Ásia. - Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. 232 p.
_____. *et al.* O diálogo estratégico Sino-brasileiro. In: **Brasil e China no reordenamento das relações internacionais: desafios e oportunidades**. - Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. 536 p.

CEBC – Conselho Empresarial Brasil-China. **Informativo nº 24. Janeiro de 2015**. Disponível em: http://cebc.com.br/sites/default/files/informativo_no24_exp.pdf. Acesso em: 10 set. 2017 às 15:03 hs.
_____. **Comércio Bilateral Brasil-China**. Informativo Nº 87. Dezembro de 2017.

_____. **Investimentos chineses no Brasil**. 2016. Roberto Fendt (Coord.). Maio de 2017.

_____. **Investimentos chineses no Brasil**. 2017. Roberto Fendt (Coord.). Agosto de 2018.

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Panorama da Inserção Internacional da América Latina e Caribe. **A crise do comércio regional: diagnóstico e perspectivas**. Nações Unidas; Cepal, 2015.

_____. **Relaciones económicas entre América Latina y el Caribe y China: Oportunidades y desafíos**. Impreso en Santiago: Naciones Unidas. Noviembre de 2016.

CEPIK, Marco. **A política da cooperação espacial chinesa: contexto estratégico e alcance internacional**. Rev. Social. Polít., Curitiba, v. 19, n. suplementar, p. 81-104, nov. 2011.

CERVO, Amado Luiz. **Relações Internacionais da América Latina: de 1930 aos nossos dias**. – 3ª ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2013.

CHANG, Mateus Silva. **Exportações Brasileiras para a China e o Japão: padrões de especialização e competitividade**. 2011. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, 2011.

CHENG, Yung-Ming. **Determinants of FDI mode choice: Acquisition, Brownfield, and Greenfield Entry in Foreign Markets**. 2006. *Chaoyang University of Technology*. - *Canadian Journal of Administrative Sciences*. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1936-4490.2006.tb00627.x>. Acesso em 20 jul. 2018 às 21:30 hs.

CHINA-EMBASSY. Embaixada da República Popular da China no Brasil. **Cooperação Científica e Tecnológica**. 2018. Disponível em: <http://br.china-embassy.org/por/kjhz/>. Acesso em: 24 nov. 2018 às 19:03 hs.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. **Série histórica/soja**. 2018. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/serie-historica-das-safras>. Acesso em: 10 jan. 2018 às 17:00 hs.

CONTINI, Elisio. et al. **Complexo soja – Caracterização e Desafios Tecnológicos**. - Embrapa. 2018. Disponível em: <https://www.embrapa.br/documents/10180/0/COMPLEXO+SOJA+-+Caracteriza%C3%A7%C3%A3o+e+Desafios+Tecnol%C3%B3gicos/709e1453-e409-4ef7-374c-4743ab3bdcd6>. Acesso 18 ago. 2018 às 18:56 hs.

CORTADA, Antonio Martins. **Comércio e integração do Brasil na América do Sul**. 1º ed. (ano 2008), 1º reimpr./ Curitiba: Juruá, 2010, 218 p.

COSTA, Fabiana Kenia Silva; MENDONÇA, Talles Girardin. **Evolução do Comércio Bilateral entre Brasil e China: análise das Relações Comerciais**. Revista Economia e Desenvolvimento. Edição 29, vol 2, Jul-Dez 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/eed/article/view/23870/pdf>. Acesso em: 16 fev. 2018 às 20:36 hs.

CUNHA, André Moreira. **A China e o Brasil na nova ordem internacional**. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v19s1/03.pdf>. Acesso: 12 set. 2017 às 19:25 hs.

CVCE.EU. **The Bandung Conference**. 2017. Disponível em: http://www.cvce.eu/obj/the_bandung_conference-en-3da59f16-567b-4b2d8060-4c2482e56dd9.html. Acesso em: 10 jan. 2018 às 21:06 hs.

CORAZZA, Gentil. **O Mercosul e os desafios da integração Latino-Americana**. In: REDES – Revista de Desenvolvimento Regional, Santa Cruz do Sul, v. 10, n. 2, maio/ago. 2005.

COURTOIS, Stéphane. **Dictionnaire du communisme**. Larousse à présent, 2007, p. 98 et p. 98-100. Disponível em: http://est-et-ouest.fr/revue/HL033_articles/033_098.pdf. Acesso em: 03 jan. 2018 às 20:03 hs.

DUQING, Chen. **Política Exterior da China**. IEL – Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/duqingpoliticaexteriorchina.pdf>. Acesso em: 09 nov. de 2017 às 20:09 hs.

EVANS, Trevor. **Cinco Explicações para a crise financeira internacional**. 2011. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6248/1/RTM_v3_n1_Cinco.pdf. Acesso em: 20 dez. 2018 às 16:43 hs.

EBC – Empresa Brasil de Comunicação. **Com US\$ 96 bilhões, exportações do agronegócio têm aumentado de 13% em 2017**. 2018. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-01/com-us-96-bilhoes-exportacoes-do-agronegocio-tem-aumento-de-13-em-2017>. Acesso em: 14 jan. 2018 às 21:06 hs.

_____. **Crise Econômica em 2014 concentra-se em Empresas do Setor Financeiro**. 2014. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2014-12/crise-economica-em-2014-concentra-se-em-empresas-do-setor-financeiro>. Acesso em: 15 jun. 2018 às 23:25 hs.

EPOCHTIMES. **Nove comentários sobre o partido comunista chinês**. Editorial Epoch Times, 2004. Disponível em: <https://www.epochtimes.com.br/nove->

comentarios-partido-comunista-chines-capitulo-1/#. Acesso em: 12 mar 2018 às 18:23 hs.

FAIRBANK, John King; GOLDMAN, Merle. **China: uma nova história**. Tradução de Marisa Motta. - 3 ed. - Porto Alegre, RS: L&PM, 2008. 520 p.

FMI – *International Monetary Fund*. **Primary Commodity Prices**. 2018. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Research/commodity-prices>. Acesso em: 18 set. 2019 às 19:25 hs.

_____. **Gross domestic product**. 2018. Disponível em: https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP_RPCH@WEO/BRA?year=2019. Acesso em: 02 jan. 2019 às 20:45 hs.

FREITAS, Maria Cristina Penido de; CINTRA, Marcos Antonio Macedo. **Inflação e deflação de ativos a partir do mercado imobiliário americano**. Revista de Economia Política, vol.28, n.3 (111), São Paulo, Editora 34, p. 414-433, 2008.

FRIEDMAN, George. **A próxima década: onde estamos.... e para onde iremos**. [tradução Celso Roberto Paschoa]. Ribeirão Preto, SP: Novo Conceito Editora, 2012.

FUNDAÇÃO JORGE ÁLVARES. **Civilização e Cultura – China e Macau**. 2018. Disponível em: <http://www.fundacaojorgealvares-bibliotecadigital.com/civil-e-cultura-china-e-macau/escolas-filosoficas-chinesas/>. Acesso em: 20 fev. 2018 às 19:06 hs.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GALA, Paulo. **Complexidade Econômica. Uma nova perspectiva para entender a antiga questão da riqueza das nações**. Contraponto. 2017. 144 p.

_____. **Como medir complexidade econômica?** 2018. Disponível em: <http://www.paulogala.com.br/como-medir-complexidade-economica/>. Acesso em: 10 nov. 2018 às 19:36 hs.

_____. **A soja não salva**. 2016. Disponível em: <https://www.paulogala.com.br/a-soja-nao-salva/> Acesso em: 21 dez. 2018 às 19:21 hs.

_____. **A história de 100 anos de PIB no Brasil**. 2019. Disponível em: <https://www.paulogala.com.br/100-anos-de-pib-no-brasil/>. Acesso em: 10 jan. 2019 às 18:48 hs.

GARCIA, Ana Elisa Saggioro. **BRICS: Um balanço crítico: de humanidades**. Salvador/Recife, nº 241 (2017), pp 374-391.

GLASER, Bonnie S; PAL, Deep. **Is China Charm's Offensive Dead? China Brief**. Vol. 14 Issue: 15, 2014. Disponível em: <https://jamestown.org/program/is-chinas-charm-offensive-dead/>. Acesso em: 01 de out. 2018 às 18:31 hs.

GIOMO, Danielle; AVELLAR, Ana Paula Macedo de. **Inovação e Comércio Internacional: uma análise comportamental no Brasil, China e Índia nos anos**

2000. In: Horizonte Científico. Vol. 9, nº 2 (Dez 2015). Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/view/28216>. Acesso em: 18 dez. 2018 às 19:26 hs.

GOMES, Orlando. **Macroeconomia: Noções básicas**. 2012. Disponível em: <https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/1186/1/MacroIntroCap.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2019 às 19:06 hs.

GUOPING, Wu. **Sino-Latin America Cooperation: A Benign Interactive with Growth**. 2009. Disponível em: <http://ilas.cass.cn/webpic/web/ilas/manager/jeditor/UploadFile/20091692043252.pdf>. Acesso em: 07 set. 2018 às 19:46 hs.

HAFFNER, Jacqueline A. Hernández. **A CEPAL e a integração regional latino-americana**. In: Revista Análise Econômica: UFRGS - Faculdade de Ciências Econômicas, Ano 20, Nº 37, Porto Alegre, 2002.

HASS, Ryan; RUBENSTEIN, David M.; THORNTON, John L. **The trajectory of Chinese foreign policy: from reactive assertiveness to opportunistic activism**. Disponível em: <http://www.theasanforum.org/the-trajectory-of-chinese-foreign-policy-from-reactive-assertiveness-to-opportunistic-activism>. Acesso em: 17 jul. 2018 às 20:33 hs.

HAUSMANN, Ricardo; HIDALGO, César A. *et al.* **The Atlas of Economic Complexity**. Puritan Press. Cambridge MA. 2014.

HIRAKURI, M. H.; LAZZAROTTO, J. J. **O agronegócio da soja nos contextos mundial e brasileiro**. Documentos Embrapa, 349. Londrina: Embrapa Soja, 2014.

HIRATUKA, Célio; SARTI, Fernando. **Relações Econômicas entre Brasil e China: Análise dos Fluxos de Comércio e Investimento Direto Estrangeiro**. Revista: tempo do mundo. Rtm, v. 2, n. 1, jan. 2016.

HOBSON, John A. **Imperialism: A Study**. Cosimo classics – History; New York, 2005.

HOLANDA, Felipe Macedo de. (Parte da Apresentação). **Princípios de Economia Política e Tributação**. David Ricardo. Tradução de Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. Nova Cultural, São Paulo – SP. 1996. Coleção “Os economistas”, 318 p.

HOLANDA, Francisco Mauro Brasil de. **Relações Brasil-China: Elementos de Aproximação e diferenciação**. In: **Brasil e China no reordenamento das relações internacionais: desafios e oportunidades**. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. 536 p.

HUNG, Ho-fung. **A ascensão da China, a Ásia e o Sul Global**. 2017. Professor Associado de Economia Política do Departamento de Sociologia da John Hopkins University. Tradução: Hugo Dahlin e João Victor Guimarães. 2017.

HURRELL, Andrew. "Hegemonia, liberalismo e ordem global". *In*: HURRELL, Andrew. *et al.* **Os BRICS e a ordem global**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto**. 2018 Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 20 jan. 2018 às 14:08 hs.

_____. *In*: Agência IBGE. **Desemprego recua em dezembro, mas taxa média do ano é a maior desde 2012**. 2018.

Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/19759-desemprego-recua-em-dezembro-mas-taxa-media-do-ano-e-a-maior-desde-2012>. Acesso em: 20 jun. 2018 às 16:23 hs.

INPE – Instituto Nacional de Pesquisadas Espaciais. **Satélite CBERS: Brasil e China comemoram 30 anos de parceria**. 2018. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/OBT/noticias/satelites-cbers-brasil-e-china-comemoram-30-anos-de-parceria>. Acesso em: 24 nov. 2018 às 19:07 hs.

ITAMARATY – MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **República Popular da China. 2017**. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4926-republica-popular-da-china>. Acesso em: 05 set. 2017 às 21:03 hs.

JABBOUR, Elias Marco Khalil. **Projeto Nacional, Desenvolvimento e Socialismo de Mercado na China de Hoje**. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p. 366.

JUNIOR, Márcio José de Oliveira. **As raízes da política externa chinesa: perspectivas para a inserção no século XXI**. *Fronteira*, Belo Horizonte, v. 12, n. 24, p. 122-141, 2º sem. 2013.

JUNRU, Li. **¿Conoce al Partido Comunista de China?** *Ediciones en Lenguas Extranjeras Cía. Ltda. Primera Edición*, 2011. pp. 189.

KAPLAN, Robert D. **A Vingança da Geografia – A Construção do mundo geopolítico a partir da perspectiva geográfica**. Campus/Elsevier. 2013. 384 p.

KEOHANE, Robert O.; NYE JR., Joseph S. **Power and Interdependence. Fourth Edition**. - Boston, MA, United States: Pearson Education (US), 2011, 368 p.

KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. / Tradução revista Heitor Aquino Ferreira. - São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. **Ordem Mundial.** [recurso eletrônico] / Henry Kissinger; tradução Cláudio Figueiredo.- 1. ed. - Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

_____. **Sobre a China.** [recurso eletrônico] / Henry Kissinger; tradução Cássio de Arantes Leite. - Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

KOCHER, Bernardo. **ECOS DESENVOLVIMENTISTAS DA CONFERÊNCIA DE BANDUNG NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA.** *In:* Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais, 5, Belo Horizonte, 2015.

KUTASOVIC, Paul; MOURDOUKOUTAS, Panos. *China's Economic Transformation in the Post-Bubble Economy.* *In: Economists' Analysis of China's Economic Transformation.* Beijing, China, 2012. pp. 245.

LACEY, J. A. **Fusões e Aquisições Internacionais: um estudo de caso brasileiro.** 2006. Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

LANTAIGNE, Marc. **Chinese Foreign policy: on introduction.** *Third Edition.* - New York, NY: Routledge, 2016.

LEMOS, Mario Luiz Freitas; GUIMARÃES, Diego Duque; MAIA, Guilherme Baptista da Silva; AMARAL, Gisele Ferreira. **Agregação de valor na cadeia da soja.** *Agroindústria/BNDES Setorial* 46, 167-217.

LI, Wu; FUMIN, Sui; LEI, Zheng. **China's Economy.** *Translated by David Gu.* *China Intercontinental Press*, 2010. 160 p.

LIAO, Kuang-Sheng. **Linkage Politics in China: Internal Mobilization and Articulated External Hostility in the Cultural Revolution, 1967-1969.** *Source: World Politics*, Vol. 28, N. 4 (jul., 1976), pp. 590-610. *Published by: Cambridge University Press.*

LIMA, Sérgio Eduardo Moreira. **Brasil e China: 40 anos de Relações diplomáticas: análises e documentos.** / Sérgio Eduardo Moreira Lima (Organizador). – Brasília: FUNAG, 2016. 480 p.

LYRIO, Mauricio Carvalho. **A ascensão da China como potência: Fundamentos políticos internos.** Brasília: FUNAG, 2010. 252 pp.

MA, Yuzhen. **“A política Externa da República da China”**, Takongpao, Hong Kong, 1999.

MANTEGA, Guido. **Modelos de Crescimento e a Teoria do Desenvolvimento Econômico.** EAESP/FGV/NPP – Núcleos de Pesquisas e Publicações.- Relatório de Pesquisa nº 3/1998 Disponível em:
https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/publicacoes/P00126_1.pdf. Acesso em: 05 jan. 2018 às 20:49 hs.

MARINHO, Jonas Teixeira. **A influência chinesa nos processos de integração. Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina.**

Disponível em:

https://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/Jonas_Marinho_II-Simposio-Internacional-Pensar-e-Repensar-a-America-Latina.pdf. Acesso em: 12 ago. de 2017 às 18:30 hs.

MARTINS, Jayme. A era Deng, passo a passo. *In: III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – III CNPEPI: (2: Rio de Janeiro: 2008) O Brasil no mundo que vem aí. Seminário: China – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. 458 p.*

_____. *Brasil-China: Desafios e oportunidades. In: Brasil e China no reordenamento das relações internacionais: desafios e oportunidades.* - Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. 536 p.

MCTIC – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Cooperação Internacional. 2018. Disponível em:

https://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/institucional/Cooperacao_Internacional/Bilateral/asia.html. Acesso em: 15 dez. 2018 às 18:36 hs.

_____. **Nanotecnologia.** 2018. Disponível em:

https://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/tecnologia/tecnologias_convergentes/paginas/nanotecnologia/NANOTECONOLOGIA.html. Acesso em: 15 dez. 2018 às 18:36 hs.

MDIC – Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **ALADI – Associação Latino-Americana de Integração.** Disponível em:

<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/negociacoes-internacionais/798-aladi-associacao-latino-americana-de-integracao>. Acesso em: 03 ago. de 2018 às 20:35 hs.

_____. **Balança bate o recorde em 2016 com Superávit de U\$S 47,7 bilhões.**

Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/noticias/2194-balanca-bate-recorde-em-2016-com-superavit-de-us-47-7-bilhoes>. Acesso em 15 ago. 2018 às 16:34 hs.

_____. **Estatísticas do Comércio Exterior.** 2018. Disponível em

<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior>. Acesso em 15 ago. 2018 às 16:48 hs.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de; CINTRA, Maria Rita Vital Paganini. **Impacto sobre a ascensão chinesa sobre os países latino-americanos.** 2015. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-1572015000100028
Acesso em 02 ago. de 2017 às 18:30 hs.

MEDEIROS, Evan S. *China's Foreign Policy Outlook. In: China's International Behavior: Activism, Opportunism, and Diversification. Published by: RAND Corporation, 2009.*

MEIRELLES, José Gabriel Porcile; PEREIRA, Wellington. **A ascensão da China na economia mundial: efeitos sobre o Brasil e América Latina. 2008.** Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/ret/article/view/27452/18270>. Acesso em 13 ago. 2017 às 20:25 hs.

MENDES, Carmen Amado. República Popular da China. In: FREIRE, Maria Raquel. (Coord.). **Política Externa: as relações internacionais em mudança.** Imprensa da Universidade de Coimbra – *Coimbra University Press*. 2ª edição. Novembro, 2015.

MICHAELIS. Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. **Ratã.** (Botânica) 2018. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?id=RQXwL>. Acesso em: 12 dez. 2018 às 21:45 hs.

MINTZ, A. e DEROUEN JR., K. **Understanding Foreign Policy Decision Making.** New York: Cambridge University Press, 2010.

MITCHELL, Derek J. 2007. “China and the developing world. In: **CSIS. The China Balance Sheet in 2007 and Beyond.** Washington. Disponível em: <https://www.csis.org/programs/freeman-chair-china-studies/past-freeman-chair-projects/china-balance-sheet/papers>. Acesso em: 15 nov. 2018 às 19:46 hs.

MIYAZAKI, Silvio Yoshiro Mizuguchi. **Economias do Pacífico Asiático: “Tigres e Dragões”.** Revista de Administração de Empresas. São Paulo, 33 (2): 112-123, 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v33n2/a11v33n2.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2019 às 20:46 hs.

MORGENTHAU, Hans. **Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace.** 1948. New York: Alfred A. Knopf, 5ª edition, 1973.

MOTA, Luiz Gustavo Ramaglia. **A Política Externa Norte-Americana na Guerra Fria: Análise da Détente no período Nixon-Kissinger.** (Monografia Apresentada ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da faculdade de Economia da Fundação Armando Álvares Penteado). São Paulo, FAAP, 2011, 81p.

NARDO, Aulo Pércio Vicente. **Comportamento da Balança Comercial Brasileira com o Mercosul por Pauta de Intensidade Tecnológica do Produto no período de 1994 a 2009.** 2011. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4696/1/BEPI_n5_comportamento.pdf. Acesso em: 21 jan. 2018 às 19:36 hs.

NG, Eric. **Chinese animal feed industry can absorb impact of US soybean tariff, says new hope chief.** - *South China Morning Post*. 2018. Disponível em: <https://www.scmp.com/business/global-economy/article/2140951/chinese-animal-feed-industry-can-absorb-impact-us-soybean>. Acesso em: 10 out. 2018 às 21:06 hs.

NIU, Harbin. **A grande estratégia chinesa e os BRICS.** Contexto int. [Online]. Vol. 35, nº 1, 2013, pp. 197-229. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?>

pid=S0102-85292013000100007&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 21 dez. 2018 às 19:06 hs.

NIXON FOUNDATION. The opening of China. Richard Nixon-Foundation/Library/Museum. 2017. Disponível em: <https://www.nixonfoundation.org/exhibit/the-opening-of-china/>. Acesso em: 20 jan. 2019 às 15:05 hs.

“THE ATLAS of Economic Complexity”, Center for International Development at Harvard University. 2018. Disponível em: <http://atlas.cid.harvard.edu/>. Acesso em: 15 ago. 2018 às 21:35 hs.

OEC- Observatory of Economy Complexity. 2018. Disponível em: <http://atlas.media.mit.edu/en/>. Acessado em: 04 set. 2017 às 20:10 hs.

OI, Jean C. *Communism and Clientelism: Rural Politics in China.* Source: *World Politics*, vol. 37, n. 2 (jan, 1985), pp. 238-266, Published by: Cambridge University Press.

OLIVEIRA, Maria Aparecida Carneiro de. **Ações políticas dos BRICS: Agenda Convergente?** [Trabalho de conclusão de Curso]. Especialização em Relações Internacionais – IREL. Brasília, 2012.

OURIQUES, Nildo. **Em defesa da América Latina: Crise Mundial e Integração Latino-Americana.** In: *Le Monde Diplomatique Brasil: Edição 54*, janeiro, 2012. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/crise-mundial-e-integracao-latino-americana/>. Acesso em: 15 abr. 2018 às 21:35 hs.

PAULINO, Luís Antonio. Desafios atuais para a política externa da China: Uma reflexão sobre o Livro Branco a respeito do desenvolvimento pacífico da China. In: _____, et al. (Org). **China e América Latina, A geopolítica da multipolaridade.** – São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2012. 204 p. – (Coleção Seminário América Latina e China).

PAIVA, Leônidas de. **Integração Econômica Regional e Desenvolvimento Econômico: Reflexões sobre a experiência Latino-Americana.** In: *RDE – Revista de Desenvolvimento*, v. 9, n. 16, 2007. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/1016/794>. Acesso em: 25 mai 2018 às 15:08 hs.

PEREIRA, Francisco Denes; CARVALHO, Elcio Aparecido. **A presença do “Dragão” na África e na América Latina: O lugar da Cooperação Sul-Sul na Política Externa da China.** Ano XI, Volume XII, Nº 23, Julho/Dezembro, 2015 – RJ. *Revista Intellector/Intelector Journal.* Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais. Disponível em: <http://www.cenegri.org.br/intellecator/ojs-2.4.3/index.php/intellecator/article/view/9>. Acesso em: 03 out. de 2018 às 21:27 hs.

PINAZZA, Luiz Antonio (coord.). **Cadeia Produtiva da Soja**. - Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. - Brasília: IICA: MAPA/SPA, 2007. 116 p.; (Agronegócios; v. 2), 2007.

PINTO, João Pedro R. M. M. **As visões de política externa Norte-Americana e chinesa no contexto da região Ásia-Pacífico**. Dissertação (mestrado em Ciências Políticas e Relações Internacionais) – 2017. 148 p.

PRATES, Daniela Magalhães. **A alta dos preços das commodities**. Rev. Econ. Polit. [online]. 2007, Vol. 27, n. 3, pp. 323-344. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572007000300001&script=sci_abstract&tlng=.. Acesso em: 15 jan. 2018 às 21:46 hs.

PREBISCH, Raúl. *El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas* [1949]. In: GURRIERI, Adolfo (Org.). **La obra de Prebisch en la CEPAL**. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.

PRETO, Affonso Ouro. China Brasil. In: **Brasil e China no reordenamento das relações internacionais: desafios e oportunidades**. - Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. 536 p.

PUTNAM, Robert D. **Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two-Level Games**. *International Organization*, vol. 42, nº 3 (Summer, 1988), pp. 427-460. Disponível em: <https://www.law.upenn.edu/live/files/5154-putnamdiplomacy-and-domestic-politicspdf>. Acesso em: 18 jan. 2018 às 19:21 hs.

_____. **Diplomacia e Política Doméstica: A lógica dos jogos de dois níveis**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 18, nº 36, p. 147-174, jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/10.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2018 às 20:08 hs.

REED, John. **Dez dias que abalaram o mundo: o mais célebre relato da revolução russa**. Título Original: "Ten days that shook the world" .- Tradução de José Octávio. L&PM Pocket; Edição: 1, 2002.

RIBEIRO, Elton Jony Jesus; MORAES, Rodrigo Fracalossi de. **De BRIC a BRICS: como a África do Sul ingressou em um clube de gigantes**. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292015000100255&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 04 dez. 2018 às 19:56 hs.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. Tradução de Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. Nova Cultural, São Paulo – SP. 1996. Coleção "Os economistas", 318 p.

RISSE-KAPPEN, Thomas. **Bringing Transnational Relations Back In: Non-State Actors, Domestic Structures and International Institutions**. 1995. Cambridge University Press, December, 2009.

RONGCHEN, ZHANG. ***The Communist Party of China: Its Organizations and Their Functions***. Publisher: China Intercontinental Press. 2012. 102 p.

ROCHA, Érico Rial Pinto da. **A ascensão da China na economia global e seus impactos sobre a América Latina: evolução recente e perspectivas**. Dissertação de Mestrado. UFRJ – RJ, 2014. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/images/Erico_Rial_Pinto_da_Rocha.pdf. Acesso em: 03 ago. de 2017 às 18:30 hs.

ROSENAU, James. *Pre-theories and theories and foreign policy*. In: R.B. Farrell (ed.). ***Approaches to Comparative and International Politics***. Evanston, IL: Northwestern University Press, 1966, pp. 115-169.

SAFATLE, Vladimir. **As Neodemocracias**. - publicado em 01 de abril. 2013 às 06 h 40, última modificação em 06 de jun. 2015 às 18 h 14. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/as-neodemocracias>. Acesso em: 29 set. 2018 às 7:00 hs.

SANAHUJA, José Antonio. ***Post-liberal Regionalism in South América: the case of UNASUR***. EVI Working Paper RSCAS, 2012.

SANTAYANA, Mauro. O centro do mundo. In: **Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional. III CNPEPI: (2: Rio de Janeiro: 2008): O Brasil no mundo que vem aí**. Seminário: China-Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. 458 p.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SENNES, Ricardo; BARBOSA, Alexandre de Freitas. China-Brasil: Uma Relação Multifacetada e Dinâmica. **In: Brasil e China no reordenamento das relações internacionais: desafios e oportunidades**. - Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. 536 p.

SILVA, Lidiane Pascoal da. **Política Externa Chinesa após 1980: uma ascensão pacífica**. *Mundorama - Revista de divulgação científica em Relações Internacionais*. 2016. Disponível em: <https://www.mundorama.net/?p=19481>. Acesso em: 10 nov. de 2017 às 20:16 hs.

SHU, Silvana Shiw Shyan. **A inserção Internacional da China no Pós-Guerra Fria**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais – Área de Concentração: Política Externa. UNESP – UNICAMP – PUC/SP, São Paulo, 2005. 107 p.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. Volume I, Nova Cultural, 1988, coleção “Os economistas”, pág. 17-54.

SNYDER, Richard. *et al. Decision making as an approach to the study of international politics*. In: Richard Snyder, Henry W. Bruck and Burton Sapin (eds.) **Foreign Policy Decision-Making: An Approach to International Politics**. New York: Free Press/Macmillan, 1962, pp. 21–152.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

TEIXEIRA, Carlos Gustavo Paggio; MANDELBAUM, Henoch Gabriel. **A diáspora chinesa como instrumento da política externa de Pequim e suas implicações para a China maior**. Revista de Estudos Internacionais (REI), ISSN 2236-4811, Vol. 8 (2), 2017. Disponível em: <http://www.revistadeestudosinternacionais.com/uepb/index.php/rei/article/viewFile/297/297>. Acesso em: 11 jan. 2018 às 20:26 hs.

USDA – United States Department of Agriculture. **Soybeans**. 2019. Disponível em: https://www.fas.usda.gov/data/search?f%5B0%5D=field_commodities%3A27. Acesso em: 01 jan. 2019 às 18:07hs.

VILLELA, Eduardo V. M. **As relações comerciais entre Brasil e China e as possibilidades de crescimento e diversificação das exportações de produtos brasileiros ao mercado consumidor chinês**. Grupo de Estudos da Ásia-Pacífico dos cursos de graduação em pós em Relações Internacionais da PUC/SP (GEAP-PUC/SP) – Pesquisa Iniciação Científica, 2004. Disponível em: <http://www.pucsp.br/geap/artigos/art4.PDF>. Acesso em: 05 jul. 2017 às 21:03 hs.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. **A novíssima China e o sistema internacional**. Rev. Sociol. Polit., Curitiba, v. 19, n. suplementar, p. 131-141, nov. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v19s1/09.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2019 às 15:31 hs.

_____. *et al.* China, potência emergente: pivô da transformação mundial. In: **BRICS – As Potências Emergentes**. Ed. Vozes, Rio de Janeiro, 2013.

WALTZ, Kenneth. **Theory of International Politics**. New York: McGraw Hill, 1979.

WOLFFENBUTTEL, Andréa. **Joint-Venture**. 2006. Ano 3. Edição 25. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2110:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 1 fev. 2018 às 21:05 hs.

YINING, Li. **Expanding Domestic Demand**. In: **Economists' Analysis of China's Economic Transformation**. Beijing, China, 2012. 245 p.

YU, Bin. **The Study of Chinese Foreign Policy: problems and prospect**. *World Politics*, Vol. 46, N. 2 (jan., 1994). Published by: Cambridge University Press, 1994, pp. 235-261.

ZHANG, Xinsheng. *et al.* "O novo clima de cooperação entre a China e a América Latina Brasília". In: **Ásia, América Latina, Brasil: a construção de parcerias**. Brasília, DF. Núcleo de Estudos Asiáticos-NEASIA, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares-CEAM, Universidade de Brasília, 2003.

ZHIMING, Zhang. ***The Communist Party of China and China's Political Democracy***. Translated by Li Guoqing. China Intercontinental Press, 2007. 123 p.

ZUOJUN, Li. *The Chinese Economy: Transforming in Development*. In: ***Economists' Analysis of China's Economic Transformation***. Beijing, China, 2012. 245 p.